

ISSN 0101788

e-ISSN 2357-9447

Volume 52 n.º 1

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA



CARTE

da

Província do Rio

São Pedro do Rio

Grande do Sul

enecurada corrigida

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA

Publicação da Associação dos Geógrafos
Brasileiros – Seção Porto Alegre

Vol. 52, n. 1

Boletim Gaúcho de Geografia – Porto Alegre. Vol. 52, n. 1 - p. 01- 210 – outubro de 2025

Ficha Catalográfica

Boletim Gaúcho de Geografia. / Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre. Vol. 52, n. 1 (2025) –
Porto Alegre: AGB, 1973-

ISSN 0101-7888 e-ISSN 2357-9447

1. Geografia. 2.Cultura. 3.Território. 4. Ensino da Geografia.
I. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre

Diretora: Sinthia Cristina Batista

Vice-diretora: Renata Ferreira da Silveira

1º Secretário: Fábio Löff Cunha

2º Secretário: Débora de Gonçalves Pinheiro

1º Tesoureiro: Isaac Goulart da Silva

2º Tesoureiro: João Ricardo Valverde de Campos

Suplente da Tesouraria: Natally Fleck dos Santos Teixeira

Coordenador de publicações Theo Soares de Lima

Vice-coordenador de publicações: Henrique Ferreira Galvão

Suplente da Coordenação de Publicações: Tiago Bassani Rech

O BGG é uma publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros -Seção Local Porto Alegre <http://agb-portoalegre.webnode.com.br>

Contato: agbpoa@gmail.com ; boletimgauchodegeografia@ufrgs.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O BGG está online em <http://seer.ufrgs.br/bgg> e-ISSN 2357-9447

Editores Responsáveis

Tiago Bassani Rech – IFRS
Theo Soares de Lima - UFPel
Gutemberg Cardoso da Silva - UFRGS
Victor Matheus dos Santos Lopes UFFS Erechim

Comissão Editorial

Álvaro Luiz Heidrich, UFRGS, Brasil
André Baldráia, UFRGS, Brasil
Dirce Maria Antunes Suertegaray, UFRGS, Brasil
Éverton de Moraes Kozenieski, UFFS - Erechim
Helena Copetti Callai, UNIJUI, Brasil
Horacio Capel, U. Barcelona, Espanha

Leila Christina Dias, UFSC
Lia Osório Machado, UFRJ
Luis Antonio Bittar Venturi, USP
Maria Encarnação B. Sposito, UNESP - Pres. Prud.,
Nelson Rego, UFRGS
Paul Claval, U. Paris IV-Sorbonne, França
Rogério Haesbaert da Costa, UFF
Roger Lambert, U. Toulouse - le Mirail, França
Sinthia Batista, UFRGS Litoral Norte

Editoração Eletrônica

Tiago Bassani Rech
Vitor Lopes

Corpo Consultivo

Adilar Antonio Cigolini, UFPR, Brasil
Adriana Dorfman, UFRGS, Brasil
Aldomar A. Rückert, UFRGS, Brasil
Aldo Paviani, UnB, Brasil
Alejandro Benedetti, CONICET/U. Buenos Aires, ARG
Alexandre Queiroz Pereira, IF do Ceará
Álvaro Luiz Heidrich, UFRGS
Antônio Carlos Castrogiovanni, UFRGS
Benhur Pinós da Costa, UFSM, Brasil
Bernardo Sayão Penna e Souza, UFSM

Carlos Martins Jr., UFMS
Claudia Luísa Pires, UFRGS
Cristiano Morini, UNICAMP - Limeira
Davis Gruber Sansolo, UNESP - Litoral Paulista
Dakir Larara Machado da Silva – UFRGS Litoral
Dilermando Cattaneo, UFFS - Erechim
Diógenes Felix da Silva Costa, UFRN - Caicó
Eber Pires Marzulo, UFRGS

Edson Belo Clemente de Souza, Unioeste
Eliana Lima da Fonseca, UFRGS
Enrique Mazzei, Udelar, Uruguai
Erika Collischonn, UFPEL
Evelin Cunha Biondo, CAP UFRGS
Heinrich Hasenack, UFRGS
Helio de Araujo Evangelista, UFF
Hindenburg Francisco Pires, UERJ
Jacira Helena Pereira-Assis, UFMS
Kamilla Raquel Rizzi, UNIPAMPA
Laurindo Guasselli, UFRGS
Lisandra Pereira Lamoso, UFGD
Lucas de Melo Melgaço, Vrije Universiteit
Brussel, Bélgica
Luciane Oliveira Crossetti, UFRGS
Luís Alberto Basso, UFRGS
Luis Eduardo Souza Robaina, UFSM
Luiz Fernando Mazzini Fontoura, UFRGS
Maíra Suertegaray Rossato, UFRGS
Maria Goretti Tavares, UFPA
Maria Izabel Mallmann, PUCRS
Nelson Rego, UFRGS
Nestor André Kaercher, UFRGS
Nina Simone Vilaverde Moura, UFRGS
Noeli Pertile, UFBA
Paulo Gustavo Pellegrino Correa, UFAP
Paulo Peiter, FIOCRUZ
Paulo Roberto Soares, UFRGS
Pedro Dias Mangolini Neves, UEMG
Peter David Arnould Wood, Florida State U. USA
Rafael Faleiros de Padua, UFMG
Rafael Zilio Fernandes, UFOPA
Rebeca Steiman, UFRJ
Renato Emerson Nascimento dos Santos, UERJ
Ricardo Jose Nogueira, UFAM
Roberto Verдум, UFRGS
Rogério Leandro Lima Silveira, UNISC
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol,
UNESP - Pres. Prud.
Rosiele Rita Guimarães, UFU
Saint-Clair Trindade Jr., UFPA
Sinthia Cristina Batista, UFMT
Solismar Fraga Martins, FURG
Sylvio Luiz Andreozzi, UFU
Tânia Marques Strohaecker, UFRGS
Vitor Izecksohn, UFRJ, Brasil
Wendel Henrique, UFBA

Capa: organizada por Tiago Bassani Rech, usando imagem de domínio público (<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Wendroth09.jpg>), criada pelo Tetraktys, via Wikimedia Commo

APRESENTAÇÃO DO V.52 N. 1

Theo Soares de Lima¹

À comunidade geográfica e afins,

Este volume do Boletim Gaúcho de Geografia dá prosseguimento ao trabalho realizado pelo Coletivo de Publicações da atual diretoria da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre. Tal trabalho completa o objetivo de atualizar todos os números atrasados do Boletim, incluído aí os anais do XXXVIII Encontro Estadual de Geografia, sediado em Rio Grande/RS no ano de 2024.

O presente volume abre o ano de 2025 e conta com a entrevista realizada junto ao Prof. Dr. Rogério Haesbaert (UFF), autor de “O mito da desterritorialização”, “Regional-Global”, “Território e descolonialidade”, “por amor aos lugares” e tantos outros. Nesta entrevista o professor percorre sua trajetória na Geografia, entrelaçando a própria vida à formulação dos conceitos que desenham a constelação de nossa disciplina. Esta entrevista encerra com chave de ouro este número.

Dando sequência aos trabalhos constam os artigos submetidos. O primeiro, “O gaúcho e a figura social de Dom Pedro de Ansoategui”, de Alberto Moroni, busca reconstruir, através de uma geografia histórica, o gaúcho enquanto um tipo social. Para tanto, o autor busca em Dom Pedro a inspiração para pensar a formação de tal figura desde o século XVIII. O autor considera que assim é possível pensar o gaúcho enquanto a formação de um gênero de vida, portanto, dotado de cultura própria.

Em seguida, “A escola do trabalho de Moisey Pistrak”, de Luiz Oliveira e Cleder Fontoura, trata de discutir a formação pedagógica socialista através do autor Moisey Pistrak, em particular a inserção educacional em contexto mais amplo e complexo, como atividades de trabalho. A partir disso, almeja refletir sobre as diferenças entre uma educação socialista e uma capitalista, focando sobre o aspecto da alta evasão escolar.

¹ Doutor em estágio pós-doutoral no PPGGEO da Universidade Federal de Pelotas

Já o artigo o artigo “As espacialidades e vivências juvenis na periferia”, de Leonardo Greque Junior e Juliana Franz, reflete sobre a presença do jovem no espaço urbano, tomando como estudo de caso o bairro Navegantes, no município de Rio Grande/RS. Para tal, se lança mão de cartografia social, em que os sujeitos podem mapear suas próprias práticas e evidenciar seus espaços de lazer, trabalho e educação.

Por sua vez, o trabalho “Índices de violência feminicida”, de Marília Cardoso, traz uma proposta metodológica para análise desse fenômeno no estado do Rio Grande do Sul. Através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), o trabalho busca dados para calcular a incidência de registros por localidade, além de mapear serviços de atendimentos e órgãos com políticas destinadas ao acolhimento de mulheres.

Por fim, o artigo “Território, turismo e governança”, de Gutemberg da Silva, Rosa Medeiros e Julia Sartori, busca realizar uma análise bibliométrica de produções científicas indexadas na base de dados Scopus, cuja temática se encaixe na temática proposta já no título do trabalho. A metodologia exploratória descritiva expõe, portanto, o volume de produções dentro deste escopo bem como o foco de seus conteúdos. Conclui sobre a importância do território para pensar o turismo e suas respectivas políticas públicas.

Desejamos ótima leitura.

O GAÚCHO E A FIGURA SOCIAL DE DON PEDRO DE ANSOATEGUI – Alberto Yates Moroni	7
A ESCOLA DO TRABALHO DE MOISEY PISTRAK: CONTRIBUIÇÕES PARA A SUPERAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PÚBLICA PERIFÉRICA NO BRASIL - Luiz Claudio Rosa de Oliveira e Cleder Fontana	25
ESPACIALIDADES E VIVÊNCIAS JUVENIS NA PERIFERIA: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS DO NAVEGANTES NO RIO GRANDE – RS - Leonardo da Silva Greque Junior; Juliana Cristina Franz	50
ÍNDICES DE VIOLÊNCIA FEMINICIDA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANALISAR A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO RIO GRANDE DO SUL - Marília Cardoso Lopes	67
TERRITÓRIO, TURISMO E GOVERNANÇA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BASE DE DADOS SCOPUS - Gutemberg Cardoso da Silva, Rosa Maria Vieira Medeiros, Julia Alves Sartori	85
POR AMOR À GEOGRAFIA: ENTREVISTA COM ROGÉRIO HAESBAERT – Igor Dalla Vecchia e Lucas Manassi Panitz	102
ROGÉRIO HAESBAERT E SEU AMOR À GEOGRAFIA	102
PARTE 1: A ENTRADA NA GEOGRAFIA	105
PARTE 2: A RELAÇÃO COM SANTA MARIA	116
PARTE 3. A SAÍDA DE SANTA MARIA E O SER GEÓGRAFO SULISTA NO SUDESTE	133
PARTE 4: O PÓS-DOCTORADO E A RELAÇÃO COM DOREEN MASSEY	157
PARTE 5. A DESCOLONIZAÇÃO PELA GEOGRAFIA E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR PELO TERRITÓRIO	167
PARTE 6 : SOBRE A PRODUÇÃO SENSÍVEL E CRIATIVA NO ESPAÇO ACADÊMICO	191
PARTE 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
CRONOLOGIA	205
NORMAS DE FORMATAÇÃO PARA SUBMISSÕES	211

O GAÚCHO E A FIGURA SOCIAL DE DON PEDRO DE ANSOATEGUI

Alberto Yates Moroni¹

RESUMO

Este trabalho faz um levantamento bibliográfico a respeito do surgimento do tipo social do gaúcho. De seus relatos iniciais, em 1617, na Argentina, fez-se um relato sobre suas atividades na região do Prata. De posse disso, focamos a atuação histórica de um desses contrabandistas/gaúchos, intitulado Don Pedro de Ansoategui, popularmente conhecido no século XVIII por Dom Pedrito. Tentamos aqui descrever a atuação de Ansoategui com as atuações típicas dos changadores em atuação no Prata, e, em especial, focamos sua parceria com o então governador e comandante militar dos Dragões do Rio Pardo, Rafael Pinto Bandeira. Com referências da Geografia Histórica, aqui procuramos identificar o surgimento do tipo social dos gaúchos, caracterizar e fazer relações de Ansoategui com os gaúchos e com Pinto Bandeira, além de refletir sobre este gênero de vida e a cultura gaúcha, que então começara a desenvolver-se. Em uma fase inicial, esta pesquisa concluiu que Ansoategui desertou do forte Santa Tecla, e em seguida começou a contrabandear couro para ser trocado por fumo e escravos, diretamente com Pinto Bandeira. No final do século XVIII reincorporou-se ao exército espanhol, ainda participando da guerra de 1801 no Rio Grande do Sul, retornando ao forte de Melo, logo em seguida.

Palavras-Chave: Gaúcho; Don Pedro de Ansoategui; Dom Pedrito; Rio Grande do Sul; Pinto Bandeira.

1. INTRODUÇÃO

A disputa pela posse das terras na região do Prata, daria ao vencedor ibérico o controle do contrabando da prata vinda da Bolívia. No entanto, ao longo dos séculos, foi se adaptando e surgindo nesse território de fronteira, um tipo social muito apegado à lida campeira e às riquezas econômicas da região.

O surgimento do Gaúcho, em sua origem, ladrão de gado, e mais atualmente, o trabalhador/fazendeiro do campo, nasceu dessa disputa entre espanhol, português, Indígena Guarani/Charrua/Guenoa e escravo negro.

Neste caso em particular, procuramos fazer uma pesquisa bibliográfica a respeito de uma figura histórica que representa o gênero de vida dos primeiros changadores do Prata: Don Pedro de Ansoategui. Natural do norte da Espanha, este ex-soldado resolveu desertar e lucrar com o contrabando de couro e escravos junto ao então governador do Rio Grande do Sul, Rafael Pinto Bandeira.

Aqui, de posse do método desenvolvido por Lefebvre (1999) procuramos dentro da Geografia Histórica identificar o surgimento do tipo social dos gaúchos, caracterizar e

¹ Professor da rede pública estadual do Rio Grande do Sul

fazer relações de Ansoategui com os gaúches e com Pinto Bandeira, além de refletir sobre este gênero de vida e sobre a cultura gaúcha, que então começara a desenvolver-se.

2. METODOLOGIA

Ao realizarmos estudos geográficos e históricos, é necessário fazer a análise em um duplo sentido. Lefebvre (1999, p. 31) comenta que “um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde que existem tempo e historicidade: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do finito ao movimento que declara esse fim, que anuncia e faz nascer algo novo).” Partimos, portanto, do método utilizado por Lefebvre (1999), o método dialético analítico regressivo-progressivo, onde os processos históricos pretéritos deixam traços visíveis no espaço atual.

O método dialético torna-se, então, perfeitamente aplicável a pesquisas geo-histórias. Este método parte do concreto e procura abarcar a totalidade do problema, envolvendo as suas inúmeras variáveis. Sendo assim, o método dialético desenvolvido por Lefebvre busca estudar o objeto (seja a sua forma, função, processo ou estrutura) a partir da análise do presente, e a partir daí busca-se fatos na história que expliquem a formação de tal fato. E é nessa busca da formação ou evolução espacial que se dá o intrínseco casamento entre a Geografia e a História.

Martins (1996) comenta que o método de Lefebvre é composto de três momentos. No primeiro deles, em uma complexidade horizontal, deve-se buscar na paisagem visível a sua descrição e relações sociais. Já a complexidade vertical consiste em procurar no passado as origens de tais relações sociais, que explicam a formação de tal paisagem no presente.

O segundo momento é analítico-regressivo. É quando se estuda no passado as relações e origens dessas na sociedade que existia. E por fim, em um terceiro momento, deve-se retornar ao presente, utilizando-se de todos os conhecimentos produzidos pela pesquisa no passado.

Assim se configura o método Regressivo-Progressivo. Para Martins (1996, p. 22), é nesse movimento regressivo-progressivo que se descobre que as contradições sociais são históricas. Para ele, a descoberta das relações sociais contraditórias passadas e que

coexistem no presente possibilita a compreensão de que essas contradições não foram resolvidas.

Assim, a compreensão das relações sociais atuais constituídas do fator historicidade buscando-se no passado os fatos pontuais que contribuíram para a realidade entende-se que é essencial para a análise do fenômeno estudado.

3. AS MANADAS DE GADO NO SUL DO BRASIL E O CICLO DO COURO

O surgimento de estâncias criatórias de gado vacum, muar e cavalar se deu por ordem dos padres da Companhia de Jesus aos indígenas catequizados nas reduções do Paraguai. Em solo gaúcho, a fundação dessas Missões, em sua primeira fase, se deu a partir de 1626, com dezoito reduções. Para Muradás (2008, p. 116) foi o padre Cristóbal de Mendoza que introduziu o gado na província do Tape (atual Rio Grande do Sul) em 1634.

A existência de imensas manadas de gado solto entre o rio Jacuí e Colônia do Sacramento, o “gado dos padres”, já tinha sido comunicada às autoridades portuguesas desde “as primeiras décadas da segunda metade do século XVII” (Hameister, 2002, p. 71), mas já que o ciclo do ouro ainda não havia começado, a coroa portuguesa não mostrou interesse em explorar esse gado, que continuou a ser criado pelos indígenas.

Os bandeirantes paulistas adentraram o atual território gaúcho a partir de 1635, mas à procura de indígenas cristianizados, a fim de serem escravos nos engenhos de açúcar no Nordeste. Parece impossível que estes Bandeirantes não tivessem visto imensas mandas de gado bravo pastando nos campos, mas por impossibilidade, não conseguiram conduzir esse gado para São Paulo.

O ataque ininterrupto desses Bandeirantes aos povos missioneiros do Rio Grande do Sul, fez com que os padres recuassem seus povoados até a margem ocidental do rio Uruguai (atual Argentina) em 1641. O gado permanece no estado, ao sul do rio Jacuí e Ibicuí, criando-se solto. Os Jesuítas só voltariam a fundar povoados no Rio Grande do Sul em 1682, com apenas sete reduções.

A fundação da Colônia do Sacramento em 1680, fez surgir em seus habitantes a ideia da extração do couro e da carne de gado para seu sustento. A Coroa Portuguesa não tardou em criar um quinto sobre a extração do couro, em 1699. A cal, oriundo de conchas marinhas ou rochas ácidas, era usada para desidratar mais rápido o couro.

A abertura dos Caminhos de Tropeiros no Rio Grande do Sul começou a partir de 1703, com o Caminho da Praia, sempre com a função de arrebanhar gado bovino, muar e cavalar da Vacaria do Mar e levar a pé até Sorocaba (SP). O Tropeirismo persistiu até 1736, pelo menos.

Com a fundação da Vila de Rio Grande em 1737, agora os contrabandistas de couro possuíam uma saída para o mar em território gaúcho. No entanto, a partir do surgimento das charqueadas em Pelotas (a partir de 1780) e a partir de 1786 em solo uruguaio, a “era do couro” foi sendo substituída em favor da era do charque.

No tempo das “coureadas”, esse produto fruto do contrabando era escoado para o centro do Brasil via porto de Colônia do Sacramento, Castilhos ou outros portos clandestinos (Hameister, 2002, p. 115) até o Rio de Janeiro e Europa. Se, embarcados clandestinamente, tinham o destino da Inglaterra.

Hameister (2002, p. 72) nos esclarece que nesta fase primitiva do abate do gado em solo gaúcho e uruguaio,

[...] eram extraídos, o couro e os sebos, produtos de grande importância para a vida cotidiana. Dos sebos eram feitos os sabões, as velas e certos combustíveis. Também eram feitas as graxas para impermeabilização dos couros e tecidos para os velames de embarcações. Dos couros, calçados, parte do mobiliário e vestimentas. Pequenas embarcações e selas para a montaria. As barracas de campanhas militares e de acampamentos de viajantes. Os toldos de carretas. As bolsas para transporte de produtos vários. Os invólucros de mercadorias de exportação como o tabaco eram, muitas vezes, o próprio couro curtido e impermeabilizado com os sebos também extraídos dos bovinos.

Além disso, o couro também servia para “fazer casa, canoa, cadeira, cama, telhado, arreios, calçado, caneco” (Costa, 2004, p. 50).

Nestas passagens acima conclui-se que o couro foi matéria-prima essencial para a sociedade capitalista europeia no Prata. Nesta fase da exploração econômica primitiva, retirava-se o couro do gado, e o restante do animal (como a carne) era deixada para apodrecer no meio do campo, por impossibilidade de transporte.

Não tardou para que a sociedade platina criasse pessoas, funções e ocupações ligadas à lida campeira, e diretamente ao trato bovino. Ferreira Filho (1974) define dois tipos sociais agindo nos Pampas: o Faenero e os Changadores.

Os Faeneros eram as pessoas que caçavam o gado xucro ou chimarrão, para aproveitar o couro e o sebo. Muradás (2008, p. 143) os definem quando estes pagavam impostos pela courama. Já os Changadores eram os “habitantes clandestinos da campanha, aliados dos charruas, que recusavam qualquer obediência ao governo castelhano de Buenos Aires” (Ferreira Filho, 1974, p. 22). Muradás (2008, p. 143) diz que os changadores ou contrabandistas eram assim definidos quando vendiam o couro e o sebo aos piratas franceses no litoral, entre Maldonado e Castilhos Grande.

Muradás (2008) também comenta que os changadores “produziam graxa e courama, comercializando-as com navios portugueses, ingleses e franceses entrados no estuário”. Essas pessoas “preferiam viver sem fazer nada, de forma nômade, alimentando-se do que a Vacaria do Mar dava” (Muradás, 2008, p. 142).

Desse modo, percebe-se que a sociedade indígena-europeia que nascia no Prata estava criando suas divisões sociais e culturais.

4. O SURGIMENTO DO GAÚCHO

Entre a fundação da Colônia do Sacramento em 1680 e a criação oficial dos quatro primeiros municípios gaúchos em 1809, os confins da América do Sul foram marcados pela efemeridade dos Tratados de Paz e pela criação de uma figura social típica: o gaúcho.

Indivíduo esquecido pela civilização europeia nas pastagens do sul da América, este gênero de vida desenvolveu-se na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, permeado pelas disputas geopolíticas entre Portugal e Espanha e se ocupando na caça ao gado xucro e à obtenção do couro, inicialmente, ao contrabando na fronteira e à posterior obtenção do charque.

Costa (2004, p. 86-87) descreve esse tipo errante do seguinte modo:

Fora das estâncias, uma população errante de homens sem lei dominava os campos: índios evadidos das missões, desertores dos exércitos, contrabandistas, caçadores de couros, escravos fugidos, aventureiros e malfeitores de toda a espécie. Eram chamados faeneros, corambreros,

changadores, índios vagos, gaudérios e, mais tarde, gaúchos. Formavam bandos que cortavam os campos em todas as direções. Junto com o roubo de gado, raptavam as índias e muitas vezes assaltavam as estâncias para roubar as mulheres brancas ‘muy escasas’ na Campanha. As partidas em geral eram mistas – rio-grandenses e uruguaios acompanhados de índios atacavam tanto de um lado quanto de outro.

Reverbel (1996, p. 37) também comenta que,

Além dos desgarrados das Missões e outros representantes da população indígena, dos chamados ‘gaudérios’ e uns tantos tropeiros e desertores, o povoamento do território rio-grandense e, conseqüentemente, a composição étnica em cujo quadro surgira o tipo social do gaúcho, teve nas suas bases elementos dispersos das antigas bandeiras e outros contingentes paulistas, bem como, de modo mais orgânico, retirantes da colônia do Sacramento, migrantes de Laguna (em geral de descendência paulista), soldados da tropa de Silva Paes (lusos, cariocas, mineiros, baianos) e os decantados casais açorianos.

Reverbel (1996) define três tipos de gaúchos: o argentino, o uruguaio e o rio-grandense. Todos tendo traços em comum: seu surgimento nas áreas pampeanas (de Savanas e Coxilhas), o cavalo e o boi, a carne assada e o mate amargo, o couro e o sebo, e o contrabando. A única diferença ficaria a cargo da indumentária típica, bem diferente nos três espaços. O autor também comenta que o tipo social do gaúcho começou a esboçar-se com a primeira fundação de Buenos Aires, em 1536, chegando ao Rio Grande do Sul após 1680, sob a influência dos mesmos fatores: pastagens abundantes e enormes rebanhos bovinos sem dono.

Muradás (2008, p. 142) cita que este novo tipo social foi fruto da colonização ibérica na América. Este cruzamento étnico, de mãe indígena e pai europeu, tem seu primeiro registro em Santa Fé (Argentina) em 1617, quando “mozos perdidos”, vestidos de forma semelhante aos indígenas Charruas (com botas garrão de potro, chiripás e poncho), assaltavam as estâncias de gado.

Ainda cita que o cabildo de Buenos Aires registrou, em 1642, cuatrereros e vagabundos, que roubavam o gado das estâncias. Da mesma forma, uma carta dos padres jesuítas citava os vagos ou vagabundos pilhando as estâncias missioneiras em 1686. Em 1700 aparecem registros de changadores na Vacaria do Mar, assim como em 1705 perto de Montevideu (Muradás, 2008, p. 142).

Quanto à origem da palavra gaúcho, esta é bem diversificada. Muradás (2008, p. 143) salienta que em 1746, no interior da Campanha rio-grandense surgiram os termos gaudério e pilhadores, aquele indivíduo que acompanhava os exércitos ao longe,

substituindo o termo changador (existente desde 1729). Nessa época, Gaudério significava o indivíduo divertido, folgado.

Muradás (2008, p. 144) comenta que a palavra gaúcho foi assim definida pelas autoridades espanholas: “das gentes que se empregam em fainas de matança de reses ... tiram seus couros e negociam com os portugueses do Rio Grande, que os recebem em troca de bebidas, tabaco negro e algumas roupas”.

Viajantes pela América do Sul também fizeram uso da palavra por volta de 1770 (Muradás, 2008, p. 143). Em 1820 Saint-Hilaire diferenciou o campeiro, como o indivíduo que trabalhava nas estâncias, e o gaúcho, pilhador, ladrão que não entendia o significado de pátria.

Costa (1988), ao fazer um amplo estudo da identidade gaúcha, chega à conclusão que a paisagem física (relevo, clima, solo e vegetação) da “região” da Campanha, aliado a um estilo de vida próprio (o gaúcho pampeano) gerou um “gênero de vida” específico “representado pela criação de gado em suas grandes propriedades campestres, a herança cultural lusa e espanhola e as práticas tradicionais do gaúcho” (Costa, 1988, p. 16).

A identidade regional do gaúcho, aqui definida como o “conjunto de valores através dos quais um grupo social se reconhece e se identifica em determinado nível como pertencente a um território geograficamente comum (a região)” (Costa, 1988, p. 27) construiu-se, dessa forma, em três etapas: a etapa formadora (século XVIII a 1830), a etapa da consolidação regional (de 1830 a 1870) e a etapa da redefinição e crise regional (1870 a 1930).

Costa (1988) também salienta que a Campanha Gaúcha, este território idolatrado pelos Tradicionalistas, se definiria melhor como uma região, na Geografia. Ao dizer que “se a região existe, é um espaço vivido” (Costa, 1988, p. 20), pois ela compreende elementos administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, psicológicos, adquiridos e construídos pelo ser humano ao longo das gerações.

Ao ser um espaço intermediário entre a nação e o lugar, a Região seria o espaço mais apropriado para desenvolver o sentimento topofílico. Por fim, para Costa (1988), a região seria

um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco

regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução (Costa, 1988, p. 25).

Desse modo, percebe-se a região da Campanha Gaúcha não somente como uma região fisiográfica ou cultural, mas sim como uma região no sentido mais amplo do termo geográfico, como uma das cinco categorias de análise da ciência geográfica.

Costa conclui seu estudo ao dizer que o gênero de vida do gaúcho desapareceu quando do cercamento definitivo dos campos, entre 1870 e 1880. Essa população errante, vagabundo dos campos, se integra à sociedade em formação, não só nas estâncias, como peões e capataz, mas nos pequenos povoados também e nas fileiras dos exércitos coloniais e pró-independência.

Por fim, concluímos que, se a segunda fundação de Buenos Aires (a que vingou) se deu em 1580, percebemos que os mozos perdidos seriam a primeira ou segunda geração de mestiços nascidos na América (pai espanhol e mãe charrua).

Este tipo social (ou gênero de vida) espalhou-se pela região platina, especialmente ao longo do século XVIII, caçando o gado bravio e extraindo-lhe o couro e graxas. Além de assaltar estâncias, roubando gado, muares, equinos e até mesmo as mulheres brancas europeias. Tudo isso nos faz crer que o changador, mas tarde definido genericamente por gaúcho, era o marginalizado de uma sociedade latifundiária pecuarista em formação.

5. O SURGIMENTO DE DON PEDRO DE ANSOATEGUI

No final do século XVIII o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina estavam palmilhados por grupos de gaúches, os ladrões de gado. Dom Pedrito é um município gaúcho que foi fronteira entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Madri (1750), Santo Ildefonso (1777) e Badajóz (1801). Foi justamente nesse período, fins do século XVIII, que cresceu em importância a figura regional de Don Pedro de Ansoategui.

História orais perpetuadas pela cidade de Dom Pedrito contam que esta foi uma povoação iniciada por um desertor espanhol, fidalgo, chamado Don Pedro de Ansoategui, popularmente apelidado por Don Pedrito, devido à sua estatura alta e magra e à sua descendência fidalga. Para Lopes (1972, p. 3), Ansoategui era um fidalgo espanhol

cuja família fundou casa senhorial em Biscaia, no século XVI, na antiga paróquia de San Andrés de Echevarría, sendo este descendente de Domingo Ansoategui.

Para Lopes (1972, p. 89) Ansoategui se viu isolado na Campanha gaúcha na época das invasões espanholas ao Rio Grande do Sul (1763 a 1776). Entre 1770 e 1800, acredita Lopes (1972) que Ansoategui teria desertado do exército espanhol a serviço no Prata e, com um grupo de cerca de outros doze renegados e suas mulheres Charruas e Guenoas, construiu meia dúzia de ranchos (com armação de madeira e as paredes, janelas e portas de couro) na margem esquerda do rio Santa Maria e se dedicou a vender couro e graxa aos portugueses do Brasil e do Uruguai, em troca de fumo e manufaturas portuguesas. Para Bento (2001, p. 3) foi no período entre 1801 e 1809 que se fixou em Dom Pedrito o contrabandista de origem espanhola Pedro Ansuateguy.

Lopes (1972, p. 10) conta que histórias orais locais apontam para o nome de Vecino, um dos companheiros de Ansoategui, que morreu em combate como soldado do capitão Antonio Garcez de Moraes (1781-1843), nos Dragões do Rio Pardo. Percebemos, no entanto, que a história de Ansoategui pela Campanha Gaúcha começou antes dele se estabelecer às margens do rio Santa Maria. Ao estudarmos a origem desse grupo social, os contrabandistas, notamos que estes eram formados, principalmente, por soldados desertores da Espanha ou Portugal, que não recebiam seus salários.

Torna-se imprescindível atrelar a história do forte Santa Tecla, na atual Bagé, com Ansoategui. Desde a construção do forte, iniciado em fins de 1773, pelos Espanhóis, já se registrava deserções e a ajuda de indígenas para com os Espanhóis. No entanto, este baluarte foi tomado por forças portuguesas, lideradas pelo Coronel Rafael Pinto Bandeira, em 1776, e no dia seguinte foi derrubado. E em 1778 foi reconstruído pelo exército espanhol, para finalmente ser conquistado pelas forças portuguesas em 1801.

Rotermund (1981, p. 15) comenta que os soldados espanhóis fugidos do forte Santa Tecla em 1776 passaram a viver espalhados pelo território em conflito, opondo resistência esporádica aos Portugueses. Supõe-se que seja neste episódio de retomada do forte a favor de Portugal, que houve o início da “amizade” entre Rafael Pinto Bandeira e Don Pedro de Ansoategui.

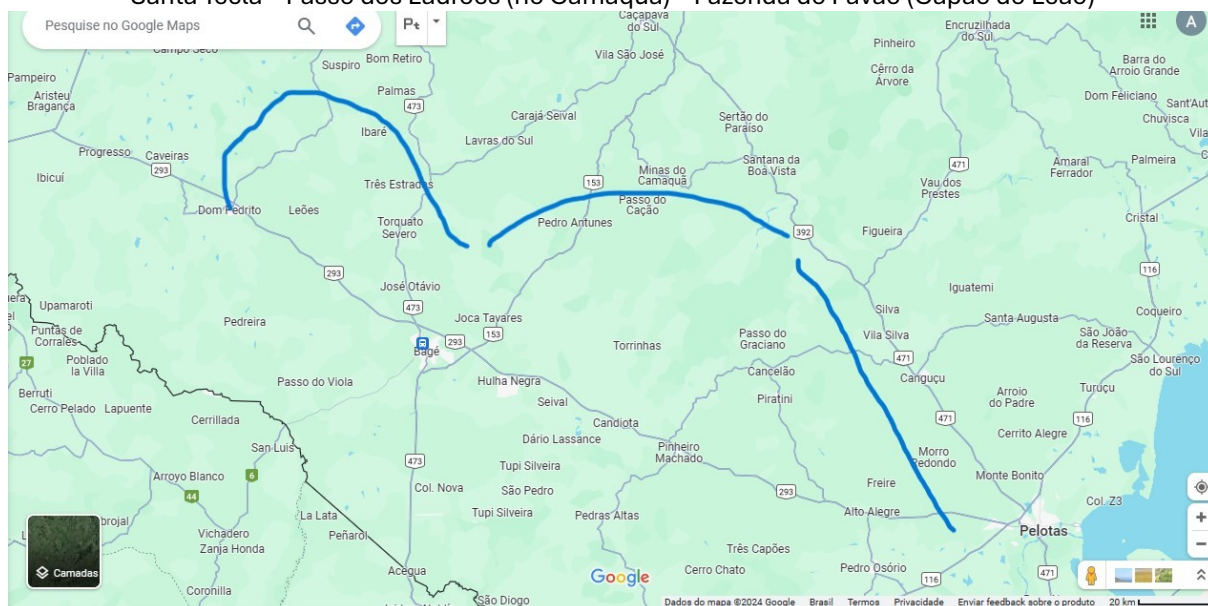
Gil (2002, p. 113-114), ao comentar a atuação dos contrabandistas na fronteira do Rio Grande e de Rio Pardo no século XVIII, cita explicitamente a atuação de Dom Pedrito e seus serviços com Pinto Bandeira, então governador do Rio Grande do Sul. Comenta

que na devassa realizada pelo Vice-Rei do Brasil em 1787, foi tomado o depoimento do furriel de Dragões Antonio Pinto da Fontoura, em 24 de novembro de 1787. Este relatou às autoridades portuguesas que ao longo dos trabalhos de demarcação do Tratado de Santo Ildefonso (entre 1784 e 1788), às margens da Lagoa Mirim, foi avistado “um espanhol por nome D. Pedro, o qual levava alguns escravos pertencentes ao dito coronel Rafael Pinto Bandeira”.

A seguir, comenta que “é provável inclusive que o referido D. Pedro se tratasse de Pedro Ansoategui, também conhecido como Don Pedrito, citado como um dos maiores changadores da Banda Oriental em 1790” (Gil, 2002, p. 114). O autor ainda salienta que Dom Pedro (comprador de escravos) fez parte do “bando” de Rafael Pinto Bandeira.

Presume-se, por este relato, que Ansoategui percorria os campos rio-grandenses e uruguaios com frequência. A Estância em questão deveria ser a Estância do Pavão, no atual Capão do Leão, que ia até as margens do Canal São Gonçalo, próximo ao rio Piratini (Figura 1).

Figura 1 – Rota provável utilizada por Ansoategui: Passo de Dom Pedrito – Passo do Taquarembó – Forte Santa Tecla – Passo dos Ladões (rio Camaquã) – Fazenda do Pavão (Capão do Leão)



Fonte: google maps. Editado pelo autor em 24 jan. 2024.

No entanto, segundo Gil (2002) relata, Ansoategui era próximo do governador do Rio Grande do Sul na época, Pinto Bandeira, que governou entre 25/01/1784 e 1788, e depois entre 1790 e 9/4/1795 (data de sua morte). Militar de carreira dos Dragões do Rio Pardo, Pinto Bandeira já era filho de um militar-estancieiro, Francisco Pinto Bandeira, um dos primeiros povoadores dos campos de Viamão. Rafael Pinto Bandeira ingressou nas

fileiras dos Dragões do Rio Pardo, aos 14 anos, em 1754, e participou de todas as batalhas do Rio Grande do Sul até 1777.

Durante a Guerra de Restauração no Rio Grande do Sul (1763-1776), Pinto Bandeira adquiriu notável reputação militar. Pinto Bandeira se destacaria como líder guerrilheiro da resistência portuguesa no Rio Grande do Sul, com os Dragões do Rio Pardo, pois este tinha “em seu cérebro todo o mapa do Rio Grande do Sul”. Suas ações eram legalizadas pela coroa Portuguesa, já que a Junta Governativa do Rio de Janeiro havia ordenado, em 6 de junho de 1763, que a luta de retomada do Rio Grande do Sul das mãos dos Espanhóis seria feita através de guerrilhas.

A base dessas guerrilhas estava nas Serras dos Tapes (atual Canguçu), e na Serra do Erval (atual Encruzilhada do Sul), mas Pinto Bandeira estava lotado no forte de Rio Pardo (junto aos Dragões). Assim, entre 1775 e 1776 Pinto Bandeira foi o principal responsável pelas ações guerrilheiras que expulsaram os espanhóis do forte São Martinho e Santa Tecla, além de fazer constantes ataques guerrilheiros contra o exército espanhol estacionado em qualquer paragem.

Além disso, ele e seu bando contrabandearam gado, apropriaram-se de terras, trucidaram, aprisionaram e expulsaram nativos e castelhanos, amedrontaram seus companheiros, e, para a Coroa portuguesa, conquistaram e reconquistaram território. Quando Pinto Bandeira acampou nas proximidades do forte Santa Tecla, iniciando seu cerco, este relata em carta a Luiz Ramirez (comandante do forte), em 1 de março de 1776, que já tinha aprisionado sete soldados e 26 índios, que relataram tudo que havia no forte: inclusive a presença de vários Beledengues (Taborda, 1951, p. 9). Na mesma carta, Pinto Bandeira fala que “da gente que estava por fora [do forte] escapar-se-iam 40 homens, entre Castelhanos e índios, uns tomaram para Montevideo, e outros para as Missões” (Taborda, 1951, p. 10).

Assim, pela proximidade geográfica entre o forte Santa Tecla e as nascentes do rio Santa Maria e seus afluentes, é possível fazermos uma relação entre a deserção de Ansoategui do forte Santa Tecla e sua instalação em um passo do rio mais caudaloso na proximidade: o Santa Maria. A partir de um certo momento, após 1776, Ansoategui escolheu um passo à margem esquerda no rio Santa Maria (sabendo que ali ainda seria território espanhol) para edificar meia dúzia de ranchos de couro e assim contrabandear do Uruguai para o Rio Grande do Sul.

Este, ainda sabendo que a Coroa Espanhola flexibiliza a exportação e o comércio entre as outras províncias ao seu redor a partir de 1778, quando seus súditos são autorizados a comercializar livremente com os vizinhos do Prata, por meio do regulamento do comércio livre, Ansoategui então tem carta branca da coroa espanhola para negociar com qualquer pessoa ou empresa de qualquer nação. A fim de iludir os guardas espanhóis da fronteira, em um período que se presume antes de 1778, Ansoategui, certo de sua atividade criminosa, andava por lugares ermos. Perseguido pelas autoridades espanholas, precisou várias vezes abandonar seus ranchos e refugiar-se em outros lugares.

Notemos que Ansoategui transitava pelos Campos Neutrais, estipulados pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), e em vigor até 1801. A linha neutra tinha largura de, em torno de uma légua, nas cercanias da Estrada Geral, que ligava Aceguá a Santa Maria, passando pelas nascentes do rio Negro, Camaquã e Santa Maria, e ainda pelo forte Santa Tecla (em Bagé) e as localidades de Bolena e Coxilha de São Sebastião (futuro Distrito pedritense de Torquato Severo).

Outro espaço neutro ficaria entre as nascentes do rio Negro (Bagé), o rio Jaguarão e o rio Piratini, e a Lagoa Mirim. Nesses campos Pinto Bandeira incentivava a sua povoação (ilegal) através de estâncias, guardas ou acampamento militares.

Costa (2004, p. 87) dá fundamental contribuição ao estudo sobre Ansoategui. Ele comenta que

O comandante da guarda aduaneira de Montevideu, Cipriano Mello, num relatório de [16 de julho de] 1790, acusa Rafael Pinto Bandeira de ter vários desses bandos [gaúchos ou gauches] a seu serviço, adquirindo os couros que eles recolhiam na Banda Oriental em troca de aguardente, tabaco e roupas. 'Esos gaúchos baqueanos no tienen más pátria que su conveniência', diz Mello. Um desses gaudérios, célebre por suas tropelias na fronteira e mencionado pelo comandante aduaneiro, é Pedro Ansuástegui, mais conhecido por Dom Pedrito. Era 'basco de elevada estatura' e foi por certo tempo chefe de uma partida a serviço de Pinto Bandeira. Depois, estabeleceu-se por conta própria com uma casa de comércio numa passagem do rio Santa Maria. Em torno de sua venda formou-se um povoado, que tomou seu nome. Hoje, é a cidade de Dom Pedrito.

Assim, temos duas referências históricas a Ansoategui: em 1784 e em 1790. O período que se segue ainda apresenta-se pouco nebuloso.

Bento (2001) diz que em um mapa existente na diretoria de patrimônio do exército, os demarcadores de Santo Ildefonso assinalaram em 1792 um povoado nos rincões do que é hoje o município de Dom Pedrito. Além do mais, assinalaram também um caminho

que ligava o forte de Santa Tecla e o povoado de Dom Pedrito. Esse caminho pode ser definido por Estrada Real no mapa de 1880, disponível no Museu Municipal Paulo Firpo.

É possível que, em algum momento, Ansoategui teria se reincorporado ao exército espanhol. Esse momento parece ter sido entre 1795 (morte de Pinto Bandeira) e 1797, com a sua provável incorporação ao Cuerpo de Blandengues dela frontera de Montevideu, criado em 7 de dezembro de 1796; diferentemente do Cuerpo de Blandengues de la Frontera de Buenos Aires, que havia sido fundado em 1751. Seu objetivo era combater justamente os ladrões de gado e índios infiéis. Nada melhor do que os próprios contrabandistas, agora anistiados, que conheciam o território do Prata muito bem, para fazer tal serviço.

Em fevereiro de 1797, o governador de Montevideu, Antonio Olaguer Feliú, concedeu indulto a favor dos contrabandistas e desertores que estavam vagando pela Banda Oriental, a fim de engrossar o Cuerpo de Blandengues. Ansoategui poderia se tornar um deles.

Medeiros (2016, p. 137) cita um exemplo dessa “conversão” de um antigo ladrão de gado para militar. O autor cita o caso de “Pepe” Artigas, que era um contrabandista frequentemente citado pelas autoridades espanholas, e que ingressou no Cuerpo de Blandengues. Para este autor, este “Pepe”, el ladrón, nada mais era que o então futuro General Artigas, grande líder da independência Uruguiaia.

E ainda mais: Artigas serviu no corpo de Blandengues com Felix Azara, o fundador de São Gabriel (población de Batovi). Assim, na guerra de 1801, os dois militares foram responsáveis pela defesa das guardas de Batovi (São Gabriel), Santa Tecla (Bagé) e Melo (Uruguai). Se Ansoategui incorporou-se aos Blendengues, poderia ele estar junto a esses dois militares. Somente em 1801 Azara retorna à Espanha.

Presume-se que Ansoategui, ao retornar para o exército espanhol, ficou transitando entre a guarda do Santa Maria, em seu próprio passo, até a guarda do Batovi (futura povoação de São Gabriel), sob o comando do Tenente-Coronel José Quintana. Este posto foi usado na Guerra de 1801, quando Patrício Corrêa da Câmara repeliu o chefe castelhano José Quintana, quando este tentava transpor o rio Santa Maria, com o intuito de atacar Rio Pardo (FERREIRA FILHO, 1974, p.61). Mas, ao final da guerra, Patrício Corrêa tomou das mãos dos espanhóis esta guarda fronteira, forçando os militares a recuar ao forte de Melo (Uruguai).

Mas no povoado, que já existia desde 1792, ficaram algumas famílias civis, provavelmente descendentes dos companheiros Charruas e Guenoas de Ansoategui, e de alguns militares espanhóis.

Aqui cabe explicarmos um pouco mais sobre as guardas militares na fronteira luso-espanhola após 1777. A partir de 1778 notamos um expressivo aumento de tais guardas em ambas as fronteiras ibéricas na América. Para Camargo (2010, p. 67) as Guardas eram “pequenos postos avançados, quando muito protegidos por pau-a-pique ou por paliçadas de madeira”, construídas por diversos materiais, de acordo com sua importância, terreno e recursos disponíveis.

Essas guardas tinham um efetivo reduzido: geralmente, de três a oito homens. A guarda tinha a função de “coibir o contrabando, evitar correrias e arreadas, dar primeiro fogo ao eventual inimigo e avisar as principais posições defensivas da iminência de alguma invasão” (Camargo, 2001, p. 95).

As guardas portuguesas se baseavam no policiamento constante, “a cavalo, bem como, a manutenção de partidas, em caráter temporário, nos principais passos de rios e nos trechos de fronteira seca” (Camargo, 2001, p. 96). No entanto, as guardas portuguesas, diferentemente da espanholas, muitas vezes, faziam vistas grossas à passagem de contrabandistas uruguaios às terras portuguesas, pois essa riqueza beneficiava a economia do Rio Grande do Sul, tornando-se, assim, em “espaços privilegiados de transposição de mercadorias e de negociação de propinas” (Camargo, 2010, p. 75).

Para Camargo (2010, p. 74) as guardas portuguesas totalizavam apenas 210 soldados, nos seguintes postos: guarda do Albardão, guarda do Taim, guarda volante desde a boca do Arroio Grande até a costa do Salso, guarda do passo do Arroio Grande, guarda de São João do Erval (Herval), Guarda de Santo Antonio da Coxilha, guarda de São José da Coxilha.

Já as guardas espanholas eram: Santa Teresa, São Miguel, Ariedondo, San Antonio ou Quilombo, Melo ou Cerro Largo (URU), São José (no rio Jaguarão Chico), Santa Rosa (entre vertentes do rio Jaguarão), Santa Tecla (Bagé), Taquarembó, Batovi (São Gabriel), San Martin (São Martinho da Serra).

Por fim, ressalta-se aqui a importância histórica de um gaúche ou ladrão de gado, Don Pedro de Ansoategui, e suas ações no final do século XVIII, na região de Dom Pedrito,

Bagé e São Gabriel. Ressaltamos aqui que estas atividades de contrabando e escambo com portugueses, ingleses e franceses eram comuns à época, e muitas vezes, tolerados pelas autoridades portuguesas, mas não as espanholas.

Sendo assim, Ansoategui ilustra aqui apenas mais um exemplo dos mozos perdidos em território platino.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho debruçou-se sobre uma figura histórica e sua herança cultural sobre um espaço geográfico em específico. Após a análise das obras aqui elencadas, concluiu-se que Don Pedro de Ansoategui, responsável pelo povoamento inicial do Passo de Dom Pedrito, que daria origem à cidade, foi um típico representante da figura social dos changadores, faeneros, ladrões de gado ou contrabandistas, típicos do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina no século XVIII.

Este representava, juntamente com seu grupo marginal de indígenas charruas ou guaranis, fugitivos das reduções, um grupo social marginalizado perante a sociedade elitista pecuarista em formação no Uruguai, Argentina e Rio Grande do Sul. Numa terra sem fronteiras definidas, com poucos donos, viver de “changa” (biscates), em uma aventura quase solitária de um dia após o outro, sem obedecer a nenhum patrão ou rei, era o auge da rebeldia e aventura humana.

Por fim, esse grupo marginalizado foi sendo aos poucos aceitos pela sociedade pecuarista.

Em um primeiro momento, os gaúchos, hábeis com o cavalo, começaram a ser utilizados nos vários conflitos da região pampiana. O corpo dos Blandengues, parte do exército espanhol, concedeu anistia a estes changadores a partir de 1797, demonstrando reconhecimento às suas atividades, bem como nos afirma Muradás (2008), à sua destreza de ginete, à sua resistência à fadiga e penúrias, a seu amor pela liberdade, a seus valores pessoais e à sua lealdade a seu caudilho.

A guerra de 1801, a guerra de independência da Argentina (após 1810) e do Uruguai (na década de 1820), além da Revolução Farroupilha (1835-1845) só reforçaram a importância deste grupo social que conhecia muito bem o espaço platino e sua gente.

Terminadas as guerras, o gaúcho foi sendo utilizado para trabalhos braçais nas estâncias, como peões, que faziam todo tipo de trabalho. Mas aí já transcorria a segunda metade do século XIX. No Uruguai, o gaúcho é um símbolo nacional. Na Argentina, ele é uma figura controversa. No Rio Grande do Sul, a elite pecuarista apoderou-se de sua história, a partir de Revolução Farroupilha, e a incorporou para a sociedade, como sendo o ídolo máximo da identidade regional.

Por fim, podemos elaborar um histórico da figura controversa de Ansoategui em suas andanças pela Campanha Gaúcha.

Aqui concluímos que este estava incorporado ao exército espanhol no Prata entre 1763 e 1776. Deduzimos que este desertou do forte Santa Tecla em 1776, quando da sua provável aliança com o líder dos Dragões do Rio Pardo, Rafael Pinto Bandeira.

A partir da elevação de Pinto Bandeira a governador da capitania do Rio Grande de São Pedro (1784), Ansoategui fica livre, com a anuência deste e das guardas fronteiriças portuguesas (como a que estava no Passo dos Ladrões, atual Passo das Carretas, em Santana da Boa Vista), para contrabandear couro ao lado português, em troca de fumo, escravos e outros artefatos portugueses, que Ansoategui levava para seu comércio às margens do rio Santa Maria. Sua importância e fidelidade eram tão grande perante Pinto Bandeira, que Ansoategui chegou a ser chefe de uma de suas partidas pelo Pampa.

Entre 1784 e 1797 Ansoategui somou duas funções sociais: continuava a contrabandear couro para Pinto Bandeira e trazia para seu comércio no passo do rio Santa Maria, produtos portugueses, como roupas, fumo, louças, etc.

Em 1792 já existiu um povoado em torno de sua casa comercial. Mesmo que Pinto Bandeira tivesse falecido em 1795, Ansoategui provavelmente diminui suas atividades ilícitas, pois já não teria a conivência veemente das novas autoridades portuguesas.

Assim, resolve ele reincorporar-se ao exército espanhol no Prata, agora ao Cuerpo de Blandengues de la frontera del Uruguai, em 1797.

Presumimos que, de 1797 a 1801, Ansoategui combateu contra os Portugueses, ficando seu campo de atuação ao território que ele conhecia: desde a Lagoa Mirim até o rio Santa Maria, e ainda Santa Tecla e Batovi, sob ordenança do Coronel José Quintana.

Com a tomada de todas as guardas espanholas pela coluna de Patrícia Corrêa da Câmara na guerra de 1801, presume-se que Ansoategui voltou com seu exército ao forte de Melo (Cerro Largo), tendo voltado ou não à Europa com Félix de Azara no mesmo ano.

7. REFERÊNCIAS

- BENTO, Cláudio Moreira. **Contribuição à história de Dom Pedrito**. Dom Pedrito: [s. n.], 2001.
- CAMARGO, Fernando. Guardas militares ibéricas na fronteira platina. In POSSAMAI, Paulo César. **Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul**. Pelotas: EdUFPel, 2010. p. 67-79.
- CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801**: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio, 2001. 351 p.
- CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul – Período Colonial**. 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002. 327 p.
- COSTA, Elmar Bonés da.; FONSECA, Ricardo; SCHMITT, Ricardo. **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004. 339 p.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.98 p.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **História geral do Rio Grande do Sul**: 1503-1974. 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1974. 285 p.
- GIL, Tiago Luís. O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica: uma tentativa de aplicação das social network analysis na história social. **Anais do I Colóquio do LAHES**. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.
- GIL, Tiago Luís. Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). **Dissertação** (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2002. 224 p.
- HAMEISTER, Martha Daisson. O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727 – c. 1763). **Dissertação** (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 169 p.
- LOPES, José Antônio de Vargas Dias. **A cidade de Dom Pedrito**. Porto Alegre: Globo, 1972. 119 p.
- MARTINS, José de Souza (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. 151 p.
- MEDEIROS, Pedro Vicente Stefanello. Confuso labirinto: Um estudo sobre as bases da política agrária artiguista (1767-1815). **Dissertação** (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2016. 238 p.
- MELO, Cipriano. Informe de D. Manuel Cipriano Melo. **Sobre la otra Banda, límites, fuertes y guardías**. Buenos Aires, 16 de julio de 1790. Disponível na Suprema Corte de Justicia de la Nación (México). Disponível em: <https://sistemabibliotecario.scjn.gob.mx>. Acesso em 29 jan. 2024.

MURADÁS, Jones. A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil. 2008. 328 p. **Tese** (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008. 328 p.

REVERBEL, Carlos. **O gaúcho**. 2 ed. Porto Alegre: L& PM, 1996. 112 p.

ROTERMUND, Harry. **História de Bagé do século passado**. Bagé: Academia Bageense de Letras, 1981.

TABORDA, Tarcísio Antonio da Costa. **Santa Tecla na história da conquista do Rio Grande**. Revista O Quero Quero. Bagé: [s.d.], 1951.

THE GAÚCHO AND THE SOCIAL ARCHETYPE OF DON PEDRO DE ANSOÁTEGUI

ABSTRACT

This paper presents a bibliographic review concerning the emergence of the social type known as the gaúcho. Beginning with earliest reports in 1617 in Argentina, the study outlines their activities in the Prata region. Building on this, it focuses on the historical role of one of these smugglers/gaúchos, Don Pedro de Ansoategui, popularly referred as Dom Pedrito in the 18th century. It was attempted to describe Ansoategui's actions in connection with the typical activities of the changadores operating in Prata, with emphasis on his partnership with Rafael Pinto Bandeira, the then-governor and military commander of Dragões do Rio Pardo. Based on Historical Geography, the research seeks to identify the emergence of the gaúcho social type, characterize Ansoategui's connections with these people and Pinto Bandeira, and reflect on his life and the gaúcho culture, beginning to take shape at that time. In its initial phase, the study concludes that Ansoategui deserted the Santa Tecla fort and subsequently began smuggling leather to trade for tobacco and slaves, directly collaborating with Pinto Bandeira. At the end of the 18th century, he rejoined the Spanish army, participating in the War of 1801 in Rio Grande do Sul, before returning to the fort at Melo shortly after.

Key Words: Gaúcho; Don Pedro de Ansoategui; Dom Pedrito; Rio Grande do Sul; Pinto Bandeira.

EL GAUCHO Y EL PERSONAJE PUBLICO DE DON PEDRO DE ANSOATEGUI

RESUMEN

Este trabajo hace un análisis bibliográfico respecto al surgimiento del tipo social del gaucha. De sus relatos iniciales, en 1617, en Argentina, se hace un reporte de sus actividades en la región del Plata. Con eso, enfocamos la actuación histórica de uno de esos contrabandistas/gauchos, titulado Don Pedro Ansoategui, comúnmente conocido en el siglo XVIII por Don Pedrito. Intentamos describir la actuación de Ansoategui con las actuaciones típicas de los changadores en actuación en el Plata, y, en especial, enfocamos su asociación con el gobernador del entonces y comandante militar de los Dragões do Rio Pardo, Rafael Pinto Bandeira. Con referencias de la Geografía Histórica, buscamos identificar el surgimiento del tipo social de los gauchos, caracterizar y hacer relaciones de Ansoategui con los gauchos y con Pinto Bandeira, además de reflexionar sobre ese género de vida, y la cultura gaucha que entonces empieza a desarrollarse. En una fase inicial, esta pesquisa ha concluido que Ansoategui abandonó el fuerte de Santa Tecla, y enseguida empezó a contrabandear cuero a cambio de tabaco y esclavos, directamente con Pinto Bandeira. Al final del siglo XVIII se reincorporó al ejército español, aun participando de la guerra de 1801, en Rio Grande do Sul, regresando al fuerte de Melo, luego enseguida.

Palabras-Clave: Gaucho; Don Pedro de Ansoategui; Don Pedrito; Rio Grande do Sul; Pinto Bandeira.

Enviado em: 07/12/2024

Aceito em: 09/09/2025

A ESCOLA DO TRABALHO DE MOISEY PISTRAK: CONTRIBUIÇÕES PARA A SUPERAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PÚBLICA PERIFÉRICA NO BRASIL

Luiz Claudio Rosa de Oliveira¹

Cleder Fontana²

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar o contexto de formação da pedagogia socialista durante o movimento revolucionário Russo de 1917. Utilizando como referência as concepções do pedagogo soviético Moisey Mikhaylovich Pistrak (1888-1940), em especial, a obra *Fundamentos da escola do trabalho* (1925). A publicação tem grande relevância para o desenvolvimento educacional da população russa e para a sua inserção em atividades trabalhistas mais complexas. A partir disso, analisar e comparar o contexto nacional evidenciando os aspectos que fazem da educação capitalista um fator determinante para problemas sociais como a evasão escolar nas escolas públicas periféricas e projetando as possíveis contribuições da pedagogia socialista. Desta forma, o presente estudo tem natureza documental e bibliográfica, com problematização fundamentada na vivência docente e observação do quadro de evasão escolar no Colégio Estadual Profª Edna May Cardozo, localizada no bairro Camobi, cidade de Santa Maria - RS.

Palavras-chave: Pedagogia socialista; Escola do trabalho; Evasão escolar.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No contexto atual, o elevado índice de abandono escolar, analfabetismo ou até mesmo a falta de oportunidade de acesso à educação básica é uma realidade bem conhecida por milhões de brasileiros, a semelhança entre essa condição e a educação na Rússia pré-revolução de 1917 motivou o presente trabalho.

Contrapondo-se a essa realidade, a quebra das correntes que controlam o aparato escolar na educação capitalista está diretamente relacionada com a solução deste problema. Pois, a própria possui seus interesses voltados para o mercado e, portanto, tem a meritocracia como um pilar ideológico da hegemonia do capitalismo, justificando as desigualdades da sociedade moderna. Nesse contexto, o indivíduo interage com o mercado segundo os méritos que tem e os seus direitos advêm dos

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria

² Professor de Geografia no Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGEO-UFSM) e do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO) da Universidade Federal de Santa Maria

mesmos também, em contrapartida, na ausência de méritos o indivíduo é excluído. Esse direcionamento é o que aprisiona a educação a necessidade de se adequar para atender as imposições do mercado, condenando milhões de pessoas a um ciclo de pobreza.

Dessa forma, o debate sobre a educação soviética trás aspectos pouco abordados em decorrência da herança cultural norte americana, mas que podem alertar para a formação de uma nova educação que vise menos o individualismo da meritocracia e mais o coletivismo, contribuindo não mais para o afastamento do pensamento crítico e do trabalho, mas para a união desses fatores. A quebra desse ciclo é fundamental para a melhor qualidade de vida dos cidadãos e possibilidade de aprimoramento das suas respectivas vocações profissionais.

Nesse sentido, a presente pesquisa se debruça sobre a obra *Fundamentos da escola do trabalho* (1925) do pedagogo soviético Moisey Mikhailovich Pistrak (1888-1937). Onde o autor discute a essencialidade da escola nos interesses políticos e ideológicos da sociedade, pois a mesma, interfere diretamente na estrutura econômica uma vez que está presente no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e alicerçados nisso, tentam desenvolver soluções justas para as contradições citadas anteriormente.

A partir do estudo das contradições da educação como objeto de dominação de classe, e dos conceitos apresentados por Moisey Pistrak em relação a pedagogia socialista, averiguar se os itens abordados estão presentes na realidade das escolas públicas periféricas e de que forma as contribuições do educador soviético podem somar a educação nacional, com base no cotidiano e do levantamento dos principais contratempos que levaram jovens das modalidades de ensino médio e EJA do Colégio Estadual Profª Edna May Cardozo a evasão escolar.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA SITUAÇÃO SOCIAL RUSSA

2.1 A monarquia Czarista e a escassez de direitos sociais

A revolta dos camponeses e operários durante o final do século XIX e início do século XX geraram uma forte pressão que contribuiu para os primeiros indícios de legislação voltada a proteção do trabalhador, as quais possuíam os seguintes parâmetros e limitações:

Em cada cem operários, apenas 17 são abrangidos pela previdência. Estabelece-se o seguro por doença e por acidentes na produção, concedem-se subsídios às mulheres grávidas e parturientes. Mas não existem pensões por velhice, nem por invalidez, nem por perda do amparo da família. O direito do operário ao subsídio por doença é estabelecido em 50% a 75% do seu salário, se tiver família a seu cargo. Aos operários sós o subsídio oscilava entre 25% e 50% do salário. (Lissitsine et al. apud Prieb, 2019, p.30).

As normas das primeiras legislações de amparo ao proletariado russo estavam distantes do ideal, mantendo cada operário em uma situação bastante precária. A disparidade financeira e de concentração de terras era tão grande entre as classes que poderia ser comparada a um abismo, como é relatado: “a propriedade de terra no tempo do czarismo era brutalmente concentrada. 2/3 estava em poder da família do czar, da igreja e latifundiários, enquanto a grande massa de camponeses médios e pobres ocupavam somente 37% das terras” (Prieb, 2019, p.30). Além disso, as características do sistema de produção capitalista eram cada vez mais evidentes à medida que ele se expandia, o que favorecia o dissolvimento do campesinato e o aumento do número de proletários, como é elucidado:

No início do século XX, o proletariado russo somava aproximadamente 22 milhões de pessoas. O que equivalia a 18% da população, incluindo-se no cálculo os familiares. O número de trabalhadores empregados em grandes indústrias ou de transportes somava 3 milhões de trabalhadores. Na verdade, a força do proletariado russo não se dava no número de membros, mas sim, no nível de consciência de classe conquistado. (Kalistóv, apud Prieb, 2019, p.30)

Os métodos da nobreza, latifundiários e burgueses visavam o controle da grande massa através da repressão aos movimentos sociais, implantação definitiva do capitalismo e acumulação do capital. No entanto, além dos objetivos da burguesia, essas medidas fomentaram resultados opostos. Uma vez que o aumento da desigualdade e do proletariado, juntamente com as consequências da adesão da Rússia a conflitos bélicos como na Guerra contra o Japão (1904-1905) onde os russos foram derrotados e tiveram sua crise econômica e social agravada “a guerra produziu depressão econômica (mais de 1 milhão de trabalhadores foram servir no exército), que trouxe desemprego e descontentamento para as fábricas. A ineficiência do esforço de guerra era perceptível e contribuiu para o declínio da popularidade do governo.” (Novaes, apud Prieb, 2019, p.31) e, posteriormente, a participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), onde:

Não só os soldados sofriam os efeitos da guerra. A população russa teve sua vida alterada pelo custo econômico e social do conflito. A jornada de trabalho,

que antes da guerra era de 10 a 12 horas, foi ampliada para 14 a 16 horas. Os salários, que já eram baixos, foram reduzidos devido ao esforço de guerra. Para as mulheres, a situação era ainda pior. Elas trabalhavam tanto quanto os homens; no entanto, recebiam salários duas a três vezes menores do que seus colegas homens. (Borodíne et al. apud Prieb, 2019, p.31).

Foram os gatilhos necessários para o fortalecimento da ideia do comunismo, pois a precariedade na condição de vida do proletariado “traz junto de si a revolta por demandas populares e acabam-se as ilusões de formação de uma classe média russa.” (Prieb, 2019, p. 31). Também é necessário ressaltar que após tanto tempo em situação de guerra a Rússia enfrentava uma “dura recessão e uma explosão inflacionária. A produção industrial ficou reduzida em $\frac{1}{4}$ entre 1913 e 1917, enquanto a produção agrícola teve um desempenho ainda pior, ficou reduzida a $\frac{1}{10}$ da produção de 1913.” (Maddison, 1992, p. 80, tradução nossa). Dessa forma, a revolta com o Czar já não vinha somente do proletariado, mas também já havia descontentamento por parte da própria burguesia. Sendo assim, independente da ideologia política todos as parcelas da população russa estavam próximas pelo desejo de retirada do conflito e dissolução da monarquia czarista.

2.2 A queda do Czar, a guerra civil e os primeiros avanços na educação

No dia 26 de fevereiro de 1917 o Czar Nicolau II não conseguiu mais segurar a insatisfação social e revolta do povo russo e o fim da monarquia russa se tornou realidade através de uma Revolução. A partir disso, o governo russo ficou dividido entre dois partidos revolucionários, sendo: o primeiro o partido Menchevique que defendia que o proletariado deveria se aliar à burguesia liberal e em seguida ambos deveriam trabalhar para desenvolver o capitalismo integralmente e somente após sua plena instauração desenvolver o socialismo e, o segundo, o partido Bolchevique que defendia que o único aliado possível da classe operária seria o camponês, pois ambos sofreram com a opressão das classes dominantes, e após a revolução do proletariado chegariam comumente ao socialismo.

Após os primeiros meses da queda do regime czarista o governo provisório perdeu muita popularidade. Pois, se absteve de qualquer mudança nas questões agrárias que favorecessem o camponês. Além disso, sobre o argumento de que a continuidade da

Rússia na Primeira Guerra Mundial seria fundamental para garantir a ampliação das conquistas da revolução mais uma vez não atendeu a demanda e necessidades populares. A partir disso, a indignação popular e uma tentativa de golpe de estado foram os estopins necessários para a ideia de uma nova revolução, dessa vez do proletariado.

A tentativa de golpe de Estado foi o incidente final e necessário para que a perspectiva política de Lênin tivesse força. Os operários e soldados russos fizeram oposição massiva contra uma nova ordem de governo ditatorial. Os militares começaram a abandonar os campos de batalha da Primeira Guerra, os camponeses intensificaram seus protestos e as ideias de Lênin ganharam maioria dentro dos soviets. (Sousa, 2023, n.p).

A revolução aconteceu no dia 25 de outubro de 1917 e além da retirada da Rússia da primeira guerra mundial também foi responsável por uma série de medidas que implicariam diretamente na vida da burguesia russa, como:

Um decreto apresentado pelos próprios camponeses que determinava o novo sistema de distribuição das terras e as formas do seu usufruto etc. O decreto satisfaz as aspirações seculares dos agricultores: receberam cento e cinquenta milhões de hectares sem compensação. [...] A dívida dos camponeses, que ascendia a mais de três milhões de rublos de ouro, foi cancelada. (Guber, 1976, p. 14, tradução nossa).

Evidentemente, essas entre outras mudanças geraram revolta não só na antiga classe dominante que residia na Rússia, mas também na burguesia dos demais países capitalistas sobre o temor de uma possível inspiração sobre os trabalhadores do restante do globo. Dessa forma, entre os anos de 1918 e 1920 a Rússia viveu uma Guerra Civil entre burgueses e proletários que “além de matar milhares de soldados, submeteu outros tantos milhares de civis à morte pela fome e doenças. A produção industrial despencou; a produção agrícola reduziu-se à metade, sendo insuficiente para saciar a fome da população.” (Prieb, 2019, p.36). Ou seja, tanto antes quanto depois da revolução a população russa foi submetida a múltiplos sacrifícios que um a um foram superados para a construção do socialismo. Para reestabelecer o desenvolvimento econômico o governo Bolchevique tinha como principais objetivos reconstruir as atividades industriais e agrícolas, juntamente com a ambição de combater o elevadíssimo número de analfabetismo, pois somente assim seria possível qualificar a mão de obra e possibilitar outros avanços sociais.

A tarefa de alfabetizar a população foi satisfatoriamente alcançada após a implantação do I Plano Quinquenal (1928-1933), como esclarece o dado:

Até o final de 1927 mais de 10 milhões de adultos já tinham sido alfabetizados, durante o período de vigência do I plano Quinquenal esse número passou de 20 milhões, além de que a quantidade de alunos nas escolas aumentou em 50%. O número de trabalhadores especialistas com curso superior passou de 90 mil em 1928 para 184.500 em 1932 e o número de professores de 1928 a 1930 aumentou em 50 mil. (Diúnin, apud Prieb, 2019, p.43)

Somente foi possível atingir números tão satisfatórios por conta do esforço de alguns revolucionários que contribuíram no desenvolvimento de um novo método educacional ainda no contexto da revolução russa, como: Lenin (1870-1924), Krupskaya (1868-1939), Lunacharsky (1875-1933), Pistrak (1888-1940), Makarenko (1888-1939), entre outros. A nova escola soviética deveria romper com os métodos tradicionais, possibilitando “às pessoas toda visão de mundo, irreconciliável com qualquer reação, com qualquer defesa da opressão burguesa.” (Lênin, apud Krupskaya, 2017, p. 245). Além da plena alfabetização e formação técnica, como aconteceu:

A liquidação do analfabetismo e a elevação da instrução do povo eram asseguradas graças à reestruturação do trabalho das escolas de ensino geral e superior. Por todo o país foram inauguradas novas escolas secundárias. O ensino superior tornou-se acessível a todos quantos desejassem adquirir. O ensino nas Universidades, institutos e escolas técnicas tornou-se gratuito. (Diúnin, apud Prieb, 2019, p. 43)

A continuidade do trabalho aborda as principais concepções e métodos utilizados e registrados pelo pedagogo e pedagoga soviéticos Moisey Pistrak e Nadejda Krupskaya, mais precisamente, nas obras *A construção da pedagogia socialista* (2017) e *Fundamentos da escola do trabalho* (2018). Revisita-se essas contribuições para, posteriormente, analisar possíveis contribuições dessas práticas do período revolucionário russo no combate a evasão escolar no cenário da escola pública e periférica brasileira.

3. A ESCOLA ÚNICA DO TRABALHO SOCIALISTA

Os autores pioneiros da educação soviética se baseiam na proposta do filósofo Karl Marx (1818-1883) para a educação que descreve 3 elementos essenciais da composição da pedagogia socialista que quando trabalhados de forma simultânea alcançam as circunstâncias necessárias para o desenvolvimento dos objetivos almejados, sendo:

Primeiramente: Educação mental. Segundo: Educação física, tal como é dada nas escolas de ginástica e pelo exercício militar. Terceiro: Instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e, simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios. (MARX, 1982, p.82).

As expressões utilizadas por Karl Marx “princípios gerais” e “todos os ofícios” referem-se a todos os ramos do trabalho, ou seja, a tudo aquilo que perpassa a vida independente da produção, na escola socialista o estudante deverá ser preparado para viver em uma sociedade cooperativa e sua essência é explicada por Moisey M. Pistrak:

A base da educação comunista é antes de tudo o trabalho tomado na perspectiva geral de nossa atualidade, o trabalho socialmente consciente, na base do qual se forja inevitavelmente uma determinada compreensão da realidade atual, isto é, o trabalho que introduz a criança desde o início no trabalho socialmente necessário na atividade das pessoas. (Pistrak, 2018, p.147).

Para tal propósito, o autor demonstra que uma escola que apenas oferece as instruções referentes as atividades de trabalho não é suficiente para o estudante, visto que é fundamental que haja uma integração direta e real do estudante com o trabalho social, ele precisa participar do mesmo, observar a realidade e a entender a partir da sua atuação e interação com os trabalhadores nos diferentes ramos do trabalho. Quando a escola utiliza de tal método, Pistrak afirma que o estudante desperta impulsos e emoções que conduzem a uma compreensão e apreço distintos em relação a realidade em que está inserido, além disso: “Transformam o ensino desapaixonado na escola em algo distinto, bonito, cheio de energia, entusiasmo e ímpeto revolucionário e que forja um método de abordagem para a vida, com convicção e uma visão de mundo.” (Pistrak, 2018, p.147). A partir disso, os princípios que diferenciam a escola idealizada pelos autores soviéticos das escolas do trabalho desenvolvidas pelos burgueses norte-americanos e europeus estão claramente evidenciados.

No seguimento da sua obra Moisey M. Pistrak ainda destaca três importantíssimos resultados que surgem a partir da abordagem soviética do trabalho na escola.

A primeira diz respeito a essência da educação e é esclarecida da seguinte forma:

educar socialmente uma pessoa significa dar ela informações de apoio para resolver a contradição entre o “eu e o outro”, entre o “indivíduo e a sociedade”, isto é, dar o fundamento para a avaliação ética de si, como um membro da sociedade, para resolver a questão sobre seu lugar nesta grande luta que é tão densa na atualidade. (Pistrak, 2018, p.148).

Nesse contexto a escola juntamente com outras instituições (Organização dos pioneiros, Juventude socialista, Juventude comunista, soviets...etc.), cumpre o papel de entidade formadora, pois há a necessidade de dar fundamentação as pessoas para que participem do processo revolucionário. Dessa forma, a educação serve como alicerce para o desenvolvimento do novo cidadão e deve formar um participante dos movimentos sociais, para isso não basta expor a criança ao conhecimento se a utilização do mesmo é conduzida por terceiros ao longo da sua jornada, mas: “A escola soviética deve ter tal organização que a criança, pela marcha da vida escolar, diariamente, se vê na contingência de responder para si mesma esta questão – “eu e o outro” – e responder com precisão, unicamente pela forma justa.” (Pistrak, 2018, p.148).

Desse modo, o método soviético é voltado para sempre que possível sujeitar o estudante a circunstâncias onde essa questão é colocada em jogo e o mesmo deve procurar o meio mais viável e justo para resolvê-la, a partir dessa prática cada vez mais responder as questões sociais se tornará não mais parte de um método de ensino, mas uma necessidade interna do aluno. Essa finalidade só pode ser alcançada por uma pedagogia inserida na vida que fornece contato direto do estudante com o trabalho social que se torna o grande instrumento formativo da pedagogia socialista, visto que além de destacar as contradições sociais e moldar os princípios para uma sociedade cooperativa, também cumpre uma finalidade educativa fundamental, o trabalho “organiza” o aluno para a atuação individual e coletiva.

O segundo resultado citado por Pistrak diz respeito ao papel cultural da escola, que cresce com base no trabalho, sobre isso o autor descreve o olhar dos marxistas para com a educação da seguinte maneira “Olhamos para a escola como uma superestrutura cultural edificada sob um determinado modo de produção e, portanto, também as relações sociais não dependem da vontade dos indivíduos e dos reformistas.” (Pistrak, 2018, p.149). Em uma sociedade em que existe uma divisão entre as classes, existem dois cenários possíveis: No mais provável a educação irá atender as necessidades e interesses da classe dominante e nessa circunstância evidentemente não há nenhum indício de que a escola desempenhará qualquer atribuição cultural que tenha enfoque no desenvolvimento da autonomia da classe oprimida; No segundo cenário a utilidade da escola como agente de atribuição cultural é encoberto pelas classes dominantes, tornando o magistério um subordinado muitas das vezes inconsciente, panorama muito

comum nos países progressistas. Após a revolução esse cenário muda na Rússia, pois é retirada a influência das relações de produção sobre as relações sociais e com isso, as transformações da vida se submetem a vontade da classe trabalhadora sendo conduzidas para o bem coletivo, esse novo cenário possibilita uma mudança significativa nas ambições revolucionárias, as quais são expostas por Lênin no seu texto “Sobre a cooperação” e mencionadas por M. Pistrak:

A mudança radical consiste em que, anteriormente, o centro da gravidade encontrava-se e devia mesmo se encontrar, na luta política, na revolução e na conquista do poder etc. Mas agora, o centro de gravidade se desloca na direção de uma organização pacífica do trabalho ‘cultural’ [ênfase posta por M. Pistrak]. Eu estou convencido de que o centro de gravidade para nós transfere-se para o trabalho intelectual. (Lênin apud Pistrak, 2018, p.152).

A sociedade socialista essencialmente necessita de um estado de plena cooperação do seu povo e para isso, o trabalho cultural voltado para o camponês se faz necessário, visando instruí-lo para que compreenda os benefícios da participação de todos na cooperação e se auto-organizem para a mesma, visto que: “plenas condições de cooperação incluem em si tal cultural de campesinato (precisamente o campesinato como massa colossal) está plena cooperação não é possível sem uma completa revolução cultural. [ênfase posta por Pistrak]” (Lênin apud Pistrak, 2018, p.153). Dessa conjuntura, emerge o papel essencial da escola que atua em simultâneo com o trabalho geral e com a construção socialista no processo de reconstrução dos moldes da vida, sendo “auxiliar em todo o desenvolvimento produzido unicamente pela vontade dos trabalhadores.” (Pistrak, 2018, p. 153). Na prática, dessa interação se concretiza a revolução cultural, pois supõe:

Em primeiro lugar, a participação no trabalho geral e também a existência de formas específicas de trabalho, que ligam diretamente a escola e a vida (trabalho social da escola); e em segundo lugar, o desenvolvimento máximo dos momentos de trabalho coletivo, com os quais a escola como um todo, pode e deve atuar como um coletivo de trabalho organizado. (Pistrak, 2018, p. 154).

A escola atua como centro cultural, pois responsabilizasse com a introdução do estudante gradativamente ao trabalho em seus diferentes ofícios ao mesmo tempo que o transforma em um membro ativo da construção dos princípios da sociedade cooperativa por meio do trabalho coletivo e organizado.

E por fim, o terceiro resultado mencionado por M. Pistrak que se refere a ligação do trabalho com a ciência, mas não em uma perspectiva de formular métodos de

trabalho sustentados no ensino formal das disciplinas que integram todas as áreas do conhecimento, mas em encontrar o lugar do trabalho e da ciência no sistema geral da educação soviética. Segundo o autor a discussão diz respeito as finalidades gerais da educação do povo, requeridas pelo novo regime soviético, onde:

O trabalho é definido como a participação ativa na construção da atualidade, na escola e fora dela, e a ciência como uma prática generalizada e sistematizada, isto é, como uma interpretação desta atualidade para a determinação do lugar de cada um nela. Quer dizer, não é a imediata junção do ensino e processo de trabalho, mas a sua ligação com as finalidades da vida. (Pistrak, 2018, p.154).

Dessa forma, não há a exigência de que as atividades práticas relacionadas ao trabalho geral na escola sejam unicamente realizadas com base no conteúdo teórico e tampouco que a teoria seja precipitadamente colocada a prova durante a atividade prática. Mas que ambos sejam utilizados de maneira conjunta em benefício do desenvolvimento do regime socialista, sobre a busca por essa conexão M. Pistrak menciona “deve ser procurada na síntese natural da teoria e prática, a qual é compreensível e facilmente levada até a consciência do jovem nas finalidades dos trabalhos e atividades de ordem socialmente útil.” (Pistrak, 2018, p.155). Dessa forma, o conjunto da utilização da ciência e trabalho também atuam como auxiliar na revolução cultural em curso e conseqüentemente da formação da sociedade, diferentemente dos métodos de trabalho desenvolvidos nos países capitalistas que visam a intensificação da produção.

4. A EVASÃO ESCOLAR NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA EDNA MAY CARDOSO

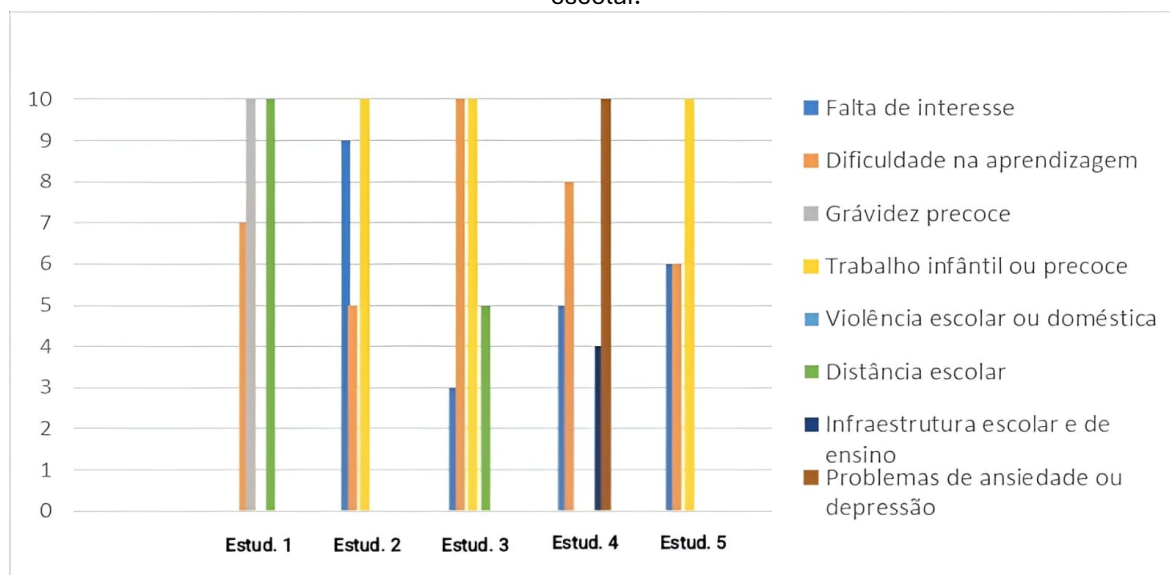
No ano de 1946 a Assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Fundo das nações para a Infância (UNICEF), cujo o principal objetivo era fornecer assistência a crianças em situação de vulnerabilidade social nos anos seguintes ao conflito bélico da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no território Europeu, na China e no Oriente Médio. Posteriormente, em 1953 passou a servir jovens de todo o mundo após se transformar em uma entidade efetiva das nações unidas. Contudo, já estava presente no Brasil desde o ano de 1950.

Recentemente, em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas de Mercado e Opinião (IPEC), para a UNICEF foram levantados os índices de evasão escolar no território brasileiro, juntamente com os principais fatores que conduzem os estudantes ao problema, a pesquisa revelou:

Entre quem não está frequentando a escola, metade (48%) afirma que deixou de estudar “porque tinha de trabalhar fora”. Dificuldades de aprendizagem aparecem em patamar também elevado, com 30% afirmando que saíram “por não conseguirem acompanhar as explicações ou atividades”. Em seguida, 29% dizem que desistiram, pois, “a escola não tinha retomado atividades presenciais” e 28% afirmam que “tinham que cuidar de familiares”. Aparecem na lista, também, temas como falta de transporte (18%), gravidez (14%), desafios por ter alguma deficiência (9%), racismo (6%), entre outros. (UNICEF, 2022).

O estudo expõe as condições que se mostram comuns na vida de jovens afetados pela evasão escolar em uma escala nacional e a partir do levante dessas circunstâncias foi articulada a questão 7 do roteiro de pesquisa de campo deste trabalho. Trata-se da tentativa de identificar o grau de intensidade que cada problema afetou os entrevistados do Colégio Estadual Professora Edna May Cardozo, em uma escala de 1 a 10, os resultados estão expostos no gráfico 1.

Gráfico1 – Grau de exposição dos estudantes entrevistados a problemas sociais que resultam na evasão escolar.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quanto mais próximo da intensidade 10 fosse a resposta do entrevistado maior seria o grau de interferência do respectivo problema sobre a sua formação, desse modo, o principal responsável pela evasão é destacado no gráfico como a coluna mais elevada e seguido por colunas menores que representam os problemas completos. A partir

disso, observamos que o trabalho infantil ou precoce se manifesta como o principal obstáculo que conduz a evasão escolar, uma vez que aparece mais vezes com o grau 10 de interferência entre o público alvo, totalizando 3 estudantes entre 5. Em seguida a dificuldade na aprendizagem que afetou todos os questionados variando entre os níveis 10, 8, 7, 6 e 5. E, logo após, o interesse pelos conteúdos abordados em sala de aula aparece como um fator incômodo para 4 educandos, nas intensidades 9, 6, 5 e 3. A distância escolar aparece duas vezes no gráfico, sendo um fator determinante para o Aluno 1 que atribui uma intensidade 10 de interferência para a adversidade, enquanto o Aluno 3 imputa uma intervenção 5. A gravidez precoce e problemas com ansiedade ou depressão foram citados apenas uma vez entre os entrevistados, porém é possível observar que ambos com o grau de interferência mais alto, constatando que quando presentes são determinantes para romper o vínculo do jovem com a escola. Por fim, a infraestrutura escolar e de ensino é mencionada apenas uma vez e como um agente complementar que pode contribuir para a evasão escolar.

Com fundamento nos resultados expostos acima, temos concretizada a verificação dos principais fatores que conduziram os estudantes das modalidades de ensino médio e EJA do turno da noite do Colégio Estadual Professora Edna May Cardozo a abandonar seus estudos antes de concluírem todas as etapas da sua formação. No próximo capítulo serão abordadas as possíveis contribuições da pedagogia socialista, frente as adversidades mencionadas.

5. O CONTRASTE COM A ESCOLA ÚNICA DO TRABALHO

5.1 Os problemas na realidade soviética

Para título de comparação entre o atual cenário da evasão escolar nas escolas públicas periféricas e o contexto soviético temos que, primeiramente, projetar um quadro semelhante entre ambos as circunstâncias comparadas, levando em consideração que a escola soviética se trata de uma estrutura formada durante um processo revolucionário e por conta disso, refere-se à introdução de novas finalidades a educação. A nova sociedade socialista que estava em formação, como mencionado anteriormente, essencialmente necessita de um estado de plena cooperação do seu povo, as obrigações e etapas da escola para alcançar essa condição estão detalhadas

no segundo capítulo deste trabalho e, portanto, não serão citadas novamente. Contudo, para identificarmos as contribuições da pedagogia socialista para o combate as adversidades encontradas na realidade dos estudantes do Colégio Estadual Professora Edna May Cardozo, precisaremos partir do princípio que os problemas citados na pesquisa de campo, apenas serão resolvidos em um contexto de sociedade cooperativa e além disso, em uma conjuntura onde a escola é tratada como prioridade máxima:

O povo trabalhador, tendo tomado o poder, não pode esquecer que o conhecimento servirá para ele como sua maior arma na sua luta por uma vida melhor. [...] por mais necessidades que tenhamos de reduzir outros itens do orçamento nacional, os gastos com a educação nacional devem ser altos: um orçamento generoso para a educação é o orgulho e glória de toda nação. (Lunacharsky, apud Krupskaya, 2017, p. 269).

Da mesma forma, era tratado o ensino do público alvo deste trabalho, a instrução de adultos também viria a receber grande atenção. Como é mencionado ainda no documento referente as linhas gerais da atividade educacional:

A luta contra o analfabetismo e a ignorância não pode limitar-se à organização correta do ensino escolar para as crianças, adolescentes e jovens. Os adultos também vão querer escapar da condição humilhante de uma pessoa que não sabe ler e escrever. A escola para os adultos deve ocupar um grande lugar no plano geral da educação nacional. (Lunacharsky, apud Krupskaya, 2017, p. 269).

A partir da consciência dos fatores que condicionaram o método soviético ao êxito, temos claros os parâmetros que devemos seguir para projetar a resolução dos problemas evidenciados em trabalho de campo. Sendo assim, o ponto de partida para a análise será a própria definição do nome atribuído a escola de Moisey Pistrak, esclarecido na *Declaração sobre os princípios fundamentais da escola Única do trabalho* (1918), escrita pelo comissário do povo para a educação Anatóli Lunacharsky, que explica de forma assertiva a definição do termo “Única” atribuído a instituição de ensino:

Todo o sistema de escolas regulares, do jardim de infância até a universidade, constitui em si uma única escola, uma única escada continua. Isso significa que todas as crianças devem entrar em um único e mesmo tipo de escola, e começar sua educação igualmente; significa que todas elas têm direito a avançar pela escada até seus níveis mais altos. (Lunacharsky, apud Krupskaya, 2017, p. 287).

A escola formulada pela pedagogia socialista se compromete a fornecer o acesso à educação para todas as crianças, adolescentes e adultos. E além disso, proporcionar uma única progressão para todos independentemente da sua classe social, garantindo que tenham a mesma oportunidade de avançar até as etapas mais avançadas da sua

formação. Ou seja, não existe a dualidade da escola capitalista que divide os alunos em uma espécie de “trilha de progressão” sendo uma que destina a universidade, onde estão as elites e a segunda, onde estão os trabalhadores que são excluídos ao longo do tempo. No contexto atual, temos o evidente exemplo da Reforma do Ensino Médio, em vigor desde 2022, após homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a mudança propõe:

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Os itinerários formativos propostos visam contribuir para um aprofundamento em uma determinada área do conhecimento ou na formação técnica e profissional (FTP) do estudante. Porém, os mesmos não levam em consideração as desigualdades da sociedade e dessa forma, são modulados de acordo com elas, uma vez que a intensidade em que cada indivíduo está exposto a esses problemas sociais em seu contexto é o que determinará até onde a sua formação irá. Observa-se que outrora, esse processo de exclusão consistia em negar o acesso à educação de qualidade as classes mais vulneráveis. Todavia, na atualidade pode-se dizer que essa é uma maneira que a educação capitalista encontrou de “excluir o quanto mantém”. A grande indagação deste tópico é que uma vez evidenciado a atenção atribuída a educação na União Soviética, como uma questão tão relevante que é capaz de tomar recursos de outros itens do orçamento nacional para o seu pleno desenvolvimento e de demonstrarmos através dos princípios da escola única do trabalho a responsabilidade em efetivamente findar com a dualidade da educação capitalista, garantindo condições de igualdade e alcance a educação para todos os estudantes independente de suas condições sociais. Temos argumentos para afirmar que os problemas de acessibilidade a escola que afetou os educandos 1 e 3 entrevistados no trabalho de campo, juntamente com os transtornos relacionados a infraestrutura escolar e de ensino enfrentados pelo estudante 4 teriam formas de amparo que favoreceriam sua resolução.

No que diz respeito ao meio para realização das atividades práticas pelo magistério, o documento referente a *Deliberação do comitê executivo central de toda a*

Rússia publicado no dia 16 de outubro de 1918 contém o regulamento das escolas da República Socialista Federativa Soviética, onde o artigo 12º elucida a utilização do trabalho físico no ensino, em meio a articulação da educação na URSS:

Artigo 12º. Na base da vida escolar deve estar o trabalho produtivo, não como meio de pagamento dos gastos de manutenção das crianças e não só como métodos de ensino, mas especialmente como trabalho produtivo socialmente necessário. Ele deve ser fortemente organizado em ligação com o ensino, lançando a luz do conhecimento a toda vida circundante. Gradualmente sendo cada vez mais complexo, devendo ir além do entorno imediato da vida da criança, o trabalho produtivo deve familiarizar a criança com uma ampla variedade de formas de produção, até as mais complexas. (LUNACHARTSKY Apud Krupskaya, 2018, p. 278-279).

O motivo do emprego do trabalho físico como um princípio fundamental do ensino é sustentado sobre duas bases diferentes, mas que facilmente se conectam, sendo a primeira:

A psicologia é o primeiro fundamento e nos ensina que apenas algo assimilado ativamente é verdadeiramente assimilado. A criança deseja mobilidade; permanece forçada em estado de imobilidade. Ela assimila com extrema facilidade os conhecimentos quando eles lhe são dados em forma de jogos ou trabalho ativo e alegre, os quais com orientação hábil unem-se; no entanto, ela é ensinada pelo livro e pelo ouvido. A criança orgulha-se com a obtenção de qualquer habilidade prática, mas a ela não é dada nenhuma. (Lunacharstky, apud Krupskaya, 2017, p. 289).

Nesse sentido, o trabalho físico se torna um grande instrumento capaz de fornecer e conduzir o desenvolvimento do conhecimento criativo, vivo e ativo do mundo. Como é esclarecido no Artigo 12º do regulamento da escola de Pistrak a complexidade dos exercícios deve ser modulada de acordo com os níveis escolares, sendo na educação básica atividades de natureza artesanal (pintura, desenho, recorte, colagem, tecelagem, bordados etc.), pois estão “em correspondência com as forças frágeis da criança e suas inclinações naturais nesta idade.” (Lunacharstky, apud Krupskaya, 2017, p. 290). Por outro lado, no segundo nível da formação, maior atenção é dada ao trabalho agrícola e nas formas de produção modernas em seus graus mais variados, sendo que o objetivo e resultados esperados de forma alguma devem se tratar de um treinamento ou profissionalização que vise desenvolver alguma capacidade ou técnica para atuação em áreas ou ofícios específicos, refere-se a segunda base que sustenta o uso do trabalho no ensino na pedagogia socialista “a educação politécnica, que dá às crianças, na prática, o conhecimento dos métodos de todas as mais importantes formas de trabalho, em parte na oficina escolar ou na fazenda escolar, em parte nas fábricas, usinas e

semelhantes.” (Lunacharstky, apud Krupskaya, 2017, p. 289). Ou seja, como mencionado anteriormente nas contribuições de Moisey Pistrak esse conceito é fundamentado nas colaborações de Karl Marx para a educação e explica que os estudantes devem ser formados também no ponto de vista daquilo que perpassa todos os tipos de produção, o que está presente no dia-a-dia. A partir disso, o método responde as predisposições pessoais de cada indivíduo: “a tendência para a moderna e avançada escola do trabalho é o desejo imediato do estudante em familiarizar-se com aquilo que mais precisa para a vida, com aquilo que nos tempos atuais joga papel dominante nela.” (Lunacharstky, apud Krupskaya, 2017, p. 289).

Ainda assim, a partir do entendimento de que o emprego do trabalho na educação soviética nada tem a ver com a profissionalização é preciso esclarecer do que ele se trata quando definido como socialmente necessário, as suas contribuições, exemplos e resultados. Para enfim, observarmos em quais aspectos o mesmo favorece a resolução dos problemas enfrentados pelos estudantes da Colégio Estadual Professora Edna May Cardozo.

A grande mudança almejada pelos pioneiros é a formatação de um método pedagógico que consiga extinguir com o isolamento entre teoria e aquilo que perpassa a existência, pois a formação dos ideais e valores da sociedade socialista necessitam de uma escola inserida na vida e para alcançar essa condição Pistrak afirma que:

O objetivo da escola não é apenas conhecer a atualidade, mas dominá-la [ênfases postas por Pistrak]. E aqui os métodos antigos de ensino são inúteis. É preciso tomar os fenômenos em suas relações mútuas, nas interações e dinâmica; é preciso demonstrar que os fenômenos da atualidade são parte essencial de um mesmo processo histórico geral de desenvolvimento; é preciso esclarecer a essência dialética do meio que nos cerca. (Pistrak, 2018, p. 45).

Frente a essa finalidade o trabalho físico além de ser o instrumento capaz de concretizar um método de ensino ativo é também uma grande ferramenta para o cumprimento das funções sociais. E, assim como mencionado por M. Pistrak, “a base da educação comunista é antes de tudo o trabalho tomado na perspectiva geral de nossa atualidade, o trabalho socialmente consciente, na base do qual se forja inevitavelmente uma determinada compreensão da realidade atual.” (Pistrak, 2018, p. 147) e como definido por Viktor Nikholaevich Shulgin:

Por trabalho social, vamos entender o trabalho de organização da escola ou do destacamento dos pioneiros, orientado para a melhoria da economia e da vida, para elevar o nível cultural do meio, trabalho que dá determinados resultados

positivos (se quiserem, resultados produtivos), isso em primeiro lugar; em segundo, é o trabalho pedagogicamente valioso; em terceiro [...] é aquele trabalho que está em conformidade com as forças dos adolescentes e com as particularidades da sua idade, porque, se o trabalho socialmente necessário não está em conformidade com as potencialidades das crianças, se as forçamos a fazer tal trabalho, o qual não podem realizar sem prejuízo para o seu organismo, ele será um trabalho inútil, que mina as suas forças e desvaloriza aquele efeito que receberiam como resultado do trabalho. (SHULGIN, 2013, p. 90).

Sendo assim, o termo “socialmente necessário” pode corresponder a quaisquer atividades que auxiliassem no processo de reconstrução da sociedade russa, apresentassem resultados concretos na melhora da qualidade de vida do povo nas aldeias e essencialmente aquelas atividades que forjassem uma percepção aguçada em relação as contradições da sociedade por meio da interação com as mesmas. Isto significa que não é suficiente que seja trabalho, tampouco que seja produtivo, basta apenas ter contribuição social, mas inevitavelmente deve ser valioso no ponto de vista pedagógico. Acrescenta Moisey Pistrak:

Não desejamos apenas uma coparticipação ativa das massas na vida cotidiana normal, mas também na criação conjunta, na participação da rápida substituição das formas, relações, organização e adaptação a todas as novas condições. As massas trabalhadoras devem, utilizando a herança do passado, construir – e construir rapidamente – o novo, o inédito, o grandioso. Isto dá marca especial à nossa atualidade soviética. (Pistrak, 2018, p. 226).

Nessa perspectiva, a obra *Rumo ao Politecnismo* (1930) do historiador, pedagogo e também pioneiro da pedagogia socialista Viktor Nikolaevich Shulgin (1894-1965) realiza um aprofundamento do conceito de trabalho social, abordando seus pontos essenciais de atuação:

O essencial consiste em que a escola faça realmente um trabalho socialmente necessário, o essencial consiste em que o conhecimento que a escola dá, que é necessário, seja realmente útil nessas condições; o essencial é que a expansão e aprofundamento destes conhecimentos sejam ditados não apenas por considerações abstratas, mas pela prática real; consiste em que os conhecimentos sejam imediatamente convertidos em prática, definindo-se, concretizando-se; o fato é que uma, um pedaço da vida empurra para o todo [Ênfases postas por Shulgin], que o dado é estudado ao longo do tempo, em mudança, no movimento, em contradições. (Shulgin, 2013, p. 67).

Além disso, também cita exemplos de exercícios práticos que obtiveram resultados sociais concretos por meio da atuação dos alunos da escola única do trabalho inseridos nos ramos mais variados da sociedade, como por exemplo a mobilização chamada de “Dia da floresta”, onde segundo Shulgin, a zona florestal Losino-logannoostrovski obteve resultados expressivos em relação ao plantio de árvores

nativas a partir do trabalho conjunto de cerca de 2.500 pessoas, as quais correspondiam a membros do Komsomol (União Leninista da Juventude Comunista), pioneiros e estudantes do primeiro e segundo nível da instituição de ensino socialista.

Na segunda-feira, 12 de maio, pioneiros, komsomolistas e crianças das regiões Bogorodski e Sokolniki plantaram 4.250 lariços, 400 mudas de pinheiros. Semearam 32 kg em 56 canteiros-viveiro em uma área de mil metros quadrados. O material de plantio permitirá arborizar uma área de aproximadamente 120 hectares. Foram cuidados 35 mil diferentes mudas em 64 canteiros, plantadas mil estacas de flores-de-noiva e córnus e 150 macieiras. Foi terminado o plantio do novo jardim, no qual foram plantadas 775 árvores e arbustos bacíferos. Pela opinião de especialistas florestais, o trabalho realizado foi impecável tanto qualitativa como quantitativamente. (SHULGIN, 2013, p. 58).

Outro exemplo são as contribuições do trabalho da escola na agricultura, o qual tiveram o objetivo de otimizar o círculo agrícola. É realizado com a cooperação dos pioneiros que são responsáveis por reunir voluntários e organizar atividades práticas que gerem melhorias nos resultados, desenvolvam melhores técnicas ou habilidades que possam ser repassadas aos camponeses em hortas comunitárias, na economia familiar, canteiros ou vilarejos, etc. O autor cita atividades como o “círculo agrícola”, onde:

Cada membro do círculo trabalha na prática com um, dois, três temas (tomates, galinhas, batatas etc.), mas não dispersa, não passa de um para outro sem completar o iniciado anteriormente. Ele trabalha sozinho. Ele troca seus fracassos e conquistas com outros membros do círculo, leva em conta sua experiência. Recebe o conhecimento necessário das conversas, brochuras, livros que lhe fornece a biblioteca do círculo, da escola, do destacamento de pioneiros. Também recebe conselhos de um agrônomo, um instrutor ou professor, que vem muitas vezes para ver o seu trabalho, pedindo a ele ajuda e conselhos. (Shulgin, 2013, p. 59).

Outro trabalho mencionado consistiu na contribuição das escolas na redistribuição de terras para os camponeses, auxiliando na introdução de técnicas de rotatividade de cultivos agrícolas, gerando a diversidade de produtos rurais e a saúde da fauna.

Nos anos de forçada alimentação vegetariana, foi particularmente importante ensinar a população as culturas novas e melhoradas, a distribuição de diferentes variedades de hortaliças através das crianças. Em 1920, quase todas as famílias que tinham estudantes na escola plantaram as melhores variedades de couve cultivadas em estufas de escolas, muitos plantaram em casa culturas de abóboras, nabos tomates etc. (Shulgin, 2013, p. 59).

A obra de Viktor Shulgin ainda expõe uma série de contribuições sociais dos alunos da escola única do trabalho que obtiveram efetividade nos seus respectivos objetivos como: Estudantes constroem marcos quilométricos nas estradas; Os educandos secretariam as reuniões gerais dos camponeses; Contribuem na luta contra

incêndios; Promovem campanhas e auxiliam na construção de pontes; Lutam pela introdução de práticas de higiene coletiva; Organizam um jardim de infância; Constroem uma cooperativa; Eletrificação da aldeia, entre outras atividades. (2013, p. 51- 60). A partir disso, verificasse que os casos mencionados embora tenham pouca ou quase nenhuma contribuição ao que se refere efetivamente ao trabalho produtivo, todos são indiscutivelmente ricos no ponto de vista social e pedagógico. Na medida que ao mesmo tempo que agregam na construção de saberes teóricos e práticos dos mais diversos ofícios, também contribuíram significativamente para a melhoria de vida do povo russo na sua localidade.

Nessa perspectiva, observasse a eficácia da escola socialista em cumprir os objetivos almejados, forjando desde os níveis mais elementares da formação um cidadão integrado e atuante da realidade social. O jovem inserido nesse contexto, através do trabalho socialmente necessário proposto pelo método escolar realiza atividades que agregam na construção da sociedade, ao mesmo tempo que na condição das suas possibilidades de contribuição realizam a sua parte na comunidade cooperativa a qual estão inseridos. Em seu artigo *Sobre a cooperação* (1923), Lenin escreve sobre a relevância e dinâmica da cooperação no contexto revolucionário:

A importância excepcional que está cooperação tem, em primeiro lugar no aspecto de princípio (a propriedade dos meios de produção nas mãos do Estado), em segundo lugar no aspecto da passagem para uma nova ordem pelo caminho mais simples, fácil e acessível para o camponês. [Ênfase posta por Lênin]. (Lênin, 1977, n.p).

Nesse contexto, a propriedade dos meios de produção sobre posse do estado possibilita que todos tenham acesso ao trabalho nos mais variados níveis e áreas de contribuição, proporcionando igualdade de oportunidades a todos os indivíduos independentemente da sua classe social ou nível formativo, além disso, os recursos advindos do trabalho na conjuntura socialista não tem a finalidade acumulativa da sociedade capitalista e a partir desse princípio são distribuídos de forma que contribua para a diminuição da disparidade econômica das comunidades.

Mas, como a interação entre os princípios teórico e práticos da pedagogia socialista e a dinâmica cooperativa da conjuntura formada no contexto soviético, podem contribuir para a resolução dos problemas mencionados pelos estudantes entrevistados, como: a falta de interesse nos conteúdos abordados; dificuldade na

aprendizagem; gravidez precoce; trabalho infantil e os obstáculos de cunho psicológicos como a ansiedade ou depressão?

Há uma complexidade muito grande na projeção da resolução de problemas de um contexto específico em um segundo o qual se difere muito. Contudo, é possível idealizar resultados a partir da forma como essas situações poderiam ser amparadas no funcionamento da sociedade soviética. Dessa forma, fundamentado na contextualização realizada, entende-se que a introdução do trabalho físico ainda na educação básica, aliado com a preocupação dos pioneiros da pedagogia socialista em fazer com que a praticidade desses exercícios prepare o estudante para tudo aquilo que perpassa sua vida e que, portanto, corresponde a aquilo que tem papel dominante em suas inclinações naturais, sanariam com os problemas relacionados a falta de interesse na escola que afetaram os estudantes 2, 3, 4 e 5.

Simultaneamente, o método de ensino ativo desenvolvido mostrou-se superior as metodologias da escola livresca, pois proporciona através da articulação entre teoria e prática, meios mais eficazes para o entendimento dos conteúdos abordados, condicionando a um cenário oposto ao descrito por todos os estudantes entrevistados que afirmaram que as dificuldades na aprendizagem são um fator contribuinte para o problema de evasão escolar.

As questões referentes ao trabalho infantil ou precoce, mencionadas pelos alunos 2, 3 e 5 e que se mostram como um fator efetivamente determinante para a condição de evasão escolar uma vez que foram citados em todos os casos na escala de intensidade 10 de interferência, também perdem o sentido na conjuntura cooperativa da sociedade socialista, uma vez que o educando é introduzido ao trabalho pela própria instituição de ensino, melhor dizendo, inserido a ocupações que estão em conformidade com suas forças e com as particularidades da sua idade e condições. De forma alguma a sua realização deve significar qualquer tipo de prejuízo para o seu organismo, fornecendo ao indivíduo a oportunidade de contribuir com o coletivo social que também cooperará para findar com suas carências, nessa realidade o trabalho atende as necessidades do aluno ao mesmo tempo que é valioso do ponto de vista pedagógico, o mesmo não se vê no dilema de escolher entre a educação e suas necessidades pessoais.

Nessa perspectiva a gravidez precoce enfrentada pela estudante 1 e que afastou a mesma da sua formação, também possui grande probabilidade de resolução, uma vez

que não há necessidade do trabalho ser produtivo, basta que contribua socialmente, nessa realidade a educanda ainda teria a possibilidade de contribuir conforme suas aptidões e possibilidades, o fato do trabalho social estar diretamente vinculado a educação contribui também para a manutenção da permanência da estudante, mesmo na condição de gravidez.

Por fim, o tópico relacionado a saúde mental que afetou drasticamente a estudante 4 entrevistada, não possui muitas menções nas bibliografias estudadas. Contudo, o documento da *Deliberação do comitê executivo central de toda a Rússia* (1918) já mencionado, o qual possui o regulamento da escola socialista em seu “Artigo 23º. No ingresso da criança na escola é requerido um minucioso exame médico para determinar seu estado de saúde física e mental.” (Lunacharstky, apud Krupskaya, 2017, p. 281), revela que todos os indivíduos matriculados na instituição de ensino, devem receber supervisão médica de suas condições físicas e mentais e posteriormente o “Artigo 22º. Todas as escolas, tanto do primeiro como de segundo graus, devem ter supervisão médica regular.” (Lunacharstky, apud Krupskaya, 2017, p.281), mostra que nos anos posteriores o acompanhamento as condições de saúde do aluno devem permanecer, condição que auxilia também a estudante 1 (Gravidez precoce). Essa condição, aliada ao relato da jovem de que ao mudar para o Colégio Professora Edna May Cardozo recebeu o suporte necessário e conseguiu contornar o problema, permite a partir da atenção dada pelos pioneiros da pedagogia socialista a saúde e bem estar dos discentes citada no trabalho de Krupskaya no segundo capítulo, concluirmos que o cenário da escola soviética é também condicionado a disponibilizar qualquer recurso ou suporte para o bem estar de cada indivíduo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação mostrou-se ao longo da história da humanidade o principal instrumento para o desenvolvimento intelectual e físico de cada indivíduo, da sociedade e do progresso de suas civilizações. É bem verdade, que no contexto contemporâneo, atuando por vezes, como um instrumento de controle, outras vezes como de liberdade. No segundo caso, faz muito mais do que fornecer fundamentação teórica e prática das

diferentes áreas de atuação, mas forja um cidadão ativo e atuante dos movimentos sociais que conduzem ao bem estar comum.

No entanto, a primeira circunstância se opõe por completo dessa finalidade. E nesse contexto, se faz necessário estudar a forma como essas correntes de manipulação das grandes massas, atuam sobre o aparato escolar na educação do sistema econômico em que estamos inseridos. O pilar ideológico da meritocracia mostrou-se eficaz no objetivo de frear a formação dos jovens das camadas mais vulneráveis, visto que escolas periféricas do país inteiro veem seus índices de evasão escolar se elevar gradativamente e a principal consequência desse atrito é um aprisionamento desses estudantes a uma condição de vulnerabilidade social, uma vez que as desigualdades da sociedade capitalista são “justificadas” pelo mesmo, enquanto simultaneamente a educação a qual não tem acesso é sua mais poderosa arma na sua luta por uma vida melhor.

Ciente disso, o objetivo geral da pesquisa consistiu em identificar as contribuições do método de ensino da Escola Única do Trabalho formulada pelo autor pioneiro da pedagogia socialista Moisey Pistrak no período pós-revolucionário russo de 1917 para a evasão escolar nas escolas periferias brasileiras. Uma vez que tem como necessidade vital alcançar o objetivo da segunda conjuntura mencionada, formar uma determinada compreensão da realidade atual em que o educando está inserido. A partir da concretização desse propósito, qualquer tentativa de utilização da educação como instrumento de manipulação, estaria condenada ao fracasso.

Desse modo, alicerçado no material bibliográfico e dados analisados, compilados e estudados ao longo desta pesquisa é possível concluir que os métodos da escola socialista seriam eficientes na luta contra os problemas relacionados a evasão escolar, pois se opõem a fase atual do sistema econômico capitalista que como mencionado anteriormente, como mecanismo de defesa para sua crise sistêmica, possui a necessidade de radicalizar suas posições liberais (defesa da liberdade individual, iniciativa privada, limitação dos poderes do Estado) e ao privatizar o estado para as elites, concretiza a própria democracia nos termos das classes dominantes, através do controle da escola que precisa se adequar a essas necessidades e do princípio exclusivo da meritocracia. Em contrapartida, os métodos de ensino socialistas mostraram-se caminhar para uma “radicalização” da democracia e igualdade ao expor as contradições sociais e moldar os princípios para uma sociedade cooperativa.

A partir disso, evidencia-se a importância de analisarmos um contexto histórico pouco abordado em decorrência da nossa herança cultural ocidental e que mesmo sobre as limitações práticas de método advindas da conjuntura capitalista em que vivemos, ainda podem fornecer elementos positivos que talvez não efetivamente necessitam ser copiados por completo, mas agregados na formulação de um novo método pedagógico direcionado ao bem estar de todas as parcelas sociais da nossa sociedade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Juliana. **Bolcheviques e Mencheviques**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/bolcheviques-e-mencheviques/>. Acesso em: 7 março de 2024.

GIL, Antônio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2022.

GIL, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUBER, A. A. História universal: tomo segundo. Moscú: Editorial Progreso, 1976.

IPEC - **Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF**. Goiás: UNICEF, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 02/08/2024.

KRUPSKAYA, Nadejda. Educação pública e democracia. In: KRUPSKAYA, Nadejda. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expresso popular, 2017.

LENIN, Vladimir. **Sobre a cooperação**: Obras escolhidas em três tomos, Edições “Avante!”, 1977, t3, p 657-662. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugueses/lenin/1923/01/04-01.htm>. Acesso em: 23/11/2024.

LUNACHARSKY, Anatoli. Declaração sobre os princípios fundamentais da escola única do trabalho. In: KRUPSKAYA, Nadejda. **A construção da pedagogia socialista**: escritos selecionados. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LUNACHARSKY, Anatoli. Proclamação do comissário do povo para a educação. In: KRUPSKAYA, Nadejda. **A construção da pedagogia socialista**: escritos selecionados. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MADDISON, Angus. **La economia mundial em el siglo XX**: rendimento y política em Asia, América Latina, la URSS y los países de la OCDE. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MARX, Karl. **Obras escolhidas três tomos**: Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. 2 ed. Moscou: Editorial Avante!, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MINAYO, Maria. **Amostragem e Saturação em pesquisa qualitativa:** Consensos e controvérsias. São Paulo: Revista Pesquisa Qualitativa, 2017.

MINAYO, Maria. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Novo Ensino Médio.** Brasília: Gov.br, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%2F2017%20alterou%20a%20Lei%20de,de%20conhecimento%20e%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20t%C3%A9cnica%20e%20profissional>. Acesso em: 13 de novembro de 2024.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo: Expresso popular, 2018.

PROJETO. **Projeto político pedagógico:** Colégio Professora Edna May Cardoso. Santa Maria, 8ª coordenadoria de educação, 2023.

PRIEB, Sérgio. **Do socialismo da URSS ao capitalismo da Rússia:** Os efeitos sociais das reformas capitalistas. Curitiba: Editora CRV, 2019.

SHULGIN, Viktor. **Rumo ao politecnismo.** São Paulo: Expresso popular, 2013.

SOUSA, Rainer. Revolução de Fevereiro. In: **Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-fevereiro.htm>. Acesso em 05 de março de 2024.

MOISEY PISTRAK'S WORK SCHOOL: CONTRIBUTIONS TO OVERCOMING SCHOOL DROPOUTS IN PUBLIC EDUCATION IN THE PERIPHERAL REGIONS OF BRAZIL

ABSTRACT:

This paper aims to analyze the context in which socialist pedagogy was formed during the Russian revolutionary movement of 1917. It uses as reference the conceptions of the Soviet pedagogue Moisey Mikhaylovich Pistrak (1888-1940), in particular, the work *Fundamentals of the Labor School* (1925). The publication is highly relevant to the educational development of the Russian population and to their inclusion in more complex labor activities. Based on this, the aim is to analyze and compare the national context, highlighting the aspects that make capitalist education a determining factor for social problems such as school dropouts in peripheral public schools and projecting the possible contributions of socialist pedagogy. Thus, this study is of a documentary and bibliographical nature, with problematization based on teaching experience and observation of the school dropout rate at Colégio Estadual Profª Edna May Cardozo, located in the Camobi neighborhood, city of Santa Maria - RS.

Keywords: Socialist pedagogy; School of work; School dropout.

LA ESCUELA DEL TRABAJO DE MOISEY PISTRAK: CONTRIBUCIONES PARA LA SUPERACIÓN DE LA EVASIÓN ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN PÚBLICA PERIFÉRICA EN BRASIL

Resumen:

El presente trabajo tiene como objetivo analizar el contexto de formación de la pedagogía socialista durante el movimiento revolucionario ruso de 1917. Tomando como referencia las concepciones del pedagogo soviético Moisey Mikhaylovich Pistrak (1888-1940), en particular, la obra *Fundamentos de la Escuela de trabajo* (1925). La publicación tiene gran relevancia para el desarrollo educativo de la población rusa y para su integración en actividades laborales más complejas. A partir de esto, analizar y comparar el contexto nacional, destacando los aspectos que hacen de la educación capitalista un factor determinante

para problemas sociales como la deserción escolar en las escuelas públicas periféricas y proyectando los posibles aportes de la pedagogía socialista. Así, el presente estudio es de carácter documental y bibliográfico, con problematización basada en la experiencia docente y la observación de las tasas de deserción escolar en el Colegio Estadual Profª Edna May Cardozo, ubicado en el barrio Camobi, ciudad de Santa Maria - RS.

Palabras clave: Pedagogía socialista; Escuela de trabajo; Abandono escolar.

Enviado em: 09/12/2024

Aceito em: 19/09/2025

ESPACIALIDADES E VIVÊNCIAS JUVENIS NA PERIFERIA: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS DO NAVEGANTES NO RIO GRANDE – RS

Leonardo Da Silva Greque Júnior¹

Juliana Cristina Franz²

RESUMO

Este estudo aborda as vivências juvenis no bairro Navegantes, Rio Grande – RS, por meio de uma análise qualitativa e das técnicas de Cartografia Social e consulta de fontes secundárias. Investiga-se como jovens de contextos socioeconômicos menos privilegiados se relacionam com o espaço urbano, explorando práticas espaciais de lazer, trabalho e educação. Os dados indicam que o Navegantes é central nas experiências dos jovens, configurando-se como um espaço de socialização e resistência cultural. Ao mesmo tempo, questões como precarização do trabalho, violência urbana e discriminação são desafios enfrentados cotidianamente. A pesquisa destaca que, embora à margem da sociedade, os jovens do Navegantes produzem os espaços onde vivem, com dinâmicas sociais próprias. A técnica de cartografia social possibilitou compreender essas práticas espaciais e concedeu protagonismo aos jovens para mapear suas experiências. O estudo aponta para a necessidade de políticas públicas que reconheçam os jovens como sujeitos de direitos e agentes na produção do espaço urbano, promovendo a cidadania plena. Assim, reforça-se a importância de um diálogo contínuo entre juventudes e Estado, considerando as pluralidades das juventudes e suas demandas específicas. Compreender as vivências desses jovens é essencial para construir cidades mais justas e igualitárias.

Palavras-Chave: Juventudes; Vivências Juvenis; Espaço Urbano; Cartografia Social.

1. INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas, os jovens frequentemente são vistos como rebeldes, e aqueles que vivem em realidades menos favorecidas tendem a ser representados como desafiadores da “ordem social”. Nesse sentido, torna-se relevante refletir sobre as experiências das juventudes que residem em bairros de contexto urbano economicamente desfavorecido. Desde o nascimento, esses sujeitos enfrentam privações materiais, têm seus direitos constitucionais e sociais recorrentemente negligenciados e são estigmatizados e marginalizados por não compartilharem das mesmas referências culturais e espaciais de grupos hegemônicos inseridos em contextos socioeconômicos mais prósperos.

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGGEO da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

² Professora do curso de Geografia e no Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGGEO da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Para Oliveira (2020), compreende-se que os jovens escolares participantes de sua pesquisa percebem a cidade, em suas múltiplas escalas, como espaço de desejo e ansiedade por experimentação. As juventudes, independentemente de sua condição socioeconômica, se apropriam da cidade e a utilizam, ora de forma convergente, ora de modo divergente, reafirmando, assim, a diversidade tanto das experiências quanto das possibilidades que atravessam as vivências urbanas juvenis. Nesse sentido, Cassab (2009) também aponta que a dimensão espacial é constitutiva da experiência de cidadania plena, posicionando as relações estabelecidas na cidade como condição que influencia a vida dos jovens urbanos, o que nos orienta a pensar as múltiplas dimensões espaciais da juventude.

Assim, o processo de perifização, criminalização, estigmatização e discriminação é um pretexto usado pelos agentes hegemônicos para o exercício da dominação e controle dos jovens de menor poder aquisitivo (Carlos, 2004; Gamalho, 2015). Os jovens oriundos das periferias têm suas práticas espaciais cerceadas nas espacialidades que não foram pensadas para eles, como as áreas centrais e espaços públicos. No entanto, esses jovens, mesmo às margens da sociedade, produzem e reproduzem ativamente o espaço onde experienciam o cotidiano, a partir de referências culturais e práticas socioespaciais distintas dos sujeitos de outros contextos, particularmente daqueles mais favorecidos socioeconomicamente e que usufruem de maior acesso aos espaços centrais e equipamentos públicos.

Dayrell (2003) compreende que é nesta fase de suas vidas que os jovens estão saindo da heteronomia familiar em busca de suas autonomias, e neste movimento, Sposito (1994) afirma que novas instituições socializadoras surgem, como o caso das ruas. Além da necessidade de compreendermos os jovens como sujeitos de direitos, temos, como sociedade e de acordo com diversas legislações que estabelecem os direitos desses jovens (BRASIL, 1988, 2013), a responsabilidade de possibilitar uma experiência plena de cidadania. Dessa maneira, a investigação sobre como os jovens vivenciam espacialmente a cidade em que moram nos permite apreender suas experiências juvenis e compreender como, nesse processo dialógico, eles se constituem em termos de suas subjetividades, ao mesmo tempo que reproduzem os espaços em que vivem cotidianamente.

Paralelamente, em diferentes tempos e em distintas escalas, outros processos ocorrem, de forma a influenciar a vida dos sujeitos jovens na escala local. Esses processos materializam-se nas cidades que conhecemos hoje, sendo também observados na cidade do Rio Grande – RS. No início do século XX, instalam-se novos empreendimentos econômicos, que se associam às atividades portuárias pré-existentes, como o caso da inauguração da Refinaria de Petróleo Ipiranga em 1937 e de outras indústrias neste mesmo período (Martins, 2022), resultando na expansão urbana e na constituição do bairro do Navegantes, alvo da presente investigação.

As diferentes realidades em que os jovens estão inseridos possibilitam distintas relações com os espaços da cidade. Contudo, precisamos entendê-los como sujeitos plurais, com diferentes modos de ser e de existir. Esses jovens, que herdaram as materialidades da desigualdade que constitui as sociedades capitalistas, encontram dentro de seus contextos e realidades formas de (re)existir às ações capitalistas que tentam homogeneizá-los e criminalizá-los, por possuírem características culturais diferentes daqueles que vivem nas centralidades urbanas, ou seja, por não viverem dentro do padrão cultural das classes dominantes. Em vista disso, este artigo tem como objetivo compreender, a partir da cartografia social, as espacialidades dos jovens moradores do Navegantes na cidade do Rio Grande – RS.

2. METODOLOGIA

Nesta seção, apresentamos os pressupostos e os caminhos metodológicos adotados para a realização do presente artigo, tendo em vista o objetivo proposto. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa que, conforme Lima e Moreira (2015), possibilita compreender de forma complexa e aprofundada as dimensões subjetivas da vida humana. Para tanto, foram articuladas discussões teóricas, consulta a fontes secundárias e aplicação da técnica de Cartografia Social (CS), que permitiu representar e interpretar, de forma participativa, as práticas socioespaciais dos sujeitos investigados.

Inicialmente, realizamos uma investigação preliminar fundamentada em referenciais teóricos que abordam juventude, práticas espaciais e produção do urbano, os quais orientaram a delimitação conceitual do estudo. Em seguida, recorreremos a

fontes secundárias, especialmente os dados do Censo de 2022 do IBGE (2023) e da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Essas informações foram organizadas de modo a favorecer a interpretação dos resultados e possibilitar a realização de inferências qualitativas acerca do espaço investigado.

Na sequência, buscando aproximar-nos das experiências dos jovens, utilizamos a técnica da Cartografia Social. De acordo com Lima e Costa (2012), essa metodologia possibilita compreender as percepções e concepções dos sujeitos sobre determinado tema, mediadas por um facilitador que garante o equilíbrio das falas e o foco nas discussões. A utilização da Cartografia Social permitiu valorizar os entendimentos dos jovens participantes e compreender como suas vivências espaciais se expressam no cotidiano da cidade.

Participaram da pesquisa 10 jovens, com idades entre 18 e 26 anos, residentes no bairro Navegantes e que tivessem frequentado escolas públicas da região. A seleção foi realizada por convite aberto junto à comunidade escolar e associações locais, garantindo diversidade de participantes. A Cartografia Social foi mediada por um facilitador, buscando equilibrar as falas e garantir espaço para que todos os participantes se expressassem.

O processo foi conduzido em três etapas: (i) mapeamento coletivo, no qual os jovens desenharam os espaços significativos de sociabilidade, lazer, trabalho e circulação; (ii) debate em grupo, para interpretação das espacialidades e identificação de conflitos; e (iii) sistematização dos resultados, consolidando os mapas e as falas em um documento-síntese que embasou a análise.

A Cartografia Social nos permitiu investigar as práticas espaciais dos jovens nas distintas dimensões da vida, respondendo ao nosso objetivo de pesquisa. Nesse sentido, a utilização da técnica da Cartografia Social nos possibilitou entender como esses jovens experienciam suas vidas e como se espacializam na cidade. Embora a CS seja uma técnica amplamente utilizada nas investigações geográficas, o reconhecimento e a valorização dessa técnica são um movimento recente, surgido após a década de 1970, que ganhou força e expressão a partir de 1990. Tensionando a cartografia mais cartesiana, a CS caracteriza-se por um pluralismo metodológico em que não há unanimidade, mas sim diferentes interpretações da técnica.

Para Faria (2020, p. 261), “a cartografia social tem se concebido como uma importante metodologia participativa para o comprometimento e a execução do papel político e social de comunidades tradicionais e grupos sociais fragilizados social e economicamente.” Dessa forma, a utilização da Cartografia Social mostrou-se um caminho para apreender as práticas espaciais dos jovens moradores do bairro Navegantes em diferentes dimensões de suas vidas. Essa abordagem permitiu valorizar as percepções dos sujeitos consultados e revelar como constroem e vivenciam o espaço urbano. Os resultados desse processo são apresentados e discutidos na seção seguinte.

3. ESPAÇO URBANO E PRÁTICAS JUVENIS NA PERIFERIA DE RIO GRANDE

O arcabouço intelectual contemporâneo a respeito da Geografia das Juventudes aguça-nos a pensar criticamente a necessidade de entender as juventudes, afastando-nos de uma visão adultocêntrica que invisibiliza e hierarquiza a forma como os sujeitos vivem as suas juventudes — ou deixam de vivê-las —, ao mesmo tempo em que questiona a racionalidade imposta pelo sistema globalizado. Groppo (2004, p. 43) compreende que “a juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres”, assim, as definições de juventude são socialmente variáveis, abarcando distintas denotações dos sujeitos ao longo do tempo, das condições culturais, materiais e espaciais em que os jovens estão inseridos (Greque Junior, 2022).

Nesse sentido, Carlos (2004, p.7) argumenta, “[...] o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela enquanto condição, meio e produto da ação humana - pelo uso-, ao longo do tempo”. Assim, pensar as dinâmicas em que estamos inseridos coloca-se como uma via para propor uma realidade diferente para todos nós, permitindo-nos experienciar de forma digna nossas vidas. Então, pensar o espaço é pensar os sujeitos como agentes produtores do espaço, logo, os jovens moradores do Navegantes são produtores dos espaços que experienciam, como afirma Gamalho (2015, p.110), “ao revelar a constituição desses sujeitos a partir de suas práticas, vislumbra-se o urbano das diferenças, mas também das opressões”. Os sujeitos de menor poder aquisitivo

convivem sob uma sistemática marginalização e criminalização, que cerceia seus acessos aos espaços públicos (Cassab, 2023), o que coloca a iminente necessidade de pensar a relação dos jovens com seus espaços, para, a partir disso, compreender os sujeitos jovens do bairro Navegantes de Rio Grande-RS.

Nas sociedades capitalistas, as possibilidades socioeconômicas e as condições espaciais são preponderantes para pensarmos o que significa ser jovem na contemporaneidade. A transformação das relações sociais e dos marcos sociais afasta, cada vez mais, o pensar nas juventudes apenas pelas faixas etárias que os sujeitos vivem, aquilo que se veiculava como marcos de transição da vida juvenil em direção à vida adulta não pode mais ser compreendido como único elemento constituidor da categoria juventude. Dessa forma, cabe considerar outros elementos que constituem e condicionam os sujeitos a realizarem suas vidas de determinada forma, como as questões espaciais, que se apresentam como essenciais para a Ciência Geográfica. Nesse sentido, de acordo com um dos precursores deste subcampo de pesquisa, a Geografia das Juventudes, Turra Neto (2008, p.435-436) aponta que

[...] não é suficiente identificar os grupos juvenis que emergem em um bairro periférico, ou numa situação central na cidade, é preciso entender as trajetórias juvenis como trajetórias ao mesmo tempo históricas (de vida) e geográficas, em que conexões e desconexões são constantemente produzidas, organizando um aqui e agora a cada passo.

Ainda conforme o autor, os estudos sobre as juventudes necessitam da Geografia que leve em consideração a relação espaço-tempo e se proponha a pensar as espacialidades humanas, vislumbrando um rigor conceitual ao investigar as espacialidades das juventudes.

Dessa forma, na perspectiva geográfica, somos desafiados a pensar a juventude dentro da trama social embebida na materialidade que as permeia, relacionando-a com as espacialidades em que se realizam como sujeitos sociais, constituem suas subjetividades e constroem suas identidades. Para tanto, as possibilidades analíticas são múltiplas, permitindo que as leituras geográficas se façam pela perspectiva de territórios, lugares ou espacialidades, sempre buscando no horizonte a relação que a classe dos sujeitos jovens estabelece com o espaço geográfico (Oliveira, 2023).

Ao analisar jovens de origem popular, Simão (2016) evidencia que suas subjetividades são moldadas pelas desigualdades que vivenciam cotidianamente. A

sociedade, ao hierarquizar hábitos, comportamentos e expressões culturais, posiciona negativamente os referenciais que marcam suas identidades. Como destaca o autor, a vestimenta desses jovens é alvo de censura, sua música é julgada como vulgar, sua linguagem é ridicularizada e seus corpos são tratados como estranhos, indesejados no espaço urbano. Nesse contexto, as práticas de lazer revelam-se como importantes indicativos das condições sociais às quais determinados grupos juvenis estão submetidos.

Em Oliveira (2020), compreendemos que os jovens escolares participantes de sua pesquisa percebem na cidade, em suas múltiplas escalas, um espaço de desejo e de experimentação. As juventudes, independentemente da condição socioeconômica, apropriam-se e se espacializam nos espaços urbanos, ora convergindo, ora divergindo dos sujeitos hegemônicos que estabelecem as normas e valores sociais considerados desejáveis. Contudo, tais referências muitas vezes se configuram como um horizonte, uma utopia regulatória que orienta e guia, mas que não se mostra plenamente alcançável, dadas as profundas diferenças que constituem os sujeitos. Essa tensão reafirma a diversidade tanto das experiências quanto das possibilidades que marcam as vivências juvenis na cidade.

Lefebvre (2000) apresenta a ideia de que o espaço deve ser compreendido em seu par dialético: espaço e sociedade. Para o autor, o espaço é simultaneamente produto das relações sociais e produtor da própria sociedade. Nessa perspectiva, Cassab (2009) afirma que a possibilidade de apropriação espacial das cidades constitui um elemento fundamental para a experiência plena da cidadania juvenil, evidenciando que as relações que os jovens urbanos estabelecem com a cidade atuam, ao mesmo tempo, como condição e condicionante de suas vivências, orientando a reflexão sobre as múltiplas dimensões espaciais da vida juvenil.

Pensar as juventudes e as experiências dos sujeitos é pensar suas espacialidades, uma vez que as práticas dos jovens são condicionadas pelas possibilidades espaciais às quais têm acesso, que, por sua vez, conduzem as formas como irão se apropriar e vivenciar determinada dimensão de suas vidas na cidade. Para Turra Neto (2008),

[...] a consideração da dimensão espacial, em seus vários aspectos (como contexto espacial de origem dos grupos juvenis; como território resultado da vivência juvenil na cidade; como circulação pelo espaço urbano; como transição da casa para a rua) permite um tratamento mais

aprofundado da multiplicidade da condição juvenil contemporânea (p.435).

Assim, as diversas relações que os jovens estabelecem com seus pares e com os espaços revelam elementos que permitem compreender as distintas dinâmicas presentes no uso e na apropriação da cidade. Cassab (2009) aponta, em seus estudos, que a desigualdade à qual alguns jovens estão sujeitos se expressa nas dimensões espaciais de suas vidas. Em suas palavras,

[...] sua condição de desigual corrobora para que tenham acesso restrito à cidade e, conseqüentemente [sic], limitados usos da mesma. O que significa afirmar que as condições de desigualdade aos quais estão sujeitos impõem, em grande medida, distinções espaciais. Ou seja, há na cidade os espaços onde esses jovens devem e podem estar e outros onde eles devem ser impedidos de circular. A distinção aqui é tratada, por tanto, a partir da dimensão espacial. É a distinção espacial, relacionada a seus bairros de moradia, um dos muitos elementos produtores dos estigmas e da invisibilidade impostas a esses jovens. É essa situação que torna esses jovens distintos (Cassab, 2009, p.150).

Tal situação nos permite questionar algumas estruturas, conjunturas e intenções que se manifestam e acessam os sujeitos de forma desigual, por meio de uma lógica de hierarquização e controle. Dessa forma, nesta relação, não se observa a efetivação de uma experiência plena de cidadania, pois, segundo Cassab (2009, p. 211), a dimensão espacial é um elemento constituinte da cidadania, já que o cidadão é o sujeito “capaz de usufruir da cidade numa perspectiva de apropriação e não como seu usuário e consumidor. Essa é uma das faces espaciais da cidadania.”

Assim, nas subseções a seguir, abordaremos os distintos elementos que constituem a vida pública das juventudes, identificando como estes podem constituir as experiências espaciais de uma vivência cidadã juvenil na cidade.

No município do Rio Grande – RS, de acordo com os dados do Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2023), residem 191.900 pessoas, sendo que a população jovem, entre 15 e 29 anos de idade, corresponde a 21,02% do total, destes, 50,29% são mulheres e 49,71% homens. No entanto, um dado bastante alarmante se destaca: os jovens, que representam 1/5 da população total, correspondem a mais da metade dos homicídios dolosos do município, de acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública (Rio Grande Do Sul, 2023). Dos 87 homicídios dolosos que ocorreram no ano de 2022, 54,02% foram cometidos contra as vidas de jovens de até 29 anos de idade, indicando a necessidade da atenção pública à

segurança da população juvenil e estabelecendo a iminência de promover escutas aos jovens, para, a partir de suas próprias reflexões, indicar e pensar outras possibilidades de experiências, em especial para as juventudes de contexto urbano menos privilegiado.

Entretanto, as experiências dos jovens do município não se resumem a tal fato. Dessa forma, a utilização da técnica de Cartografia Social possibilitou a promoção da escuta e do protagonismo dos jovens quanto à elaboração de mapas que representassem suas espacialidades. Para tanto, buscamos entender as suas práticas espaciais dentre as dimensões da vida espacial, como lazer, trabalho e estudo. Carlos (2004) afirma que a compreensão do espaço nos direciona aos agentes, ou seja, a partir das práticas socioespaciais engendradas em determinada porção do espaço, podemos compreender como este é produzido.

Nessa direção, as reflexões sobre as práticas dos agentes se cristalizam na dimensão do vivido, nas práticas cotidianas das pessoas. Assim, nas sociedades capitalistas, as cidades e o urbano surgem mediados pelos meios de produção, nos mobilizando a pensar as formas como os sujeitos experienciam as cidades e quais são suas vivências e práticas espaciais (Carlos, 2004). Dessa forma, ao discutir a cidade, Carlos (2004, p.7) salienta as práticas socioespaciais como o “[...] modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação.” Então, à medida que as sociedades produzem o espaço, elas se apropriam dele e o dominam, mas não o produzem de mesma forma, visto que as sociedades capitalistas se constituem de forma desigual.

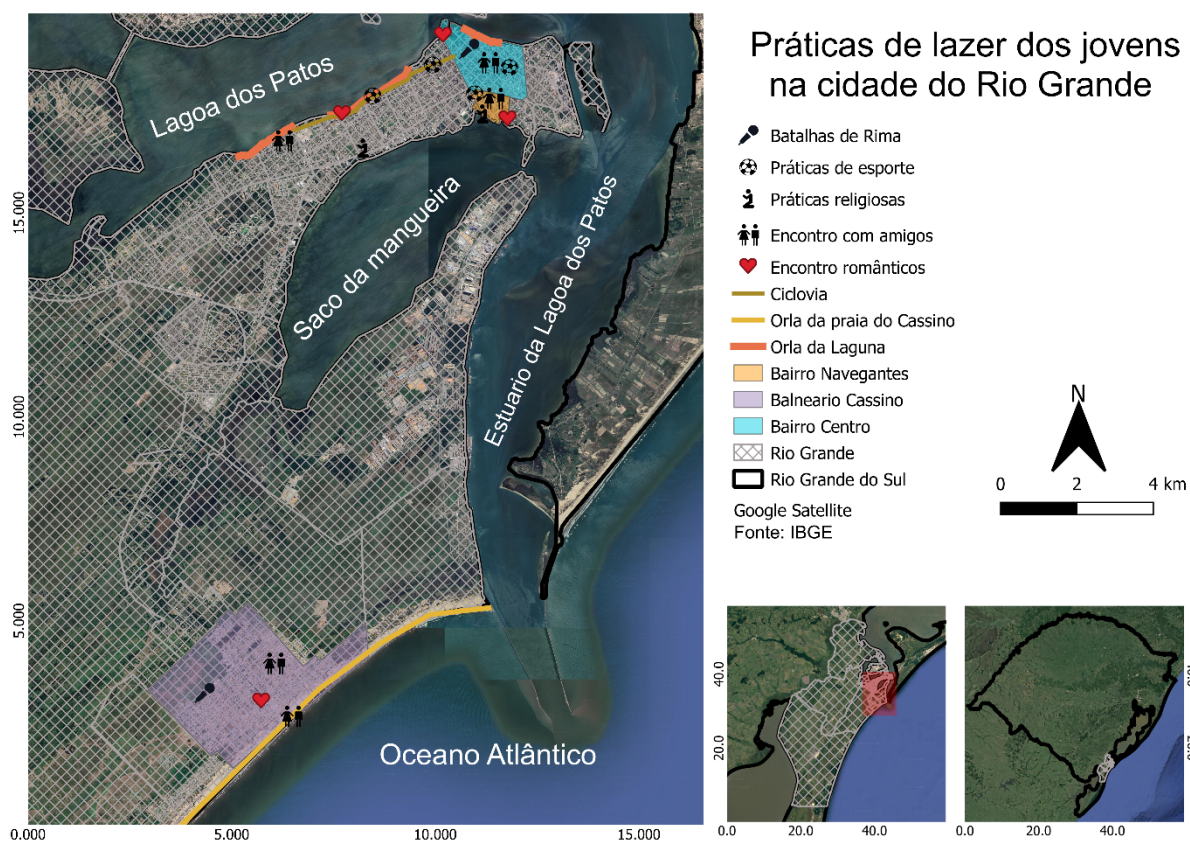
Nesse sentido, os jovens, assim como todos os sujeitos que compõem a sociedade em que vivemos, estão constituindo-se ao mesmo tempo em que vivenciam determinado período de suas vidas. No entanto, neste processo, os sujeitos não apenas se produzem em termos de suas subjetividades, mas produzem e reproduzem os espaços nos quais estão inseridos, a partir de suas práticas e da forma como se apropriam deles. Assim, pensar as juventudes é também pensar suas práticas e relações espaciais, pois, como afirma Gamalho (2015, p. 109), “através de suas práticas, experiências e processos representacionais, os sujeitos são produtores ativos do espaço.”

Dessa forma, utilizando a técnica da cartografia social foi possível compreender as espacialidades da cidade em que os jovens se apropriam e em quais momentos de

suas vidas experienciam esses espaços. Logo, no emprego da técnica, compreendemos que, para todos os participantes da pesquisa, o bairro onde moram, o Navegantes, mostrou-se como uma dimensão significativa de suas experiências juvenis.

O bairro apresenta características espaciais próprias. Embora esteja localizado próximo à centralidade urbana, reúne elementos que o aproximam de uma periferia social, distinguindo-se, contudo, das periferias espaciais situadas nas margens de outras cidades brasileiras. Como mostra a Figura 1, o município do Rio Grande – RS mantém uma profunda relação com os ecossistemas aquáticos, situando-se em uma zona de confluência entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico. Esses espaços costeiros estruturam parte significativa das experiências juvenis, com destaque para a orla da laguna e o Balneário Cassino, que se configuram como espaços de sociabilidade e lazer.

Figura 1 – Práticas espaciais dos/das jovens na cidade do Rio Grande – RS.



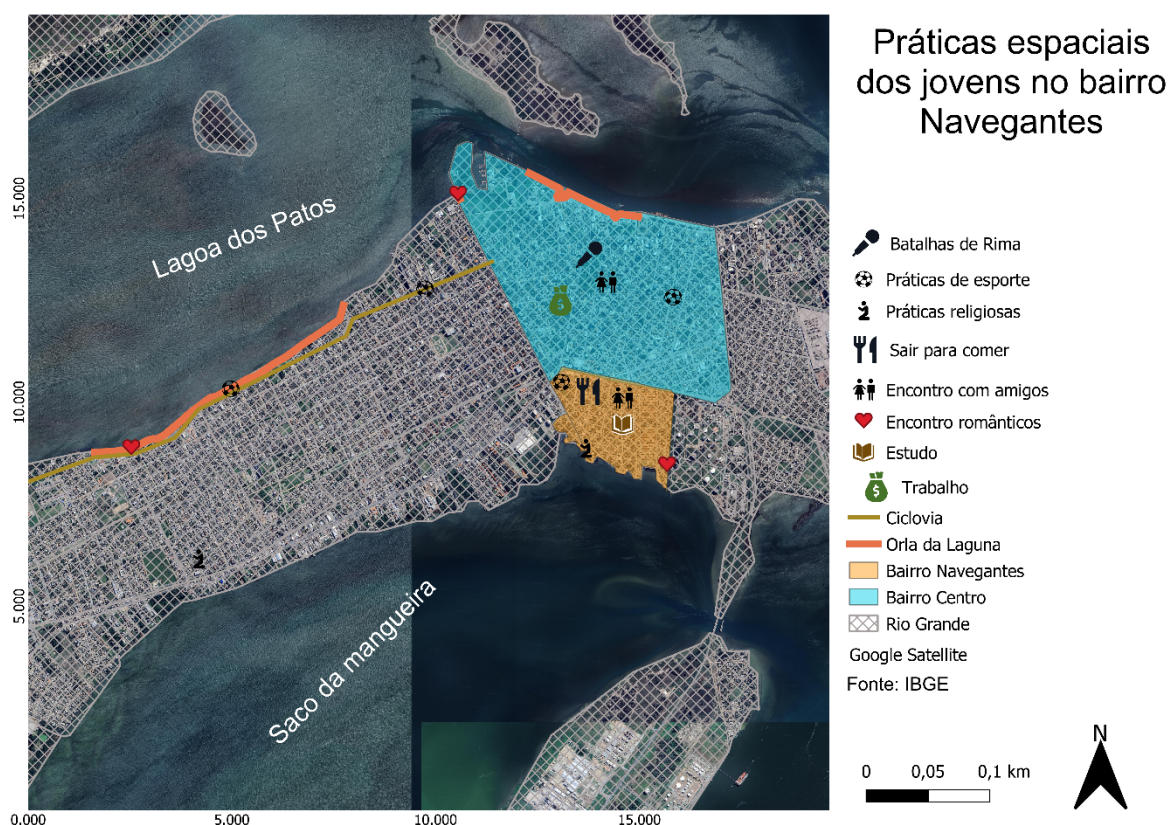
Fonte: Adaptado de IBGE (2023).

Para contribuir com o entendimento das complexas relações entre juventude, espaço urbano e práticas de lazer, autores como Benner *et al.* (2008) apontam que é “[...] nos tempos livres e nos momentos de lazer que os jovens constroem suas próprias

normas e expressões culturais, seus ritos, suas simbologias e seus modos de ser”, experienciando a liberdade por não estarem sob supervisão dos adultos e por estarem entre seus pares, o que possibilita a constituição de suas subjetividades coletivas. No entanto, diversos fatores influenciam na forma como os jovens realizam suas práticas espaciais, promovendo culturas de lazer e do tempo livre desiguais entre os sujeitos.

Os jovens destacam que as práticas de lazer são frequentemente realizadas no Navegantes, assim como em outras espacialidades. Como é possível observar na Figura 2, entre as atividades que frequentemente ocorrem no bairro estão os momentos de socialização com seus amigos, eventos como batalhas de rimas e a prática religiosa – dentre os participantes da pesquisa, apenas as religiões de matriz africana foram apontadas.

Figura 2 – Práticas espaciais dos jovens no bairro Navegantes.



Simão (2016), ao investigar os jovens de camadas menos privilegiadas economicamente, afirma que estes constroem suas subjetividades influenciados pela desigualdade que vivenciam, uma vez que a sociedade hierarquizou hábitos,

comportamentos e culturas, colocando os referenciais aos quais eles se constituem em um viés negativo. Nas palavras do autor, “sua roupa está sob alvo da censura, sua música revela-se como vulgar ou animal, sua linguagem é condenada e satirizada. É um corpo estranho que se tenta anular do cenário urbano, que se pretende não estar no espaço da cidade” (Simão, 2016, p.12). Logo, as práticas de lazer podem indicar elementos que permitam-nos compreender a situação em que determinados grupos de jovens vivem.

Além das atividades de lazer realizadas no bairro Navegantes, os jovens relataram ter cursado a educação básica em escolas da própria localidade investigada. Nesse contexto, ao analisar a dimensão educacional, particularmente a educação pública formal, condição comum aos jovens consultados, observa-se uma resposta às demandas mercadológicas.

Todavia, a formação educacional não se restringe ao processo de ensino e aprendizagem desenvolvido no interior das instituições escolares. Como destacam Dayrell (2007) e Sposito (1994), a educação também ocorre em espaços informais, a partir de experiências vivenciadas em diferentes instituições sociais e nas relações estabelecidas entre pares, como nas ruas das cidades e dos bairros em que moram. Dessa forma, a educação deve ser compreendida como um processo formativo mais amplo, que ultrapassa os limites da escola e promove o desenvolvimento de habilidades sociais e políticas, favorecendo a constituição de sujeitos críticos, conscientes e autônomos em suas decisões e, ao mesmo tempo, influenciando a maneira como esses jovens produzem e ocupam os espaços urbanos.

Nesse sentido, as práticas espaciais dos jovens não se restringem ao bairro. Eles traçam no mapa que grande parte das suas atividades cotidianas ocorre em espacialidades de outros bairros. As atividades de socialização com amigos, parceiros românticos e realização de esportes ocorrem nas orlas da costa rio-grandina, tanto da laguna quanto do balneário Cassino. Os eventos artísticos como as batalhas de rima também são realizados em outros bairros da cidade como no Centro e no Cassino (Figura 1).

No que diz respeito ao trabalho dos jovens, estes localizam-se majoritariamente no Centro da cidade, preferindo-o em detrimento de outros espaços pela facilidade no deslocamento e concentração da demanda de emprego. Porém, nem todos os jovens consultados estavam trabalhando, embora os que se encontravam desempregados

estivessem em busca de um emprego. Essa situação nos leva a refletir sobre a dimensão do trabalho nas experiências de juventudes, que não se realiza da mesma forma para todos os sujeitos. Como apontam Margulis e Urresti (2022), os jovens das camadas privilegiadas das sociedades, geralmente, gozam de um período de moratória social, que seria um adiamento à assunção das responsabilidades esperadas dos adultos como o início de uma rotina de trabalho, saída da casa dos pais e construção de novos vínculos familiares. Situação que não é experienciada pelos jovens das camadas de menor poder aquisitivo, uma vez que a forte influência das conjunturas capitalistas age na precarização do emprego e do acesso à renda, fazendo com que os jovens mais pobres precisem ingressar, prematuramente, no sistema produtivo como força de trabalho.

Assim, para as populações jovens socioeconomicamente vulneráveis, o trabalho e o acesso à renda colocam-se como condição para a vivência de suas juventudes (Dayrell, 2007), indicando a importância da promoção de ações por parte do Estado que garantam experiências dignas na realização de tais atividades. Nesse sentido, salientamos, mais uma vez, que as políticas públicas devem seguir o princípio do diálogo para suprir as necessidades da população, e não exclusivamente priorizar as demandas do mercado, como é defendido pelas agendas neoliberais. Uma vez estabelecida a vacância da administração pública nos anseios sociais, o mercado se mobiliza para capitalizar os modos de vida não mercantis (Harvey, 2012), suprimindo suas próprias necessidades, por meio de uma “falsa narrativa” de benevolência e solução mágica, como é o caso do discurso empreendedor que aparece como recurso para conformar um mundo do trabalho precário e de poucas oportunidades para os mais jovens.

Ainda foi solicitado que os jovens apontassem os espaços que mais gostam da cidade e os que menos gostam. Eles identificaram que os locais favoritos são a orla da laguna e o Balneário Cassino, enquanto o espaço preterido foi apontado, de forma unânime, como uma rua do próprio bairro Navegantes, justificando suas respostas pela alta presença de usuários de drogas e a percepção de abandono a algumas crianças que residem ali.

As reflexões apresentadas ao longo desta seção permitem compreender que as juventudes não podem ser analisadas apenas a partir de recortes etários ou de um olhar universalizante. Como apontam Turra Neto (2008) e Cassab (2009), é preciso considerar a dimensão espacial das práticas juvenis e os modos como o espaço urbano atua, ao

mesmo tempo, como condição e condicionante de suas experiências. As desigualdades, como evidencia Simão (2016), atravessam as formas de ser jovem e delimitam tanto as possibilidades de apropriação quanto os estigmas que lhes são impostos no cotidiano.

Dessa forma, pensar os jovens do bairro Navegantes implica reconhecê-los como sujeitos sociais que, nas interações estabelecidas em múltiplas espacialidades, produzem e ressignificam a cidade. Como reforça Oliveira (2023), trata-se de compreender a juventude a partir de sua materialidade e de suas identidades em constante construção, situando suas práticas em relação às condições sociais e políticas que as atravessam.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação evidenciou que os jovens do bairro Navegantes, em Rio Grande (RS), produzem e reproduzem o espaço urbano a partir de suas práticas socioespaciais, mesmo em um contexto de restrições de acesso às áreas centrais e de carência de equipamentos públicos. As experiências mapeadas revelaram a importância dos espaços costeiros — como a orla da Laguna dos Patos e o Balneário Cassino — como espacialidades de sociabilidade, lazer e pertencimento. Tais resultados reforçam que a juventude, ainda que situada em uma periferia social, é agente ativa na produção da cidade, confirmando a perspectiva de Lefebvre (2000) de que o espaço é resultado e condição das relações sociais.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para ampliar o diálogo entre Geografia Urbana e Geografia das Juventudes, ao articular conceitos como produção do espaço, apropriação e cidadania às práticas juvenis. Também evidencia a relevância da Cartografia Social como ferramenta metodológica participativa, capaz de tornar visíveis as espacialidades juvenis e de valorizar suas narrativas no processo de pesquisa.

Do ponto de vista prático, os achados apontam para a necessidade de políticas públicas que reconheçam e integrem os espaços vividos pelos jovens ao planejamento urbano, especialmente no que se refere à oferta de espaços de lazer, mobilidade segura e acesso a equipamentos culturais. Tais medidas são fundamentais para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva.

Cabe destacar que o estudo apresenta limitações, uma vez que concentrou-se em um único bairro e em um recorte específico de juventudes, o que restringe a generalização dos resultados. Pesquisas futuras podem ampliar o escopo para outros bairros e cidades, comparando diferentes contextos socioespaciais e aprofundando o diálogo com temas como violência urbana, gênero e raça.

Por fim, este trabalho reforça a importância de se compreender as juventudes como sujeitos de direito e de se reconhecer suas práticas espaciais como elemento constitutivo da vida urbana. Ao dar visibilidade às espacialidades juvenis, contribui-se para a construção de políticas e de um urbanismo que promova não apenas inclusão, mas também justiça social e direito à cidade.

5. REFERÊNCIAS

BENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. p. 29-44.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 ago. 2013.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CASSAB, C. **(Re) Construir utopias: jovem, cidade e política**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 228. 2009.

CASAAB, C. Pensando juventudes e cidade a partir da experiência de jovens cotistas. In: OLIVEIRA, V. H. N. **Geografia das juventudes**. Porto Alegre - RS: GEPJUVE, 2023. ISBN 978-650066189-7.

DAYRELL, J. A ESCOLA “FAZ” AS JUVENTUDES? REFLEXÕES EM TORNO DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. especial, p. 1105-1128, 2007.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, set. out. nov 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FARIA, A. P. Reflexões sobre cartografia social: comunidades tradicionais na luta por direitos e valorização. In: FÓRUM NACIONAL NEPEG, 10., 2020, Goiânia. **Anais...** Goiânia: NEPEG, 2020. p. 261-269. Disponível em: https://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2017/02/1-201078-REFLEX%C3%95ES-SOBRE-CARTOGRAFIA-SOCIAL_formatado.pdf. Acesso em: 6 dez. 2024.

GAMALHO, N. P. **Entre dominações e apropriações, reproduções e criações, centralidades e periferias**: práticas e espaços de representação de jovens do Guajuviras - Canoas/RS. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 314. 2015.

GREQUE JUNIOR, L. S. **VIVÊNCIAS DE JUVENTUDES EM PERIFERIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE – RS**: OS JOVENS DA ESCOLA ESTADUAL BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES. Orientador: Dr. Cristiano Quaresma de Paula. 2022. 64 f. Monografia (Graduação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG, Rio Grande - RS, 2022.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 9-22, dez. 2004. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/629/568>. Acesso em: 02 dez. 2024.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 29 mar. 2024.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LIMA, M. D. S. B.; MOREIRA, É. V. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.37, v.2, p.27-55, ago./dez. 2015.

LIMA, M. V. C.; COSTA, S. M. G. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. **Revista Geografares**, v. 12, p. 76-113, 2012.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: PRATES, D. M. A. et al, (org.). **JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS**: JUVENTUDES, TRABALHO E EDUCAÇÃO. Porto Alegre - RS: CirKula, 2022. v. 2, p. 27-48.

MARTINS, S. F. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990) [Recurso Eletrônico]. 2. ed. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022. 232 p.

OLIVEIRA, V. H. N. **Jovens olhares sobre a cidade**: lugares e territórios urbanos de estudantes porto-alegrenses. 2020. 213 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2020.

OLIVEIRA, V. H. N (org.). **Geografias das Juventudes**. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretária da Segurança Pública (RS)**. Indicadores Criminais. Porto Alegre - RS, 2023. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>. Acesso em: 7 abr. 2023.

SIMÃO, M. P. JOVENS E FAVELAS: EM BUSCA DE VISIBILIDADE POLÍTICA. **Ensaios de Geografia**, v. 4, n. 8, p. 7-27, 10 jan. 2016.

SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 161-178, 1994.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade**. 2008. 533 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (Unesp), Presidente Prudente - SP, 2008.

ESPACIALIDADES Y EXPERIENCIAS JUVENILES EN LA REGIÓN PERIFÉRICA: UN ESTUDIO SOBRE JÓVENES DE NAVEGANTES EN RIO GRANDE – RS

RESUMEN

Este estudio aborda las vivencias juveniles en el barrio Navegantes, Rio Grande – RS, mediante un análisis cualitativo y el uso de técnicas de Cartografía Social y consulta de fuentes secundarias. Se investiga cómo los jóvenes de contextos socioeconómicos menos privilegiados se relacionan con el espacio urbano, explorando prácticas espaciales relacionadas con el ocio, el trabajo y la educación. Los datos indican que Navegantes es central en las experiencias de los jóvenes, configurándose como un espacio de socialización y resistencia cultural. Al mismo tiempo, cuestiones como la precarización laboral, la violencia urbana y la discriminación son desafíos que enfrentan cotidianamente. La investigación destaca que, aunque situados en los márgenes de la sociedad, los jóvenes de Navegantes producen los espacios donde viven, creando dinámicas sociales propias. La técnica de cartografía social permitió comprender estas prácticas espaciales y otorgó protagonismo a los jóvenes para mapear sus experiencias. El estudio señala la necesidad de políticas públicas que reconozcan a los jóvenes como sujetos de derechos y agentes en la producción del espacio urbano, promoviendo una ciudadanía plena. Así, se refuerza la importancia de un diálogo continuo entre las juventudes y el Estado, considerando sus pluralidades y demandas específicas. Comprender estas vivencias es esencial para construir ciudades más justas e inclusivas.

Palabras-Clave: Juventudes; Experiencias Juveniles; Cartografía Social.

SPATIALITIES AND YOUTH EXPERIENCES IN THE PERIPHERAL REGION: A STUDY ON YOUNG PEOPLE FROM NAVEGANTES IN RIO GRANDE – RS

ABSTRACT

This study examines the experiences of young people in the Navegantes neighborhood, Rio Grande – RS, through a qualitative analysis, social cartography techniques, and secondary data consultation. It explores how youth from socioeconomically disadvantaged backgrounds interact with urban spaces, focusing on spatial practices related to leisure, work, and education. The findings reveal that Navegantes holds a central place in the lives of these young individuals, serving as a space for socialization and cultural resistance. At the same time, challenges such as job insecurity, urban violence, and discrimination are part of their everyday struggles. The research highlights that, despite being on society's margins, the youth of Navegantes actively produce and shape the spaces they inhabit, creating unique social dynamics. Social cartography techniques facilitated understanding these spatial practices and empowered the youth to map their own experiences. The study underscores the need for public policies that recognize young people as rights-holders and active agents in urban space production, promoting full citizenship. It emphasizes the importance of ongoing dialogue between youth and the state, considering their diversity and specific demands. Understanding these experiences is crucial to building fairer and more inclusive cities.

Keywords: Youth; Youth Experiences; Social Cartography.

Enviado em: 25/07/2025

Aceito em: 22/09/2025

ÍNDICES DE VIOLÊNCIA FEMINICIDA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANALISAR A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO RIO GRANDE DO SUL

Marília Cardoso Lopes¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir as possibilidades de análise da violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul com a utilização de *Índices de Violência Feminicida* como ferramenta metodológica para compreender as dinâmicas regionais do fenômeno, tendo como referência a dissertação de mestrado *Nenhuma vitória é permanente: uma análise sobre a violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul entre os anos de 2012 e 2015* (Lopes, 2016). A pesquisa baseou-se na regionalização dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) do estado e considerou dados relacionados a cinco tipos de violência: psicológica, física, sexual, tentativa de feminicídio e feminicídio consumado. Os índices foram calculados com base na proporção de registros em relação à população de mulheres de cada região, permitindo identificar localidades com alta intensidade de violência. Além disso, o estudo identificou serviços de atendimento e organismos de políticas para as mulheres, destacando desigualdades regionais na disponibilidade desses equipamentos. Os resultados sublinham a persistência de estruturas patriarcais que sustentam a violência contra as mulheres nas diferentes regiões do estado e reforçam a necessidade de que o enfrentamento a esse fenômeno seja compreendido como questão central de garantia dos direitos humanos.

Palavras-chave: Violência feminicida; Geografias feministas; Metodologia; Região; COREDES

1. INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres no Brasil é um problema social marcadamente enraizado, que ganhou visibilidade e atenção nas últimas décadas, especialmente após a promulgação da Lei Nº 11.340 - a Lei Maria da Penha - no ano de 2006. Este marco legal resultou de uma intensa mobilização dos movimentos feministas e de direitos humanos, que buscavam não apenas a proteção das mulheres, mas também a promoção da igualdade de gênero. A violência contra as mulheres, motivada por razões de gênero, é entendida como uma violação dos direitos humanos e se manifesta de diversas formas, incluindo a violência doméstica, que ocorre predominantemente em ambientes familiares.

Apesar dos avanços legislativos, que inclui uma norma específica para tratar do feminicídio, e das políticas públicas implementadas, que inclui desde a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) até a instituição de uma

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a realidade atual ainda é assinalada por números expressivos de todas as formas de violência contra mulheres e meninas. Isso reflete a persistência da estrutura patriarcal e violenta, que se potencializa por meio da articulação com outras formas de opressão e discriminação, como o racismo, no país.

É importante destacar que o cenário político brasileiro, especialmente a partir do final da segunda década do século XXI, foi caracterizado pelo avanço de ideais conservadores, que promoveram retrocessos nas políticas voltadas às mulheres e ameaçaram diversas conquistas estabelecidas pela Constituição de 1988. Faria e Lima (2024) ressaltam que as políticas públicas, além de dinâmicas e articuladas por múltiplos protagonistas, são processos que perpassam distintos níveis governamentais. Isso evidencia o desmantelamento dessas ações e o impacto que vivenciamos nos municípios gaúchos não apenas com a extinção do *Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos*, órgão da administração pública federal com a responsabilidade de formular, coordenar e executar políticas e diretrizes de garantia dos direitos das mulheres, mas ainda com a eliminação do órgão responsável por formular e implementar políticas públicas transversais para a promoção da igualdade de gênero em nível estadual, com o fim da *Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul*, após apenas um quadriênio de existência.

As violências em relação às mulheres e meninas, por outro lado, seguiram apresentando números alarmantes. Segundo dados do Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil terminou o ano de 2019 com mais de um milhão de processos de violência doméstica e 5,1 mil processos de feminicídio em tramitação na Justiça. No mesmo ano, o Rio Grande do Sul foi o quarto estado com a maior taxa (5,2) de processos novos de feminicídio (por 100 mil mulheres) do país, superando consideravelmente a taxa nacional (1,8) e aproximando-se de Mato Grosso do Sul (6,9), Mato Grosso (6,4) e Rondônia (5,7), estados que lideram esse lamentável “*ranking*”.

Na Geografia latino-americana e brasileira, a produção acadêmica sobre as questões de gênero ainda não é abundante, especialmente quando se trata da violência contra as mulheres. Este texto é um recorte da dissertação de mestrado “*Nenhuma vitória é permanente: uma análise sobre a violência contra as mulheres no Rio Grande*

do Sul entre os anos de 2012 e 2015”, orientada pela Professora Doutora Susana Veleda da Silva, geógrafa feminista pioneira nos estudos sobre gênero no Brasil e na América Latina. Uma de minhas motivações para a realização da pesquisa mencionada foi contribuir com os estudos sobre tema de tamanha relevância e colaborar para o preenchimento desta lacuna na área da Geografia Humana.

Dessa forma, neste trabalho discutiremos as possibilidades de utilização dos *Índices de Violência Feminicida* como proposta metodológica para o estudo deste fenômeno, tendo como referência a dissertação de Marília Cardoso Lopes (2016), que analisou a violência contra as mulheres no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2012 a 2015.

2. METODOLOGIA

Para analisar a violência contra as mulheres no estado, foram calculados índices de intensidade para cada tipo de violência registrado (psicológica, física, sexual, tentativa de feminicídio e feminicídio)² de forma regionalizada, a partir dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) instituídos por decreto estadual e que configuram diferentes regiões de planejamento para ações de gestão, no Rio Grande do Sul³. A utilização desses índices de intensidade, aqui denominados de *Índices de Violência Feminicida*, foi inspirada na metodologia adotada pelos geógrafos Carlos Walter Porto Gonçalves e Paulo Roberto Alentejano para a análise de conflitos no campo brasileiro (2009), listada nas referências, ao final.

Os *Índices de Violência Feminicida* foram assim denominados em alusão à compreensão de Marcela Lagarde (2008) de que a violência de gênero contra as mulheres é uma violação de seus direitos humanos e ocorre sob um conjunto de

² Para os índices de violência psicológica, física, sexual e feminicídio, foram considerados os registros entre 2012 e o primeiro semestre de 2015. Já o índice de tentativa de feminicídio foi calculado com base nos registros entre 2013 e o primeiro semestre de 2015.

³ Os Conselhos Regionais, constituídos legalmente através de decreto estadual em 1994, constituem-se em um fórum permanente e autônomo de discussão e decisão a respeito de políticas e ações a serem implementadas com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Nos anos 2000, foram criadas as Regiões Funcionais de Planejamento, a partir do agrupamento de COREDEs como uma escala mais agregada para tratar os temas de interesse regional. Mais recentemente, a divisão do território por COREDEs passou a ser utilizada para planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

condutas misóginas contínuas que podem ou não resultar em um feminicídio. Contudo, cabe destacar que há diferenças em relação à compreensão de pesquisadoras, do sistema de justiça e dos próprios profissionais que atuam na área da segurança em relação aos conceitos de violência contra a mulher e feminicídio. Portanto, é preciso considerar as limitações implicadas na utilização das fontes de dados disponíveis para a realização desta pesquisa.

O cálculo dos Índices leva em consideração a proporção dos registros referentes aos crimes contra as mulheres de cada COREDE em relação ao número de registros observados no estado do Rio Grande do Sul em todo o período e a proporção da população de mulheres de cada uma dessas regiões em relação à população de mulheres do estado. Os dados utilizados foram coletados no Observatório da Violência contra a Mulher, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, e correspondem ao período de janeiro de 2012 a junho de 2015. As informações correspondentes à população de mulheres que viviam em cada município tiveram como referência o Censo Demográfico de 2010.

Ao compararmos os índices de violência dentre as diferentes regiões podemos identificar aquelas que, mesmo não se destacando pelo número absoluto de ocorrências, precisam da atuação do Estado pela proporção de crimes contra mulheres que apresentam em relação a sua população. Além disso, a utilização dos índices de intensidade facilita a compreensão da representatividade de cada região no contexto estadual.

O *Índice de Feminicídios*, por exemplo, mostrou-nos que, embora a região do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí (Figura 1) tenha registrado 53 assassinatos de mulheres por questões de gênero no Rio Grande do Sul (17,21% do total), esses dados indicam uma proporção menor de assassinatos do que a região do COREDE Celeiro (Figura 2), onde ocorreram 12 crimes no mesmo período (3,90% do total). Isto ocorre porque, enquanto o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí abriga 23,20% da população de mulheres gaúchas, o COREDE Celeiro abriga apenas 1,30% delas. Assim, quando calculamos o *Índice de Feminicídio* das duas regiões, obtemos o valor de 0,74 para a Metropolitano Delta do Jacuí e, 2,99 para a Celeiro, revelando que nesta região esses crimes ocorrem de forma mais intensa. Nas imagens mencionadas ainda é possível

verificar, em vermelho, os municípios cujos índices se destacam no interior de cada região.

Figura 1 - Cálculo do *Índice de Feminicídios* - COREDE Metropolitano Delta do Jacuí

Corede Metropolitano Delta do Jacuí					
Municípios	Feminicídios 2012/2015	Pop_fem 2010	Reg (%)	Pop_fem (%)	Índice_mun
Alvorada		100593	0,00%	7,90%	0,00
Cachoeirinha	4	61105	8,70%	4,80%	1,81
Eldorado do Sul	1	17344	2,17%	1,36%	1,60
Glorinha	0	3355	0,00%	0,26%	0,00
Gravataí	5	130780	10,87%	10,27%	1,06
Guaíba	5	49051	10,87%	3,85%	2,82
Porto Alegre	24	755564	52,17%	59,33%	0,88
Santo Antônio da Patrulha	0	19929	0,00%	1,56%	0,00
Triunfo	0	12860	0,00%	1,01%	0,00
Viamão	7	122901	15,22%	9,65%	1,58
Total	46	1273482	100,00%	100,00%	1,00
Total RS	308	5488872			

Índice de Feminicídios		
% registros	% pop fem	Índice
14,94%	23,20%	0,64

Fonte: Lopes, 2016, p.60.

Figura 2 - Cálculo do *Índice de Feminicídios* - COREDE Celeiro

COREDE CELEIRO					
Municípios	Feminicídios 2012/2015	Pop_fem 2010	Reg (%)	Pop_fem (%)	Índice_mun
Barra do Guarita	0	1539	0,00%	2,15%	0,00
Bom Progresso	0	1161	0,00%	1,63%	0,00
Braga	1	1836	8,33%	2,57%	3,24
Campo Novo	0	2774	0,00%	3,88%	0,00
Chiapetta	0	2069	0,00%	2,90%	0,00
Coronel Bicaco	0	3946	0,00%	5,52%	0,00
Crissiumal	1	7171	8,33%	10,04%	0,83
Derrubadas	0	1586	0,00%	2,22%	0,00
Esperança do Sul	0	1622	0,00%	2,27%	0,00
Humaitá	0	2532	0,00%	3,54%	0,00
Inhacorá	0	1119	0,00%	1,57%	0,00
Miraguaí	1	2442	8,33%	3,42%	2,44
Redentora	0	5012	0,00%	7,02%	0,00
Santo Augusto	3	7157	25,00%	10,02%	2,50
São Martinho	0	2935	0,00%	4,11%	0,00
São Valério do Sul	0	1272	0,00%	1,78%	0,00
Sede Nova	0	1480	0,00%	2,07%	0,00
Tenente Portela	3	7006	25,00%	9,81%	2,55
Tiradentes do Sul	0	3193	0,00%	4,47%	0,00
Três Passos	3	12214	25,00%	17,10%	1,46
Vista Gaúcha	0	1364	0,00%	1,91%	0,00
Total COREDE	12	71430	100,00%	100,00%	1,00
Total RS	308	5488872			

Índice de Feminicídios		
% registros	% pop fem	Índice
3,90%	1,30%	2,99

Fonte: Lopes, 2016, p.61.

Corroboramos com Damián Bernal (2010, p.2, tradução minha) quando defende que “a ciência deve ter um compromisso social e explicar uma problemática.” e que a Geografia Feminista, ao analisar a violência contra as mulheres “delimita onde ela se manifesta, desenvolvendo a categoria de espaço [...] mas também analisa os elementos jurídicos, políticos e culturais que compõem esse espaço e fornecem as [...] condições para que o problema aconteça”. Dessa forma, após realizarmos a regionalização dos índices de intensidade e a identificação das regiões com os resultados mais expressivos para cada forma de manifestação da violência, análise conduzida utilizando ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), verificamos quais serviços de atendimento e organismos de políticas para as mulheres estavam presentes nas diferentes regiões do estado (Figura 3). O papel do Estado nesse tema foi observado, em especial, através das ações desenvolvidas para o enfrentamento à violência contra as mulheres, sobretudo, por meio de políticas públicas. Para identificarmos as práticas implementadas pelo Poder Público utilizamos como ponto de partida o Relatório Final do Planejamento Integral Básico do Rio Grande do Sul para o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, publicado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul (SSP/RS), bem como informações relacionadas às diversas instituições que atuam com o tema em suas páginas oficiais na *internet*.

Figura 3 - Serviços de atendimento e organismos de promoção de políticas de atenção às mulheres por região, no Rio Grande do Sul

COREDES	OPM	COMDIM	CRM	CASA ABRIGO	DEAM	POSTO	PATRULHA	SALA LILÁS	JUIZADO
Alto da Serra do Botucaraí	2	2							
Alto Jacuí	3	5	1		1	1	1		
Campanha	2	1	1	1	1	1	1	1	
Campos de Cima da Serra	1	1	1			1	1	1	
Celeiro	3	5				1			
Central	1	1		1	1		1	1	1
Centro-Sul	2	3				1	1		
Fronteira Noroeste	3	4	2	2	1		1		
Fronteira Oeste	8	2	2		1	2	2	1	
Hortênsias	3	3	1			1			
Jacuí-Centro	2					1			
Litoral	7	6	1			2			
Médio Alto Uruguai	3	2				1			
Metropolitano Delta do Jacuí	7	7	5	2	4	1	11	1	2
Missões	3	6			1	1	1		
Nordeste	1					1			
Noroeste Colonial	2	2			1		1	1	
Norte	2	1			1		1		
Paranhana Encosta da Serra	1	3	1			1			
Produção	2	2		1	1	1	1		1
Rio da Várzea	4	2				1			
Serra	9	7	3	1	2		2	1	1
Sul	5	4	1	2	2		2	1	2
Vale do Caí	3	1			1				
Vale do Jaguari	2	1	1			1			
Vale do Rio dos Sinos	6	7	6	3	2	3	6	1	3
Vale do Rio Pardo	10	6		1	1		1		
Vale do Rio Taquari	3	3		1	1		1	1	
Total	100	87	26	15	22	22	35	10	10

Fonte: Lopes, 2016

As etapas do trabalho incluíram ainda levantamento bibliográfico de estudos teóricos e empíricos sobre o fenômeno, bem como a revisão das principais contribuições da Geografia Feminista para as análises sobre o tema.

3. RESULTADOS

A misoginia, ou o ódio contra as mulheres, é produzida quando se acredita em uma inferioridade natural das mulheres em relação aos homens; quando se acredita que as mulheres são impotentes por incapacidade própria; quando se hostiliza, se agride e se submete as mulheres através de uma legitimidade patriarcal. Ela é um recurso consensual de poder que permite às mulheres serem oprimidas antes de atuar ou manifestarem-se, ainda antes de existir, somente por sua condição de gênero. Mais do que isso, como discurso, a misoginia legitima a violência contra as mulheres e se justifica ao considerá-las como seres frágeis e vulneráveis e, aos homens, como

violentos e fortes por natureza, ou ao definir as mulheres como vítimas propositais, culpadas pela violência por cometer faltas morais. O machismo, complemento inseparável da misoginia, consiste em um conjunto de vivências subjetivas, emocionais, afetivas e intelectuais androcêntricas, de superioridade do homem, dos homens, do masculino, independentemente de méritos, contribuições e características. Está presente na cultura patriarcal e nas mentalidades de mulheres e homens, conforme explica Lagarde (2012).

Heleieth Saffioti, socióloga e importante pesquisadora sobre a violência contra as mulheres no país reforça que a desigualdade de gênero que está no cerne dessa violência “longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais”, ou seja, pode e é frequentemente construída (Saffioti, 2011, p.71).

É a perspectiva de gênero feminista, por sua vez, que tem nos permitido nomear as opressões (exclusão, expropriação, marginalização, discriminação, desigualdade e exploração), assim como, tomar ciência de que elas se reproduzem por meio da violência (Lagarde, 2012).

No Estado do Rio Grande do Sul, entre janeiro de 2012 e junho de 2015 foram registrados mais de 155 mil casos de ameaças; 91.672 de lesão corporal; 4.054 estupros; 689 tentativas de feminicídio e 308 feminicídios. Todos crimes com mulheres na condição de vítima e devidamente enquadrados na Lei Maria da Penha.

Assim, a utilização dos *Índices de Violência Feminicida* para analisar a violência contra as mulheres no estado permitiu-nos uma regionalização detalhada das ocorrências de violência, considerando não apenas o número absoluto de casos, mas também a proporção de crimes em relação à população de mulheres de cada região. Isso possibilita identificar áreas que, mesmo com um número menor de registros, apresentam uma alta taxa de violência em relação ao seu contingente populacional, evidenciando a necessidade de intervenção estatal nessas localidades.

Além disso, os *Índices* oferecem uma perspectiva mais abrangente sobre a problemática da violência de gênero, ao integrar dados sobre diferentes tipos de violência, como a psicológica, física, sexual, tentativa de feminicídio e feminicídio consumado. Essa abordagem permite uma análise mais completa das dinâmicas de

violência, contribuindo para a compreensão das condições sociais, culturais e políticas que favorecem a perpetuação desse fenômeno.

Outro resultado relevante é a identificação das regiões que carecem de políticas públicas mais efetivas. A análise dos *Índices De Violência Feminicida*, em conjunto com a avaliação das ações governamentais, pode revelar fragilidades nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, destacando a importância de um compromisso social e político mais robusto para a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos humanos das mulheres.

A título de exemplificação, a seguir iremos destacar os resultados encontrados por Lopes (2016) ao espacializar o *Índice de Violência Física* e o *Índice de Feminicídio* de forma regionalizada no Rio Grande do Sul.

Conforme pode ser visualizado na imagem que destaca o *Índice de Violência Física* (Figura 4), o Conselho Regional de Desenvolvimento Litoral foi o que apresentou o maior valor (1,48) no período. Sua população total era de 254.373 habitantes, dos quais 59% eram mulheres, em 2010. Aproximadamente 86% da população vivia em áreas urbanas. Os municípios mais populosos como Capão da Canoa, Tramandaí e Osório contavam com cerca de 40 mil habitantes cada, mas a maioria dos municípios tinha uma população entre 10 e 20 mil habitantes. Devido ao caráter turístico de sua localização, no entanto, a população do COREDE pode chegar a 1 milhão de pessoas durante o verão, o que precisa ser ponderado em relação ao acentuado número de registros.

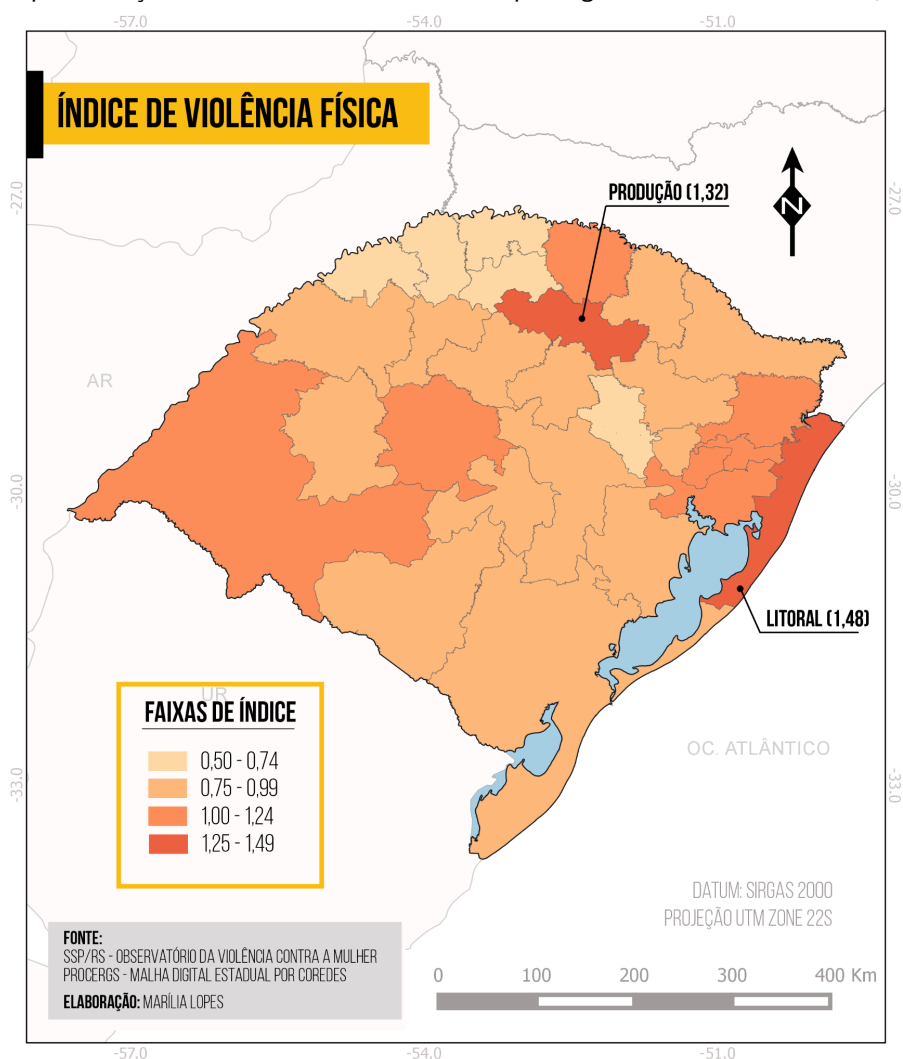
Com 3.699 ocorrências e 149.715 mulheres residindo em sua área de abrangência, o COREDE teve participação de 4,04% no total de crimes de lesão corporal com vítimas mulheres e 2,73% na população de mulheres, liderando, assim, o ranking no estado. Internamente, alguns municípios ultrapassam o índice da região, como Cidreira (1,55) e Tramandaí (1,51). Esses mesmos municípios também se destacaram quando analisamos o desempenho do COREDE no *Índice de Violência Psicológica*.

O perfil da região é marcado por uma economia com significativa participação do setor de Serviços e da construção civil, além da produção de arroz. Ocupa a vigésima posição em relação ao IDESE⁴ (0,698), com baixos indicadores sociais de saúde,

⁴ O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDese) é elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) e avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos, considerando aspectos

educação e renda. Problemas com saneamento básico, sobretudo, relacionados ao lançamento de esgotos domésticos sem tratamento nos corpos hídricos e no mar; a especulação imobiliária e a ocupação desordenada do solo urbano; as taxas de mortalidade por causas evitáveis e a taxa de mortalidade acima das médias estaduais e o crescimento da população acima de 65 anos superior à média estadual, são destacados como questões que demandam políticas específicas na região (Rio Grande do Sul, 2015).

Figura 4 - Espacialização do *Índice de Violência Física* por região no Rio Grande do Sul, 2012 - 2015



Fonte: Lopes, 2016.

quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento, a partir de três blocos: educação, renda e saúde. O índice tem valores de referência máximo (1) e mínimo (0). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: mar. 2016.

Quanto à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, foram identificados serviços e equipamentos públicos de atendimento em oito dos vinte e um municípios que compõem a região. Sete deles contavam com Organismo de Políticas para as Mulheres (OPMs) e seis com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIMs). Imbé diferenciava-se pela presença de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher e, Torres e Tramandaí por possuírem Postos de Polícia da Mulher. Nenhum município da região possuía Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) para o momento de registrar as denúncias.

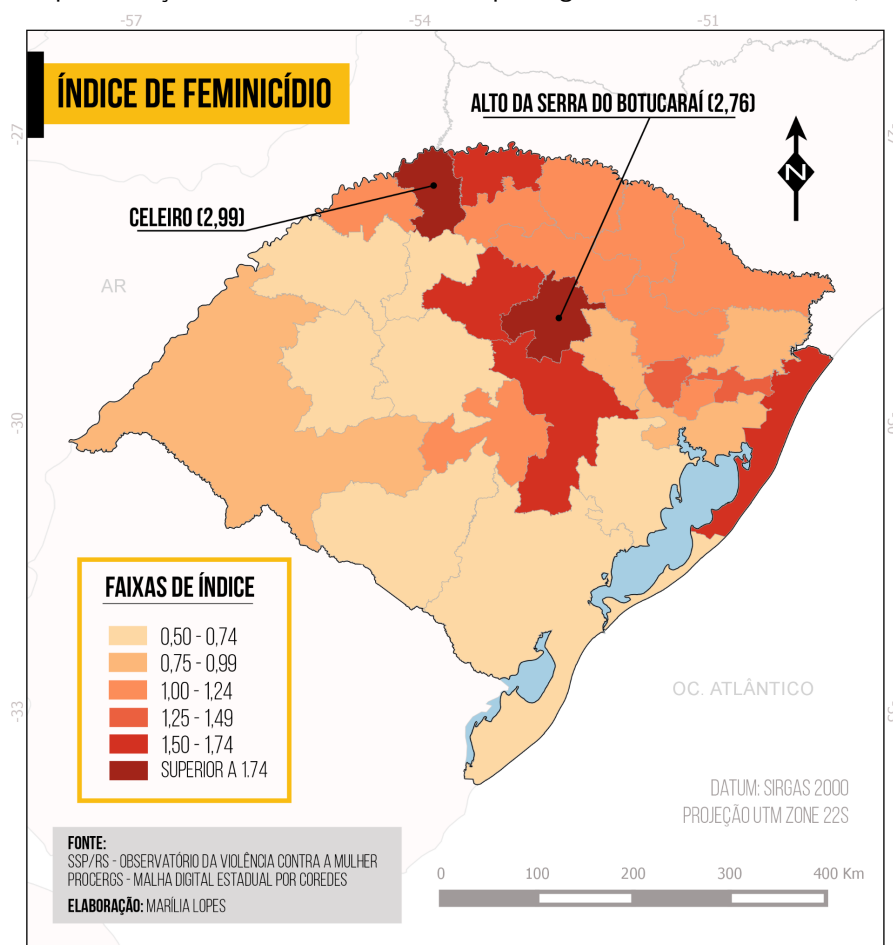
A região do COREDE Produção foi a que apresentou o segundo maior *Índice de Violência Física* (1,32), e também se destacou pelos valores apresentados nos *Índices de Violência Psicológica e Tentativa de Femicídio*. Com 3.857 ocorrências de lesão corporal e uma população de 174.630 mulheres, a região teve participação de 4,21% no total desses crimes no estado e 3,18% na população total de mulheres. Internamente, os municípios de Passo Fundo (1,17) e Carazinho (1,13) foram os responsáveis pelos índices mais elevados do COREDE.

A região compreende vinte e um municípios. Seu principal centro urbano é Passo Fundo que possuía, em 2010, mais da metade da população do COREDE, 184.826 habitantes. Os demais municípios, exceto Carazinho (59.317) e Marau (36.364), são de pequeno porte e não ultrapassavam 5 mil habitantes. A população total da região era de 338.049 pessoas, das quais 51% eram mulheres. Os habitantes viviam, em sua grande maioria (88%), em áreas urbanas. Os mais altos índices verificados no interior do COREDE Produção foram em Passo Fundo (1,16) e em Carazinho (1,06).

O perfil da região é caracterizado por uma economia fortemente atrelada às atividades agropecuárias e industriais. Registrou o quarto melhor desempenho estadual no IDESE (0,779), especialmente por indicadores relacionados à renda, como o fato de seu PIB *per capita* ser o terceiro maior entre as 28 regiões do estado, em 2012. Apesar disso, a necessidade de preservação e recuperação dos resquícios de Mata Atlântica na região; o baixo desempenho no Ensino Fundamental - que representava um dos piores valores em nível estadual, e o envelhecimento populacional, com crescimento da população acima de 65 anos superior a média do estado, são fragilidades do COREDE que necessitam de atenção (Rio Grande do Sul, 2015).

A Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do COREDE era composta por equipamentos e serviços presentes em três municípios: Carazinho, Passo Fundo e Pontão. O mais estruturado deles, Passo Fundo, apresentava OPM, COMDIM, Casa de passagem, Delegacia Especializada, Patrulha Maria da Penha e Juizado de Violência Doméstica e Familiar. Em dezembro de 2014, organizações de mulheres de Passo Fundo, como Mulheres da Paz, Promotoras Legais Populares e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), enviaram uma carta ao governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. O documento destacava mais de 3 mil casos de violência contra as mulheres registrados naquele ano e solicitava o fortalecimento da Rede de combate à violência, incluindo atendimento 24h na DEAM de Passo Fundo com infraestrutura adequada e equipe multidisciplinar, a inclusão de Direitos Humanos e violência de gênero no currículo policial, além da implantação da Defensoria, Promotoria e Juizado de Violência Doméstica e de um Centro de Referência dos Direitos da Mulher.

No período analisado, o Rio Grande do Sul registrou 308 feminicídios, segundo a Secretaria de Segurança Pública do estado. Os COREDES que apresentaram os maiores *Índices de Feminicídios* (Figura 5) foram Celeiro (2,99) e Alto da Serra do Botucaraí (2,76).

Figura 5 – Espacialização do *Índice de Femicídio* por região no Rio Grande do Sul, 2012 - 2015

Fonte: Lopes, 2016.

O Conselho Regional de Desenvolvimento Celeiro apresentou 3,90% dos registros de assassinatos de mulheres e concentrava 1,30% da população de mulheres do estado, no período. Dessa forma, com doze vítimas de feminicídio e uma população de 71.430 mulheres, o COREDE apresentou o maior *Índice feminicídios* entre os vinte e oito COREDES do estado do Rio Grande do Sul, atingindo o valor de 2,99, ou seja, a participação da região nos feminicídios do estado é três vezes a sua participação na população de mulheres. Embora os COREDES Metropolitano Delta do Jacuí (17,21%) e Vale do Rio dos Sinos (13,31%) tenham apresentado maior participação no total de feminicídios, são igualmente eles que detêm a maior concentração no total de mulheres do estado, 23,20% e 12,07%, respectivamente, apresentando, portanto, índices de menor intensidade.

Seis municípios registraram feminicídios na região Celeiro, dentre eles ressaltamos Braga, que atingiu um índice de 3,24 e Tenente Portela, que apresentou

índice de 2,55. A região Celeiro compreende vinte e um municípios e uma população de 141.482 habitantes, dos quais 50% eram mulheres, em 2010. O município de Três Passos, com população de aproximadamente 24 mil habitantes, é o principal centro urbano da região. Exceto Crissiumal e Redentora, os demais municípios contavam com menos de 10 mil habitantes. O COREDE apresentava 42% da população vivendo em áreas rurais.

A região apresenta base econômica relacionada à criação de bovinos e suínos e ao cultivo de grãos. O IDESE do COREDE Celeiro foi de 0,719, colocando-o na décima sétima posição no ranking gaúcho, em 2012. Os principais problemas estão ligados à escolaridade adulta e ao valor de renda ser inferior à média estadual. Além disso, há baixos indicadores de saneamento básico, com baixo percentual de domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral/fossa séptica e, ausência de esgoto tratado. Alguns municípios do COREDE carecem, inclusive, de acesso asfáltico.

No que diz respeito à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, foram verificados equipamentos e serviços em seis municípios da região. Em Miraguaí, Tenente Portela e Três Passos havia Organismos de Políticas para as Mulheres; em Campo Novo, Crissiumal, Santo Augusto, Tenente Portela e Três Passos, COMDIMs e, um Posto da Mulher em Três Passos.

Outro COREDE que se destaca pelo elevado *Índice de Feminicídios* é o Alto da Serra do Botucaraí. Com participação de apenas 0,94% da população de mulheres do Rio Grande do Sul, o COREDE registrou 2,60% do total de feminicídios no período, conferindo à região o segundo maior índice (2,76) do estado. O COREDE, que contava com uma população de 51.734 mulheres, registrou oito feminicídios no período. Internamente, alguns municípios do COREDE destacaram-se por apresentar índices ainda mais elevados, como Gramado Xavier, com índice de 6,72 e, Ibirapuitã, com índice de 3,24.

O COREDE Alto da Serra do Botucaraí é formado por dezesseis municípios, que contabilizavam 103.979 habitantes, em 2010. As mulheres representavam 49% do total. Assim como o COREDE Celeiro, o Alto da Serra do Botucaraí concentrava quase metade da população em meio rural (46%), sendo que, em doze dos seus municípios, a maioria da população estava morando em áreas rurais. O município mais populoso do COREDE, Soledade, possuía cerca de trinta mil habitantes, em 2010. Espumoso, Barros Cassal e Fontoura Xavier variavam entre quinze e dez mil habitantes. Os outros doze municípios

não ultrapassavam 6.200 habitantes. O COREDE destaca-se ainda por apresentar uma das menores concentrações populacionais do Rio Grande do Sul.

A economia da região está bastante atrelada à agropecuária, em especial, pela produção de bovinos e outros animais de corte e de leite, cultivo da soja em grãos e outras lavouras temporárias, como o fumo. Os municípios situados ao Norte do COREDE apresentam maior dinamismo econômico devido a uma maior diversificação produtiva e melhores indicadores sociais quando comparados com os do Sul, que possuem dificuldades econômicas e indicadores com os menores valores do estado. O IDESE da região Alto da Serra do Botucaraí foi de 0,689, ocupando a vigésima sexta posição entre os COREDEs. Ele apresentava o quinto menor valor relacionado à renda do estado. Todavia, alguns municípios tiveram desempenho bastante superior à média da região, fato justificado pelo contraste em relação ao dinamismo econômico que mencionamos anteriormente. Em relação à educação, o COREDE registrou o quarto menor valor do estado, em virtude das taxas elevadas de analfabetismo, chegando a atingir 10,79% da população com mais de 15 anos. A região também enfrenta problemas relacionados à habitação, à pobreza rural e ao tratamento de esgoto nos grandes centros urbanos.

Alto da Serra do Botucaraí ainda é a região de menor presença da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de todo o estado: havia apenas dois OPMs (Soledade e São José do Herval) e dois COMDIMs (Soledade e Espumoso). Os COREDEs Vale do Rio Pardo (1,70), Médio Alto Uruguai (1,68) e, Alto Jacuí (1,56), também aparecem no topo da lista das regiões com valores significativos nesse índice.

Os dados apresentados anteriormente suscitam diversos questionamentos que precisam ser considerados em relação ao fenômeno, tais como: qual o impacto do fluxo turístico nos resultados obtidos pelo Corede Litoral? As regiões com maiores *Índices de feminicídio* não se destacam nos demais índices por falta de serviços especializados? O que nos indica o fato de as duas regiões com maiores *Índices de feminicídio* possuírem uma população rural superior a 40%? É mera coincidência que essas duas regiões tenham uma Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres praticamente inexistente? Essas e outras questões merecem ser exploradas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam a persistência de estruturas patriarcais que sustentam as diferentes formas de violência contra as mulheres no estado do Rio Grande do Sul. Embora o estado tenha registrado avanços em políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul (SPM/RS) reflete a instabilidade dessas iniciativas e a dificuldade em consolidar tais políticas como prioridades de Estado. Isso reforça a necessidade de tratar a violência de gênero como uma questão de direitos humanos, indo além do âmbito da segurança pública e integrando áreas como educação, saúde e cultura em seu enfrentamento.

A aplicação e a espacialização dos *Índices de Violência Feminicida* tornou possível não apenas identificar as áreas com maior intensidade de crimes, mas também revelar disparidades regionais que demandam respostas específicas e integradas do poder público. Essas ferramentas demonstraram-se valiosas para analisar tanto as dinâmicas espaciais da violência quanto as condições sociais, culturais e políticas que favorecem a sua perpetuação.

A utilização dos *Índices de Violência Feminicida* possibilitou ainda uma análise espacial que transcende os números absolutos de ocorrências. Ao considerar a proporção de crimes em relação à população feminina, os índices permitiram identificar regiões que, mesmo com menor volume de casos, apresentam taxas alarmantes e necessitam de intervenção prioritária. Essa abordagem é essencial para direcionar recursos e planejar ações eficazes de prevenção e atendimento, uma vez que permite que possamos estudar a evolução dessa violência sistemática não somente entre as diferentes regiões do estado, mas ainda entre os municípios de uma mesma região ou uma mesma área, ao longo do tempo.

Ademais, a integração de dados quantitativos e qualitativos na análise da violência contra as mulheres é fundamental para compreender a complexidade do fenômeno. Neste estudo, os serviços de atendimento existentes, como delegacias especializadas, centros de referência e organismos de políticas públicas para as mulheres, foram identificados e mapeados com base na regionalização dos *Índices de*

Violência Feminicida. Essa etapa evidenciou desigualdades marcantes entre as regiões do estado e destacou lacunas na presença desses serviços.

Por fim, espera-se que a proposta metodológica apresentada não apenas contribua para o debate acadêmico, mas também auxilie na implementação de ações públicas que promovam um espaço mais seguro e igualitário para as mulheres.

5. REFERÊNCIAS

DAMIÁN BERNAL, Angélica Lucía. **La manifestación espacial de la violencia feminicida en Naucalpan, 2000 – 2006**. 2010. 326 f. Tesis (Maestría en Geografía) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad Universitaria, México, 2010.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; LIMA, Luciana Leite (org.). **As políticas públicas do governo Bolsonaro: desmonte, resiliência e refundação**. Porto Alegre, RS: Jacarta, 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 abr. 2016.

LAGARDE, Marcela. Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres. In: BULLEN, Margaret; MINTEGUI, Carmen D. (Orgs.). **Retos teóricos y nuevas prácticas**. Serie, XI Congreso de Antropología de la FAAEE. Donostia: Ankulegi Antropologia Elkartea, 2008. p. 209-239. Disponível em: www.ankulegi.org. Acesso em: 20 abr. 2020.

LAGARDE, Marcela. **El feminismo en mi vida: hitos, claves y topías**. Ciudad de México: Inmujeres DF, 2012, 643p.

LOPES, Marília Cardoso. **Nenhuma vitória é permanente: uma análise sobre a violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul entre os anos 2012 e 2015**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, p. 142. 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. **Conflitos no campo Brasil**, v. 1, n. 1, p. 109-118, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. **Observatório da violência contra a mulher**. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/observatorio-mulher>. Acesso em: 05 abr. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental. **Perfis por regiões funcionais de planejamento**. Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.seplan.rs.gov.br/conteudo/3635/Perfis-por-Regioes-Funcionais-dePlanejamento>. Acesso em: 20 fev. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 151 p.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório final do planejamento integral básico do Rio Grande do Sul para o pacto de enfrentamento à violência contra as mulheres, 2014-2015**. Porto Alegre: SPM/RS – Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul/ Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

FEMICIDE VIOLENCE INDICES: A METHODOLOGICAL PROPOSAL TO ANALYZE VIOLENCE AGAINST WOMEN IN RIO GRANDE DO SUL

Abstract

This study aims to discuss the possibilities of analyzing violence against women in Rio Grande do Sul by using Femicide Violence Indices as a methodological tool to understand the regional dynamics of the phenomenon, based on the master's dissertation *No Victory is Permanent: An Analysis of Violence Against Women in Rio Grande do Sul Between 2012 and 2015* (Lopes, 2016). The research was grounded in the regionalization of the state's 28 Regional Development Councils (COREDEs) and considered data related to five types of violence: psychological, physical, sexual, attempted femicide, and completed femicide. The indices were calculated based on the proportion of reported cases relative to the female population in each region, enabling the identification of areas with high levels of violence. Additionally, the study identified women's service facilities and policy organizations, highlighting regional disparities in the availability of such resources. The results emphasize the persistence of patriarchal structures that uphold violence against women across different regions of the state and reinforce the need to address this phenomenon as a central issue in guaranteeing human rights.

Keywords: Femicide violence; Feminist geographies; Methodology; Region; COREDES

ÍNDICES DE VIOLENCIA FEMICIDA: UNA PROPUESTA METODOLÓGICA PARA ANALIZAR LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN RIO GRANDE DO SUL

Resumen

Este estudio tiene como objetivo discutir las posibilidades de análisis de la violencia contra las mujeres en Rio Grande do Sul mediante el uso de Índices de Violencia Femicida como herramienta metodológica para comprender las dinámicas regionales del fenómeno, tomando como referencia la disertación de maestría *Ninguna victoria es permanente: un análisis sobre la violencia contra las mujeres en Rio Grande do Sul entre los años 2012 y 2015* (Lopes, 2016). La investigación se basó en la regionalización de los 28 Consejos Regionales de Desarrollo (COREDES) del estado y consideró datos relacionados con cinco tipos de violencia: psicológica, física, sexual, tentativa de feminicidio y feminicidio consumado. Los índices fueron calculados con base en la proporción de registros en relación con la población femenina de cada región, permitiendo identificar localidades con alta intensidad de violencia. Además, el estudio identificó servicios de atención y organismos de políticas para las mujeres, destacando desigualdades regionales en la disponibilidad de estos recursos. Los resultados subrayan la persistencia de estructuras patriarcales que sustentan la violencia contra las mujeres en las diferentes regiones del estado y refuerzan la necesidad de enfrentar este fenómeno como una cuestión central para garantizar los derechos humanos.

Palabras clave: Violencia feminicida; Geografías feministas; Metodología; Región; COREDES

Enviado em: 15/02/2024

Aceito em: 09/09/2025

TERRITÓRIO, TURISMO E GOVERNANÇA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BASE DE DADOS SCOPUS

Gutemberg Cardoso da Silva¹

Rosa Maria Vieira Medeiros²

Júlia Alves Sartori³

RESUMO:

O estudo aborda a relação entre território, turismo e governança, com foco na análise bibliométrica de produções científicas indexadas na base de dados Scopus. O objetivo principal foi identificar as características bibliográficas e bibliométricas de artigos que exploram esses temas, destacando as relações entre atores, palavras-chave e teorias territoriais. A pesquisa utilizou metodologia exploratória descritiva, com buscas no Portal de Periódicos da CAPES e aplicação de indicadores bibliométricos, resultando em um portfólio de 184 artigos. Os dados foram analisados no software VOSviewer, identificando redes de palavras-chave e autores. Os resultados evidenciaram aumento no volume de publicações entre 2015 e 2021, bem como a predominância dos termos "territory", "tourism" e "governance approach". No entanto, observou-se uma fragilidade nas conexões entre autores e uma carência de estudos brasileiros sobre o tema na base internacional. Conclui-se que o estudo contribui ao conhecimento científico ao reforçar a importância da governança turística no desenvolvimento regional e na formulação de políticas públicas. Além disso, a pesquisa destaca a relevância de integrar perspectivas culturais no debate sobre turismo e território.

Palavras-chave: território; turismo; governança; análise bibliométrica; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre turismo, território e políticas públicas tem se consolidado como um campo de estudo cada vez mais relevante no contexto das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa tríade vem sendo debatida com maior frequência por pesquisadores(as) interessados(as) em compreender os impactos da atividade turística nas dinâmicas espaciais, sociais e culturais dos territórios, sobretudo diante da emergência de modelos de gestão baseados na governança. O turismo, enquanto fenômeno multiescalar e interdisciplinar, é não apenas um reflexo das condições territoriais, mas também um dos vetores de sua transformação — seja pela apropriação

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - e-mail: gutorp@outlook.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - e-mail: rmvmedeiros@ufrgs.br

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - e-mail: gutorp@outlook.com

simbólica, pela reconfiguração das práticas sociais ou pela influência das políticas públicas nos modos de uso e organização do espaço.

Nas últimas décadas, observa-se um crescimento significativo do interesse por estudos que abordam o turismo a partir de uma perspectiva territorial, ampliando o debate tradicional centrado na economia ou na promoção turística para incluir dimensões como identidade, poder, pertencimento e planejamento participativo. A própria noção de território, concebida como espaço apropriado por relações de poder e dotado de sentido pelos sujeitos que o habitam (RAFFESTIN, 1993; DI MÉO, 2001), tem sido fundamental para analisar como o turismo se articula com disputas políticas, representações sociais e processos de desenvolvimento local.

Entretanto, apesar do avanço das pesquisas na interface entre turismo e território, ainda são relativamente escassos os estudos que analisam com profundidade o papel das políticas públicas e da governança nesse contexto, sobretudo quando se trata de compreender como os atores sociais participam das decisões e como se manifestam as disputas de poder que moldam a territorialização do turismo (SILVA, 2024). A maior parte dos trabalhos concentra-se em abordagens institucionais, de planejamento técnico ou modelos de gestão, com pouca ênfase nas dinâmicas relacionais e na construção do território turístico enquanto espaço socialmente produzido.

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo principal apresentar uma análise bibliométrica da produção científica sobre a relação entre território, turismo e governança, com base nos artigos e capítulos indexados na base de dados Scopus. Busca-se, assim, identificar as principais tendências temáticas, os autores mais recorrentes, as palavras-chave de maior destaque, bem como as lacunas teóricas e metodológicas presentes nos estudos sobre o tema. A proposta está inserida no esforço de mapear o estado da arte da produção acadêmica internacional e nacional sobre o turismo sob a ótica territorial, com especial atenção à governança como instrumento de articulação entre atores, políticas e territórios.

A questão que orienta esta investigação é: quais são as principais abordagens teóricas e tendências temáticas da literatura científica que discute a relação entre turismo, território e governança nos estudos indexados na base Scopus? Como subquestões, indaga-se: quais os termos e conceitos mais utilizados? Quais autores e

países mais contribuem para essa discussão? Há produção brasileira relevante sobre o tema no contexto internacional?

Essa investigação justifica-se, portanto, pela necessidade de sistematizar e organizar o conhecimento já produzido, ao mesmo tempo em que se apontam caminhos para futuras pesquisas. A bibliometria se apresenta como ferramenta adequada para esse propósito, por permitir uma análise objetiva e quantitativa da literatura, ao passo que o uso do software VOSviewer oferece suporte técnico para a construção de redes de palavras-chave e de colaboração entre autores. Com isso, espera-se oferecer aos pesquisadores do turismo, especialmente aqueles envolvidos com políticas públicas, planejamento e estudos territoriais, um panorama crítico e atualizado da produção científica sobre o tema.

Ao contribuir com o mapeamento e a sistematização da literatura, este artigo também reforça a importância de se ampliar o debate sobre os aspectos políticos e participativos das políticas públicas de turismo, especialmente em contextos periféricos ou sub-representados, como muitas regiões do Brasil. O estudo se insere ainda no escopo de pesquisas que buscam compreender a atuação dos atores sociais e a construção de modelos de governança territorial mais inclusivos, participativos e sustentáveis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O debate em torno da relação entre território e turismo tem ganhado relevância nos estudos geográficos e interdisciplinares, especialmente ao considerar o turismo como uma força produtora de espaço. O conceito de território, central para essa abordagem, é compreendido como uma construção social mediada por relações de poder, apropriação simbólica e uso estratégico do espaço (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004). Nesse sentido, o território não é apenas o cenário onde o turismo ocorre, mas sim um elemento ativo, que interage com a atividade turística e é por ela transformado. A espacialização do turismo, portanto, envolve múltiplas escalas de análise e uma constante disputa por sentidos, usos e representações.

A compreensão do território como um espaço de práticas e significados remete também às noções de identidade e pertencimento. Di Méo (2001) destaca a importância dos valores simbólicos e das representações sociais que os grupos constroem em relação ao espaço que habitam, evidenciando que o território não é apenas material, mas também cultural e afetivo. No turismo, tais dimensões se intensificam, já que os lugares passam a ser consumidos enquanto experiências e narrativas, muitas vezes reconfiguradas para atender às expectativas do mercado e às estratégias de desenvolvimento local. Essa dualidade entre apropriação externa e significação interna dos territórios turísticos é um dos pontos centrais na análise crítica do turismo como fenômeno territorial.

Além disso, o turismo tem sido progressivamente incorporado às agendas de desenvolvimento, especialmente por seu potencial econômico, social e cultural. No entanto, a sua inserção em políticas públicas requer uma abordagem mais ampla e articulada, que vá além da promoção turística e contemple questões como justiça espacial, equidade no acesso aos benefícios e respeito às dinâmicas locais. Para Hall (2008), as políticas públicas de turismo devem estar inseridas em estratégias de planejamento integradas, considerando a complexidade das relações entre os atores envolvidos, os interesses em jogo e os impactos sobre os territórios. É nesse contexto que o conceito de governança se torna fundamental.

A governança, entendida como a articulação entre diferentes atores — públicos, privados e da sociedade civil — em processos decisórios, tem sido apontada como um caminho para o aprimoramento das políticas públicas e para uma gestão mais participativa dos territórios turísticos (BRAMWELL; LANE, 2011). Ao contrário dos modelos tradicionais de governo verticalizado, a governança propõe formas colaborativas de gestão, nas quais as decisões são compartilhadas e legitimadas por múltiplos agentes. Essa abordagem é particularmente relevante em contextos turísticos, nos quais o espaço é constantemente disputado e as ações envolvem diferentes escalas e setores.

Autores como Dias e Castro (2012) destacam que a governança no turismo precisa ser territorializada, ou seja, deve considerar as especificidades culturais, políticas e socioeconômicas de cada local. Isso implica reconhecer a diversidade de atores e seus modos próprios de organização, bem como os conflitos e assimetrias de

poder que atravessam os processos decisórios. A simples criação de conselhos ou fóruns, sem mecanismos reais de participação, muitas vezes reforça a centralidade do Estado e exclui as vozes das comunidades locais. Portanto, a construção de modelos de governança eficazes depende não apenas de instrumentos legais e institucionais, mas também do fortalecimento do capital social e político dos grupos envolvidos.

No contexto brasileiro, a discussão sobre políticas públicas de turismo ainda enfrenta desafios estruturais, como a fragmentação institucional, a baixa articulação entre os níveis de governo e a limitada participação da sociedade civil nos processos de planejamento (BENI, 2006). A regionalização do turismo, proposta pelo Ministério do Turismo desde os anos 2000, é uma tentativa de superar essas limitações, promovendo uma gestão mais integrada e descentralizada. No entanto, sua efetividade depende da capacidade de articulação entre os atores locais e da valorização dos saberes e práticas territoriais. Nesse sentido, os estudos sobre governança territorial aplicados ao turismo tornam-se ferramentas importantes para avaliar a implementação de políticas públicas e seus impactos nas realidades locais.

Por fim, é importante considerar que a construção do território turístico ocorre em meio a disputas simbólicas e materiais, envolvendo questões de poder, identidade e pertencimento. A análise da governança sob uma perspectiva territorial permite compreender como os atores se organizam, disputam e negociam os usos do espaço turístico. Ao integrar os aportes da Geografia, da Ciência Política e dos Estudos do Turismo, essa abordagem oferece subsídios para repensar modelos de desenvolvimento mais justos, participativos e sustentáveis, que reconheçam as comunidades como protagonistas na produção de seus territórios.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa possui caráter **exploratório-descritivo** e adota uma abordagem **quantitativa e qualitativa** de análise, por meio da aplicação de técnicas de bibliometria e visualização de redes científicas. De acordo com Gil (2008), pesquisas descritivas têm como finalidade a caracterização de determinado fenômeno ou a identificação das relações existentes entre suas variáveis. No caso desta investigação,

buscou-se identificar as tendências, os principais autores, as palavras-chave mais recorrentes e os padrões de colaboração na produção científica que trata da relação entre território, turismo e governança.

O processo metodológico foi estruturado em três etapas principais: (1) levantamento bibliográfico sistemático; (2) organização e filtragem do portfólio de documentos; e (3) análise e visualização dos dados bibliométricos por meio de software específico. Inicialmente, foi realizada uma revisão teórica sobre os conceitos centrais — território, turismo e governança — com base em livros, artigos e documentos institucionais. Esta fundamentação orientou a construção dos critérios de busca e seleção do corpus documental.

A base de dados utilizada foi a **Scopus**, considerada uma das maiores e mais relevantes bases multidisciplinares de literatura científica internacional, e amplamente reconhecida na comunidade acadêmica por seu rigor de indexação e abrangência temática. O acesso à base foi feito por meio do **Portal de Periódicos da CAPES**, garantindo a autenticidade e a abrangência dos dados obtidos.

Os critérios de busca utilizados foram os seguintes:

- **Palavras-chave:** "Territory", "Tourism" e "Governance";
- **Tipo de material:** artigos científicos e capítulos de livros;
- **Idioma:** inglês, português e espanhol;
- **Área do conhecimento:** Ciências Sociais, Administração e Contabilidade, Artes e Humanidades;
- **Período de publicação:** sem restrição de data inicial, com data final em **01 de novembro de 2023**.

Com base nesses parâmetros, foram identificados **184 documentos** que compuseram o portfólio inicial da pesquisa. Os dados foram exportados no formato **.RIS** e processados no software **VOSviewer**, ferramenta de análise e visualização de redes bibliográficas, que permite a identificação de padrões de coocorrência de palavras-chave, redes de colaboração entre autores e agrupamentos temáticos (clusters).

Durante o processamento dos dados, foram realizadas etapas de verificação e limpeza, como a eliminação de duplicações e a padronização de termos. A análise permitiu observar a densidade de termos, a centralidade de certos conceitos e os grupos de autores mais atuantes na área. Também foram geradas visualizações que

demonstram a evolução das publicações ao longo do tempo, a frequência de citações e a estrutura da rede de autores e palavras-chave, com vistas a interpretar o desenvolvimento do campo e sua articulação teórica.

Os resultados obtidos oferecem uma visão sistematizada sobre o estado da arte das pesquisas que articulam turismo, território e governança, e contribuem para a compreensão das tendências dominantes, das lacunas existentes e das potencialidades para novos estudos na área, especialmente no contexto latino-americano e brasileiro.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

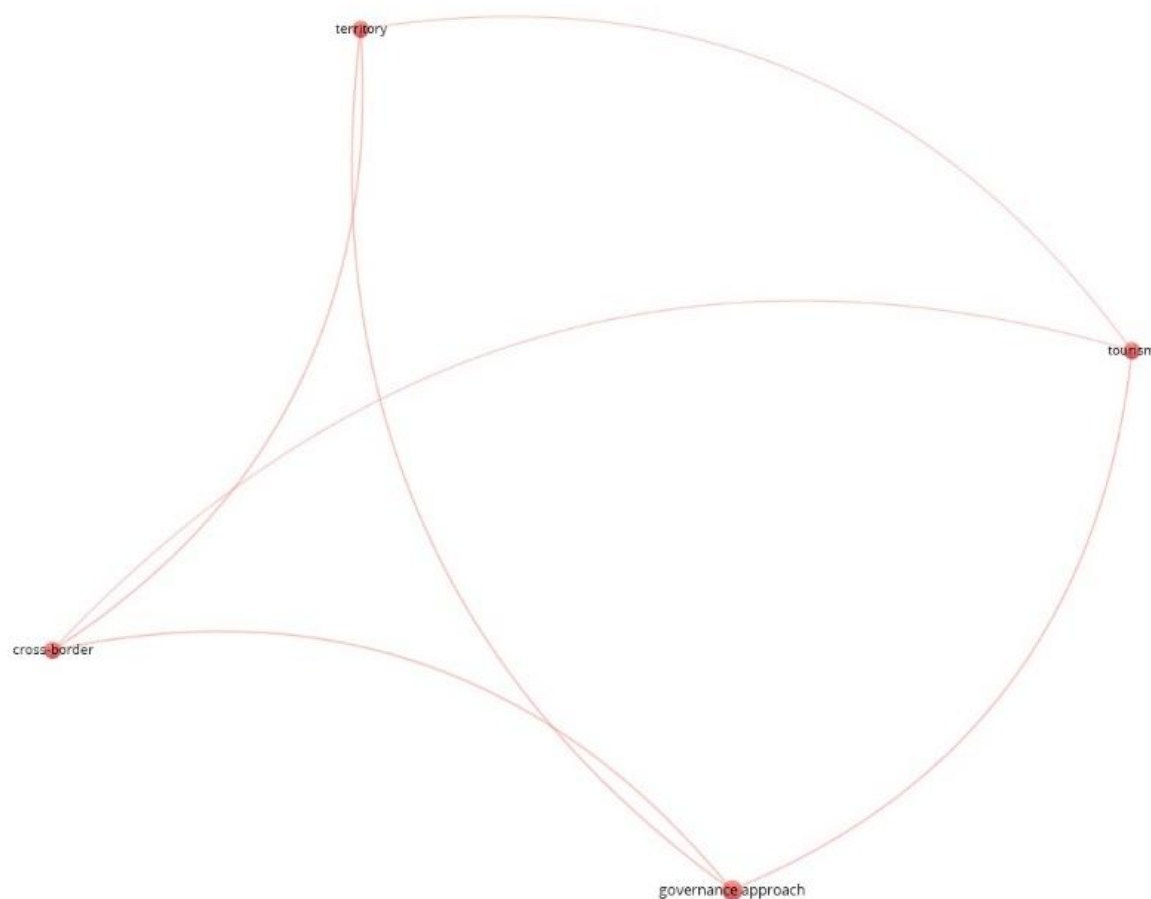
Tem-se observado, nas últimas décadas, um crescimento significativo do interesse pela análise geográfica do fenômeno turístico no Brasil. Esse movimento é evidenciado tanto em estudos de abrangência nacional quanto em investigações mais localizadas, que se debruçam sobre realidades regionais e municipais. Tal crescimento revela uma preocupação crescente da comunidade acadêmica em compreender de maneira mais aprofundada os efeitos e as dinâmicas do turismo nos territórios, especialmente diante dos desafios contemporâneos de desenvolvimento sustentável, valorização do patrimônio cultural e gestão participativa dos espaços. A inter-relação entre turismo e território tem sido cada vez mais **evidenciada** na literatura como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que o turismo é condicionado pelas características territoriais — físicas, simbólicas, políticas e culturais —, ele também atua como vetor de transformação e reconfiguração desses territórios.

O turismo, nesse contexto, não deve ser entendido apenas como um fenômeno econômico ou uma atividade voltada ao lazer. Ele representa, sobretudo, uma prática espacial que reconfigura territórios, redefine usos do solo, reordena centralidades e influencia diretamente nas dinâmicas sociais e culturais das comunidades locais. Assim, ao ser apropriado por diferentes agentes — públicos, privados, coletivos e comunitários —, o turismo passa a desempenhar um papel central na produção de novas territorialidades, com implicações diretas na organização do espaço e na forma como os sujeitos se relacionam com ele. Com base nessa discussão, torna-se evidente a necessidade de uma análise territorial do turismo que vá além das abordagens setoriais,

incorporando as múltiplas dimensões que estruturam o espaço: econômica, política, cultural, ambiental e simbólica. Essa abordagem integrada permite compreender melhor os impactos do turismo e orientar políticas públicas mais eficazes, respeitando as especificidades locais e promovendo o desenvolvimento de maneira equilibrada e sustentável.

A seguir, apresenta-se a Figura 01, gerada a partir da análise de dados da base Scopus, por meio do software VOSviewer. Esta visualização permite identificar as palavras-chave mais recorrentes nas publicações científicas relacionadas ao tema, fornecendo indícios importantes sobre os enfoques teóricos e metodológicos mais valorizados nas pesquisas atuais.

Figura 01 – palavras-chave em destaque

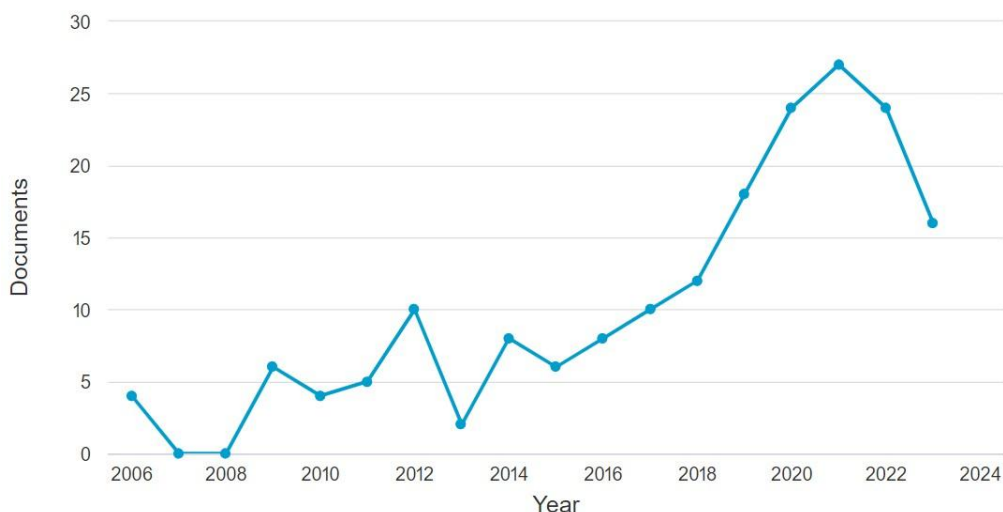


Fonte: Gerado no Vovviewer com dados da Scopus (2024)

A análise das palavras-chave evidencia uma predominância de termos como “territory”, “tourism”, “governance approach” e “cross-border”, o que indica um alinhamento temático centrado na relação entre gestão territorial e práticas turísticas em

contextos transnacionais ou interregionais. O destaque para o conceito de governança aponta para uma valorização crescente da perspectiva colaborativa na gestão dos territórios turísticos, em contraposição a modelos tradicionais, centralizados e muitas vezes excludentes. A teoria das territorialidades, nesse cenário, ganha destaque por reconhecer o território como resultado das ações intencionais de sujeitos e instituições, sendo constantemente produzido, apropriado e ressignificado. Essa abordagem é fundamental para compreender como o turismo pode ser incorporado de forma estratégica à gestão territorial, promovendo modelos mais sustentáveis e integradores, como propõem Fontoura e Andrade (2009) e Silveira (2002).

Gráfico 01 – número de publicações por ano 2006-2023



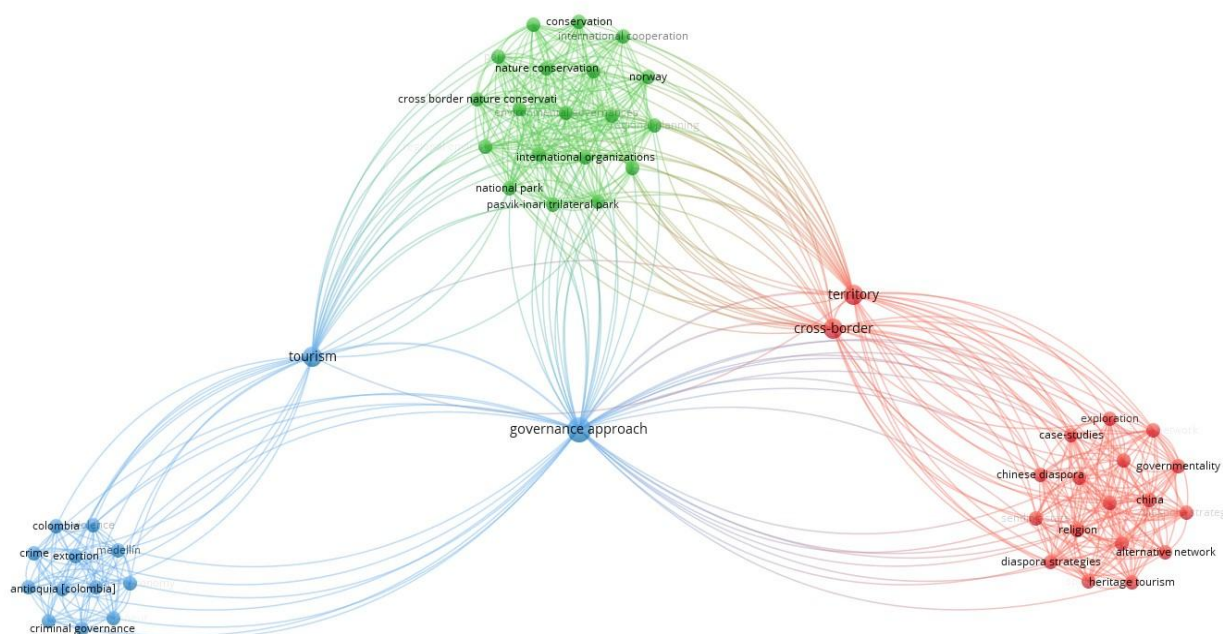
Fonte: Scopus (2024)

A análise do número de publicações entre 2006 e 2023, a partir dos critérios de busca definidos — palavras-chave “*Territory*”, “*Tourism*” e “*Governance*” —, evidencia um crescimento progressivo da produção acadêmica ao longo do período. Embora os primeiros anos apresentem um volume reduzido de trabalhos, a partir de 2015 observa-se um avanço consistente, com destaque para o intervalo de 2015 a 2021, quando ocorre um aumento expressivo nas publicações. Esse movimento revela o fortalecimento das discussões sobre as inter-relações entre território, turismo e governança, além de indicar a ampliação do interesse acadêmico em compreender os processos de transformação territorial mediados pela atividade turística. O auge desse crescimento aponta, ainda, para a consolidação de uma agenda de pesquisa interdisciplinar e para a resposta da

comunidade científica às demandas práticas de planejamento e gestão territorial do turismo.

A Figura 02 apresenta um mapa de coocorrência das palavras-chave mais relevantes nos artigos analisados. Observa-se a formação de clusters temáticos bem definidos, nos quais os termos “governance approach”, “culture”, “territory” e “cross-border” mantêm conexões estreitas, demonstrando o entrelaçamento de práticas culturais, políticas institucionais e estratégias de gestão territorial nas abordagens contemporâneas. A centralidade do conceito de governança reforça a compreensão de que a gestão do turismo não pode mais ser pensada de forma isolada ou setorial, mas deve incorporar múltiplos atores — públicos e privados, locais e externos — em processos decisórios compartilhados. Tal enfoque é essencial para a construção de políticas públicas capazes de promover o equilíbrio entre exploração econômica, conservação ambiental e valorização sociocultural.

Figura 02 – mapa de palavras-chave

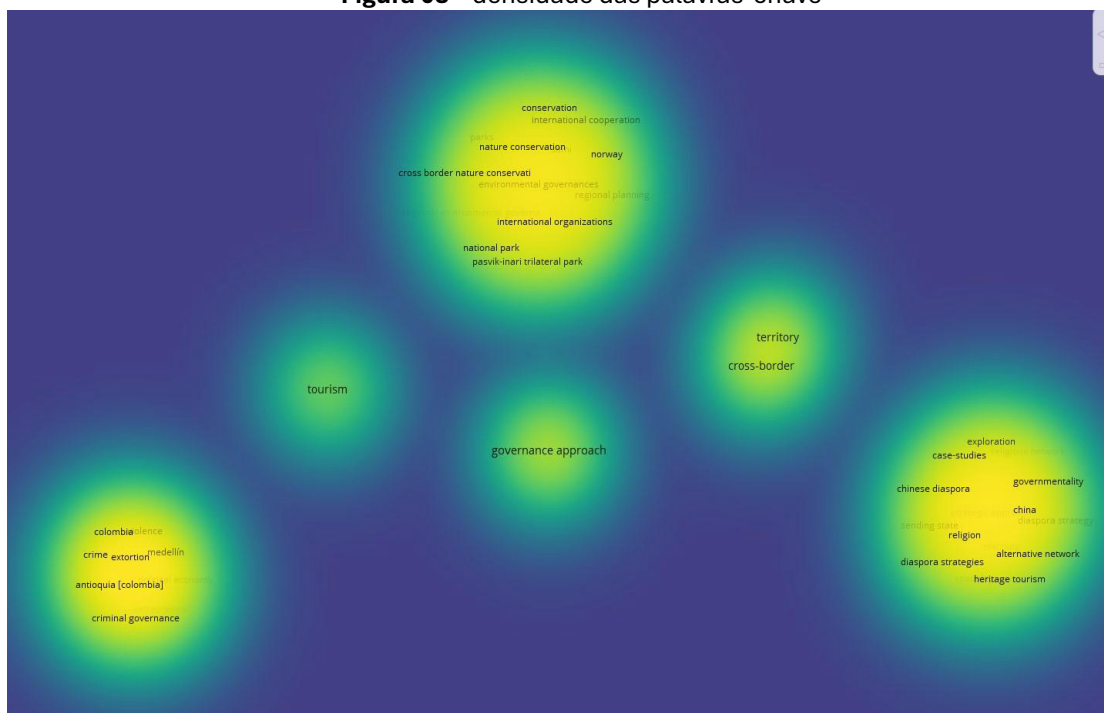


Fonte: Gerado no Voxviewer com dados da Scopus (2024)

Na **Figura 02**, observa-se a formação de uma rede de palavras-chave que evidencia um alinhamento claro entre os principais tópicos de pesquisa. O destaque para termos como "governance approach", "tourism", "territory", "cross-border" e "culture" reflete a crescente interconexão entre governança, práticas turísticas e a

dinâmica territorial. O conceito de governança, especialmente, se sobressai, indicando que as pesquisas têm se concentrado na gestão colaborativa e na construção de modelos de governança que integrem diferentes atores e interesses, promovendo o desenvolvimento sustentável do turismo e a manutenção do equilíbrio entre os diversos aspectos do território.

Figura 03 – densidade das palavras-chave



Fonte: gerado no voviewer com dados da scopus (2024)

A densidade temática apresentada na Figura 03 evidencia que a governança se consolidou como eixo estruturante das discussões recentes na interface entre turismo e território. A organização em seis grupos distintos de palavras-chave revela não apenas a diversidade de abordagens, mas também a complexidade inerente ao tema, que articula dimensões políticas, sociais, culturais e ambientais. Observa-se que as pesquisas têm avançado na direção de compreender a governança como um campo interdisciplinar, capaz de integrar práticas de gestão territorial com a promoção do turismo sustentável, reconhecendo que a atividade turística não pode ser dissociada das dinâmicas locais e regionais em que se insere. Nesse sentido, a recorrência do termo governança nas palavras-chave não é apenas indicativa de sua centralidade conceitual, mas de sua relevância como ferramenta prática para compreender e orientar processos de planejamento turístico.

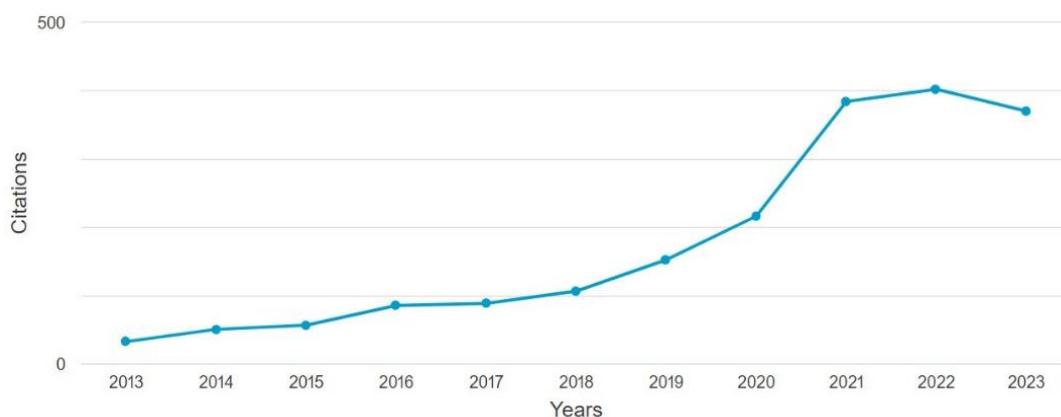
Os seis grupos de palavras-chave mapeados demonstram que a governança não é abordada de maneira homogênea, mas atravessada por diferentes ênfases. Entre elas, destacam-se os estudos voltados para a participação social e os modelos colaborativos de gestão, que buscam inserir comunidades locais nos processos decisórios; aqueles que enfatizam a articulação entre escalas e territórios, mostrando como redes regionais e internacionais impactam a governança do turismo; e as análises relacionadas ao turismo sustentável, que associam a governança ao equilíbrio entre preservação ambiental, valorização cultural e dinamização econômica. Também se destacam as conexões com identidade cultural e memória, dimensões que reforçam a compreensão do turismo como prática social enraizada em territórios simbólicos. Dessa forma, a densidade temática reforça que governança, no turismo, não se reduz a um conceito técnico de gestão, mas envolve disputas, negociações e pactos sociais em torno do uso e do significado dos territórios.

No contexto acadêmico, esse fortalecimento da governança como categoria central ajuda a explicar a crescente aceitação e citação dos estudos da área. A disseminação do conhecimento científico ocorre de forma cumulativa, e os trabalhos que mais dialogam com questões emergentes e urgentes acabam por receber maior visibilidade. O aumento expressivo das citações entre 2018 e 2022, como mostra o Gráfico 02, indica que as pesquisas sobre governança em turismo se tornaram referências para diferentes campos, da geografia política às ciências sociais aplicadas. Esse fenômeno reflete, de um lado, a maturidade da produção científica, que consolidou um corpo teórico capaz de orientar novas investigações; e, de outro, a capacidade dos pesquisadores de responder a problemas concretos de gestão e planejamento, cada vez mais demandados por governos e pela sociedade civil.

Por fim, a análise integrada da densidade temática e do índice de citação reforça a ideia de que o campo de estudos sobre turismo e território passa por um processo de consolidação e internacionalização. As palavras-chave organizadas em torno da governança demonstram que há um vocabulário comum que orienta a pesquisa, ao mesmo tempo em que as citações crescentes revelam o impacto dessas produções em outros contextos acadêmicos. Isso sugere que o turismo, antes visto apenas como atividade econômica ou prática cultural, passou a ser reconhecido como fenômeno político-territorial que exige governança democrática e planejamento estratégico. O

fortalecimento dessa agenda de pesquisa amplia não apenas o diálogo interdisciplinar, mas também a relevância social do conhecimento produzido, contribuindo para que a ciência possa oferecer respostas às tensões e desafios contemporâneos da gestão do turismo nos territórios.

Gráfico 02 – índice de citação



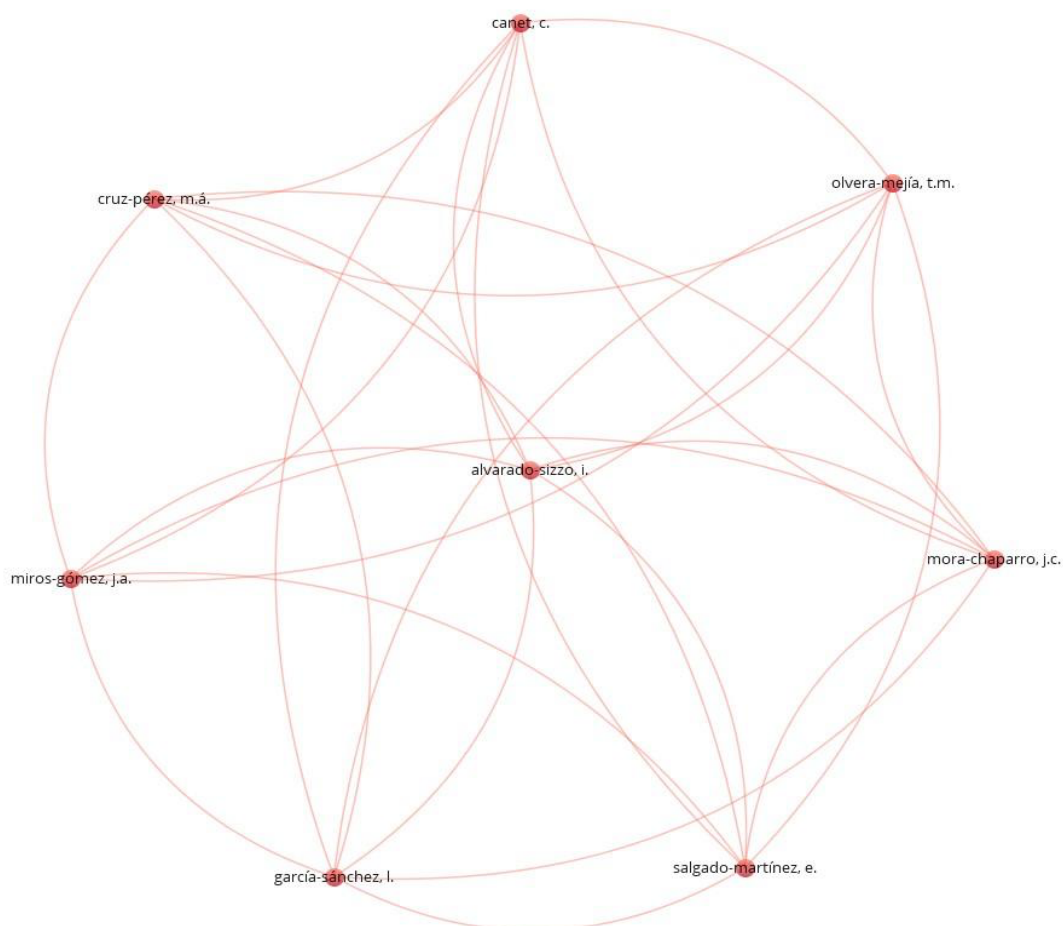
Fonte: Scopus (2024)

A evolução do índice de citação no período de 2013 a 2023 revela a consolidação do tema na literatura científica. Nota-se um aumento gradual nos primeiros anos, mas é entre 2018 e 2022 que ocorre um crescimento mais expressivo, evidenciando a maior visibilidade e relevância das pesquisas sobre território, turismo e governança nesse intervalo. Esse avanço pode ser associado à intensificação dos debates acadêmicos em torno da governança territorial aplicada ao turismo e ao fortalecimento de redes de pesquisa internacionais, que contribuíram para ampliar o impacto e a circulação dos estudos. O aumento significativo no índice de citação nesse período reforça não apenas a maturidade da produção científica, mas também a sua capacidade de dialogar com diferentes campos do conhecimento, consolidando-se como referência para análises interdisciplinares.

A Figura 04, que apresenta a rede de autores, revela um campo de investigação ainda em fase de estruturação. Apesar do aumento no número de publicações e do envolvimento de novos pesquisadores, as conexões entre os autores ainda são frágeis, o que indica um nível inicial de colaboração científica. Tal cenário é comum em áreas emergentes, nas quais os pesquisadores trabalham de forma mais isolada ou em grupos locais, e ainda não há uma consolidação de redes acadêmicas amplas e integradas. A tendência, no entanto, é que à medida que os debates amadurecem e a produção

científica se expande, essas redes se fortaleçam, promovendo maior intercâmbio de ideias, metodologias e experiências.

Figura 04 – rede de autores



Fonte: Gerado no Voxviewer com dados da Scopus (2024)

Os resultados apresentados reforçam a relevância do turismo enquanto objeto de análise geográfica e territorial. A atividade turística tem se mostrado uma das mais potentes no que se refere à reconfiguração dos espaços e à geração de novas territorialidades. Entretanto, para que seu desenvolvimento seja sustentável e socialmente justo, é fundamental que ele esteja ancorado em processos de governança participativa, capazes de incorporar as demandas, saberes e interesses das comunidades envolvidas. A análise bibliométrica aqui apresentada evidencia a evolução do campo e aponta caminhos para uma atuação mais integrada entre academia, poder público e sociedade civil na construção de territórios turísticos mais equitativos, inclusivos e resilientes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o presente estudo possa representar uma importante contribuição para o avanço do conhecimento científico, especialmente no que tange à compreensão da relação entre território e turismo, com implicações diretas na elaboração de políticas públicas em contextos de governança. A crescente relevância do turismo como um motor de desenvolvimento, particularmente no Brasil, demanda um aprofundamento nas discussões que envolvem a regionalização do setor, uma realidade ainda em processo de consolidação. Nesse cenário, a participação ativa dos diversos atores envolvidos torna-se um elemento essencial para a efetividade das políticas públicas e o sucesso do desenvolvimento turístico sustentável. Assim, é imperativo que o tema seja mais explorado e discutido em publicações que possuam visibilidade acadêmica internacional, especialmente em periódicos científicos de renome.

Embora o campo de estudo sobre território, turismo e governança já esteja bem estabelecido nas pesquisas, é notável a escassez de publicações que integrem a dimensão cultural nesse contexto. A cultura, como elemento transversal e central para o entendimento e a construção de identidades territoriais, precisa ser mais amplamente abordada, especialmente no contexto brasileiro, onde o turismo é profundamente ligado às particularidades culturais locais. Além disso, é preocupante a limitada presença de artigos acadêmicos brasileiros na base de dados internacionais como a Scopus, o que sugere uma necessidade urgente de fortalecer a participação das pesquisas nacionais nesse espaço global de disseminação científica.

Esse cenário pode ser explicado pela forma como a aceitação e o reconhecimento na comunidade científica se dão, em grande parte, por meio das citações dos artigos em outras produções acadêmicas. A quantidade de citações é um indicador importante da relevância e impacto de uma pesquisa, evidenciando a sua contribuição para o avanço do conhecimento no campo. A construção do conhecimento científico é um processo contínuo, que depende não apenas da produção de novos estudos, mas também da sua disseminação, debate e aplicação em diferentes contextos. Portanto, é essencial que mais pesquisas brasileiras sobre turismo, território e governança sejam publicadas em bases internacionais de alto impacto, garantindo maior visibilidade e inserção no debate científico global, e permitindo que o Brasil se

coloque como um ator de destaque na produção de conhecimento sobre o turismo em suas múltiplas dimensões.

6. REFERÊNCIAS

- BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. 11. ed. Barueri: Manole, 2006.
- BRAMWELL, Bill; LANE, Bernard. **Critical research on the governance of tourism and sustainability**. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 19, n. 4–5, p. 411–421, 2011.
- DI MÉO, Guy. **Geografia social e território**. São Paulo: Contexto, 2001.
- DIAS, Reinaldo dos Santos; CASTRO, Flávia Sant'Anna. **Governança territorial e políticas públicas de turismo no Brasil**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 212–230, 2012.
- FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Penso Editora, 2012.
- FONTOURA, L. M.; ANDRADE, S. A. **Turismo e Geografia: o Planejamento Territorial do Turismo**. In: Atividade turística e as potencialidades de novos destinos. Anais do Fórum Internacional De Turismo, v. 2, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, C. Michael. **Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships**. 2. ed. Harlow: Pearson Education, 2008.
- KALAOUM, F.; TRIGO, L. G.G. **Reflexões teóricas sobre governança pública e governança turística**. *Revista rosa dos ventos: turismo e hospitalidade* ISSN 2178-9061. 2021.
- PAIXÃO, L. M. **Arranjos produtivos locais, governança territorial e desenvolvimento turístico no meio rural: o caso das regiões turísticas da Serra Gaúcha, Bonito e Treze Tílias**. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade de Salvador. Salvador, BA, Brasil, 2013.
- PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. Editora Atlas, 2013.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SILVEIRA, Maria Laura. **O campo e a cidade no Brasil: a difícil construção de uma síntese na geografia**. In: SILVEIRA, Maria Laura; CASTRO, Iná Elias de. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 105–136.

SILVA, G. C. **Presença dos bens democráticos nos conselhos municipais de turismo da região turística do Brejo Paraibano**. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2024.

TENÓRIO, F.G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Unijuí, 2007

TERRITORY, TOURISM AND GOVERNANCE: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE SCOPUS DATABASE

Abstract:

The study addresses the relationship between territory, tourism, and governance, focusing on a bibliometric analysis of scientific publications indexed in the Scopus database. The main objective was to identify the bibliographic and bibliometric characteristics of articles that explore these topics, highlighting the relationships between actors, keywords, and territorial theories. The research adopted an exploratory-descriptive methodology, using searches in the CAPES Journals Portal and applying bibliometric indicators, resulting in a portfolio of 184 articles. Data were analyzed using VOSviewer software, identifying keyword and author networks. The results showed an increase in the volume of publications between 2015 and 2021, as well as the predominance of the terms "territory," "tourism," and "governance approach." However, weak connections between authors and a lack of Brazilian studies on the subject in the international database were observed. The study contributes to scientific knowledge by reinforcing the importance of tourism governance in regional development and public policy formulation. Moreover, the research highlights the relevance of integrating cultural perspectives into the debate on tourism and territory.

Keywords: territory; tourism; governance; bibliometric analysis; public policy.

TERRITORIO, TURISMO Y GOBERNANZA: UN ANÁLISIS BIBLIOMÉTRICO DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA EN LA BASE DE DATOS SCOPUS

Resumen:

El estudio aborda la relación entre territorio, turismo y gobernanza, con enfoque en el análisis bibliométrico de producciones científicas indexadas en la base de datos Scopus. El objetivo principal fue identificar las características bibliográficas y bibliométricas de artículos que exploran estos temas, destacando las relaciones entre actores, palabras clave y teorías territoriales. La investigación utilizó una metodología exploratoria-descriptiva, con búsquedas en el Portal de Periódicos de CAPES y la aplicación de indicadores bibliométricos, lo que resultó en un portafolio de 184 artículos. Los datos fueron analizados con el software VOSviewer, identificando redes de palabras clave y autores. Los resultados evidenciaron un aumento en el volumen de publicaciones entre 2015 y 2021, así como la predominancia de los términos "territory", "tourism" y "governance approach". Sin embargo, se observó una fragilidad en las conexiones entre autores y una escasez de estudios brasileños sobre el tema en la base internacional. Se concluye que el estudio contribuye al conocimiento científico al reforzar la importancia de la gobernanza turística en el desarrollo regional y en la formulación de políticas públicas. Además, la investigación destaca la relevancia de integrar perspectivas culturales en el debate sobre turismo y territorio.

Palabras clave: territorio; turismo; gobernanza; análisis bibliométrico; políticas públicas.

Enviado em: 19/07/2025

Aceito em: 17/09/2025

POR AMOR À GEOGRAFIA: ENTREVISTA COM ROGÉRIO HAESBAERT

Igor Dalla Vecchia¹

Lucas Manassi Panitz²

Rogério Haesbaert³

ROGÉRIO HAESBAERT E SEU AMOR À GEOGRAFIA

A entrevista que as leitoras/es poderão conferir a seguir foi construída a partir de muitos encontros, conversas, edições e diálogos. Nossa intenção não era a velocidade da conclusão, mas um trabalho maturado, que oportunizasse oferecer uma leitura sensível e um retrato autêntico da vida do nosso caro entrevistado, o Prof. Rogério Haesbaert.

A proposta da entrevista surgiu em conversas informais, nos encontros pelos cafés do Rio de Janeiro e em caminhadas pela cidade. Logo entendemos que, para além do entusiasmo com a entrevista, teríamos muito trabalho pela frente. Afinal, trata-se de um dos maiores geógrafos em atividade no Brasil e na América Latina. Conceitualmente, interessou-nos elaborar um roteiro que permitisse abordar o entrelaçamento da vida pessoal com as escolhas teóricas do Prof. Rogério. Essa concepção nos levou a organizar o texto nos moldes de uma cronologia editada, para que esta pudesse representar, com a maior integridade possível, os eventos mais significativos da vida do entrevistado. O momento não poderia ser mais oportuno: nossa entrevista ocorreu apenas algumas semanas após a sua aposentadoria na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em função da mobilidade reduzida do Prof. Rogério – que havia sofrido um acidente de trânsito alguns meses antes – nossa entrevista aconteceu em seu apartamento, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, e se estendeu por toda a tarde de 1º de agosto de 2019 até o anoitecer. Foram mais de quatro horas de conversas,

¹ Doutorado em andamento em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

² Professor Adjunto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Litoral Norte

³ Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense - rogergeo@uol.com.br

impulsionadas por perguntas e curiosidades que levamos ao entrevistado. Tivemos conosco a contribuição de questões de outros professores/as, como Adriana Dorfman, Álvaro Heidrich e Nelson Rego – todos que, de alguma forma, se relacionaram academicamente com o Prof. Rogério.

Parafraseando seu livro, estamos diante não só de uma figura intelectual que expressa seu "amor aos lugares", mas principalmente de alguém que nutriu, desde sempre, um amor à Geografia. Por esse motivo, a entrevista que segue nos lembra que o talento, a intuição e a concisão acadêmica têm origem nos acúmulos pessoais das experiências de vida do Prof. Rogério, que vão desde a infância até a idade adulta. E ainda, que sua visão de mundo, alargada por sua história de vida, pelas viagens e pelo seu trânsito entre realidades sociais distintas, revela sua criatividade teórica ímpar.

O material que segue é um registro histórico relevante para o pensamento geográfico brasileiro. Com esta entrevista, e em parceria com a Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Porto Alegre, estamos lançando um chamamento à comunidade geográfica sul-rio-grandense e brasileira para a realização de entrevistas com as personalidades que marcaram a história da Geografia brasileira: intelectuais, profissionais, pesquisadoras/es e professoras/es proeminentes. Com isso, esperamos incentivar as novas gerações a um envolvimento ativo na construção da memória da AGB e da Geografia no Brasil.

Agradecemos à disponibilidade e ao carinho com que o Prof. Rogério nos acolheu ao longo de todo o processo, que incluiu a entrevista e diversas etapas de edição e revisão.

Às leitoras/es, desejamos uma ótima viagem pelos territórios, paisagens, lugares, regiões, fronteiras e demais conceitos geográficos constituintes da vida do Prof. Rogério Haesbaert.

Igor Dalla Vecchia e Lucas Manassi Panitz

** Nota editorial: no documento original, havia um sumário, contudo, ele perde o sentido dentro do BGG. A entrevista está dividida em sete partes e, ao final, há uma cronologia das atividades dos professor Rogério Haesbaert.*

PARTE 1: A ENTRADA NA GEOGRAFIA

Igor – Nós separamos a entrevista em partes e respectivas temáticas. Nesta Parte 1 queríamos tentar entender um pouco como foram a sua infância e adolescência – creio que a maior parte em Mata. Depois, você foi para Santa Maria. E como foi, nessa infância e adolescência, esse seu despertar para questões relativas à Geografia, que depois desencadearam a sua escolha pelo curso de Geografia.

É, tem uma ideia que pode parecer meio absurda, mas é fato: eu não sei de onde veio o meu interesse pela Geografia, porque, desde que eu me conheço por gente, eu era fascinado por mapa, por saber o que estava acontecendo em outros lugares, o que estava para além do meu horizonte. E a minha família fez muitas mudanças. Acho que isso também tem um pouco a ver.

Eu fui registrado em São Pedro do Sul, mas minha mãe morou lá poucos meses depois do meu nascimento. Por isso eu não posso dizer que vivi em São Pedro. Fomos para a zona rural de Mata, que era distrito do município de São Vicente do Sul, então chamado General Vargas. Zona rural mesmo, local denominado São José do Louro. Era onde o meu avô, pai de minha mãe, morava. Ele era de origem alemã e teve onze filhos. Ele distribuiu um pedacinho de seus trinta e poucos hectares para alguns filhos, deu um pouco para cada um. E isso até gerou um problema depois, porque muitos não ganharam. Até hoje alguns ainda moram lá – agora, primos; os tios já se foram. Um desses primos criou um museu, “Fragmentos do Tempo”, com várias referências à família Haesbaert. Dali, com seis anos de idade, para estudar, eu fui para Mata – que, na época, era uma vila; tinha uns mil e quinhentos habitantes considerados urbanos – neste conceito polêmico de urbano que temos no Brasil, político-administrativo, como população que vive em sede de município (cidade) ou de distrito (vila). Mas para mim isso representava uma grande mudança, sair da zona rural e morar na “cidade”. Mata era um pequeno núcleo que reunia principalmente descendentes de alemães e italianos, numa das últimas levas de expansão da migração europeia que completou a ocupação das áreas de floresta na encosta da Serra Geral do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX. Como uma área de serra, um dos últimos contrafortes da Serra Geral, era bem diferente da vizinha São Vicente, já em plena Campanha. Quando se separou de São Vicente ficou bem clara a distinção entre um município mais “serrano”, Mata, junto à baixa encosta da

serra, e São Vicente com todo aquele pampa a perder de vista, somente com dois cerros, os morros testemunhos Cerro do Loreto e Seio de Moça – no meio do Pampa, num lugar chamado Loreto, que era o único distrito fora da sede do município. E de onde, depois, viria a família de meu cunhado, casado com uma de minhas duas irmãs – somos quatro filhos, dois casais.

De nove até os onze anos, moramos em São Vicente do Sul, onde fiquei três anos. Os meus dois irmãos mais velhos, para poderem estudar, moraram com os meus avós em Santa Maria, mas eles não tinham mais como mantê-los e como em São Vicente, ao contrário de Mata, havia segundo grau, eles vieram novamente morar conosco. Naquele tempo havia o temido exame de admissão para passar do primário ao ginásio, com a possibilidade de “pular” o quinto ano, passando do quarto direto para o primeiro ano do Ginásio. Eu fiz esse exame de admissão em São Vicente e depois cursei ali o que hoje corresponderia à quinta e sexta séries.

Aos doze anos eu fui para Santa Maria. E em Santa Maria moramos em vários cantos da cidade. Praticamente, demos uma volta na cidade. Sempre em casa alugada, moramos em uns seis locais diferentes, até que, depois de oito anos, meu irmão conseguiu ajudar meu pai a comprar um pedacinho de terra na periferia de Santa Maria, e ficamos ali. Ele mudava muito de profissão, embora gostasse mesmo era do campo. Somente por um período pequeno é que ele teve um campinho para ter algumas cabeças de gado.

Igor – Ele quem? Seu irmão ou seu pai?

Meu pai.

E essa atração pela Geografia, de querer conhecer outros lugares, eu lembro que eu era muito pequeno, antes de seis anos, antes de morar em Mata, quando morava na zona rural em São José do Louro, meus parentes chegavam lá e pediam para eu discursar. Eu subia em um banquinho e começava a falar. Inventava estórias. O Rio de Janeiro era um dos espaços ao qual eu mais me referia. Lembro da estória que eu inventei de cachorrinhos que nasceram em cima do Pão de Açúcar.

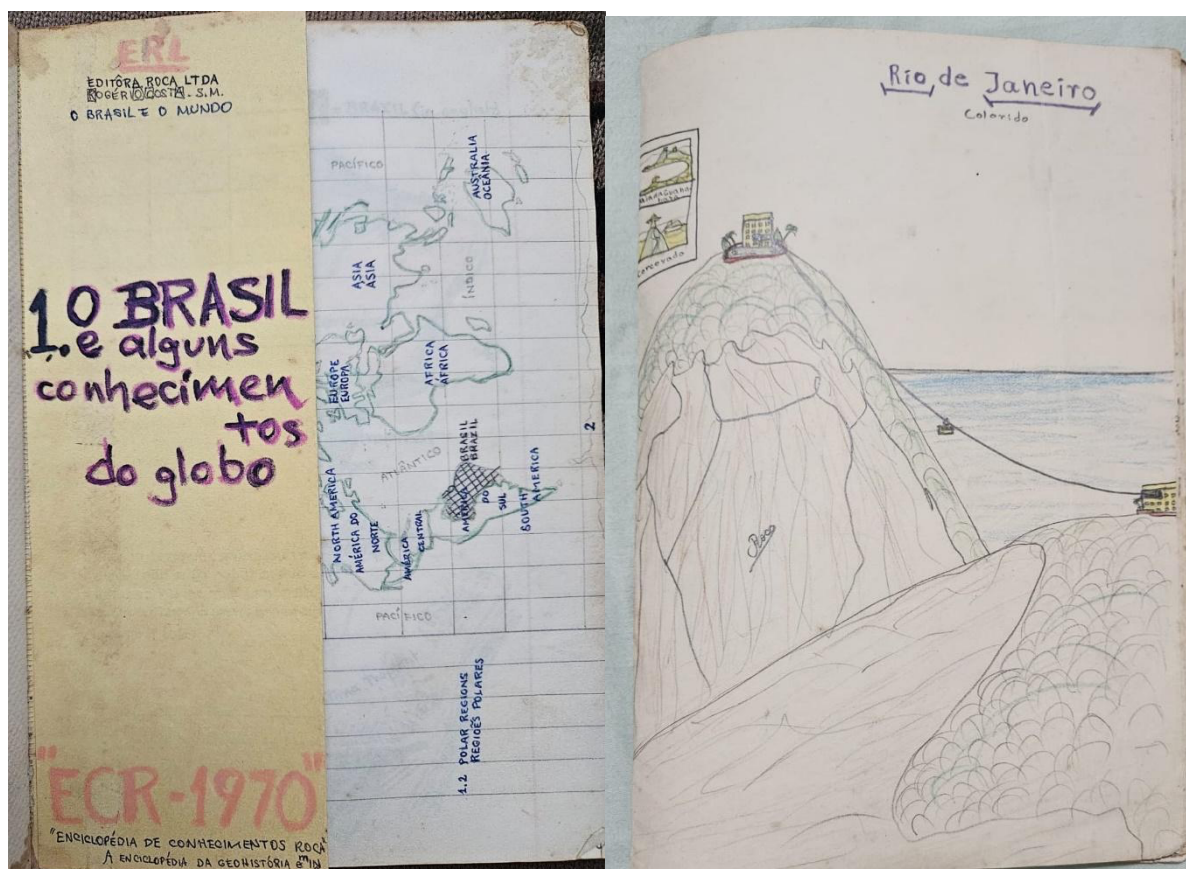


Figura 1: Caderno (“livro”) de geografia (1970) e desenho do Pão de Açúcar (1968)⁴.

Lucas – Já tinha um encantamento pelo Rio de Janeiro.

É, acho que também porque eu tinha um primo que morava aqui e de vez em quando meus tios, de Santa Maria, vinham nos visitar e traziam notícias dele... Tinha uma referência. Esses tios nos levavam calendários, essas folhinhas que vinham com fotografias do Rio de Janeiro. Então eu ficava imaginando o Rio de Janeiro, quase como se fosse um outro mundo.

Depois, em Mata, eu comecei com os cadernos de geografia. Pedia como presente de Natal e aniversário, para encher de mapas e relatos de países. Quando eu cheguei em São Vicente, eu fiz uma espécie de almanaque geográfico, onde descrevia todos os países e ilustrava com desenhos que eu mesmo fazia, e que até ficou na biblioteca da escola. Uma prima de Santa Maria me presenteou também com um Atlas. E aí, em São Vicente, com dez anos de idade, eu participei de um concurso em que eu era o único que concorria. [risos]

⁴ Todas as figuras nesta entrevista fazem parte do acervo pessoal do entrevistado.



Figura 2: Desfile de 07 de setembro de 1968 em General Vargas (a partir de 1969 denominada São Vicente do Sul. Rogério à direita da bandeira, no centro da imagem, antes do concurso de perguntas sobre Geografia na praça da cidade.

Igor – Concorreu consigo mesmo.

Comigo mesmo, na praça, na Semana da Pátria. Como eu sabia todas as capitais e limites de países, principais cidades e rios, o professor de Geografia, o padre e até o prefeito faziam perguntas no palanque oficial da praça. Todos os dias da Semana da Pátria os estudantes se reuniam na praça e eu respondia. O prêmio foram dois anos de cinema grátis – um cineminha onde passava muito filme repetido, em preto e branco – e um dicionário de quatro línguas, que vinha também ilustrado com mapas. Foi um estímulo e tanto pra seguir minha paixão pela Geografia.

Para vocês verem como a Geografia continuava cada vez mais forte: depois, em Santa Maria, comecei a participar de programas de rádio. Na Rádio Imembuí havia um programa chamado *Música e Cultura*, que alternava mensalmente concursos sobre Geografia e História. O de Geografia eu sempre participava e ganhava, neste caso com diversos concorrentes [risos]. Sempre havia um livro como referência. Lembro bem, por exemplo, dos livros de Melhem Adas e de Aroldo de Azevedo.

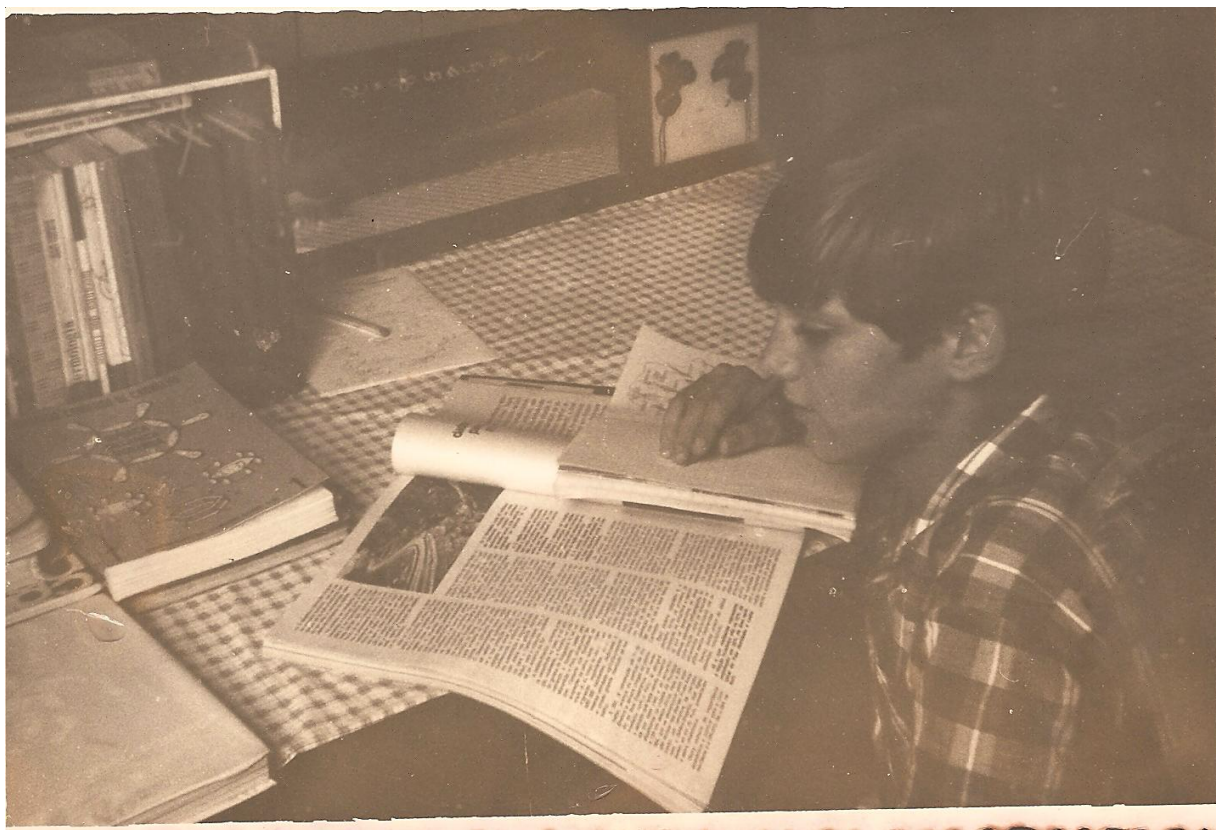


Figura 3: Rogério durante as leituras para o concurso de Geografia no Programa “Música e Cultura”, da Rádio Imembuy, em Santa Maria, 1970.

Lucas – Geografia do Brasil do Aroldo de Azevedo.

Sim, Geografia do Brasil do Aroldo de Azevedo. Mas as perguntas eram basicamente factuais, como as principais cidades de Sergipe ou os produtos do extrativismo no Acre. O prêmio era um valor para gastar em uma loja de roupas, no centro de Santa Maria. Eu me vestia para o inverno com os prêmios da loja. Então sempre tive esse vínculo muito forte com a Geografia.

Em São Vicente do Sul, o primeiro trabalho remunerado que eu consegui, entre os 9 e os 10 anos, foi vender revistas na rua. Eu pegava na distribuidora, saía batendo na porta das casas e vendia. Entrava pra vender nos ônibus também, na rodoviária. Foi quando eu conheci a minha primeira correspondente, num ônibus da linha Porto Alegre-Buenos Aires. O meu jeito, querendo conhecer o mundo, numa época tão distante da internet, foi o correio, inventar os correspondentes.

Lucas – O ônibus Porto Alegre-Buenos Aires passava por São Vicente?

Passava por São Vicente; não havia ainda a BR-290. E era estrada sem asfalto, não lembro quanto tempo levava essa viagem.

O meu irmão vendia passagem na rodoviária. Eu podia entrar nos ônibus para vender as revistas. Foi aí que conheci duas moças de Buenos Aires. Uma delas, pra minha sorte, trabalhava numa agência de turismo. Ela passou a me enviar material turístico com mapas do mundo inteiro – da Rússia, da Europa, dos Estados Unidos. Uns mapas e prospectos enormes. Bah, aquilo ali para mim foi...

Lucas – Mas não era postagem paga, ela te mandava na camaradagem?

Sim, sim. E eu escrevia para ela, contava as minhas histórias de São Vicente e dos gaúchos como meu pai, que ela dizia ter tudo a ver com os gaúchos argentinos. Comecei assim a aprender espanhol, além da ajuda das emissoras de rádio que minha mãe escutava, de Montevideú. Ela gostava muito de tango e ficou muito feliz quando meu pai comprou nosso primeiro rádio, quando chegamos em Mata.

Já em Santa Maria, com 14 anos, comecei a me corresponder com uma chilena de Valparaíso que colocou um anúncio no jornal Folha da Manhã de Porto Alegre. O incrível é que a reencontrei pelo facebook e vim a conhecê-la pessoalmente há pouco, quase meio século depois, numa viagem a Santiago.

Depois, com 17 anos, coloquei um anúncio numa revista para adolescentes chamada *Pop*, aqui do Rio de Janeiro. Falava que era pré-universitário de Geografia e que queria me corresponder para troca de selos, mapas e postais. Choveram cartas, mais de cem. Eu aluguei uma caixa postal, porque a entrega de cartas no meu bairro da periferia era problemática, as cartas se perdiam. Dessas mais de 100 cartas, eu acabei ficando com cerca de 30 correspondentes – alguns deles, inclusive, do exterior. Não sei como é que essa revista foi parar em outros países. Abrir a caixa postal era uma festa. Tive um correspondente do Canadá, de Vancouver, que depois foi me visitar em Santa Maria. Tive uma correspondente de Nuremberg, na Alemanha, que muito tempo depois, em minha primeira viagem à Europa, em 1989, eu conheci pessoalmente. Outro correspondente era do México, muito interessante, porque ele me abriu a cabeça para o que estava acontecendo naquela época no Brasil. Ele mandava artigos do Francisco Julião, grande líder das Ligas Camponesas, que foi obrigado a se exilar. Comecei assim a ver realmente o que estava acontecendo em termos de ditadura por aqui. Porque, para mim, só se

falava em “Brasil grande”. Eu recebia revistas gratuitas que havia na época, distribuídas pelo governo como propaganda. Havia uma, chamada *Rodovia*, mensal, muito bem editada, com muitos mapas e fotografias. Até hoje lembro dos números especiais sobre a Transamazônica e sobre a ponte Rio-Niterói. Eles distribuíam gratuitamente para fazer publicidade das obras do governo. E eu – e tantos outros - achávamos uma maravilha.

Igor – Quando você diz “abrir a cabeça” é se aproximar de uma visão mais crítica?

Exatamente. Ter uma visão do que realmente estava acontecendo no país, porque nós, especialmente quem vivia no interior, éramos completamente iludidos, manipulados. Tínhamos somente a ideia do “milagre brasileiro”, do “ame-o ou deixe-o”, o grande mote do regime militar – ou seja, só tínhamos essas duas opções, “amar” o Brasil da ditadura ou, na oposição, fazer uma oposição “pro forma”, a do MDB, ou uma oposição de fato e correr o risco de ser mandado para a prisão ou o exílio.

Igor – E que idade você tinha? Dezesseis?

Dezessete anos quando começaram os correspondentes, além da argentina e da chilena, mais antigas. Foi quando estava terminando o Segundo Grau, então chamado Científico. Mas as notícias sobre a ditadura só vieram quando eu já estava na universidade.

Chegando em Santa Maria, aí teve um problema quando nos mudamos. Primeiro que o meu pai não tinha emprego fixo. E ele não queria se mudar de São Vicente do Sul para Santa Maria. Mas em São Vicente também a situação econômica estava muito difícil, o campo que ele havia comprado durou dois anos, endividado, ele teve de vender. A casa no campo era de sapê e chão batido. Morávamos de aluguel na cidade, numa casa sem água encanada e sistema de esgoto. Minha irmã e meu irmão trabalhavam de dia e estudavam à noite. Até eu, como falei, conseguia uns trocados vendendo revistas. Em Santa Maria, um dia depois de completar 14 anos, tive meu primeiro emprego de carteira assinada, como “auxiliar de empacotador” numa loja de tecidos. Com o cansaço e a exploração – ainda tinha de lavar a loja e entregar acolchoados na periferia da cidade, de ônibus – mal aguentei um semestre. O aproveitamento no curso noturno também caiu. Quando cheguei em Santa Maria havia um problema sério, porque eu estudava francês – naquela época ainda era a língua mais difundida, nossa segunda língua no interior.

Chegando em Santa Maria, eles já estavam no segundo ano de inglês. Fui obrigado a me preparar durante as férias para poder acompanhar. Mudei também de escola duas vezes, pois a primeira, o Colégio Coronel Pilar, era muito distante, o curso era noturno e eu tinha apenas 12 anos. No ano seguinte por sorte consegui vaga numa das melhores escolas públicas de Santa Maria, o Colégio Professora Maria Rocha. Um ponto a destacar aqui é este acesso a boas escolas públicas, o quanto isso é importante para quem vem das da classe trabalhadoras, pois é praticamente a única saída de uma condição subalterna. Assim que entrei no segundo grau, onde escolhíamos entre o “Clássico”, mais próximo das humanidades, e o “Científico”, o governo fez uma reforma na educação e propôs, ou melhor, impôs o ensino profissionalizante. Mas as escolas não tinham a mínima infraestrutura para oferecer esse ensino profissionalizante, muito menos uma variedade de opções. Então, em nossa escola, tínhamos somente duas alternativas: mecânica e tradutor e intérprete. Não tive a menor dúvida em escolher tradutor e intérprete, para aprimorar o português e aprofundar o inglês. Apesar da enorme carga horária, por um lado foi bom, porque eu tinha cerca de oito aulas de inglês na semana, literatura norte-americana, fonética, redação, disciplinas interessantes. O inglês era fundamental para ampliar os correspondentes no exterior, além de ter me servido bem mais tarde para realizar algumas traduções na área de Geografia.

Igor – É, estava se correspondendo com um monte de gente de fora.

Esses correspondentes foram fundamentais.

Depois também eu viajei pelo Brasil. Já na universidade, fazíamos festas, rifas, e juntávamos dinheiro o ano todo para alugarmos um ônibus e viajarmos nas férias. Comecei a viajar e a conhecer outros lugares, parando na casa dos correspondentes.

Lucas – Isso era uma cultura difundida na época?

Pelo menos no ambiente estudantil de Santa Maria. Mas, no meu caso, havia fundamentalmente o interesse geográfico: conhecer outros lugares e culturas. Chegou uma época em que eu não tinha como manter a correspondência porque era muito caro o correio e dar conta de tantas cartas. Lembro da época em que meu pai tinha um pequeno bar. Eu atendia, trabalhava no balcão e tirava um pouquinho de dinheiro por minha conta para poder manter os correspondentes, pois de outra forma não teria como.



Figura 4: Carteiras de estudante de 1971 (3ª série do Ginásio) a 1974 (2ª série do Científico).

Igor – E nesse momento de infância e adolescência, quando você tinha esses interesses, como era a relação com a sua família? Tinha certo apoio, um incentivo?

Da minha mãe, certamente. A maior frustração dela foi não ter estudado. Ela contava uma história de que meu avô tinha condições de dar educação apenas para uma filha; e ele tinha quatro. Dos onze filhos, quatro eram mulheres. E como poderia proporcionar educação para somente uma, para não cometer injustiça, acabou não dando oportunidade para nenhuma. Era muito cara a manutenção na cidade. Minha mãe sempre gostou muito de ler. Mas estudou somente até o terceiro ano primário – que era o que havia em São José do Louro, localidade rural onde morávamos – e onde até hoje tenho primos e o cemitério onde estão sepultados meus pais e avós. Era uma grande frustração dela que não queria que se repetisse com os filhos. Lutou para convencer meu pai de que todos nós deveríamos estudar.

Já o meu pai era outra história, típico gaúcho, sempre gostou da atividade rural, especialmente tropeirar. Certamente, se fosse pelo meu pai, nós teríamos ficado

trabalhando no campo. A grande frustração dele foi não ter um filho que gostasse da lida campeira. O grande sonho dele era viver como tropeiro. Aliás, grande parte da memória dos últimos tempos dele era de tropeiro. Ele contava muita história, muito “causo” daquelas tropeiradas. Provavelmente inventava, “floreava” um pouco. Mas era impressionante o quadro que ele trazia através dessas histórias como um herdeiro da figura mais típica do gaúcho, ele próprio quase sempre de bombacha, e sua forte ligação com o campo, com o gado, com o cavalo. Cavalo que ele manteve até por volta de uns 80 e poucos anos. Só deixou o cavalo quando dissemos para ele parar – ele desfilava todo “dia do gaúcho”, o 20 de Setembro, em Santa Maria. A última vez que ele montou, não conseguia mais descer. Só assim ele se convenceu de que teria que parar.

Mesmo em Santa Maria, meu pai sempre tentou trabalhar com gado. Durante um tempo, ele criou vacas leiteiras. Dentre as várias profissões que ele exerceu em Santa Maria, uma delas foi leiteiro, alugando terreno para colocar algumas vacas de leite. Meu irmão, que, com muita dificuldade, conseguiu se formar em medicina, acabou comprando o segundo desses locais, e meu pai permaneceu lá até o final da vida, na periferia de Santa Maria. Era uma antiga granja da Viação Férrea, setor que era muito forte em Santa Maria, perto do antigo bairro dos ferroviários, o bairro Itararé. Aliás, Itararé é o nome da cidade de São Paulo que se ligou a Santa Maria através da ferrovia. Nossa casa era próxima desse bairro, no “Campestre do Menino Deus”, um vale da Serra Geral. Meu pai tinha algumas vacas de leite, e eu trabalhei com ele durante um tempo. Saíamos numa carroça, bem cedo, para distribuir leite em diversos locais da cidade. Depois, inauguraram uma indústria de laticínios que proibiu a venda a domicílio. Tínhamos de vender diretamente para a empresa, com muitas exigências e a um preço baixo. Assim, ele teve de deixar a leitaria. Mas a ligação com a terra sempre foi o grande norte dele. Certa vez, sem terra, pensou até em seguir a rota de alguns primos, e mudar para o Mato Grosso, no que foi prontamente dissuadido por nós.

Igor – Então foi mais a sua mãe que o incentivou?

Sim, ela sempre deu muita força para estudarmos. Foi em grande parte por ela que conseguimos que meu pai mudasse para Santa Maria. Ela o convenceu que os filhos acabariam indo para a faculdade se ele fosse para lá. Se ele não fosse, nós teríamos que

ficar no campo. E na situação em que ele estava, sem terra, sem emprego e com dívidas, não faria muita diferença.

Igor – E você teve outros irmãos que seguiram a carreira na universidade?

Eu tive o meu irmão, que, como falei, se formou em Medicina com muito custo, trabalhando também. E a minha irmã, que se formou em Letras, sempre, também, trabalhando como balconista no comércio. Hoje o meu irmão é médico em Encruzilhada do Sul. E a minha irmã era professora da UniRitter. Depois, foi despedida, quando a universidade foi comprada pelos americanos. Foi comprada pela Laureate. E a outra irmã, que mora em Santa Maria, acabou estudando até o segundo grau e, por ser a única a morar perto, pode cuidar do meu pai e da minha mãe na velhice. Minha mãe faleceu em 2010, e meu pai este ano, 2019.

Lucas – Rogério, por volta dos dezesseis anos, quando chega a época do vestibular, você já entrou na Geografia sabendo que era isso que você...

A minha única dúvida era fazer dois cursos ... Tem outra história em paralelo: eu gostava muito de comunicação. Eu criei um jornalzinho. No primeiro local em que nós moramos em Santa Maria, alugamos uma casa humilde em meio a vizinhos de mais posses. Eu inventei ali o *Jornalzinho da Quadra*, mimeografado, que distribuíamos entre os moradores. Eu era o presidente do Clube da Quadra. Um dos vizinhos, que era revendedor de carros em Santa Maria, patrocinou a propaganda da Chevrolet no jornalzinho. E, para me ajudar, ele me dava, digamos, hoje, 20 reais por mês, que eu achava um dinheirão para comprar minha coleção em fascículos de “Geografia Ilustrada”. Com isso, minha única dúvida era fazer também vestibular para Comunicação Social, além de Geografia, é claro.

Igor – Essa era meio evidente.

Essa era certeza total. Aí fui direto para a Geografia.

PARTE 2: A RELAÇÃO COM SANTA MARIA

Igor – Acho que podemos entrar na Parte 2, já que você começou a falar de Santa Maria, o começo.

Nesta parte, queremos saber as suas relações com a cidade de Santa Maria. E a primeira pergunta é como foram os anos de formação na graduação? Você se formou numa ênfase, numa modalidade, a licenciatura; depois, fez a outra, o bacharelado.

Mas como foram os anos de graduação?

Bom, com essas dificuldades que nós tínhamos, especialmente financeiras, não foi fácil. No primeiro semestre de Geografia na Universidade Federal de Santa Maria eu fiz disciplinas com professores muito bons na área de Geologia. Como não havia graduação nessa área, eles ensinavam na Geografia e nas Ciências Agrárias. Destaco o professor Pedro Sartori, um grande especialista em vulcanologia, em derrames basálticos do Planalto Meridional.

Fiz Petrografia e Mineralogia (duas disciplinas separadas no curso de Geografia, imaginem) e, no segundo semestre, me tornei monitor. Depois, o professor Pedro me convidou para participar de um trabalho de campo, que para mim foi uma experiência fantástica: ele me convidou para auxiliá-lo numa viagem por Santa Catarina, de Chapecó até São Joaquim, coletando amostras de rochas. Isso porque ele desenvolvia a tese de que o último derrame não era básico, mas ácido, dando origem a uma rocha que ele denominou de granófiro, já identificada no planalto ao norte de Santa Maria. Quando chegamos em São Joaquim encontramos novamente a rocha que ele estava buscando. Foram uns dez dias pelo planalto catarinense. Foi a minha segunda saída do Rio Grande do Sul.



Figura 5: Trabalho de campo no planalto catarinense, coletando amostras de rocha em São Joaquim, 1977..

A primeira foi para conhecer o mar. Quando eu tinha onze anos, uma prima de Criciúma, no sul de Santa Catarina, me presenteou com a passagem – eu precisei de autorização de meu pai para viajar sozinho. E ainda tinha que trocar de ônibus em Porto Alegre. Foi assim que eu conheci o mar, na Praia do Rincão. Até hoje guardo o relato que fiz daquela viagem, com pequenos mapas desenhados a mão. Vocês podem imaginar o que foi uma viagem dessas para um garoto de onze anos que nunca tinha visto o mar.

Apesar desse trabalho de campo na área de Geologia e da monitoria em Mineralogia, minha preferência desde o início foi pela Geografia Humana. Basta ver aqueles cadernos que, desde os 7 anos, eu preenchia com mapas e descrições de países. Mesmo assim, logo depois de formado, meu primeiro emprego foi na FIC, Faculdade Imaculada Conceição, hoje Unifra, em Santa Maria. Ali dei aulas de Mineralogia, organizei um pequeno laboratório de Petrografia – com a ajuda do professor Pedro Sartori – e também lecionei Biogeografia e Geografia do Brasil.

Lucas – Era um curso de Geografia?

Era um curso recente de Licenciatura em Geografia. Foi a minha primeira experiência no ensino superior. Quer dizer, segunda, porque, nas férias, assim que me formei, a Universidade Federal de Santa Maria me convidou para dar um curso de férias em Santiago, de Geografia Urbana. E foi ótimo, porque eu estava para vir para o Rio de Janeiro e, além da experiência, foi um dinheirinho muito bem-vindo.

Mas, falando em dinheiro, além da monitoria, no segundo semestre da universidade, eu fiz um treinamento em Porto Alegre, patrocinado pela Caixa Econômica, para trabalhar como atendente no crédito educativo, programa de auxílio a juros baixos oferecido a todos os universitários naquela época. Assim eu recebia a monitoria, o crédito educativo e como trabalhador da Caixa. Claro que levar o curso junto não era fácil, mas pelo menos tinha minha independência financeira – lembro do meu orgulho a primeira vez que, com 19 anos, meu pai me pediu dinheiro emprestado. Foi como se ali eu tivesse decretado a minha independência [risos].

Lucas – E o curso era diurno?

Era diurno. Mas eles ajustavam os horários do curso na Caixa Econômica com outras pessoas, para que eu pudesse atender os estudantes. Não foi fácil, foi muito pesado.

Ainda na área física eu tinha um professor muito bom também, o geomorfólogo Ivo Müller. Não me esqueço dos desenhos que ele fazia no quadro, das diferentes formas de relevo. E tive um de Geografia Agrária, disciplina na qual depois também fui monitor. Lembro que uma característica dele era defender em suas aulas a independência do Rio Grande do Sul. Era separatista.

Com ele também fizemos um trabalho de campo muito proveitoso por toda a Campanha Gaúcha. Saímos por São Gabriel, fomos até Lavras do Sul, Santana do Livramento, Quaraí, Uruguaiana e Alegrete. Eu me lembro como me impressionou o Pampa, entre Alegrete e Uruguaiana. Eu não sei se vocês já passaram por lá.

Lucas – Já.

Igor – Sim.

Fascinante aquilo: aquela planura sem fim. Parece um oceano verde. Depois, também fomos aos chamados “desertos” de São Francisco de Assis.

Lucas – Os areais.

Sim. Fiz até um relatório detalhado, com mapas da formação Botucatu. Isso me fez lembrar também que, no final do curso, fui aluno também de outra ótima professora, a Dirce [Suertegaray] que, creio, ainda não estudava os areais. Ela lecionava também em Ijuí e fazia mestrado na USP, uma das raras professoras com ou fazendo mestrado no nosso curso àquela época. Ela pode contar bem melhor para vocês essa história.

Lucas – Sim, já ouvimos relatos.

Ela também trouxe novidades da Geografia Quantitativa na disciplina de Metodologia. Ah, e no meio do curso de licenciatura, foi criado o curso de bacharelado. Inventaram o curso de geógrafo. Eu acho que foi o único curso no Brasil que se denominou “Geógrafo”. Eu tinha até uma pasta do diretório acadêmico onde estava escrito “Geógrafo”, era o maior orgulho. Não era bacharel, nada disso, era simplesmente “curso de Geógrafo”. Para completar, acho que também é inédito no Brasil, enquanto a Licenciatura em Geografia estava no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, o Bacharelado se ligava ao Centro de Ciências Naturais. Cada um num centro – hoje Instituto – diferente dentro da mesma Geografia, da mesma Universidade. Que eu saiba, isso é inédito. Revela um pouco também da dificuldade de a Geografia se situar no âmbito formal do ambiente disciplinar e acadêmico.

Assim, acabei fazendo também o bacharelado e levando mais um ano para completar os dois cursos, no final de 1980.

Bem, aí temos ainda a questão do contexto político da época que estávamos vivendo, que é interessante abordar, do qual eu já falei um pouco. Vivendo no interior do país e sob uma ditadura, estávamos muito longe de conseguir acompanhar o que realmente se passava. Muito distantes também dos tempos de internet, uma das compras mais importantes que fiz com o dinheiro da monitoria foi um radinho de ondas curtas. Assim

comecei a escutar rádios como a Deutsche Welle, a BBC e, depois, a Central de Moscou e a rádio Pequim (mais difícil de sintonizar).

Igor – E você conseguia compreender?

Todas elas tinham programação em português especificamente para o Brasil.

Lucas – Ah, eles tinham um programa em português? Eles sabiam que pegava no Brasil.

Claro, toda noite, um programa. E vários brasileiros que estavam lá, exilados ou não, participavam.

Lucas – E faziam propaganda comunista na rádio em português?

Sim. E falavam um pouco do que estava acontecendo no Brasil. Imagina, eu ficava com a cabeça totalmente confusa ... [risos]

E na Universidade de Santa Maria tem também a questão de seu olhar para a América Latina, do intercâmbio com estudantes de outros países, que já era forte.

Lucas – Você se lembra de alguma coisa mais propriamente latino-americana ou platina que estivesse nesse contexto da Universidade?

Eu me lembro da grande presença, já naquela época, de estudantes de outros países da América Latina.

Um dos meus maiores amigos era um paraguaio que estudava Agronomia. Como a disciplina de Petrografia era obrigatória para todos os estudantes de Agronomia e eu era monitor de Mineralogia, tinha contato direto com eles. Este amigo paraguaio eu também reencontrei há alguns anos via Facebook. Ele era muito crítico do regime ditatorial paraguaio, na época chefiado pelo general Alfredo Stroessner. Ele sem dúvida me ajudou a entender o que era nosso regime político, o que estava por trás do acordo de Itaipu, por exemplo. Mas eu participava pouco das atividades extraclasse que envolviam os estudantes latino-americanos, especialmente através das atividades do DCE, que tinha uma boate que frequentei poucas vezes. Eu era muito na minha, trabalhava e estudava feito doido, sobrava muito pouco tempo.

Lucas – Mas você se lembra, então, desses estudantes latino-americanos?

Sim, eram muito unidos e prezavam suas culturas de origem.

Lucas – E por que você acha que tinha, especificamente, esse contexto em Santa Maria? Tinha alguma explicação para esses estudantes latino-americanos estarem em Santa Maria?

Creio que seja por um programa de intercâmbio da universidade, uma política deliberada para receber e facilitar a vida desses estudantes, além de Santa Maria ter um custo de vida bem inferior ao de Porto Alegre e ser relativamente mais próxima dos países platinos. Como única universidade pública no interior da região Sul, tinha uma influência enorme. Muitos estudantes de Santa Catarina e do Paraná, também.

Igor – Você falou desse amigo paraguaio. Nesse momento, parece que você recebe vários estímulos de diferentes lugares do mundo, e alguns estímulos com cujo contato específico somente você está tentando – de correspondentes, e tal. E a minha pergunta é como que você, de alguma maneira, tentava dar vazão a essas coisas que estavam chegando para você? Você conversava muito com outras pessoas? Como você lidava com esse volume de informações de diferentes partes do mundo que estavam chegando para você? Ou ficava mais contigo, e você não verbalizava?

Como eu disse, nesses contatos, inclusive através do diretório acadêmico, acabei construindo uma rede de relações razoável com os outros estudantes, embora frequentasse pouco o ambiente extra-acadêmico. Muita coisa que eu ia conhecendo através desses múltiplos contatos, é claro, por força das circunstâncias, eu acabava não verbalizando. Mas também encontrei formas inusitadas de expressar o que pensava. Talvez a mais surpreendente tenha sido a participação em uma coluna semanal do principal diário de Santa Maria, *A Razão*. A história é curiosa. Um colunista regular do jornal, Orlando Fonseca, um dia resolveu escrever uma crônica chamada *O Geógrafo*. E o pessoal da universidade, os professores, leram – eu não tinha acesso todo dia ao jornal, mas eles leram. E perguntaram: “Rogério, ‘isso’ aqui não é você? Não é baseado em você?” Fui ler e tinha muito a ver. Como muitos cronistas, algumas coisas ele inventou e algumas eram de quando eu fora colega dele no ensino médio – que eu sabia todas as

capitais, desenhava os mapas no quadro, na aula de Geografia –, mas falava outras coisas não muito abonadoras também. Foi assim que acabei por contatá-lo, fui falar com ele, e ele, na maior gentileza, escreveu outra crônica, *O outro geógrafo*, e disponibilizou sua coluna para que eu também escrevesse.

Foi aí que escrevi algumas crônicas sobre o subaproveitamento dos rios do Rio Grande do Sul e sobre os resultados do Censo. Lembro do recenseamento de 1980 em que a mídia lamentava que tinha caído a população de Porto Alegre, ou melhor, que não tinha mais o patamar de crescimento da década anterior. E eu questionava esse argumento, mostrando que o aumento da população não significava grande coisa, e que poderia até significar o contrário. Enviei também alguns escritos sobre Geografia que acabaram sendo publicados no *Correio do Povo*, em Porto Alegre, onde também publiquei poesia. Era meio poeta na época. Também contribuía com o jornalzinho do DCE. Mas a crônica que gerou maior polêmica, próximo da formatura no bacharelado, foi “Geógrafos sem prática”, no jornal *A Razão*, nem é preciso dizer por quê.

Lucas – Então, de alguma forma, você conseguiu manter essa coisa ligada à comunicação social.

É, acabei dando um pouco de vazão a isso; de alguma maneira, sim.

Lucas – E a vida universitária, como se desdobrou nesse ambiente político?

É importante lembrar que a Universidade de Santa Maria foi a primeira universidade pública do interior do Brasil. Foi criada em 1960. E construíram um grande *campus* no então distrito, hoje bairro, de Camobi. Aliás, Santa Maria, até hoje, é cercada de áreas estatais – pelo Exército, pela Base Aérea e pela Universidade. Na época, o *campus* ainda estava em construção. Lembro da inauguração da grande biblioteca central, das atividades no estádio, das feiras rurais, das sessões no planetário, dirigido por uma geógrafa, filha do ex-reitor que, junto com a mãe, num claro nepotismo, também lecionava no curso de Geografia. Ela e a mãe foram responsáveis por algumas das aulas mais anedóticas do nosso curso. Todos lembravam da carta de Pero Vaz de Caminha que a mulher do ex-reitor passava um mês lendo e comentando na disciplina de Geografia do Brasil.

Mas tem esse dilema de acompanhar o que estava se passando no país, e que ocorreu durante a minha graduação. Acho que junto com o general Geisel, com sua “abertura lenta, gradual e segura”, eu também, ao meu modo, acompanhei aos poucos nessa abertura. Acabei já no final do primeiro ano do curso, presidente do diretório acadêmico, o DACEB. Meio a contragosto, mas acabei entrando, até por falta de candidatos. Política estudantil naquela época nem podia ser vista como política, tamanha a função assistencial e de promoção de eventos acadêmicos. Nesse sentido, tem uma história que reflete bem essa época de controle estudantil durante a ditadura.

Os novos presidentes de diretórios acadêmicos – de Santa Maria, pelo menos – tinham como compromisso obrigatório uma viagem a Brasília. Deveríamos levar um projeto de gastos, basicamente eventos que propúnhamos organizar, para solicitar recursos junto ao Ministério da Educação. E eu fui, com os outros presidentes de diretórios acadêmicos da Universidade, de ônibus, até Brasília. Lembro muito dessa viagem e guardo até hoje um relato detalhado que fiz. Na minha cabeça, o principal era conhecer Brasília, conhecer o Brasil para além da região Sul. Mas tínhamos também importantes audiências com o Ministro da Educação, Ney Braga, a quem entregamos nosso pedido de recursos, e com o Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, a quem solicitamos o reconhecimento da profissão de geógrafo. Para completar, na última hora, arranjou-se uma audiência com “um tal assessor do Presidente” – nada menos que, fui saber depois, Golbery do Couto e Silva, que eu não tinha a menor ideia de quem se tratava. Fiquei muito chateado pois haviam conseguido esse encontro justamente na tarde que eu tinha reservado para visitar as embaixadas, já de olho em alguma bolsa no exterior. Apesar de tudo, ainda fui, mesmo a pé, numa correria infernal, até a Embaixada da França. Quando consegui, no maior suador, chegar até o Palácio do Planalto, todos já estavam na reunião. Cheguei ao final, com tempo para tomar muita água e me despedir do “tal assessor” [risos]. Nunca iria imaginar que estava diante de um geopolítico, eminência parda do regime militar.

Lucas – O grande geopolitólogo do regime.

Sim, somente bem depois fui descobrir e ler seu famoso “Geopolítica do Brasil”.

O que ficou realmente dessa viagem foi a outra geografia que eu não conhecia. E o questionamento político, claro, especialmente depois que jornalistas abordaram o

presidente do DCE perguntando o que nos havia trazido até Brasília. Além disso, nessa época também chegava o meu radinho de ondas curtas, as reportagens do Francisco Julião enviadas pelo correspondente mexicano e, através da monitoria em Mineralogia, o contato com estudantes de Agronomia – a área de Ciências Agrárias era o embrião do movimento de esquerda na UFSM. Foi por aí que comecei a desconfiar que um colega nosso era o dedo duro da turma.

Um dia ele me convidou para ir à Reitoria. Numa sala ao lado do Reitor, um pouco como agora estão tentando fazer em Mato Grosso, colocando um assessor diretamente vinculado ao governo, havia um professor que, pelo que deduzi depois, era o representante do SNI, o Serviço Nacional de Informações, na Universidade. Como eu comentava com meu amigo sobre as reportagens que recebia, ele abriu conversa com o professor e eu inventei de citar o nome de Francisco Julião. Ele se surpreendeu e fez uma crítica arrasadora ao “esquerdismo” de Julião. Muito provavelmente como resultado disso, o envelope seguinte que recebi do México apareceu aberto e algumas correspondências nunca chegaram.

Mas a viagem a Brasília não parou ali. Por minha conta, de lá me desliguei do grupo e fui para a Bahia, onde eu tinha um correspondente em Feira de Santana. Nessa ocasião eu atravessei o oeste da Bahia, que depois, não poderia imaginar, viria a ser a minha área de pesquisa na tese de doutorado. Eu começo a tese relatando essa viagem⁵, falando um pouco sobre esse contraste do que vi e da dificuldade que era a viagem de Brasília para Salvador, na época, em estrada de terra. Tinha somente um trecho isolado, em cima do planalto, que era asfaltado.

Parei em Feira de Santana, na casa de meu correspondente, que também viria a me visitar em Santa Maria. Na viagem, conheci uma professora que depois me receberia em Salvador – numa favela na periferia da cidade. Foi uma experiência extraordinária.

Ainda naquele ano, 1978, fui a Fortaleza, ao III Encontro Nacional de Geógrafos, decisivo para minha mudança de perspectiva geográfica e política. Mas foi grande a dificuldade para esta viagem a Fortaleza. Arranjei dinheiro emprestado com o meu avô, que depois me cobrou com juros e correção monetária. [risos]

⁵ A tese resultou no livro: *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: Editora da UFF, 1987.

Como a viagem era longa, novamente tive o apoio dos correspondentes. Parei em São Paulo e outra vez em Feira de Santana. Linhas de ônibus Santa Maria-São Paulo; depois, São Paulo-Feira de Santana e Feira de Santana-Fortaleza. Em Fortaleza ficamos no Ginásio Paulo Sarasate, e lá também tinha outro correspondente, com quem fiz um passeio até Maranguape. O mais marcante naquele evento foi a mesa com Milton Santos e Maurício de Abreu. Um embate entre duas visões de Geografia – a marxista e a neopositivista – que eu não conhecia, já que minha formação em Santa Maria era basicamente a da escola francesa clássica, e bastante descritiva.

Lucas – O Maurício era bem novo.

O Maurício bem novo, o doutor mais jovem da Geografia brasileira, chegando dos Estados Unidos. Tinha feito o doutorado com o Kevin Cox em uma abordagem geográfica quantitativa. E Milton vinha da França, já com uma visão crítica, muito distinta. Para mim foi um abalo. O Maurício conta muito bem o que sentiu em seu memorial: quando ele achava que estava chegando com a grande novidade, a novidade já era outra. E para mim mais ainda, pois eram duas novidades ao mesmo tempo... Impressionante essas mudanças na Geografia. A visão que se tinha na época era de mudanças radicais, verdadeiras “revoluções” – “revolução quantitativa”, por exemplo. Não era à toa que a Geografia de base marxista se chamava Geografia Radical. É como se se renegasse tudo o que havia sido construído antes, como se não valesse a pena. Pode-se imaginar como eu me sentia, sem ter acompanhado nenhuma dessas “revoluções”.



Figura 6. III Encontro Nacional de Geógrafos, Fortaleza, 1978. Rogério está ao centro, no alto, de óculos; à sua direita está o geógrafo Armando Correia da Silva e logo abaixo e à esquerda, Eliseu Sposito.

Tem outra história interessante também, sobre o meu contato com a Geografia quantitativa. Eu escrevi para o IBGE, falando do meu interesse pela Geografia, e eles, numa gentileza enorme, me presentearam com caixas da coleção do Boletim Geográfico e da Revista Brasileira de Geografia. Foi uma festa, eu não acreditava. Por outro lado, foi também uma inquietação tremenda ver aquela quantidade de fórmulas e métodos quantitativos, incompreensíveis pra mim, em parte dos artigos da Revista Brasileira de Geografia.

Lucas – Isso na época de estudante?

Na época de estudante, segundo ano da graduação. Eu fiz uma carta, e mandaram. Foi assim que me conscientizei da importância da quantificação na Geografia, pelo menos naquela que era feita pelo IBGE. No início dos anos 70 vieram geógrafos americanos,

principalmente Brian Berry e [John] Peter Cole, que deram cursos no Rio de Janeiro. Logo fiquei sabendo também do outro núcleo da Geografia quantitativa, a UNESP de Rio Claro, no interior de São Paulo.

Minha ligação com o IBGE durante a graduação também se deu de outra forma, mais direta. No nosso bacharelado, tínhamos novas disciplinas no final do curso que não se sabia quem ou como iriam ser ministradas. Geografia Aplicada, por exemplo, não tinha professor. Mas uma boa saída foi trazer geógrafos do IBGE para dar o curso – Aluísio Capdeville Duarte e Luis Bahiana.

Lucas – Eles eram do IBGE de Porto Alegre?

Não, daqui do Rio de Janeiro. Eles deram um curso concentrado em Santa Maria. Aluísio Duarte acabou sendo meu orientador de TCC, orientando pelo correio. Ele havia realizado uma grande pesquisa sobre a área central do Rio de Janeiro⁶. Resolvi tomar a metodologia, moldada inicialmente nos Estados Unidos, e aplicá-la na delimitação da área central de Santa Maria. Tarefa um tanto inglória, na era dos modelos espaciais moldados a partir da realidade dos países centrais. Mas até que o resultado, adaptando alguns indicadores, foi razoável. Apresentei o trabalho no encontro da AGB realizado em Porto Alegre em 1982.

Lucas – E você guardou esses TCCs, essas coisas? Você tem cópia deles?

Não tenho. Infelizmente. Somente o resumo nos Anais da AGB⁷. O TCC eu guardei até certo tempo atrás. Mas por falta de espaço para tanto material, acabei descartando. Esse contato com os geógrafos do IBGE teve bons frutos. Aluísio depois me convidou para auxílio técnico numa pesquisa sobre a zona cacauzeira da Bahia e participou da minha banca de mestrado, no Rio. Ele escreveu um texto sobre região que até hoje é uma referência importante e que me estimulou muito no repensar da questão regional, desenvolvida na minha dissertação de mestrado.

⁶ Duarte, A. C. 1967. A área central da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Divisão de Geografia, Conselho Nacional de Geografia, IBGE. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13561.pdf>

⁷ Delimitação da área central de uma cidade de porte médio – exemplo: a cidade de Santa Maria (RS). *Anais 5º Encontro Nacional de Geógrafos: Contribuições científicas* Vol. 1. Porto Alegre, 1982, p. 348-350.

Igor – Vamos falar, então, um pouco sobre a relação da AGB do Rio Grande do Sul com a sua formação.

A AGB foi muito importante, e não apenas a AGB nacional, também a de São Paulo e, sobretudo, a AGB do Rio Grande do Sul⁸, fundamental na minha formação.

A AGB do Rio Grande do Sul era muito forte, sempre foi uma das mais articuladas no Brasil. Me lembro, por exemplo, de um curso de atualização que fiz em Porto Alegre, em que eu viajei por um mês todo fim de semana. Eu agora não vou lembrar os nomes dos professores que deram o curso por causa da minha memória, mas alguns ainda estão aí. O fato de ter uma irmã morando em Porto Alegre ajudou bastante. A partir daí comecei a ter contato com a biblioteca pública de Porto Alegre, comecei a fazer pesquisa lá. Descobri trabalhos como “A fisionomia do Rio Grande do Sul”, do [Padre Balduino] Rambo.

Também me fascinaram os estudos de geógrafos como Nilo Bernardes, Raymond Pebayle e Jean Roche sobre o Rio Grande do Sul⁹. Isso tudo acabei descobrindo lá. Troquei um pouquinho, nesses fins de semana, pelo menos, a biblioteca pública de Santa Maria pela biblioteca de Porto Alegre, que era muito melhor.

Também consegui fazer um curso na AGB de São Paulo, mais para o final do curso, já no bacharelado. Consegui ir até São Paulo especificamente para este curso, aproveitando para fazer contatos. Minha intenção inicial era fazer o mestrado em São Paulo, por isso tive um breve contato com Manuel Seabra, que trabalhava com divisão territorial do trabalho, por onde eu acreditava que poderia investigar a questão regional.

Outro elemento fundamental relacionado à AGB do Rio Grande do Sul foram os encontros anuais. Para mim foi importante especialmente o encontro de Caxias do Sul, creio que em 1980, quando eu conheci a geógrafa Bertha Becker. Ela foi a palestrante principal. Desse contato resultou uma correspondência que a levou a se tornar a minha orientadora no Rio. Esse contato foi chave. Então a AGB teve um papel muito importante, decisivo, na minha formação e nos contatos que levaram a outros desdobramentos.

⁸ O Prof. Rogério se refere aqui à AGB Seção Local Porto Alegre.

⁹ Especialmente as obras: “Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul” (Nilo Bernardes, separata do Boletim Geográfico n. 171, 1963), “Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul » (Raymond Pebayle, Tese de Doutorado defendida na Universidade de Paris I em 1974) e “A colonização alemã e o Rio Grande do Sul” (Jean Roche, Porto Alegre, Ed. Globo, 1969).

Como praticamente até hoje, a cada ano havia um encontro estadual de Geografia, cada ano em uma cidade diferente do Rio Grande do Sul. Também participei do Boletim Gaúcho de Geografia, da AGB, onde publiquei meus primeiros artigos acadêmicos, discussões embrionárias mas que muito me estimularam a continuar na jornada.

Lucas – Você escreveu com o Igor Moreira também.

Sim, a propósito, uma experiência meio complicada.

Lucas – Ele foi seu colega em Santa Maria?

Não. Foi num desses eventos da AGB que encontrei Igor Moreira. Como comentei do meu interesse pela geografia do estado, ele propôs que nós escrevêssemos um livro sobre Geografia do Rio Grande do Sul. Dividimos em duas partes, só que ele nunca escreveu a parte dele e pediu que eu mesmo escrevesse.

Lucas – E saiu como autor.

E saiu como primeiro autor. Depois, quando reclamei pelo menos os direitos autorais, ele disse que era muito pouco, que não valia a pena. Imagina, para mim, estudante, qualquer dinheirinho seria bem-vindo. E o livro depois foi reeditado¹⁰.

Lucas – Casualmente, achei esse livro na banca da antiga livraria da Editora Mercado Aberto...

Que foi uma editora fundamental na época. Eles realizaram uma verdadeira biblioteca sul-rio-grandense, nas mais diversas áreas das Ciências Sociais, sempre estimulando um pensamento crítico.

Lucas – Isso, exatamente. Até hoje “Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul” é um livro que ainda está nas ementas de Geografia do Rio Grande do Sul. Por exemplo, há alguns anos estava na ementa da disciplina de Formação Territorial do Rio Grande do Sul, na Universidade Federal de Pelotas.

Caramba, mas é preciso atualizar essa ementa. [risos]

¹⁰ Trata-se de “Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul” (Porto Alegre, editora Mercado Aberto, 1982 – 2ª edição em 1986)

Igor – Uma última pergunta dessa parte da entrevista, ainda sobre essa relação com Santa Maria: hoje, quando você está em Santa Maria, qual é o sentimento de passar pela cidade? Recentemente você passou por lá.

Santa Maria mudou tanto.

Igor – O Rogério também mudou tanto.

E o Rogério também, sem dúvida. Já estou há muito mais tempo aqui no Rio de Janeiro. Saí de Santa Maria com 21 anos, fiz 22 quando cheguei aqui. Muito jovem para uma mudança tão radical de geografia, para mim realmente uma mudança brutal. Sempre falo que não fiz sequer estágio em metrópole, vim direto para a megalópole. [risos] Saí da tranquilidade do Campestre do Menino Deus em Santa Maria e vim parar aqui, na boêmia Lapa carioca.

Na verdade, eu tenho uma relação que é meio ambígua, porque eu tenho relação muito forte também com Mata – um pouco com São Vicente do Sul – mas Mata me marcou muito. Agora mesmo voltei lá, tirei uma foto na frente da igrejinha. Aquele lugar me marcou muito. Não falei, mas eu era muito religioso, até demais, nessa primeira fase da minha vida até os nove, dez anos de idade. Tudo passava pelo crivo do pecado e da salvação. Refletia muito bem o ambiente da cidadezinha que tinha no máximo dois mil habitantes naquela época. Por exemplo, era compulsório ir à missa todo domingo. Mas na minha família minha mãe tinha uma tradição também luterana. Depois de casada assumiu o catolicismo. Mata, apesar de pequena, era um misto de colonização italiana e alemã, católicos e protestantes. Lembro bem quando uma tia me levou pela primeira vez à igreja luterana. Extremamente católico, fiquei surpreso e não entendia a ausência de imagens de santos, a simplicidade no interior do templo.

Eu queria ser padre. A minha irmã que me tirou da cabeça quando eu tinha de nove para dez anos. Eu achava que tínhamos que nos salvar, e aquela era a única forma. Mas eu percebia também que muitos que queriam ser padre – e muitos em Mata diziam que queriam – era também para sair dali, porque a sede do bispado era Bagé, e ir para o seminário era garantia de estudar e ter todo o ensino gratuito garantido. Então tem que considerar isso também. Eu era tão “convicto” da minha “vocação sacerdotal” que aos 8 anos fiz a primeira comunhão e logo participei de uma reunião que o padre convocou

para quem queria ser padre. Cheguei lá, ele olhou pra mim e disse: “Você é muito pequeno, você não sabe ainda o que você quer” Fiquei tão frustrado que, para me alegrar, ele me presenteou com um livrinho sobre seminários católicos e me mandou embora. Depois, com nove anos, me crismei.

Igor – Já era precoce...

Eu não comentei, mas depois tive um retorno à igreja na minha juventude, que foi uma juventude também complicada, em que eu frequentava um grupo da Juventude Franciscana em Santa Maria, na Igreja de Nossa Senhora de Fátima. Organizávamos eventos, atividades no campo, no seminário de Vale Vêneto. Mas comecei a ter uma visão um pouco mais crítica também; até pela própria figura de São Francisco. Uma das crônicas no jornal *A Razão* que publiquei seria sobre o legado, inclusive ecológico, de São Francisco de Assis.

Lucas – Havia o envolvimento da Igreja na ditadura, também.

Sim, envolvimento da Igreja também, mas tanto a favor quanto contra a ditadura. Dom Ivo Lorscheiter, santa-mariense, foi uma grande figura na resistência à ditadura durante a década de 1970, como presidente da CNBB. Depois, já na universidade, consegui vários documentos da Igreja – documentos críticos sobre a questão agrária. Uma pena que eu não guardei, hoje seriam documentos importantes, levantamentos como esses que a Pastoral da Terra faz hoje. E fazíamos romarias, algumas em função da questão do campo. Através também dos correspondentes, comecei a ler e discutir sobre diferentes religiões – espiritismo, budismo, islamismo. Cheguei até a ingressar por alguns meses na Ordem Rosacruz, por pura curiosidade. Lembro que me questionava: “Como pode, se somente o cristão se salva, o que vai ser dos bilhões que professam outras religiões?”

No final do meu curso, terminei a graduação, e voltei a estudar como aluno especial. Fiz Filosofia Política, com um ótimo professor, e Psicologia Social. Abriram outros horizontes. Cursei ainda Planejamento Urbano, com um professor que tinha vínculos com Jaime Lerner, urbanista e prefeito de Curitiba. Convidado pelo professor, por pouco não fiz estágio lá. Optei pelo ensino, economizando para a pós-graduação.

Bueno, é muita coisa. Desculpe, é que vou lembrando de tanta coisa...

Igor – Não, é isso, esse é o ritmo da entrevista.

Tudo isso é porque você perguntou sobre Santa Maria.

Igor – É, mas se quiser falar mais de Mata..

Santa Maria tem algo curioso também: sempre que eu voltava para lá, e voltava, ficava sempre com os meus pais. Tudo muito caseiro. Com a minha irmã, que mora lá, e com os meus pais. Eu sempre fui muito ligado a eles, principalmente à minha mãe. Eu ficava na casa deles, e a casa deles é periférica, num vale durante muito tempo considerado rural (hoje não, bem urbanizado). Perdi os contatos com antigos amigos, muitos que também saíram de lá. Além do que, como centro universitário, militar e de serviços, Santa Maria tem muito de cidade-passagem.

Igor – Um fluxo...

É. Um fluxo muito grande principalmente de militares e de estudantes. Muitos dos meus antigos amigos saíram de lá e migraram para longe. Tenho colegas de faculdade dando aulas em Brasília, no Mato Grosso, no Triângulo Mineiro. É impressionante essa saída.

Igor – E muitos também devem ter voltado para as suas cidades de origem.

Também. Com certeza. Especialmente Paraná e Santa Catarina.

Isso tem a ver também, depois, com o meu interesse pelos migrantes. Como os primos que foram para o Mato Grosso em busca de melhores condições de vida.

PARTE 3. A SAÍDA DE SANTA MARIA E O SER GEÓGRAFO SULISTA NO SUDESTE

Igor – Essa parte da entrevista é um pouco sobre essa saída de Santa Maria e a chegada no Sudeste. Como é ser um geógrafo do Sul? Quais foram as motivações para a saída?

Penso que há duas grandes motivações. Primeiro porque sempre quis sair, ampliar horizontes, conhecer aquelas outras geografias sobre as quais tanto lia – ou representava. Sempre pensei em morar numa grande cidade, por questões pessoais, também. Eu não me sentia muito integrado, como se não me enquadrasse naquele ambiente, naquela geografia de interior – apesar de Santa Maria não ser a típica cidade interiorana, porque tem toda uma vida estudantil. Mas, como eu falei, eu me envolvia pouco com o ambiente fora do campus. Eu era caseiro e estudava quase o tempo inteiro. E encontrava nos correspondentes, nesses contatos de fora, uma forma de interagir. E alguns me visitaram, como o do Canadá, uma correspondente do Rio de Janeiro, o da Bahia. E teve uma viagem interessante também que eu fiz de ônibus para Montevideú, com um primo meu. Na época havia uma linha de ônibus que ligava Santa Maria a Montevideú. Foi a minha primeira viagem para fora do Brasil.

Igor – Então uma motivação era essa...

Uma delas, era essa; a outra é, por incrível que pareça, que simplesmente não havia pós-graduação em Geografia na região Sul, que era o que eu desejava. Queria seguir carreira na grande paixão que era a Geografia.

E os únicos lugares em que havia pós-graduação no Brasil, na época, era no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1980 o Brasil tinha apenas três pós-graduações em Geografia. Na época, vocês não imaginam o significado de se ter um mestrado em Geografia. Eu só tive duas professoras de Geografia com pós-graduação. Só havia mestrado em São Paulo: em Rio Claro, que era o grande centro da Geografia Quantitativa, também chamada ali Geografia Teorética, e a USP, o centro hegemônico, que mantinha a grande herança francesa e iniciava o ingresso no marxismo. E o Rio de Janeiro, que se destacava também pela Geografia neopositivista mas que também, no início dos anos 1980, ingressava no pensamento crítico.

Lucas – E a UFRJ estava muito ligada ao IBGE nesse momento.

Sim, mas já estava numa transição. O encontro de 1980 da AGB na PUC Rio, ao qual infelizmente eu não pude vir, foi um marco nessa mudança. Estimulada com a chegada de Milton em 78, naquela mesa emblemática. Depois, em 1980, já surgiam figuras como Ruy Moreira e Carlos Walter, todos envolvidos na organização desse evento na PUC. A Geografia Crítica, que já tinha embriões em geógrafos de influência francesa, como Orlando Valverde, entrou firme, com livros, boletins e muitos artigos publicados a partir daí.

Sobre a minha saída, como falei, primeiro eu planejava ir para São Paulo. Na época, tinha participado daquele curso da AGB em São Paulo. Havia feito um primeiro contato com o Manuel Seabra, esposo da Odette Seabra. Foi uma conversa muito boa. Ele me indicou livros do Lefebvre, que eu comprei em espanhol. Fiz um baita investimento para comprar aqueles livros. Tinha uma ótima livraria do Rio em que se podia comprar pelo correio. Lembro-me dos livros *De lo rural a lo urbano* e *El derecho a la ciudad*, que até hoje tenho comigo.

Por falar em livro, lembrei de outro episódio. Meu pai queria me dar um anel de formatura, era algo tradicional naquela época. E eu imaginando: “o pai vai tirar dinheiro de onde para me dar um anel?” Anel que eu nem iria usar. Muito mais a ver seria ganhar um livro. Foi aí que pedi *O Espaço Dividido*, de Milton Santos, mais barato e muito mais desejado. Foi o meu presente de formatura. Então essas são as minhas principais leituras desse período. Depois saiu o do Harvey, *A Justiça Social e a Cidade*. Não esqueço que na entrevista para o mestrado na UFRJ, feita pela Profa. Maria do Carmo Galvão, ela perguntou o que eu estava lendo. Respondi que era *A Justiça Social e a Cidade*, do Harvey. Penso que rendeu alguns pontos...

Apesar do primeiro contato com Manuel Seabra, a grande dificuldade da USP, para mim, foi a entrada via orientador. Acabei desistindo e optando pela prova geral para todos, disputando o total de vagas por igual, no sistema da UFRJ, que defendo até hoje.

Percebi que, na USP, tinha que conhecer previamente e ter um contato muito maior com o possível orientador. Eu, lá do interior do Rio Grande do Sul, ninguém conhecia nem tinha muito interesse, ainda mais quando eu falava em tratar da questão regional. Tinha lido há pouco tempo um texto sobre divisão inter-regional do trabalho do Manuel Seabra. Mas não era exatamente essa a perspectiva que eu queria tomar, envolvido através da

própria figura do meu pai com o regionalismo (político) e a identidade regional gaúcha. No Rio de Janeiro, junto com a prova geral de Geografia, o grande temor eram as provas de estatística e matemática. Mas eu tinha que enfrentar. Havia também o contato prévio com Bertha Becker. Mas esse contato não era de maneira alguma obrigatório. Outro problema era como me manter numa cidade cara como o Rio de Janeiro. Fiz economia com meu salário da FIC (atual Unifra – Centro Universitário Franciscano) e, como comentei, dando aulas em um curso de férias pela UFSM em Santiago.

Mas esse era no mesmo período de um curso de nivelamento da UFRJ que todos os candidatos faziam para as provas de Matemática e Estatística. Graças a um amigo, ex-correspondente, que fez o curso recebi as aulas xerocadas pelo correio e consegui acompanhar. O problema é que inventaram de fazer uma prova intermediária, no meio do curso, e que eu não teria como fazer. Abriram uma exceção e concorri com apenas uma prova. Teria que me dar superbem, pois não teria segunda chance. E lá fui eu para o Rio de Janeiro, final de fevereiro, fazer exame de matemática e estatística, além da prova de Geografia e da entrevista. Mas consegui e, pra minha surpresa, passei em primeiro lugar. Consegui bolsa, que era tudo que eu queria. Mesmo assim, a bolsa não era suficiente. No final do primeiro semestre comecei a dar aula. Dava aula em Jacarepaguá. Não foi fácil.

Primeiro eu morei na encosta entre Santa Teresa e o Bairro de Fátima. Aluguei um quarto de uma gaúcha que também estava no curso e que morava há muito tempo no Rio. Depois, consegui alugar uma quitinete logo abaixo, na Lapa. Imagina o que significava morar na Lapa em 1982. Na rua do Resende, perto da rua Riachuelo. Vocês não têm ideia do que era a Lapa em 1982. Era uma área da cidade... como se diz?

Lucas – Era uma TAZ¹¹, era um território livre.

Mais ou menos. [risos] Era uma “área de obsolescência”, como se dizia. Uma zona urbana “em decadência”, mas que por isso mesmo admitia certa diversidade. Minha mãe, quando veio me visitar, ficou um pouco assustada. De dia, uma feira cujo final deixava restos e mau cheiro que perduravam. À noite, prostituição de vários tipos.

¹¹ Zona Autônoma Temporária, conceito do escritor Hakim Bey.

Igor – Eu moro no Bairro de Fátima.

Mas hoje é outro bairro, completamente diferente.

Igor – Eu conheço a rua Riachuelo. Eu moro ali no Bairro de Fátima, um pouco antes de chegar na praça, aquela no final. Tem as escadarias.

E eu descia aquela escada lá do fundo do bairro, morava na subida da rua Monte Alegre.

Igor – Ah, sim, você disse que no começo morava lá, na encosta.

Mas eu dava aula no Colégio Bahiense em Jacarepaguá, sete da manhã no colégio. Tinha que levantar às 05:00 para estar, às 07:00, dando aula. E dava aula para quinta e sexta séries. Me lembro da dificuldade que eu tinha para dar aula para a quinta e sexta séries.



Figura 7. Aula para a quinta série no Colégio Bahiense, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, 1983.

Igor – Depois de dar aula para quinta e sexta séries, dar aula para o ensino superior fica mais fácil.

Com certeza. [risos] No primeiro ano eu achava que não iria conseguir dar aula para aquelas crianças. Minha disciplina germânica não tinha nada a ver. Depois de um tempo descobri que eu tinha que me tornar o “tio” deles. Usar música foi fundamental. Lembro de uma aula em que levei “Coração Civil”, falando da Costa Rica, para uma aula sobre América Latina.

Igor – Do Milton, não é?

Do Milton Nascimento, exatamente. Aí melhorou muito minha relação com os alunos. Mas era muito longe. Foram dois anos. Até que o João Rua, geógrafo da PUC e grande amigo que conheci na AGB de São Paulo em 1984, me indicou para uma vaga no Colégio Andrews, na praia de Botafogo. Ali comecei a dar aula para a oitava série e o primeiro ano do segundo grau. Mas aí o problema foi outro: era a classe média alta da zona Sul do Rio de Janeiro. Uma das turmas tinha gente famosa, o filho do Gilberto Gil, a filha da Leila Diniz... E uma das turmas de oitava série era famosa pela indisciplina. Ninguém queria dar aula ali. Só consegui ficar um semestre.

Depois disso, fiz concurso para o estado. Passei em segundo lugar e pude escolher a escola, mas só havia uma na zona centro e sul do Rio, no Sambódromo. Cheguei a pensar também na ilha de Paquetá, mas tinha de passar a noite lá. Dei aula para adultos na escola que funcionava embaixo das arquibancadas do Sambódromo. Era curso noturno, pessoal que trabalhava durante o dia, muito tranquilo e outro aprendizado pra mim.

Lucas – E fazendo o mestrado?

E fazendo o mestrado.

O mestrado, naquela época, durava quatro anos. Colegas como o Paulo César [Gomes] levaram seis. Era muito diferente de hoje. No mestrado, é interessante também lembrar as experiências com os professores. Fui aluno do Maurício Abreu, que na época já havia deixado a Geografia quantitativa. Lembro de uma aula que ele deu sobre imperialismo, tema do meu trabalho final na disciplina. Geografia Urbana foi com Roberto Lobato Corrêa. Milton Santos também estava dando aulas na UFRJ. E foi muito importante pra mim, pois ele me convidou para fazer minha primeira pesquisa no Rio de Janeiro, com pequena bolsa. Foi na Vila do João, hoje uma grande comunidade do Complexo da Maré, na época um conjunto habitacional recém inaugurado. Tinham acabado de sair das palafitas. Porque antes, ali, onde passa hoje a Linha Vermelha, eram somente palafitas, não existia a Linha Vermelha. Foram removidos.

Era o governo do general João Figueiredo, por isso se chamou Vila do João. Eu apliquei cem questionários na Vila do João. O governo alegava que, na época, havia uma mudança na política habitacional; não seria mais remoção a longas distâncias – como nos anos 1960-70, em que deslocavam da zona Sul para locais distantes como a Cidade de Deus,

em Jacarepaguá, com muitos perdendo completamente os laços de trabalho. Eu mostrei nessa pesquisa que, na verdade, o pequeno deslocamento, de cerca de 1,5 quilômetro, também representou uma grande... hoje, eu diria, desterritorialização dos moradores, tanto no sentido dos vínculos com os vizinhos, com o comércio, com a escola, quanto do tamanho da habitação. Como a situação econômica não mudou, lembro de gente me oferecendo a casa, queriam vender, mesmo não sendo oficialmente permitido.

Lucas – E o Milton fez essa pesquisa.

Dentro da grande pesquisa dele sobre o espaço metropolitano. Mas ele me deu total liberdade. Eu formulei a problemática, redigi o questionário, mostrei e ele disse: “Está ótimo”. A grande preocupação dele era com a fundamentação teórica do processo. Ao final apresentei o resultado no congresso da AGB em São Paulo, em 1984. Na hora em que fui apresentar ele entrou na sala para assistir. Claro que eu fiquei um pouco nervoso, mas foi uma grande honra e um enorme estímulo intelectual.

Fui também, é claro, aluno de Bertha Becker, minha orientadora. Com ela organizamos eventos e livros. Um deles com Soja, Stöhr, Morales, que ela trouxe para a UFRJ. Ela era muito articulada. Trouxe também Arie Shachar, um dos primeiros autores que trabalharam com o conceito de *cidade mundial*. Traduzimos alguns textos – eu e a colega Carmen Silveira. Juntos, ajudamos na organização de um evento da UGI em Belo Horizonte. Foi uma tremenda abertura temática. Importante também é que Bertha topou minha proposta sobre região. Na época, falar em região era considerado ultrapassado, típico da Geografia mais tradicional. Identidade regional, então, que era um de meus focos, menos ainda. Ela topou orientar meu trabalho, muito provavelmente pela vivência dela na Amazônia, esse contexto periférico brasileiro ao qual dedicou grande parte de suas pesquisas.

Igor – Você pode aproveitar e falar um pouco sobre isso, sobre o conceito de região que foi trabalhado na dissertação com Bertha.

Lucas – A partir da Campanha.

Penso que, na época, foi um trabalho que trouxe um tema diferente; porque não era apenas pouco trabalhado, era até menosprezado. Havia textos que condenavam a região

e que circulavam muito. Ann Markusen¹², por exemplo, propunha não se trabalhar com região, somente com regionalismo, porque a região fetichizava o espaço e o regionalismo, não, este podia ser trabalhando num enfoque marxista, pois colocava o processo, as classes sociais e os conflitos em primeiro plano. Era todo um dilema.

Outro texto que se discutia muito, era do Francisco de Oliveira, no livro *Elegia para uma Re[li]gião*¹³, que ele escreveu a partir do Nordeste, nele ele falava que, pelo menos nos países centrais, as regiões tendiam a ser borradas, a desaparecer, e ele dava o exemplo dos Estados Unidos. Era um debate que, mesmo falando tanto em desigualdades sociais, colocava a diferenciação regional em segundo plano. E mostrar que identidade regional ainda era forte, pelo menos em algumas regiões do Brasil, era outro desafio. Sob o discurso da integração nacional difundido pela ditadura, nosso país queria, a todo custo, acreditar numa integração nacional, e não discutir essas “resistências regionais”. Resistências entre aspas porque era uma oligarquia ou frações regionais da classe dominante que estavam sendo mobilizadas. Mas eu também percebia que o movimento regionalista não era apenas um produto das forças hegemônicas. Se desdobrava, à época, também, embora às vezes sutil, um movimento de baixo para cima. Havia grupos que, desde uma outra perspectiva e uma outra constituição de classe, também retrabalhavam o regional como uma forma de resistir. Não apenas a partir dos processos de dominação.

Lucas – Das elites regionais.

Fração regional da classe dominante, como alguns autores da época denominavam.

Lucas – E essa espécie de resistência a partir da região estava ligado a um debate vinculado ao marxismo e a linhas mais humanistas, como a da região como espaço vivido, por exemplo, e de outras geografias do momento?

No meu caso, eu me inspirei um pouco em Gramsci, que dentro do marxismo, era um autor que dava espaço para se trabalhar com a cultura – ele aborda até o folclore em seus estudos sobre a construção da hegemonia. E há o livro clássico dele neste tema, que é A

¹² Markusen, A. 1981. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço & Debates* 1(2). S. Paulo: Cortez.

¹³ Oliveira, F. 1977. *Elegia para uma re(li)gião* SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

*questão meridional*¹⁴, a partir do que ele denomina de bloco agrário no Mezzogiorno ou sul da Itália, e que tem muito a ver com o contexto brasileiro, como demonstrou, por exemplo, a historiadora Rosa Maria Godoy Silveira em *O regionalismo nordestino*¹⁵. Esta autora tomou o discurso dos políticos nordestinos, como eles se articulavam para formar um bloco hegemônico regional. E eu me inspirei um pouco aí para entender também no Sul como é que se construía essa espécie de bloco hegemônico regional, com uma força cultural talvez tão forte quanto a nordestina. Mas aí tem uma questão também pessoal: a questão da identidade, que para mim é uma questão que sempre foi forte. Acho que era um pouco um acerto de contas da relação com o meu pai, dessa questão de não ter ficado no campo, e ele lá sempre falando da Campanha. Eu escutando todas aquelas histórias e não me identificando. Nossa relação com ele, minha e de meus irmãos, sempre foi muito difícil, diante de seu patriarcalismo. Eu digo que depois que a minha mãe morreu, em 2010, é que tivemos tempo de nos amar. Depois que ela faleceu, ele mudou muito, partilhando mais nosso afeto, algo que sempre foi restrito na relação com a família. Minha mãe também sofria com isso. Talvez isso explique o fato de nenhum de nós ter se identificado com a vida campeira.

Mas ao mesmo tempo, paradoxalmente, havia uma identificação. Muito contraditória, ou melhor, ambivalente. Eu não me identificava e, ao mesmo tempo, me reconhecia ali. Eu me identificava, de alguma maneira, porque era quase todo o meu convívio cotidiano. Começando pela música, o tempo inteiro, a força da música. Acordávamos pela manhã com o radinho do pai tocando todas aquelas músicas gaúchas muito populares. As do José Mendes, que morreu num acidente de carro, jovem ainda, até hoje me transportam no tempo. Havia também as histórias que ele contava, dos tempos de tropeiro, as negociações para o compra do gado, os personagens do caminho, os *chistes*¹⁶...

Igor – Tinha vínculos, mas tinha rupturas.

É, amor e ódio. Muita herança patriarcal também.

Em termos de música, lembro que depois de um tempo eu comecei a ter minhas próprias preferências, a ouvir, por exemplo, os cantores missioneiros. Com meu primeiro toca-

¹⁴ Gramsci, A. 1987. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

¹⁵ Silveira, R. M. 1984. *O regionalismo nordestino*. São Paulo: Moderna.

¹⁶ Palavra de origem hispânica, muito difundida na região da Campanha, que pode ser traduzida como "piada".

discos, portátil, comprei discos do Noel Guarany e, anos depois, do Borghetinho. Foram poucas vezes, mas também frequentei o CTG perto de casa, o Ponche Branco, que existe até hoje. E não me esqueço das Califórrias da Canção Nativa de Uruguaiana nos anos 1970. Mesmo no Rio, continuei acompanhando.

Depois a dissertação virou livro, em 1988¹⁷, pela mesma editora do *Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul*. Se observar, o livro é dedicado em primeiro lugar ao meu pai. Logo depois eu mesmo fiz uma autocrítica, pois coloquei “ao meu pai: um dia a Campanha será lugar digno para o valor humano do verdadeiro gaúcho que há em ti”. Esse “verdadeiro” lembra uma identidade essencializada, o que está muito longe do que é discutido no livro, onde são ressaltadas as bases históricas da formação da identidade gaúcha a partir da relação contraditória, ao mesmo tempo com heranças indígenas (o churrasco, o chimarrão) e da vida na estância, o latifúndio de pecuária extensiva.

Mas há outra dedicatória, para minha mãe, e a terceira, a “todos aqueles gaúchos que, como meu pai”, foram “alijados do acesso à plenitude da vida campeira pelos grandes proprietários”. Isso para falar da luta que poderia advir da “força agregadora de sua identidade”, sob a “inspiração de liberdade dos velhos changadores¹⁸”, a fim de “conquistar seu espaço, democratizando enfim a geografia do Rio Grande”. Como em muitas canções das Califórrias de Uruguaiana, eu percebia ali outro viés, outra vertente para a construção identitária, a partir de baixo, um pouco como aquela de muitos sem-terra que, nos anos 1980, recusando-se a aceitar a distribuição de terras dos militares que os dirigiam nos anos 1970 para a Amazônia, começaram a reivindicar terras no próprio Rio Grande do Sul, e na própria Campanha, com a qual de alguma forma se identificavam.

Igor – De alguma maneira, você sente que o seu pai entendia o que era o seu trabalho, o que você estava pesquisando sobre o gaúcho? Ou ele era um tanto indiferente, mesmo depois, mais para o final da vida.

Como eu comentei antes, meu pai nunca foi de explicitar que estudar era um valor, devia ser estimulado. Para terem uma ideia, mostrávamos o boletim escolar para ele, com

¹⁷ Haesbaert, R. 1988. *RS: Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

¹⁸ Trabalhador que recebia por tarefas intermitentes ligadas ao campo e que transitavam no campo em busca de trabalho.

notas excelentes, ele olhava rapidamente e só dizia, “tá muito bom”. Às vezes a minha sensação era de que ele ficava muito irritado com o meu apego aos livros. Por mim ficava o dia inteiro lendo. Ele acabava arranjando algum trabalho, mesmo desnecessário, só pra eu deixar os livros. O que por um lado era bom, mas o modo como era feito era de embate. A relação era complicada. Muito tempo depois eu soube, através de minha irmã, que ele teria preferido que eu fosse padre. Aquela história bem conhecida, não casar e não ter família, só sendo padre... Assim, o meu apego à identidade gaúcha em certo sentido era para des-reconstruí-la. Eu precisava, vamos dizer, me des-reterritorializar no Rio Grande do Sul. Talvez só quando deixei o Pampa, olhando de longe, é que eu consegui traduzir o lugar do meu pai, e dos outros gaúchos como ele, dentro dessa realidade. E compreendi a força do patriarcalismo, impregnado também entre os subalternizados.

Lucas – Quando o Sylvio Fausto Gil fez o pós-doc dele com o Nelson Rego na UFRGS – em que ele estava estudando as formas simbólicas para o filósofo Ernst Cassirer – ele falou algumas coisas que tinham uma dimensão mais psicanalítica. Foi ali que eu comecei a refletir sobre o quanto o trabalho acadêmico é um dos lugares onde ficamos tentando elaborar a relação [com os pais]...

Mas isso você só percebe depois de um tempo.

Só percebe depois de um tempo, porque na hora você está envolvido demais. Eu sempre fui apaixonado por aquele universo que eu estava pesquisando. Lembro de minhas idas ao coração da Campanha, onde eu tinha parentes que me deram apoio – um tio que morava em Livramento e um primo em Bagé. É uma relação muito complexa essa de vínculo e “desvínculo”, a família e os outros. Você quer se desvincular e você quer manter o vínculo. A vinda para o Rio de Janeiro foi assim, uma libertação, um enorme desafio e, ao mesmo tempo, um trauma. O primeiro ano que eu fiquei aqui foi muito difícil.

Igor – Um trauma para você?

É. De corte ou, se quisermos, para utilizar um conceito que prezo muito, uma desterritorialização muito forte, com um bom tempo até a reterritorialização...

Lucas – De diferença cultural ou da distância da família?

As duas coisas. Um lado muito triste, de chorar muito. Principalmente, pela relação com minha mãe. Ainda lembro da cena da despedida, ela no portão chorando e se despedindo. Toda vez que eu ia ao Sul era a mesma coisa. Até hoje guardo algumas das correspondências da época, que revelam bem esses elos. Por outro lado, eu já tinha certa independência por lá, também, pois morava num galpãozinho ao lado da casa. Não tinha nem forro e noite de geada eu ia dormir dentro de casa [risos]. Mas era o meu canto. Dava aula à noite na FIC e chegava tarde. Quando perdia o último ônibus, dormia na casa dos avós. Mesmo o ônibus me deixava longe, eu tinha que caminhar um trecho na linha do trem até chegar em casa. Mas pelo menos tinha o meu canto. Já aqui no Rio de Janeiro, a mudança foi radical, é claro. Tudo por minha conta.

Igor – Pois é. Quais eram as coisas que mais o impactavam?

Era tanta coisa. Com 23, 24 anos, comecei a ter uma vida que no Sul eu não tinha, até pelas responsabilidades que assumi desde muito cedo, trabalhando e estudando. Morando num bairro boêmio – na época em decadência, como falei – passei a sair à noite nos finais de semana, uma outra realidade, ainda por cima nesta megalópole completamente distinta do Campestre do Menino Deus.

Lucas – E dos colegas da pós-graduação, de vivenciar mais a cidade, de sair, essa coisa do universo estudantil do mestrado.

A nossa turma de mestrado era famosa pelos debates. Praticamente tudo era colocado em questão. Isso foi uma coisa que me impressionou também, não estava acostumado com um ambiente tão aberto à polêmica, acadêmica e política. Uma das professoras que mais alimentava o debate, e que também esteve na minha banca de mestrado, era Ana Clara Torres Ribeiro. Até hoje guardo algumas anotações de uma aula dela sobre região. Paulo Cesar Gomes era da mesma turma e um dos mais contestadores. Paulo foi um grande parceiro, escrevemos até um artigo juntos e fizemos uma proposta de livro didático, mas que acabou não sendo efetivada. Acho que por inspiração nos debates conjuntos sobre a questão regional ele também fez sua dissertação sobre região. Os debates eram sempre muito ricos.

Igor – Tinha uma efervescência.

Questionava-se até demais... [risos] Às vezes você saía da aula e se perguntava: “Mas e aí, no final, o que é que fica?”. Tudo era questionado.

Igor – Mas esse é um momento da formação em que o questionamento é uma forma de se afirmar, na verdade.

Sem dúvida. E de questionar a autoridade instituída, especialmente numa época de abertura política como aquela. Tínhamos quase que uma obrigação de tudo colocar em questão.

Igor – Você mostrar que é contestador. E também tem a coisa do espírito jovem, que geralmente os autores são de outra geração, ou de outro país, que não o seu. Tem toda uma questão de se apresentar, se colocar, fazendo críticas. Dificilmente, alguém pede a palavra e diz “Eu concordo muito com tudo que o autor está dizendo”.



Figura 8. Trabalho de campo em Itatiaia com turma do Colégio Newton Braga (Min. Aeronáutica), 1985

Lucas – Rogério, outra pergunta se relaciona já com o seu doutorado: a sua entrada na UFF se dá após a conclusão do mestrado, não é?

Exatamente quando eu estava concluindo o mestrado eu fiz um concurso pra UFF, na área de Geografia Regional. Mas antes disso, para completar o trajeto profissional que eu tive aqui: Colégio Bahiense, de primeiro grau, em Jacarepaguá; Colégio Andrews, mais

um ano e meio, em Botafogo; PUC, onde eu lecionei por dois anos. Além da rede estadual, com as aulas no Sambódromo, fiz concurso para o Colégio Brigadeiro Newton Braga, na Ilha do Governador. Era um colégio de segundo grau para filhos do pessoal ligado à Aeronáutica – mas não só. Eu tinha um bom salário. E o nível da escola era muito bom. Mesmo assim, eu ainda continuava trabalhando em outros lugares. Houve uma época difícil, pois eu dava aula em pontos extremos da cidade: da Gávea à Ilha do Governador. Com a entrada na UFF, era tudo o que eu queria: entrar numa universidade pública para ficar, enfim, com um único trabalho e conseguir fazer pesquisa, e o doutorado. O concurso foi em 1986. Eu não esperava, sinceramente, entrar; principalmente porque um dos concorrentes era o Ruy Moreira. Mas, para minha surpresa, fui o aprovado.

Lucas – Eu lembro muito o relato que o Gilmar Mascarenhas falava, porque ele era aluno da UFF, na época.

Igor – Assistiu as provas.

Exato, ele contou isso no memorial para a prova de titular dele.

Lucas – É, ele contou isso também na mesa, para alguns colegas. Um pouquinho depois da defesa dele para titular. Quando eu cheguei, que eu o encontrei, ele recém tinha defendido. Aí estava eu, a Júlia, o André Reyes. Enfim, os colegas.

Ainda não consigo “processar” que ele se foi¹⁹.

Lucas – É, eu também. Às vezes, é difícil de acreditar. E o Gilmar conta desse momento um tanto polêmico da entrada, porque parecia que os alunos estavam... desejosos da entrada do Ruy. E você é que entra! Como é que foi esse momento?

Igor – Porque nós sempre escutamos a versão do Gilmar; e agora nós queríamos te escutar. Não no sentido de uma polêmica, mas de registrar como aconteceu.

Lucas – Do relato histórico mesmo.

¹⁹ Nesta parte, entrevistadores e entrevistado comentam sobre a ainda recente morte do geógrafo Gilmar Mascarenhas, Prof. Titular de Geografia, da UERJ, morto tragicamente em um acidente de trânsito em junho de 2019, enquanto se deslocava de bicicleta para ministrar uma aula de Geografia Urbana, no centro do Rio de Janeiro.

Para mim, sinceramente, foi uma surpresa, de fato inesperada. Eu não conhecia ninguém da banca. Depois é que eu fiquei sabendo, por exemplo, da professora Sheila Spada, que veio a se tornar uma grande parceira justamente através das disciplinas que ministrávamos na mesma área. E ela era uma professora muito engajada e crítica. Tinha participado da AGB, acho que até da direção. E ela foi uma presença fundamental na banca. Um concurso tem muitas variáveis. O tema da prova escrita e de aula, por exemplo. Lembro que para mim um dos temas foi Geo-História (o concurso era para ministrar aulas de Geografia Regional/ Mundo e Geo-História), para Ruy, o Japão, bem mais difícil.

Com certeza tudo transcorreu com lisura, alunos como Gilmar assistiram às aulas e eu não conhecia ninguém e ninguém me conhecia... E logo depois o Ruy também seria chamado. Isso não quer dizer que eu não tenha sempre um pé atrás com concursos. A propósito, vocês conhecem um texto que eu escrevi? *Academia de Injustiças?*

Igor – Não.

Lucas – Não. Vou anotar aqui.

A partir dos concursos de que eu já participei e dos muitos comentários de amigos que participaram, tanto como banca quanto na condição de candidato. Tem tantas variáveis num concurso, que nós não conseguimos dimensionar todas elas. É impossível.

Igor – Sim, tem aquelas que estão ali no próprio certame e tem as ocultas.

Mas entre as não ocultas, as explícitas, tem essa do ponto da prova. Pode ser a especialidade do candidato aquele ponto, aí não tem como...

Igor – E pode acontecer também de cair o ponto da pessoa, e, naquele dia, por algum motivo, a pessoa não estar bem ou ficar muito nervosa.

Sim, ainda mais essa. Soube de um caso assim, recentemente. O candidato ficou muito nervoso. E sabíamos que ele dominava amplamente o tema. Não conseguiu nem dar a aula. Acabou desistindo.

Lucas – Existe o imponderável nos concursos.

Muito.

Agora, voltando à UFF, o lado do engajamento crítico dos estudantes é muito importante. A UFF sempre teve essa tradição, ao contrário dos professores, até os anos 1980 muito conservadores. Algumas figuras, quando eu entrei, eram terríveis. Sinceramente, algo de outra era – pelas aulas que davam, os alunos comentavam. Mas os alunos sempre foram muito engajados. Em Fortaleza, no famoso encontro da AGB de 1978, por exemplo, foram alunos da UFF que distribuíram a cópia do livro do Yves Lacoste, “A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra”. Acho que era uma edição portuguesa. Era todo mundo fazendo cópia. Sempre teve essa tradição. Depois, a própria AGB, em Niterói, bastante ativa. Participei muito de suas atividades e contribuindo com seu Boletim.

Lucas – Isso vai se refletir, depois, na própria composição do que vão ser os professores do Departamento, você não acha? Porque sempre temos essa visão do Departamento de Geografia da UFF como um departamento muito crítico.

Mas isso, na esfera docente, foi do final de 1980 para cá.

Lucas – Mas talvez com a própria concepção dos alunos.

Sem dúvida, um legado fundamental.

Lucas – Imagino que devem ter alguns alunos que se tornaram professores depois, esse tipo de coisa.

Sim, como, entre as turmas mais antigas, o Floriano, o Charlles e o Karol, da UERJ, Rosemary, hoje nossa colega e, claro, o Gilmar.

Lucas – O Nelson Rego enviou uma pergunta sobre o tema dos migrantes sulistas.

A questão dos migrantes, aí já é o doutorado. Podemos partir para o doutorado.

Igor – Pode ser.

Faço um vínculo com a dissertação do mestrado. Já no finalzinho do trabalho do mestrado eu indicava para um futuro trabalho sobre os que estavam fora do Rio Grande

do Sul; como é que eles levavam essa identidade com eles, como é que se reproduziam – se reterritorializavam – fora do estado.

Eu comecei o doutorado em 1990. Era Rio-São Paulo, de trem ou de ônibus, toda semana.

Lucas – Tinha trem?

Tinha trem na época, o “trem de prata”, lento como ele só, mas com carros leito.

Viajávamos no domingo à noite, chegávamos lá sete e pouco da manhã, na segunda-feira, e íamos direto para a Cidade Universitária, atravessando São Paulo de ônibus. Passávamos o dia na USP. Duas disciplinas cumpriam os créditos. E voltávamos à noite. Eu fiz a disciplina oferecida pelo Milton, que na época já começava a escrever o livro *A natureza do espaço*.

Depois, eu consegui bolsa para um ano no exterior – o doutorado sanduíche na França, em 92. Foi outro momento chave. Lucas sabe muito bem o que representa morar fora do país. Abre outro leque de geografias para se conhecer e refletir. E uma outra maneira de olhar para o Brasil, olhar para a América Latina. Aliás, olhar para a América Latina, realmente como um conjunto, ainda que problemático, confesso que foi lá que eu comecei a olhar para um contexto que eu poderia chamar de fato de latino-americano. Aqui no Brasil a consciência efetiva do latino-americano, se hoje ainda é acanhada, naquela época era mais ainda – apesar de todos os intercâmbios como aquele entre os estudantes estrangeiros que eu vivenciei em Santa Maria.



Figura 9: Rogério em seu período doutoral em Paris, no centro da foto, com outras/os geógrafas/os. Atrás dele, Vania Vlach; à sua esquerda Inês Aguiar de Freitas e Paulo César da Costa Gomes. À direita, José Borzacchiello da Silva e logo abaixo deste, Jacques Lévy - co-orientador de Rogério (acervo pessoal 1992).

Ao mesmo tempo que eu abria horizontes no convívio na França, fazia trabalhos de campo no oeste da Bahia e sul do Piauí, outro imenso universo de aprendizado que me marcou muito. E reflete a minha ligação com a Bahia, desde aquela primeira viagem em 1978 que já comentei.

Igor – De Brasília.

Sim, atravessando o oeste baiano.

Eu via a Bahia, e o Nordeste, como um grande contraponto cultural na formação social brasileira. Vejo o Sul e o Nordeste, ou o Rio Grande do Sul e a Bahia, se quiserem, como dois extremos da nossa cultura, entre a baianidade e o gauchismo, digamos. O sulista com toda sua herança europeia, e o nordestino, e mais ainda o baiano, com todo o legado afro. Com a intensa migração de sulistas para o oeste baiano havia ali um laboratório para investigar esse encontro inédito, pois até então era o nordestino que migrava para o Sul,

na verdade o Sudeste. Agora era o sulista no Nordeste. Como no meu encontro com a Bahia, em 1978, agora, 15 anos depois, eu me deparava com milhares de sulistas “colonizando” os cerrados do Nordeste, principalmente através da expansão da moderna agricultura capitalista, do agronegócio da soja. Muitas questões a investigar. Fiz assim vários trabalhos de campo, levando também um aluno da UFF para ajudar nos contatos e nas entrevistas.

Lucas – Você saía daqui do Rio e ia para a Bahia ou você fazia os trajetos?

Eu fiz diferentes percursos. Ia a Brasília. Depois, pegava um ônibus. Nunca fui de avião para Barreiras; era muito caro. Era tudo de ônibus. Poderia ir por Salvador ou Feira de Santana, onde tinha apoio. E dali para Barreiras. Mas era mais longe. Certa vez aproveitei para conhecer também os sulistas na mancha de cerrado que há no alto da Chapada Diamantina, no centro da Bahia. Uma das viagens foi pelo interior. Eu havia sido convidado para um evento em Montes Claros, no norte de Minas, e dali fui para Bom Jesus da Lapa, no rio São Francisco, e depois Barreiras.

Lucas – Você nunca fez Santa Maria até Barreiras?

Fiz. Eu conto esta viagem na introdução do livro. Havia uma linha de ônibus Santa Maria-Barreiras, por um tempo estendida até Pelotas.

Aliás, eu conto as duas viagens. A primeira é aquela de Brasília a Salvador, quinze anos antes; e, a outra, de Santa Maria, essa já como parte da pesquisa. Aproveitava para visitar meus pais. E era muito interessante. Na primeira parada comprava-se erva mate na serra, em Palmeira das Missões. Muita erva mate no porta-malas do ônibus. Começavam a descer migrantes no oeste de São Paulo; depois, no Triângulo Mineiro, onde gaúchos arrendavam terras para plantar arroz. Depois, Formosa, ao norte de Brasília. Em Formosa tem até CTG.

Era uma descoberta atrás da outra. Incrível. Trabalho de campo, hoje, talvez alguns não valorizem tanto, mas é fundamental. Nunca vou esquecer os trabalhos de campo, especialmente com os brasiguaios no Paraguai e com os “baiúchos” no oeste baiano. Com a idade, tudo fica mais difícil, mas o desafio e o significado dos trabalhos de campo permanecem vivos na memória.

Um dos eventos de que sempre me recordo foi a viagem com o pastor luterano, gaúcho que vivia em Barreiras. Uma vez por mês ele realizava um culto em Corrente, no extremo sul do Piauí, aonde estavam chegando as primeiras famílias de gaúchos. Lembro que chegamos na casa da família com quem iríamos ficar, o casal tinha saído, o menino não tinha a chave, entramos pela janela. Depois eles chegaram e nos ofereceram no jantar carne de jacaré. Muita história para viver e contar. Durante o culto havia somente uma família nordestina. Um tempo depois eu lhe perguntei se havia mais nordestinos, ele afirmou que não, que haviam saído, que só havia gaúchos, “talvez pela música”... Não é à toa que a igreja luterana na região, levada basicamente por sulistas descendentes de alemães, era conhecida como “igreja dos gaúchos”.

Lucas – E uma coisa que o Nelson Rego pergunta, que eu achei bem interessante, é como vai se entrelaçando a sua pesquisa teórica, e vão surgindo essas criações conceituais, que vão vinculando o teórico ao empírico. Aí ele pergunta se existem alguns momentos em que você se lembra de *insights*.

Com certeza.

Lucas – Que te despertaram.

É mais ou menos como na “análise”, que eu fiz durante um tempo. Tem o momento em que ocorre uma espécie de estalo, de revelação, geralmente depois de um *brain storm*, uma ebulição de ideias que vão se articulando. É quase como se você tivesse descoberto um novo mundo. Se apresenta como um simples momento, mas no fundo é resultante de muita reflexão, muita articulação oculta, que repentinamente se entrelaça. Às vezes acontece no meio da noite. Eu acordo com uma ideia, vou lá, registro, e volto a dormir. No caso da psicanálise, me ajudou muito registrar e interpretar os sonhos. Na pesquisa, curiosamente, respostas, por outra via, podem também brotar no meio da noite. Por exemplo, o conceito de região que eu propus no *Latifúndio e Identidade Regional*, o momento em que ele surgiu, em que eu consegui elaborá-lo, caramba. Hoje pode não representar muita coisa, mas para mim aquele momento foi muito importante. Tudo a partir de uma vivência empírica na própria Campanha. Eu nunca me esqueço, a hora do “nascimento”... [risos] E depois a concepção de rede regional, a partir de uma série de mapas relacionados à migração sulista. Mapear o avanço da soja, da igreja luterana,

mapear as linhas de ônibus, os CTGs... E o pessoal contando das empresas que ainda tinham sede no Sul. Redes de múltiplas dimensões que mantinham como espécie de núcleo as relações dos migrantes com a região de origem, e sua identidade regional. Aí você percebe realmente que a teoria não está se impondo ao empírico, ela brota dele. Esses processos a gente raramente explicita. Há o problema da escrita, da redação acadêmica, que acaba sendo linear, não consegue reproduzir essas idas e vindas, os retrocessos e as sobreposições de uma pesquisa. Num artigo ou livro, tudo vai se encadeando sem muita margem para avanços e recuos como ocorre na prática de pesquisa. Às vezes somos forçados a colocar no início um conceito que só foi realmente consolidado ao final de um trabalho. Se dominássemos mais ou se tivéssemos mais abertura para o discurso literário, talvez resolvêssemos esses dilemas da escrita.

Lucas – Para não passar essa questão da formação do doutorado, gostaria que você falasse um pouquinho como foi essa relação com o Jacques Lévy durante o doutorado.

Foi muito interessante. Eu o conheci em 1982. O Milton me apresentou para ele lá em Porto Alegre. Milton o convidou para participar como palestrante.

Lucas – Era um encontro da AGB?

Sim, um encontro nacional em Porto Alegre. Então me apresentou para ele. Ele era muito jovem, tem pouco mais do que a minha idade. Mas já era reconhecido pela criatividade teórica. A obra dele, um pouco como a do Milton, é muito rica em proposições teóricas. Aquele dicionário de Geografia, por exemplo, que ele organizou com o Michel Lussault, envolve vários dos conceitos que ele propôs, que ele criou. Tem toda uma lógica, uma concatenação muito própria. Alguns criticam pelo excesso de generalização e estruturação lógica, mas é um grande desafio teórico para refletirmos. É um dos poucos geógrafos que se propõem a construir uma ampla teoria geográfica, própria. Como ocorre com Milton Santos, não há muito investimento empírico, mas, em compensação, há uma rica intuição teórica. Doreen Massey eu considero um pouco assim, também, mas ela faz muitas alusões concretas que demonstram um elo muito acurado com a geografia que brota das relações cotidianas – uma viagem de trem, o ambiente de trabalho...

No caso de Doreen, fica claro, por exemplo, que sua concepção do sentido global de lugar brotou da vivência cotidiana no seu bairro, em Londres. Mas sem dúvida a maior parte das grandes contribuições teóricas têm uma forte dose de intuição, de uma capacidade única de perceber e construir vínculos, articulações.

Igor – Essa intuição é construída. A vivência que a pessoa teve até ali, a sua trajetória, e permite a ela ter essa capacidade.

Mas às vezes nem tem tanta vivência direta e ainda assim consegue “ver longe”, fazer de uma ocorrência aparentemente banal uma reflexão profunda, relevante. Além do fato, é claro, de que muita leitura também estimula a intuição.

Voltando ao doutorado, eu procurei Milton Santos, mas ele estava sobrecarregado de orientandos. Dieter Heidemann abriu vaga e tentei com ele, que tinha um grupo de debates muito atuante e onde aprendi muito. Dieter tinha uma sensibilidade muito grande para temas como o que eu desdobrava, além de sempre apreciar muito e trabalhar sobre Guimarães Rosa, o grande escritor dos sertões/cerrados que eu também investigava e onde hoje ele mora (no interior de Minas).

Milton participou da minha qualificação, num diálogo muito rico. Depois ele prefaciaria o livro *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*, que resultou da tese. E me fez uma carta muito bonita para o pedido da bolsa de doutorado sanduíche, guardo uma cópia até hoje com muita honra. Ele me estimulou a fazer o estágio com Jacques Lévy, “é um cara muito moderno”, ele me dizia. Aliás, seu curso que fiz na USP foi todo ele sobre modernização e o conceito de modernidade.

Na França, participei do grupo de leituras e debates do Jacques Lévy. Na época, ele estava discutindo a questão da Europa, que depois resultou no livro *L’Europe: une géographie*. Ele também me convidou para um evento com um grupo de cientistas sociais, além de Michel Lussault, onde apresentei um trabalho teórico sobre a pós-modernidade que depois foi publicado como artigo na *GeoUerj* e, revisado, no *Territórios Alternativos*. Foi um ótimo debate. E os vínculos com Jacques Lévy se mantiveram. Depois convidei-o para vir à UFF. Quando eu estava na Inglaterra ele me convidou para um congresso em Cérisy, onde conheci o Edward Soja, e para uma banca em Reims, onde ele trabalhava.



Figura 10: Rogério com Edward Soja, no Colóquio de Cérisy, na França, 2003.

Lucas – Depois ele [Jacques Lévy] te convidou para escrever no dicionário²⁰.

Sim, o verbete desterritorialização.

Igor – Poderias falar agora sobre o pós-doutorado com Doreen Massey?

O contato com Doreen Massey foi curioso pois começou totalmente virtual. Aí já estávamos no mundo da internet.

Lucas – Já eram outras “correspondências”.

Com Jacques Lévy era carta, demorava para chegar. Mas tinha a característica do papel escrito manualmente, a materialidade e a pessoalidade da escrita. Até hoje guardo algumas dessas cartas. Sem querer ser saudosista, acho que perdemos muito com a ausência dessa materialidade das cartas e da escrita “artesanal” do outro.

Meu primeiro contato com a obra de Doreen foi numa livraria de San Francisco, em 1999, onde comprei *Spatial Divisions of Labor*²¹. Logo depois, no ano 2000, fiquei fascinado

²⁰ Lévy, Jacques; Lussault, Michel. 1993, *Géographie. Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin.

²¹ Massey, Doreen. 1995. *Spatial Divisions of Labor: social structures and the geography of production*. Nova York: Routledge.

com a leitura de “Um sentido global do lugar”, publicado no livro *O Espaço da Diferença*²². Comecei a discutir o texto com os alunos. Depois, passei a buscar outros trabalhos dela em inglês. Me identifiquei muito com sua abordagem crítica mais aberta, dialogando com o feminismo, o pós-estruturalismo. Desde os anos 80 que eu gostava de ler autores como Michel Foucault, Deleuze e Félix Guattari. Achei que esse diálogo com ela traria muitos elementos para o debate sobre a desterritorialização, para além do universo empírico da migração gaúcha, focalizado no doutorado.

Posso dizer que foi nesse momento que finalmente “resolvi” minha relação com o regionalismo e o gauchismo [risos]. Depois de tanto tempo no Rio de Janeiro, passava a me voltar para questões semelhantes, mas em outra escala. O projeto de pós-doutorado foi basicamente voltado para a discussão teórica sobre desterritorialização e resultou no livro *O mito da desterritorialização*²³. Ah, mas antes disso ainda teve mais pesquisa sobre a migração sulista, desta vez no Paraguai. No final dos anos 90, já com bolsa do CNPq e o início de nosso Programa de Pós-Graduação, desenvolvi pesquisa sobre os chamados brasiguaios. Incorporei alunos, também. Um deles, que participou de trabalhos de campo em La Paloma e San Alberto, fez sua dissertação sobre o tema da identidade brasiguiaia. Fui até Assunção, também, em contato com pesquisadores locais, e revi meu amigo que fora colega de UFSM mais de vinte anos antes.

Igor – Aquele que tinha sido estudante de Agronomia?

Sim, o Javier Luna Pastore, de Agronomia.

Acabou que eu não publiquei muita coisa sobre esse trabalho do Paraguai. Há um artigo com Marcelo Santa Bárbara, esse geógrafo que fez a dissertação sobre os brasiguaios. Mas foi uma pesquisa que me ajudou muito a desenvolver uma ideia de região transfronteiriça, identificando as inúmeras redes que entrelaçam a fronteira. Ali é quase como se o Paraná seguisse em direção ao interior do Paraguai, até a paisagem se repete. Cidades em que os brasileiros levaram até nomes das cidades de origem – Santa Rosa, por exemplo. No município de San Alberto, no dia em que chegamos, havia um movimento dos sem-terra paraguaios contra a presença brasileira, haviam tomado a

²² Massey, Doreen. 2000 (1991). Um sentido global do lugar. In: Arantes, A. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papius.

²³ Haesbaert, Rogério. 2004. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

prefeitura. San Alberto era o primeiro município paraguaio com prefeito brasileiro. Impressionante a força dessa presença brasileira, alguns falam em até 400 mil brasileiros no Paraguai. Depois, em 2005, eu retornaria a essa região de fronteira com a geógrafa Lia Machado, num excelente trabalho de campo, diferente do que eu costumava fazer, pois desta vez tínhamos muitos recursos, dentro de um projeto do governo Lula.

Igor – Que era para a faixa de fronteira?

Para a faixa de fronteira; uma regionalização. Era um projeto do Ministério da Integração Nacional.

Percorremos toda a faixa de fronteira desde Guaíra, no Paraná, até Bela Vista, no Mato Grosso do Sul com o Paraguai, visitando todas as cidades gêmeas da fronteira. Em Ponta Porã realizamos um encontro com autoridades políticas locais e lideranças de movimentos sociais. Foi um trabalho que me acrescentou muito ao conhecer outra parte da região fronteiriça Brasil-Paraguai. Depois, estivemos também em Dourados, onde é forte a presença de migrantes paraguaios. Alguns anos atrás, o geógrafo Marcos Mondardo, hoje na UFGD, veio a se tornar meu orientando de doutorado e pós-doutorado e fez sua tese, depois livro, sobre esse espaço de intercâmbio e conflitos entre sulistas, paraguaios e indígenas.

Bueno, mas íamos falar do meu pós-doutorado... [risos]

Lucas – Você falou que você se livrou do gauchismo...

“Se livrou” não é o melhor termo. Eu resolvi minha questão com a identidade gaúcha ... [risos] A pesquisa com os sulistas no Paraguai encerrou um ciclo. Já há duas décadas no Rio de Janeiro, era hora de me voltar para outros temas, inclusive mais ligados à metrópole onde eu vivia e com a qual tanto passei a me identificar. O trabalho do pós-doutorado, de 2004, foi fundamentalmente teórico, mas tem como pano de fundo, como o próprio prólogo indica, todo esse legado dos trabalhos empíricos, desde a região-território da Campanha Gaúcha/Rio Grande do Sul até as redes e territórios dos migrantes sulistas na Bahia e no Paraguai. A partir daí eu me voltaria para pesquisas ligadas à realidade carioca.

PARTE 4: O PÓS-DOCTORADO E A RELAÇÃO COM DOREEN MASSEY



Figura 11. Com Doreen Massey durante o pós-doutorado, em Londres, 2003.

Igor – Como é que foi a experiência com Doreen Massey?

Como já falei, inicialmente o contato com Doreen foi puramente virtual, feito de várias formas pela internet. Por incrível que pareça, ela não tinha internet, ela dependia sempre da secretária na Open University. Tudo passava pela secretária. A secretária imprimia os e-mails e ela respondia por escrito. Tudo ela fazia por escrito. Era impressionante como ela conseguia manter esse distanciamento do mundo digital.

Lucas – Ela era jovem?

Em 2003 ela tinha 59 anos. E parecia mais jovem, tinha um espírito jovem, e era baixinha. Desde pequena tinha uma deficiência óssea séria. Ela me contou que os médicos inicialmente lhe deram pouco tempo de vida. Viveu com muitas dores e remédios, com frequentes fisioterapias. Quebrava os ossos com facilidade. Quando eu estive lá, ela quebrou a perna numa saída do metrô. Da última vez que a encontrei, em 2015, ela tinha

sofrido uma fratura grave no braço e sofrido mais de uma cirurgia, com muito tempo de hospitalização.

Igor – Nossa, teve uma vida um pouco mais sofrida.

Mas era muito valente, raramente falava de seus problemas de saúde – eu nem devia ter começado falando deles. Era uma mulher muito forte, guerreira. Para o contato com ela eu contei com a intermediação de Luciana Martins, geógrafa brasileira que é professora em Londres e esposa do também geógrafo Felix Driver. Depois de certa insistência e e-mails ela acabou aceitando. Depois eu vi o quanto ela era rigorosa para receber pós-doutorandos, e doutorandos também. Nosso contato telefônico só ocorreu quando eu já estava em Londres. A Open University tem uma característica curiosa, somente os doutorandos têm atividades presenciais no campus.

Lucas – Como assim?

O restante é basicamente através do ensino a distância. Foi a primeira grande universidade europeia a estabelecer o ensino à distância de alta qualidade, em 1969. E a educação da Open University se tornou um exemplo para o mundo inteiro. Seus materiais didáticos são excelentes, durante um tempo também difundidos pela BBC. A propósito, conseguimos uma cópia de um desses vídeos, feito por Doreen sobre a questão da terra em Pernambuco. Os livros didáticos que Doreen Massey organizou com outros geógrafos, não sei se vocês já viram algum... são de altíssima qualidade.

Lucas – Livro didático de graduação, você diz?

Sim, para a graduação.

Ao chegar em Londres eu telefonei para ela, dizendo que havia chegado. Marcamos na estação do trem para irmos juntos a Milton Keynes, cidade a uns 80 quilômetros de Londres, onde fica o campus da Open University. Quando ela me viu, ela disse: “Então, você é real?” E rimos muito. Porque até ali somente havia contato virtual. Ela era muito irônica também. Aí ela completou: “Bem, enfim, você é real”.

Igor – Sim. Ainda mais para quem não usa o e-mail...

Indiretamente.

Igor – E por que você a escolheu, Rogério?

Como já comentei, eu escolhi pela consistência da visão crítica, inovação e abertura de suas abordagens. Especialmente pela identificação com seu texto sobre o sentido global do lugar. Me identifiquei muito. Quando li, ao sair em português, em 2000, eu já estava pensando em multiterritorialidade e transterritorialidade, que havia citado em artigos e livros da década anterior. Percebi que permitia um diálogo muito interessante. E foi o que aconteceu. Apesar de não termos tido tantos encontros acadêmicos individuais quanto eu imaginava, pois ela era muito atarefada, havia uma característica da Open University que eu prezava muito: a cada 15 dias, todos os professores e doutorandos se reuniam para discutir um texto. Excelente isso. Às vezes se discutia um texto e havia, também, a apresentação de um doutorando, do trabalho dele, que era discutido com todos. Eu mesmo apresentei meu trabalho. Um ótimo debate. Entre os professores, além de Doreen havia o John Allen, a Sarah Whatmore (que depois mudou para Oxford), o Steve Pile, o Allan Cochrane, a Jennifer Robinson (que depois também mudou), entre vários outros. Também com frequência vinham geógrafos de fora apresentar seus trabalhos. Alguns consideravam o departamento de Geografia da Open o melhor da Inglaterra, e algumas avaliações assim o demonstravam. Participei de vários debates também entre os estudantes, em especial com Arun Saldanha, doutorando de Doreen e que hoje é professor em Minnesota.

Lucas – Ele escreveu sobre música.

Ele tem um texto sobre música, *Music is force*. E ele fez a tese – que, na época, estava escrevendo – sobre a questão étnica nas festas *rave* em Goa, na Índia. A família dele é um misto de português de Goa e indiano. Arun é nome indiano e Saldanha é sobrenome de origem portuguesa. Ele gosta muito também da cultura brasileira e esteve aqui no Rio me visitando. Foi um dos interlocutores mais interessantes que eu tive por lá. É deleuziano, escreveu *Space after Deleuze*. Nos reencontramos ainda num evento sobre Deleuze em Lisboa e na AAG em Boston.

Lucas – De alguma forma, assim como o momento do doutorado sanduíche, digamos, é um aprofundamento dessa geografia brasileira, que já estava muito

ligada à perspectiva francesa, quando você tem esse contato no pós-doutorado, também você amplia para esse mundo anglo-saxão, essa geografia anglo-saxônica.

Um dos pontos que me surpreendeu, Lucas, foi o pouco diálogo entre a geografia francesa e a geografia inglesa. Talvez um pouco também por um certo sentimento de superioridade. Como há toda uma discussão filosófica mais aprofundada na geografia inglesa contemporânea – às vezes até teórica demais pro meu gosto – eles também se consideram “acima” dos demais... Ainda que a grande fonte teórica venha dos filósofos franceses.

Lucas – Os geógrafos franceses seriam mais empiristas?

Creio que sim. Ou são considerados menos engajados com correntes filosóficas mais recentes, como algumas vertentes do pós-estruturalismo, com o pós-colonialismo, que na época era muito debatido na Inglaterra. Basta ver a pequena entrada e tradução da Geografia francesa na Inglaterra. À época, lembro de ter visto apenas breves referências a Raffestin – que depois aumentaram – e Jacques Lévy.

E tem uma coisa que eu só fui perceber quando estava lá, e que interfere nesse diálogo: é impressionante como conhecem pouco línguas estrangeiras. Dentro do departamento de Geografia da Open University, creio que havia dois ou três professores que dominavam um segundo idioma. É como se eles achassem que tudo que é preciso ler já estivesse escrito ou fosse traduzido em inglês. Isso é um absurdo. Doreen tinha consciência disso, era uma das poucas que falavam fluentemente o francês e o espanhol, e entendia português – ela leu meu *O mito da desterritorialização* em português. Lembro que quando fui apresentar meu trabalho na reunião do departamento ela, ao me apresentar, fez questão de dizer que o inglês era “minha quarta língua”. Na hora eu não entendi bem porque aquela referência, mas logo percebi que era um “plus” importante num ambiente com tão poucos professores bilíngues. Ou uma boa desculpa para os problemas do meu inglês (risos).

Esse pouco domínio de línguas estrangeiras gera alguns problemas. Como a difusão de Lefebvre na Geografia inglesa. Quando Stuart Elden participou de um debate na Open University comentou genericamente sobre a entrada tardia de Lefebvre na Geografia [inglesa], nos anos 1990. Eu questionei, lembrando a influência de Lefebvre na Geografia brasileira desde o final dos anos 1970, especialmente na USP. Lembrei, como já

comentado aqui, do encontro com Manuel Seabra, em 1979, e ele me recomendando *O direito à cidade* e *Do rural ao urbano*, que imediatamente eu comprei, em espanhol. Antes da tradução de *A produção do espaço*, para o inglês, em 1991, Lefebvre era muito pouco conhecido na Geografia inglesa.

Essa sobrevalorização do inglês tem muito de colonialidade do poder. Consideram-se o centro do mundo. Tudo que é relevante estaria, em tese, publicado em inglês. Mas Doreen tinha outra visão. Acho que isso também foi importante na minha identificação com ela: a vivência que ela tinha da América Latina, o tempo que ela viveu no México.

No início da carreira, ela passou com os sandinistas na Nicarágua por seis meses. Então é outra visão. E, depois, houve todo o contato com a Venezuela. No nosso último encontro, ela comentou do grupo de mulheres venezuelanas que ela estava apoiando, discutindo com elas na Inglaterra. Ela era muito amiga do prefeito trabalhista de Londres, Ken Livingstone, que fez aquele acordo com o Hugo Chavez para receber petróleo mais barato – e assim reduzir o preço da passagem para pessoas carentes – em troca de assistência técnica em transporte público, planejamento urbano, turismo e proteção do meio ambiente. Na Venezuela usaram politicamente o conceito dela – *geometrias do poder* do espaço-tempo. Assim, ela foi convidada várias vezes para participar de debates na Venezuela. Era um vínculo muito forte, na época, com a América Latina. Também a trouxemos à UFF e à ANPEGE, em Fortaleza, em 2005. E se tornou uma grande amiga também – queria destacar essa amizade. Senti muito sua perda. Nós nos encontrávamos também para celebrar a vida, não era somente uma relação intelectual.

Certa vez, ela e sua irmã me convidaram para passar férias em uma região que eu chamo de heterotópica, o Lake District, no norte da Inglaterra – uma Inglaterra insólita, de montanhas e lagos, que poucos conhecem. Ela adorava a região, que visitava desde pequena e onde até hoje reside sua irmã, que também é professora de Geografia, no ensino médio. Foi um passeio e tanto. Como eu na época estudava os muros fronteiriços, ela fez questão de me levar até o muro romano de Adriano, junto à fronteira com a Escócia.



Figura 11: Férias no Lake Distric, norte da Inglaterra, com Doreen Massey, 2012.

Lucas – Tem uma coisa que me chamou a atenção, Rogério, que agora, na verdade, eu concatenei, que é quando você fala, no livro *O Mito da Desterritorialização*, da sua vivência dentro da biblioteca. Não sei se foi na biblioteca da Open University ou se foi na Universidade de Londres.

Não, foi da British Library, a Biblioteca Britânica, que era onde mais nos encontrávamos, muitas vezes para um café ou almoço. Ela chamava de “a nossa catedral”. Ali encontrávamos quase tudo. É impressionante a riqueza do acervo da Biblioteca Britânica.

Lucas – A coisa da biblioteca parece que é algo que o acompanha muito, pelo que você fala.

Sem dúvida, e todas bibliotecas públicas. Desde a primeira, no Grupo Escolar e Ginásio de São Vicente do Sul, passando pela biblioteca pública de Santa Maria, pela biblioteca central da UFSM, pela biblioteca pública de Porto Alegre, a da pós-graduação da UFRJ (que o Maurício Abreu cuidou tão bem), a Biblioteca Nacional, a da École ds Hautes

Études en Sciences Sociales de Paris, onde estudei, a da London School of Economics e várias outras.

Lucas – Agora que você começou a falar, eu me lembrei de ter lido no *Mito [da desterritorialização]* – mas aí você começou a mostrar os cadernos, outras coisas –, digamos, uma centralidade das bibliotecas.

Com uma memória especial da biblioteca de Santa Maria. Estava na minha cabeça o tempo inteiro, antes de nos mudarmos para Santa Maria, a biblioteca pública. “Ah, eu tenho que ver essa biblioteca em Santa Maria”. Lembro do quanto me marcou, aos 12 anos, a descoberta da *Georama*. O único lugar que tinha era lá. Era uma coleção de fascículos que depois, comprando a capa, se encadernava. Até hoje tenho uma parte do atlas, com mapas em escala muito detalhada e integrando Geografia física e humana. Eu me lembro da satisfação que eu tinha quando descobria um novo país independente na África. Nunca esqueço, inclusive a mudança de nomes: Bechuanalândia/Botsuana, Bassutolândia/Lesoto, Niassalândia/Malawi, Rodésia do Norte/Zâmbia, Rodésia do Sul/Zimbábue ...

De vez em quando comento esses temas com o amigo João Rua, ele é um dos poucos geógrafos com a mesma herança daquela velha geografia interessada em conhecer tudo que é canto do mundo, como se a Geografia fosse uma grande viagem. Ficamos competindo: “Ah, é a capital de onde? Faz fronteira com que país?”. Depois eu digo: “Poxa, acho que somente nós é que sabemos isso”. [risos]

Lucas – Que é o estereótipo que as pessoas têm da Geografia.

Esse legado não vai embora. Pode ser algo puramente descritivo e, para muitos, “inútil”, mas que mobiliza muitos estudantes para a Geografia, temos que respeitar isso. Não é inútil conhecer em maior detalhe a superfície da Terra. No mínimo nos ajuda a mudar nossa percepção do mundo. Hoje, com o Google Maps, então, é ainda mais fascinante. No início, quando descobri aquelas imagens, ficava “viajando” todos os dias. Comecei com uma lenta travessia do Saara. Isso é incrível para quem, antes, como aconteceu no meu doutorado, tinha de pagar um preço muito alto por uma única imagem de satélite em escala de pouco detalhe.

Doreen contava que ela tinha uma brincadeira frequente quando era pequena. Ela tinha um globo que ela adorava. Girava com força o globo e deixava o dedo apontado para ver onde ia parar. Tinha que imaginar que horário era naquele lugar do mundo, o que estava acontecendo lá naquele momento. Era a brincadeira preferida dela.

Igor – Tem mais alguma coisa que você quer falar da experiência do pós-doutorado, Rogério?

No pós-doc também posso falar um pouco da vivência em Londres, do cosmopolitismo da cidade. Não é à toa que um exemplo tomado por Doreen foi o bairro dela, Kilburn, um bairro múltiplo, onde você encontra diversos imigrantes, línguas, culinárias. Íamos a um restaurante afegão, cujos donos eram amigos dela, restaurante da família. Depois de um tempo que ela frequentava, deixavam levar bebida alcoólica. Podíamos levar um vinho e beber. Kilburn inspirou-a assim a definir “um sentido global do lugar”.

Antes de Londres eu tinha tido uma vivência de um ano também em Paris, e gostei muito. É uma cidade fantástica em termos de diversidade humana, cultural; uma grande cidade global. Mas Londres me atraiu mais ainda. Ao contrário de Paris, com toda sua opulência e composição histórico-arquitetônica, harmônica, em Londres, em boa parte destruída pela guerra, precisamos ficar um tempo para que a cidade, em certa unidade diversa, nos cativasse. Mas aí, depois, não queremos sair mais [risos]. Doreen, mesmo reconhecendo suas mazelas, também era apaixonada por sua cidade, e em homenagem – e também críticas – a ela escreveu *World City*, a “Cidade Mundial”²⁴, uma das três “primeiras”, ao lado de Tóquio e Nova York, que compunham o famoso livro *The global City*, da Saskia Sassen²⁵.

Em Londres, se quisermos, é fácil ter amigos de vários cantos do mundo. Especialmente quando se frequenta a biblioteca Britânica, onde há estudantes do mundo todo. E também funcionários. Um de meus maiores amigos foi um bengali muçulmano que atendia entregando livros. Mantivemos contato por um bom tempo e pude acompanhar seu processo de mudança, infelizmente se afastando e retornando à religião e à sua

²⁴ Massey, Doreen. 2007. *World City*. Cambridge: Polity.

²⁵ Sassen, Saskia. 1991. *The Global City*. Princeton: Princeton University Press.

comunidade mais fechada. Eu fiz até uma crônica sobre nosso convívio que está no livro “Por Amor aos Lugares”²⁶.

Igor – É, as pessoas vão mudando...

Impressionante. Ele radicalizou de tal forma que toda a fisionomia, o vestuário, inclusive, mudou. Da última vez que o procurei na biblioteca ele havia voltado para Bangladesh. Assim, apesar de todo o seu cosmopolitismo, Londres também permite que se fique dentro da bolha cultural a que pertencemos.

Igor – Tem algo de lermos os autores aqui e ler lá, e conversar com eles lá, mas, sobretudo, vivenciar o espaço onde estão produzindo as suas teorias.

Isso, eu acredito, é fundamental. Nós nem sempre temos ideia do quanto o contexto geográfico, ou geo-histórico, de vivência é importante.

No caso da Doreen, por exemplo, o espaço vivido estava profundamente impregnado no trabalho dela. Os exemplos que ela traz no livro *Pelo Espaço* são quase todos de lugares vivenciados: Kilburn, a viagem entre Londres e Milton Keynes, o Lake District. Ao ser questionada como ficaria a dimensão natural em seu sentido global do lugar, ela respondeu – em *Pelo Espaço*, escrevendo sobre o Lake District – que as condições naturais também, mesmo que em outras escalas, são móveis e podem provir de diferentes espaços. Como os pássaros que vêm da África em certa estação do ano. Até as rochas, numa outra escala temporal, ela mostra como são “viajantes”. Uma dinâmica igualmente múltipla e mutável, que na nossa escala de vida nem sempre percebemos.

Lucas – E apenas para não perder o link: é você que é responsável por trazer a tradução ou que insere em português os textos da Massey, não é?

O artigo “Filosofia e Política da Espacialidade” e o livro *Pelo Espaço*, sim.

Lucas – Já havia textos dela traduzidos?

Sim, no livro *Espaço da Diferença*, já citado, seu texto clássico e mais difundido, *Um sentido global do lugar*. E havia outro texto, que depois eu fiquei sabendo que foi Sandra

²⁶ Haesbaert, Rogério. 2017. Gopi e o (des)conhecimento do outro. In: *Por amor aos lugares*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Lencioni quem traduziu, na revista *Espaço e Debates*, do início dos anos 1980. Um trabalho dela sobre regionalismo²⁷, o primeiro dela que eu li. Um grande livro – *Spatial Divisions of Labour* – infelizmente não foi traduzido. Em inglês teve duas edições, a segunda atualizada e ampliada.

Agora, comentando um pouco sobre o livro *Pelo Espaço*: ele foi uma tradução que, para mim, foi uma empreitada que eu não imaginava o trabalho que iria dar, não fazia ideia. A editora contratou uma tradutora que não era da área – era bióloga, imagina. Inicialmente me comprometi a fazer a revisão técnica. Quando recebi o primeiro capítulo traduzido é que fui ter uma ideia da dimensão do problema – parte do qual ainda permaneceu na tradução final. Minha revisão acabou se transformando em segunda tradução, pelo menos da primeira metade do livro. Então teve problemas sérios de tradução. Mas Doreen ajudou muito na solução de várias dúvidas e ficou muito feliz com a publicação. Faz uma apresentação muito generosa também para a edição brasileira.

²⁷ Massey, Doreen. 1981. Regionalismo: alguns problemas atuais. *Espaço & Debates* ano 1, v. 4.

PARTE 5. A DESCOLONIZAÇÃO PELA GEOGRAFIA E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR PELO TERRITÓRIO

Igor – No campo teórico, uma das questões para nossa entrevista foi enviada pela Adriana Dorfman. Uma posição sobre a perspectiva descolonial, que é uma perspectiva que vem ganhando terreno em várias áreas do conhecimento, sobretudo na Geografia, na Geografia Brasileira. São várias perguntas, na verdade. Se você se considera um autor descolonial e por quê? Como fica essa relação com a Geografia internacional, com colegas de outros lugares?

Muito interessante. Essa [coisa] de nos autodenominarmos é muito complicada. Eu nunca gostei dessas definições simplistas: “Eu sou marxista”, “Eu sou pós-estruturalista”, “sou isso”, “sou aquilo”. Acho que sempre resisti a classificações simples, até porque nunca me senti confortável dentro de uma caixa dessas... Sempre fui muito aberto a buscar respostas no encontro entre abordagens tidas por alguns como distintas. Um pouco, acho, por ter vivido o trauma das “revoluções” geográficas: a “revolução” quantitativa, a “revolução” radical ou marxista. Talvez só os chamados geógrafos humanistas não acreditassem em revolução [risos]. Felizmente hoje me parece que não há mais lugar pra encaixar-nos em chavões ou gavetas. O pensamento descolonial não pode, assim, por mais que se simpatize com ele, ser visto como uma nova corrente, coerente e bem elaborada, a ser tomada como única ou como “a” grande referência teórica. Até porque, e isso eu admiro, constitui-se como cruzamento de uma série de influências, do marxismo ao pós-estruturalismo, do pós-modernismo ao pós-colonialismo. Lembro quando, no início dos anos 2000, lemos em nosso grupo de pesquisa, o NUREG²⁸, o livro do Walter Mignolo, *Histórias locais, projetos globais*²⁹. Carlos Walter que nos indicou. O diálogo com ele e com Valter Cruz, na época meu orientando, foi e continua sendo fundamental, especialmente neste diálogo com a descolonialidade. Temos um intercâmbio muito rico, especialmente através da participação comum em eventos e bancas. Acho que, num sentido mais amplo, um dos

²⁸ O NUREG, fundado em 1994 como “Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização” passou a ser denominado “Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização” com a entrada de Timo Bartholl, que passou a dividir a coordenação com Rogério a partir de 2019.

²⁹ Mignolo, Walter. 2003. *Histórias Locais/Projetos Globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG.

lugares onde nós mais aprendemos e trocamos, feliz ou infelizmente, são as bancas. Infelizmente, para quem está sendo...

Lucas – ...analisado.

Às vezes, a base de diálogo é mais entre os membros da banca do que com o trabalho, efetivamente, do mestrando ou doutorando.

Eu, Carlos [Walter] e Valter [do Carmo Cruz] temos um intercâmbio muito rico. Não é à toa que estamos unidos até fisicamente – o nosso grupo, NUREG, e o LEMTO, de Carlos Walter, têm salas geminadas. E o Valter foi meu orientando de mestrado e de doutorado. Lembro que por volta de 2007, por aí, eu propus ao Valter que escrevêssemos um texto sobre geografias descoloniais. Por uma série de contratempos, acabou não saindo. E agora ele entende mais de descolonialidade do que eu... [risos]



Figura 12. Com o amigo Carlos Walter e sua companheira Márcia, durante concurso para Professor Titular na UFF, 2016.

De 2014 para cá estou desdobrando um projeto junto ao CNPq sobre o território como categoria da prática numa perspectiva latino-americana. Confesso que relutei um pouco em usar o termo descolonial (ou decolonial, que muitos criticam como anglicismo), até por perceber que muitos intelectuais importantes nunca usaram o termo e mesmo assim trouxeram contribuições enormes a partir de um ponto de vista “latino-americano” – ou “descolonial”, se quiserem – com toda a impropriedade que o termo “latino-americano” implica.

Num texto que escrevi para livro organizado por Fania Fridman e Sandra Lencioni tomei como referência o trabalho de geógrafos brasileiros, Milton, Carlos Walter, e algo do meu próprio, verificando elementos que podemos considerar ligados a esse contexto geo-histórico “descolonial” latino-americano. E me surpreendi relendo a obra de Milton. O Frantz Fanon já está lá; Gonzalez Casanova, com seu colonialismo interno (que Milton criticava), também. Um de seus livros, *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo* traz no próprio título esse outro olhar a partir de seu “lócus de enunciação”. É uma pena que os livros de Milton tenham sido pouco traduzidos, especialmente para o inglês. Os ingleses conhecem pouco além da teoria dos dois circuitos da economia urbana (de *O espaço dividido*). Somente há relativamente pouco tempo começaram a reconhecer a necessidade de ler mais geógrafos latino-americanos. Acaba de ser traduzido o *Por uma outra globalização*, e fizeram um livro analisando a obra de Milton. É muito importante esse circuito dele pelo Sul – na Tanzânia, na Venezuela, no Peru, ao mesmo tempo que trazia sólida formação europeia, especialmente francesa.

Pretendo, no futuro, aprofundar essa leitura descolonial dos nossos clássicos, como é o caso do importante legado de Milton Santos³⁰. Já no trabalho de Carlos Walter esse enfoque é muito mais explícito, pois foi praticamente quem introduziu o pensamento descolonial na Geografia brasileira.

No meu trabalho, por exemplo, n’*O Mito da Desterritorialização*, quando proponho o que eu entendo por desterritorialização, isso foi um pouco fruto – e eu digo isso em 2004 – dessa perspectiva da periferia, de você olhar para o mundo a partir daqui, porque tudo que eu via sobre desterritorialização – naquele balanço de vários autores, principalmente

³⁰ O tema foi recentemente desdobrado em: Haesbaert, Rogério. 2023. Um olhar descolonial em Milton Santos. In: Arroyo, M.; Silva, A. B.. (orgs.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. 1ed.São Paulo: FFLHC/USP.

não-geógrafos, que usavam o termo –, a maioria usava para falar a partir de grupos hegemônicos, de uma desterritorialização do capitalismo contemporâneo dito de acumulação flexível. Uma desterritorialização do Estado, que perde o poder sobre suas fronteiras. Desterritorialização do executivo de transnacional, que viaja de um canto para outro do mundo. Então me questionei: “Isso não é desterritorialização, isso é uma multiterritorialidade que o indivíduo ou grupo constrói e onde se encontra muito bem articulado, em rede, conectado”. Por outro lado, o que eu percebi que dizia respeito muito mais diretamente à desterritorialização era essa precarização territorial, social, que vemos profundamente no contexto da América Latina. Ou aquilo que o sociólogo José de Souza Martins denomina *inclusão precária*. Ele não fala *exclusão*, questiona o termo, prefere falar em *inclusão precária*. Essa inclusão que vive a maior parte dos latino-americanos é extremamente precária. E aí eu desdobro, no final do livro, essa perspectiva de desterritorialização, que é um pouco pensar a partir do pensamento descolonial, ou do espaço dos subalternizados, e não a partir da perspectiva dos grupos hegemônicos. Como ocorre até hoje, de certa maneira, em relação ao conceito de território na geografia anglo-saxônica, uma visão de território a partir da figura do Estado e/ou de suas tecnologias de poder, como define de modo um pouco mais amplo o geógrafo inglês Stuart Elden. A inspiração em Foucault em sua definição de poder o fez, porém, ir além da figura do Estado e/ou dos grupos hegemônicos, mas sem avançar tanto na dimensão das resistências. A partir daí dá para perceber alguns elementos que são fruto dessa experiência nossa, desse olhar latino-americano. Também fica mais claro para nós, “periféricos”, o jogo entre fechamento e abertura territorial. Há muito mais tempo do que reconheceu Wendy Brown, nós vivemos o “emuramento” da sociedade³¹, em diversas escalas. A pesquisa que fiz envolvendo as favelas do Rio também mostrou claramente isso³².

Acabei me envolvendo bastante com a questão do território nas favelas, outra maneira de ler os processos de des-territorialização, incluindo também os grupos ilegais e/ou criminosos, ou melhor, de indistinção entre o legal e o ilegal, já que boa parcela da polícia

³¹ Brown, Wendy. 2009. *Murs: les murs de séparation et le déclin de la souveraineté étatique*. Paris: Les Prairies Ordinaires.

³² Parte dessa pesquisa se encontra no livro “Viver no limite” (2013), especialmente no cap. 9, e foi aprofundada em: Haesbaert, Rogério. 2023. *I-mobilidades globais e dispositivos de contenção territorial na metrópole*. Rio de Janeiro: Consequência.

formal está envolvida com o tráfico e a milícia, se não direta – no caso das milícias – pelo menos indiretamente, através da corrupção via “arrego” pago pelos traficantes.

O Rio de Janeiro, especialmente nas últimas décadas, pode ser visto como um grande laboratório territorial para reavaliar e repensar a ideia de território, descolonizando, de algum modo, essa concepção. Isso principalmente a partir do cotidiano desses grupos, de como eles próprios formulam as suas concepções de território – território também como ferramenta de luta ou de resistência. Mas há também os fechamentos territoriais produzidos pelos traficantes e pelos milicianos. Eles nos colocam um dilema. Falamos muito em muros internacionais, muros moldados pelo Estado nas fronteiras, mas também muros residenciais e de condomínios. O que significam esses fechamentos quando nos limites ou no interior das favelas?

Meu envolvimento mais direto com espaços e movimentos de favelas se fortaleceu com a orientação de Timo Bartholl, morador no complexo de favelas da Maré. Entre outros grupos, ele trabalhou em seu doutorado com o MCP, o Movimento das Comunidades Populares, que atua na favela Chico Mendes, no complexo do Chapadão, extremo norte do município do Rio. Timo me aproximou do movimento, que mantém ali uma creche, uma escolinha de reforço, uma loja de produtos de construção civil a preços mais baixos e um banco comunitário. Organizei um grupo de amigos de apoio à escolinha e doei uma kombi para o transporte das crianças e realização de outros serviços. O MCP, que tem origem na época da ditadura, ligado a movimentos da juventude católica, tem hoje diversas comunidades do Norte ao Sul do Brasil, no campo e nas cidades. O complexo do Chapadão é uma das áreas que mais sofrem com a violência do narcotráfico no Rio de Janeiro, e as entradas da favela Chico Mendes são monitoradas pelos traficantes através de “portais” ou barricadas de tonéis de cimento que só permitem passar carros menores.

Minha pesquisa sobre o território como categoria da prática na América Latina se expandiu depois para outros movimentos sociais de resistência, principalmente os povos originários. Assim, aproveitei convites para palestras e cursos no México, Colômbia, Equador e Chile para aprender com a experiência desses grupos. Somente com a aposentadoria da graduação, entretanto, é que consegui aprofundar as leituras e avançar na pesquisa.

No Chile, graças ao contato de Pablo Mansilla, nosso ex-doutorando e hoje professor da Universidade Católica de Valparaíso, visitei uma comunidade mapuche perto de Temuco, no sul do Chile. Agora [novembro de 2019] estou indo à Universidade de Bío-Bío, em Concepción, que é uma área próxima.

No Equador visitei uma comunidade quíchua cayambe, um aprendizado e tanto. Uma indígena, líder da comunidade, deu uma aula sobre território a partir da perspectiva indígena. Ela fazia mestrado em SIG (Sistema de Informações Geográficas), o que lhe auxiliava muito na ação política direta.

No México, ao ministrar um curso em La Piedad, estado de Michoacán, sugeri uma saída de campo até Cherán, municipalidade purépecha que construiu uma experiência autonomista única. Os professores que organizaram o campo conseguiram o contato de um dos ativistas durante o levante autonomista, em 2011, que deu um depoimento emocionado. Havia também estudantes e professores que investigavam a região. Cherán acabou logrando uma autogestão “por usos e costumes”, mesmo no interior do sistema político mexicano. Vale a pena conhecer a transformação político-territorial deles, dentro do chamado pluralismo jurídico.³³

O México pra mim é um país fascinante em termos de experiências territoriais, principalmente pela riqueza de culturas indígenas e a diversidade de iniciativas autonomistas. Mereceria um olhar muito mais atento dos geógrafos brasileiros e do restante da América Latina.

Igor – Eu fiquei pensando que, assim como fazemos o caminho de ler autores como Doreen Massey, e depois ir lá e entender a espacialidade da produção dela, de alguma maneira, você fez um caminho um pouco contrário. Você, que mora aqui na América Latina, começou a se revisitar na sua obra para buscar onde estão os elementos de uma perspectiva latina, do que você está falando, de temas como a desterritorialização, quais são os elementos latino-americanos na sua obra. Uma inversão do fluxo.

³³ A experiência de Cherán foi posteriormente analisada em: Haesbaert, Rogério. 2021. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”*. Buenos Aires e Niterói: Clacso e PosGeo UFF.

Talvez tenha um pouco isso também. Mas essa contextualização geo-histórica do que pensamos, do que produzimos é algo que ocorre espontaneamente, não há como não admitir esse contexto, de onde crescemos e com quem nos relacionamos. Só podemos olhar o mundo e dar uma contribuição inovadora a partir da nossa perspectiva, da nossa singularidade. Claro que muitos pontos irão se encontrar, mas muitos serão exclusivos da combinação única de processos que se dá no espaço-tempo em que vivemos.

Seguindo ainda nessa pergunta da Adriana, é preciso destacar a importância de valorizar o pensamento de raízes latino-americanas mas sem, em hipótese alguma, menosprezar o pensamento dito do centro, que também pode ser periférico, dependendo do sentido – como na obra de Antonio Gramsci sobre o *Mezzogiorno* italiano ou o “Sul do Norte” no Portugal de Boaventura de Sousa Santos. Então é no diálogo que avançamos. Mas às vezes, há uma radicalização, também, ao somente valorizar o que é descolonial, de que tem que descolonizar tudo e como se tudo fosse redutível à colonialidade do poder. Sem dúvida, tem que descolonizar. Mas é preciso discutir muito bem o que chamamos de *moderno-colonial*... Aliás, o que chamamos de moderno, muitas vezes é tão simplista que ignora qualquer nível de ambiguidade ou contradição.

Eu gosto muito de um texto do Castoriadis em que ele falava, lá nos anos 80, que a modernidade foi construída a partir de dois polos: o polo da autonomia e o polo da heteronomia³⁴. Quem saiu ganhando foi o polo da heteronomia; mas a autonomia estava ali o tempo inteiro, inerente à construção da modernidade. Então não tem como ignorar ou dissociar essa dupla face. Estimular um pensamento autonomista e de resistência na periferia é impossível sem olhar para essas experiências do centro que sempre aconteceram. Parece algo óbvio mas, às vezes, as pessoas não têm muita consciência disso.

Há vários autores da própria história do pensamento latino-americano que temos de resgatar. Um deles é Mariátegui, do Peru. Ele fazia um pouco isso: sem desprezar o legado do pensamento crítico europeu, relia esse pensamento à luz das problemáticas latino-americanas, enfatizando, por exemplo, a questão da terra e da indianidade. Ao mesmo tempo em que Gramsci pensava a “questão meridional” italiana, revendo o marxismo

³⁴ Castoriadis, Cornelius. 1992. *Encruzilhadas do labirinto III: O mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

anglo-saxônico, ele pensava a questão regional peruana. Não podemos esquecer do “colonialismo interno” também existente nos países do centro.

Igor – Você falou das experiências políticas mais recentes que está tendo, esse engajamento mais direto com alguns movimentos.

Sim, até porque meu trabalho, embora sempre crítico e politicamente posicionado à esquerda, era mais acadêmico – ainda que muito marcado pelo trabalho empírico, de campo – e nas últimas décadas é que me envolvi mais diretamente com os movimentos sociais. Muito do crescimento desse vínculo devo ao convívio de colegas como Carlos Walter e a estudantes de graduação e pós-graduação.

Igor – Mas o Carlos Walter é seu colega há bastante tempo.

Sim, mas nosso envolvimento e trabalhos conjuntos se acentuaram apenas nas últimas décadas, especialmente depois da criação do nosso curso de pós-graduação [1999], quando o intercâmbio de ideias e experiências foi favorecido, principalmente pelo fortalecimento de nossos núcleos de pesquisa – fisicamente “geminados”, como já disse – e a participação comum em orientações e bancas, além da redação conjunta do livro “A nova des-ordem mundial”³⁵.

Igor – E por que esse engajamento com as organizações mais diretas – como você citou, o MCP?

Nesse caso foi mais pelos orientandos, em especial o Timo Bartholl. Foi a partir do momento, também, em que, em termos de pesquisa, mudei meu foco para o Rio de Janeiro. Até então, como já comentei, eu analisava os migrantes sulistas, em toda a diversidade de condições de classe. No Rio, voltei-me fundamentalmente para os grupos subalternizados. Além disso, com a consolidação de nosso doutorado, passamos a receber muitos alunos de outros países da América Latina, muitos engajados também em movimentos sociais.

³⁵ Haesbaert, Rogério e Porto-Gonçalves, Carlos. 2006. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP.

Lucas – Mas foi uma coisa deliberada do programa buscar essa abertura para os estudantes latino-americanos ou foi uma coisa que aconteceu de modo mais espontâneo?

Eu acho que foram as duas coisas, incluindo nossa filiação à CLACSO, proposta pelo Carlos. A difusão de nossos debates, especialmente do Carlos, do Ruy [Moreira] e meu, por vários países, também contribuiu muito para reforçar esses elos. Começaram a surgir convites para conferências e cursos em diversos países latino-americanos que, no meu caso, comecei a conjugar com saídas de campo envolvendo comunidades periféricas e movimentos dos povos originários. Em alguns desses países fala-se até de uma “escola brasileira” de Geografia crítica, o que me parece um exagero – aliás, o termo “escola” é sempre problemático, nesse caso. De qualquer forma, os intercâmbios são muitos. Perla Zusman, da Universidade de Buenos Aires, certa vez apresentou um trabalho mapeando os intercâmbios meus e do Carlos com outros países da América Latina e eu mesmo fiquei surpreso com a amplitude desses contatos. A publicação de livros e artigos em espanhol, que foi muito intensificada, também é muito importante nesse sentido.

Lucas – É verdade.

Igor – É, o Carlos Walter até conta que a Capes já pressionou o “Lemto” para a internacionalização do laboratório. E falava também em internacionalização em geral. E o Carlos Walter disse: “Então vamos chamar os colegas bolivianos, peruanos, para virem participar”. Na verdade, é como se a Capes não considerasse o intercâmbio com países da América Latina como internacionalização...

Como se não fosse internacionalizar... De fato, as instituições de avaliação e fomento valorizam muito mais determinado rol de países, como se fossem...

Igor – Mais internacionais do que outros?

Sim, a maioria países anglo-saxônicos, França e poucos outros. Herança colonial.

Igor – Os mais “universais”.

Os mais “moderno-coloniais”, também.

Igor – Rogério, nós tínhamos uma questão sobre a relação com outras áreas do conhecimento. Você falou um pouco agora sobre os antropólogos. Mas como foi a sua construção nas conexões fora da Geografia? Você usa muito a filosofia como base, como referência, para subsidiar as concepções teóricas que você está buscando.

Eu sempre tive um pouco essa necessidade de olhar para outros campos, outras disciplinas, e não me prender somente à Geografia. Tudo que envolvia o debate sobre espaço – e um pouco sobre tempo, também – me interessava, independentemente das fronteiras disciplinares.

Igor – Que é uma necessidade quase que do geógrafo mesmo.

É, penso que é inerente à própria Geografia. Por exemplo, aquelas disciplinas que eu fui buscar como aluno especial assim que terminei o curso de graduação, ligadas ao Urbanismo, à Filosofia e à Psicologia Social. Mas é interessante que, ao mesmo tempo, toda a minha carreira foi no âmbito da Geografia: desde a graduação, o bacharelado e a licenciatura, e, depois, mestrado, doutorado, pós-doutorado. Mas, com autores, eu acho que eu fiz um diálogo extremamente aberto, vide as próprias figuras dos supervisores Jacques Lévy, no doutorado sanduíche, e Doreen Massey, no pós-doutorado. Eles estão entre os geógrafos que mais dialogam com áreas e autores fora da Geografia, circulam intensamente por outros campos, outros meios. Eu tive a satisfação, também, principalmente nestas últimas duas décadas, de ser convidado por colegas de outras áreas. Inicialmente, eu me questionava: “Tenho mesmo o que eu dizer pra eles?” Mas logo fui me convencendo da importância do nosso pensamento sobre o espaço, o território e a região para outras áreas. Por exemplo, um convite que eu tive, certa vez, da Medicina Social da UFRJ, para discutir território. Fiquei impressionado, depois, com o debate que gerou, percebi o quanto estávamos próximos e podíamos, ou melhor, devíamos dialogar. Isso é incrível. Outras experiências muito ricas foram as Artes, a Comunicação, a Sociologia, a Antropologia, a História, a Economia – como um debate para discutir região na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. E até a Literatura e a Museologia.

Igor – A publicação do IBGE sobre o Atlas Literário.

Mas ali eram basicamente geógrafos que participaram e que formularam o projeto.

Houve alguns encontros aqui no Rio, organizados por Luiz Paulo da Moita Lopes, da área de Linguística Aplicada, e dos quais resultaram alguns livros interessantes. Organizamos eventos sobre identidade envolvendo diversas áreas, principalmente os Estudos Literários. Outro diálogo que me surpreendeu foi com os antropólogos, primeiro em Guadalajara, depois no museu de Antropologia da Cidade do México, que me convidaram para discutir o conceito de região, muito utilizado entre eles na regionalização das comunidades indígenas mexicanas. É muito recompensador quando percebemos diretamente o uso prático dos nossos conceitos, seja por políticas públicas progressistas, seja pelos movimentos sociais.

Igor – Quando a Izabel, uma amiga nossa, passou pelo México, fez um estágio lá, ela comentou que o Rogério é um autor muito lido lá.

Para a minha grata surpresa, *O Mito da Desterritorialização* já está na segunda edição por lá. E o *Viver no limite* deve sair no ano que vem pela [editora] Siglo XXI³⁶.

Quando *O mito da desterritorialização* foi editado, na primeira edição em 2011, eu fiquei pensando: “Puxa, eles vão imprimir mil e poucos exemplares? Isso não vai vender”. E depois saiu a segunda edição. É sinal que o pessoal se interessa realmente pelo tema, e o debate é cada vez mais importante.

Igor – E, no geral, você sentiu que as contribuições da Geografia nas outras áreas foram levadas em consideração, foram respeitadas?

Penso que sim. A Geografia talvez esteja num dos momentos de maior intensidade de intercâmbios, de maneira geral. Não sei se eu estou sendo otimista demais. Pelo menos, é a vivência pessoal que estou tendo.

³⁶ Haesbaert, Rogério. 2020. *Vivir en el límite: multi/transterritorialidad en tiempos de in-seguridad y contención*. México: Siglo XXI.

Igor – E depende também do perfil do pesquisador, do geógrafo, que, às vezes, é mais aberto para dialogar com as outras áreas. E me parece que você se coloca nessa posição.

É como se fosse da natureza da Geografia essa abertura ao diálogo para com outras áreas. Mas também vem daí muitas das críticas que recebemos, como generalistas. Daí porque também, por outro lado, muitos geógrafos se hiper-especializam. Mas hoje, eu acredito, está havendo um resgate ou uma revalorização grande do pensamento integrador, especialmente sobre, a partir e com o espaço, que deve ser lido, sobretudo, a partir da integração de dimensões, que no fundo é a grande contribuição dos geógrafos – pelo menos daqueles que não exageram na dissociação entre Geografia física e humana e conseguem ter uma perspectiva minimamente integradora.

Além disso, muita coisa se deve também, no caso da América Latina, a essa verdadeira inflação territorial que estamos vivendo, porque tudo parece passar pelo território.

Do conceito, das políticas e dos movimentos sociais: território enquanto categoria analítica, categoria da prática e categoria político-normativa. Eu acho que nos três níveis está havendo inflacionamento, que por volta de 2010 eu chamei de *panaceia* do território. Parece que vamos resolver todos os nossos problemas quando a abordagem é territorial, e também temos que ter cuidado com isso, para não extrapolar. Às vezes, também somos responsáveis por isso. Então temos que cuidar para não exagerar.

Lucas – Que isso é uma perspectiva também bem francesa. No doutorado sanduíche, eu me lembro que o nome que eles dão para o funcionário público [na França], por exemplo, até na escola, é *agente do território*.

Caramba. Por isso eu falo da emergência do território e sua hegemonia ou seu inflacionamento nas geografias latinas, de língua latina. Com a diferença muito importante de que nos países europeus ela está muito ligada ao planejamento, à figura do Estado, herança que vem desde a famosa “escola” do *aménagement du territoire*. Na América Latina é também, e sobretudo, um movimento “desde abajo”, presente no interior dos movimentos sociais por autonomia. Como disse Maristella Svampa, inspirada em muitos movimentos, aqui, falar de autonomia é também falar de território. Importante lembrar que esse *agente do território* não deixa de estar ligado à figura do Estado. Sem falar na questão sempre reposta da centralização do Estado na França,

colocando em questão as autonomias territoriais-regionais, E sempre num nível mais “de cima para baixo” do que “de baixo para cima”, se se pode dizer assim. Na América Latina é distinto. Eu tenho trabalhado um pouco isso agora, refletindo sobre o que leva o território, no contexto latino-americano, a ter essa importância que ele adquiriu.

Igor – O território tem uma importância até, às vezes, no *marketing*. Eu já encontrei dois estabelecimentos, um chamado Território do Pastel e outro chamado Território da Beleza.

Tire foto para mim [risos].

Igor – São lá em Porto Alegre.

É impressionante como se disseminou no nosso dia a dia. De tal forma que nem sabemos mais o que significa... (risos) Hoje tem até modelo de carro com o nome “Território”.

Igor – Por que esses termos? Por que não é o “lugar da beleza”? Poderia existir. Não encontrei ainda, mas...

“Lugar” não tem essa força adquirida pelo “território” entre nós. Ao contrário, em países anglófonos eu já encontrei um estabelecimento comercial chamado “The Other Place”, por exemplo – tem até uma foto no livro *Por amor aos lugares*.

Devemos lembrar ainda uma perspectiva latino-americana sobre o território muito influente, principalmente proposta por Arturo Escobar, representante do pensamento descolonial, que coloca o território praticamente como sinônimo de espaço no sentido mais pleno – espaço geográfico –, que ele chama de *ontologização do território*. Um grupo somente existe se existir num território. Mas, logo depois, vem o debate: mas que tipo de território? Porque esses territórios, em geral, são delimitados pelo Estado, com garantia de seu controle. E aí as coisas começam a complicar e a se misturar, porque nem todo grupo tem essa consciência de uma delimitação estrita, como propõe o Estado.

Lucas – Em zona, por exemplo.

Sim, zonal. Aí complica muito, o que é esse território ontológico que participa definindo o próprio ser de um grupo. E isso não vem somente da América Latina – há um bom tempo líamos no grupo de pesquisa e eu indicava no curso de mestrado um texto do geógrafo

francês Jöel Bonnemaïson³⁷. Ele demonstra, agora, o quanto uma leitura descolonial – embora sem usar este nome – não é prerrogativa de um pensamento latino-americano. Um autor do centro pode perfeitamente fazer um profundo trabalho na periferia, passar anos investigando, convivendo – como fizeram grandes antropólogos, e daí conceberem uma conceituação amplamente imbricada ao pensamento nativo. Foi o caso de Jöel Bonnemaïson, que desenvolveu sua pesquisa durante muito tempo como os “manples”, na ilha de Tanna, na Melanésia. Dali ele elabora, depois, todo um trabalho conceitual sobre o território, afirmando, entre outras coisas, que antes de um ter o território é um ser, constituindo o próprio ser do grupo. Assim, a concepção “ontológica” do território – ou melhor, dos processos de des-reterritorialização – não brota apenas da realidade latino-americana, mas tem potencial para ser compreendida através de diversos povos originários em diferentes periferias do planeta, do aborígene australiano ao canadense, por exemplo.

Igor – O Prof. José Angel Quintero [Weir], que é venezuelano, que até conseguimos colocá-lo na mesa de abertura da ENANPEGE, em Porto Alegre...

Grande José Angel! Foi ele que traduziu meu livro *Regional-global* para o espanhol³⁸. Acabou de sair. Gostaria de conhecê-lo pessoalmente e agradecer muito. Eu consegui ontem o *e-mail* dele com um geógrafo peruano para agradecer a tradução. E ele era para ter vindo à UFF também – Carlos Walter, certa vez, propôs. Eu vi um trabalho sobre aldeias indígenas wayuu, muito rico.

Igor – A Izabel, essa nossa amiga, que é colombo-brasileira, traduziu um livro dele – *Fazer comunidade* – em que ele conta as histórias do povo wayuu. Fizemos uma edição com alguns exemplares, porque ele iria a Porto Alegre.

É impresso? Gostaria de ler esse livro.

³⁷ Bonnemaïson, Jöel. 1991. Voyage au tour du territoire. *L'espace géographique* n. 4.

³⁸ Haesbaert, Rogério. 2019. *Regional-global: dilemas de la región y de la regionalización en la geografía contemporánea*. Buenos Aires: CLACSO e UBA,

Igor – Ele acabou não passando por Porto Alegre. E nós mandamos, depois, para São Luís, onde ele estava; acabamos mandando os livros para ele. Mas eu tenho algumas cópias impressas ainda.

Ele escreve muito bem, era professor de literatura. Fez a tese na UNAM. Mas ele conta que, num momento, estavam discutindo com o Estado venezuelano qual o conceito que iria ser usado para o espaço dos indígenas, a regra a ser utilizada para delimitar a espacialidade das terras indígenas. Comenta que havia uns quatro conceitos que estavam sendo disputados: território, *habitat*, ambiente e terra, algo do tipo. E ele disse: “Não, os indígenas querem o conceito de território, a ideia de que o território nos garante a soberania sobre o espaço”. E pleitearam isso com o governo venezuelano. Mas o governo venezuelano defendia, e foi o que acabou ficando, o conceito de *habitat*, que é um conceito com forte carga biológica. Fundado na ideia da menor área que uma espécie precisa para sobreviver. Então, nessa disputa específica, buscar o conceito de território ...

É uma ferramenta muito mais eficaz.

Igor – Do que o outro, frente ao conceito de habitat.

Também porque o conceito de território tem seu foco nas relações de poder, em suas múltiplas esferas ou dimensões.

Igor – Então, Rogério, uma das perguntas é um pouco uma projeção sobre a existência dessa panaceia sobre o conceito de território. E se você consegue lançar um horizonte de perspectiva para o desenvolvimento do conceito.

Uma questão difícil, prever o que virá em relação ao território.

Ainda mais no mundo em que estamos vivendo, e na situação brasileira contemporânea. Tudo é muito imprevisível. Uma coisa que podemos dizer é que, cada vez mais, e dentro da Geografia, sobretudo, a relação entre sociedade e natureza, ou melhor, sua indissociabilidade, vai estar cada vez mais presente nos nossos trabalhos, nas nossas pesquisas. Vai ser uma obrigação pensar essa integração, inclusive em relação ao território, porque é compulsório, agora, pensar o espaço também na sua dimensão dita

natural³⁹. Pode parecer complicado falar isso, “dimensão”, mas eu não encontro palavra melhor para expressar a ideia de constituinte, inerente à sua constituição.

Lucas – Você se refere ao momento político que estamos vivendo, a importância que isso está ganhando, frente aos tensionamentos políticos?

Sim, nunca a chamada natureza foi tão impregnada de política. Bruno Latour já falava isso nos anos 1990. E se território é o conceito geográfico que melhor traduz as relações de poder, ele estará obrigatoriamente impregnado de natureza – ou de “ecologia política”, se quisermos. As questões ditas ambientais adquirem grande centralidade, pois colocam em jogo a própria sobrevivência da civilização humana.

Lembrei daquele debate com Doreen Massey, quando lhe indagaram onde ficava a natureza em sua concepção global de lugar. Ela também me questionou: “E a desterritorialização da natureza? Como é que você coloca?”

Igor – Aí ela fica replicando a crítica.

Mas tem um capítulo inteiro n’*O Mito da Desterritorialização* sobre a territorialidade nessa dimensão; principalmente, através do trabalho dos biólogos. Mas claro que questionando a territorialidade humana como decorrência de um comportamento meramente biológico, animal.

Lucas – Da Etologia.

Para mim foi muito interessante aquele debate, aprender com tantos autores dessa área da Biologia, que estuda o comportamento dos animais, inclusive o comportamento dito territorial. Tem um autor, o [Robert] Ardrey, nos anos 1960, que escreveu um livro chamado *O imperativo territorial*⁴⁰, em que ele defendia a tese de que o homem, tal como os animais, tem que delimitar obrigatoriamente um território. E aí, claro, ele associa com propriedade privada, um prato cheio para naturalizar e assim legitimar a propriedade privada. Isso não quer dizer, entretanto, que devemos deixar de lado essa dimensão

³⁹ Essa questão foi analisada, posteriormente à realização da entrevista, em: Haesbaert, Rogério. 2021. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da terra. *GEOgraphia* v. 23, n. 50.

⁴⁰ Ardrey, Robert. 1969. *The territorial imperative: a personal inquiry into the animal origins of property and nations*. Londres e Glasgow: Collins.

natural no enfoque da territorialidade humana. O debate continua e parece até se fortalecer – vide os estudos da genética e da neurociência.

N’O *mito da desterritorialização* eu me questionava sobre o “poder” da natureza – que eu preferi denominar de força, para diferenciar do poder social, humano. Mas me perguntava – e volto a me perguntar hoje – se essas forças não estão de tal forma imbricadas com a atividade social que não podem ser desconsideradas como tais nos processos de desterritorialização. Além daquelas forças eminentemente naturais, como os vulcanismos e os terremotos, temos hoje toda a questão climática onde é impossível separar – ou mesmo saber – o que é “social” e o que “da natureza”. Até mesmo o debate do determinismo ambiental se recoloca, sob novo olhar.

Temos que ter cuidado é com as implicações políticas conservadoras e até de extrema-direita potencialmente embutidas nesse debate. Quando comecei a ler sobre territorialidade animal eu percebi algo muito interessante: ao contrário do que diziam autores como Ardrey, não há obrigatoriamente uma delimitação territorial clara entre os animais, jamais um comportamento territorial padrão. Assim, se entre os animais existem múltiplos comportamentos, desde territorialidades bem delimitadas e fechadas até territórios fluidos e mesmo aleatórios – como o do diabo da Tasmânia, então esta característica da multiplicidade é que valeria, e mais ainda, para os homens. Podemos falar tanto em multiterritorialidade animal quanto em multiterritorialidade humana, esta mais ainda, é claro. Às vezes, o mesmo animal, a mesma espécie, tem comportamentos territoriais muito diferentes dependendo do momento da vida – para defender os filhotes, por exemplo, o território é bem definido. Para depois abrir-se novamente.

Igor – E de interações com outras espécies também.

Certamente, muito diversificadas.

Igor – Não somente um mundo “especista”

E outra coisa que nós vamos ter que trabalhar muito para o futuro é justamente essa dimensão da multiplicidade. Multiplicidade como diferença. De uma maneira às vezes meio enviesada, esse movimento complexo que chamamos de pós-modernista, ou pós-estruturalista, acabou trazendo à tona, com muita força, a questão da multiplicidade ou da diferença. Politicamente por vezes teve um efeito negativo, menosprezando a crítica e

as lutas mais amplas, dirigidas ao “sistema” – aquilo que Wallerstein, inspirado na economia-mundo de Braudel, chamou de sistema-mundo, e que os descoloniais chamaram sistema-mundo – capitalista – moderno-colonial. Nesse sentido é que vejo a importância do debate. O pensamento descolonial de certo modo consegue reunir um pouco esse discurso e prática da diferença – ao valorizar as questões raciais e de gênero, por exemplo – com a crítica mais ampla e radical ao capitalismo e sua estrutura e exploração de classes. Não à toa pluriverso é um dos conceitos que se propõe como pensamento e prática alternativa, mas consciente da imensa luta – que em algum momento também deve ser unificada – contra o uni-verso (única versão/visão de mundo) construída e imposta pelo modo de produção hegemônico.

Igor – A professora Dirce Suertegaray tem um texto de análise da pós-modernidade, a relação entre modernidade e pós-modernidade, em que ela faz uma crítica a uma forma de leitura da pós-modernidade que não enfatiza as relações de poder e de classe. Porque se a pós-modernidade conseguiu valorizar, ressaltar que existem múltiplas formas de compreensão de mundo e manifestação dele, por outro lado, ela não avançou na compreensão sobre as relações de poder.

Crítica fundamental, por isso foco minhas análises justamente no jogo territorial dessas relações de poder, entre hegemonia e subalternização, entre dinâmicas impostas “de cima” e resistências construídas “desde baixo”, com suas ambiguidades e contradições. Gosto da ideia de transterritorialidade justamente porque aí a ênfase não é somente no caráter múltiplo, é no trânsito – efetivo ou potencial – entre múltiplas territorialidades. Eu acho que um dos dilemas está aí: como construir limites que sejam suficientemente flexíveis para, ao mesmo tempo, reconhecer singularidades e perceber, ou fortalecer, conexões mais gerais.

Outro debate que espero futuramente aprofundar é essa questão dos limites, das fronteiras territoriais, sobre o que significa delimitar um território, principalmente no sentido de construir um projeto autonomista sem isolacionismo. Em outras palavras: o que significa construir uma comunidade autônoma em relação aos limites territoriais – que não seja uma entidade fechada, mas que também resguarde, que dê segurança e aconchego para quem está ali. Eu discuti um pouco isso a partir da experiência autogestionária de Cherán, no México, mas é preciso aprofundar.

Igor – Acho que é um pouco isso: demarcar, mas não fechar.

Mas, um tempo atrás, às vezes inspirados no próprio Deleuze e Guattari, houve uma exacerbação, uma sobrevalorização do chamado nomadismo. Como se tudo fosse nômade, tudo fluindo, e numa leitura altamente positiva do nomadismo. Como se “parar”, como se fechamento relativo, não fosse necessário. Hoje estamos repensando profundamente isso, compreendendo o valor de um certo enraizamento, mas sem cair no comunitarismo retrógrado. Como se fosse uma composição entre a árvore, mais fixa e enraizada, e o rizoma, mais móvel e mais horizontalmente conectado, discutidos por Deleuze e Guattari.

Lucas – Eu fiquei pensando no próprio bar afegão, que conseguia negociar a entrada do vinho.

Um pouco isso, também. Negociar, abrir, para inovar, ou para receber o outro – mas também para não perder clientes, é claro...

Lucas – A geografia do trânsito.

Os afegãos muçulmanos de Kilburn estão em meio a uma Londres extremamente cosmopolita. Você tem que se adaptar, até porque também, no caso deles, podem querer ampliar os negócios.

Lucas – Porque o aluguel é caro, tem que pagar o aluguel.

Igor – Doreen também era uma cliente frequente, então tem que fazer concessões para quem é cliente antigo.

Há uma passagem no primeiro livro do Timo Bartholl, a partir da tese dele, em que ele o cita. Ele estava fazendo uma discussão sobre a geografia engajada, e é uma passagem sua em que você fala sobre as disputas que existem dentro dos departamentos universitários. E que, às vezes, apontamos as armas mais para os colegas, e menos para os verdadeiros inimigos, que estão fora da universidade.

Penso até que isso tem a ver com a questão do limite, das fronteiras que criamos até dentro de um departamento. Tudo tem que ser muito bem pensado de acordo com o contexto, com o momento. O limite mais rígido, ou mais flexível, mais aberto ou mais fechado, depende das circunstâncias, do momento. Como acontece com o quilombola

e o indígena, ou os povos tradicionais em geral que, na hora da luta para delimitar o território, é preciso se fechar e dizer quem se identifica com aquele povo tradicional e, em função disso, até onde vai o espaço reivindicado. Faz parte do jogo, do jogo possível. Para conseguirem alcançar o controle sobre determinado território, naquele momento, eles vão ter que se fechar. Então há momentos de luta em que realmente se trata de enfrentar uma batalha e assim é necessário separar, distinguir claramente quem está de um lado e quem está do outro. Isso acontece principalmente nos momentos mais decisivos das lutas. O problema é quando isso vira permanente dentro até mesmo de um departamento ou, um pouco mais amplamente, dentro da Geografia. Nos fechamos em pequenos grupos, e até em nossas salas, como se sempre estivéssemos em guerra, em competição, ignorando que cada momento exige uma reconfiguração de forças. Outro dia aconteceu comigo, através de um convite de determinado curso de Geografia que não vou citar o nome. Aceitar o convite implicava dar aval a um grupo dentro do departamento deles, e ter problemas com outro. Eu não fazia a menor ideia. É terrível isso, principalmente para quem é de fora e não conhece os limites internos, as “regras do jogo”.

Igor – Fica no fogo cruzado...

Exatamente. É o cúmulo disso. E muitas vezes gastamos energia demais nessas disputas internas. O país nessa tragédia, a universidade pública sendo bombardeada, e a gente se preocupando mais com o colega do lado. Chega uma hora que você tem que parar. Deixar para depois. Num outro momento você vai enfrentar essa disputa cotidiana dentro do curso, departamento ou universidade. Mais do que nunca, sob esse desgoverno em nível nacional, precisamos estar unidos, defendendo a instituição de ensino público, gratuito e autônomo. Isso também é uma questão de “jogos” e “saltos de escala”: como é que você mobiliza grupos em determinadas escalas em certo momento e, em outro, você articula e mobiliza outras. Depende da tática e da estratégica que está em curso, e que varia muito. Temos de perceber isso. Se agora é hora de priorizar outra luta, vamos estar todos juntos. Tem um perigo muito maior que está lá no alto, muito pior.

Uma das coisas que me ensinou a ditadura, e que parece que está voltando, foi relativizar certas posições e radicalizar outras. Antes, as divisões políticas que tínhamos eram distintas. Isso ficou muito claro para mim: as divisões políticas que tínhamos antes deste

(des)governo. Aí a prioridade número um das reivindicações era outra. Agora é diferente, pois perdemos mais ainda e é preciso recuperar tudo isso que perdemos. Porque o que está aí é o inferno, quase o fim do mundo, ou caminhando pra ele, acelerando o processo. Então vamos nos juntar neste momento, sabendo que num outro momento você pode articular outro tipo de luta, para aprofundar a transformação social. Não tem jeito, temos que batalhar também por pequenas conquistas, elas também alimentam nossa confiança na luta. Se não vamos ficar enfraquecidos, desacreditando de nossa própria força. E eu acho que a esquerda está vivendo um pouco isso agora, está faltando um projeto conjunto, uma escala de valores, uma estratégia que molde concretamente as táticas de cada contexto.

Lucas – Sim. Um grande articulista dos jornais de esquerda está chamando atenção a isso: a incapacidade da esquerda de conseguir dar uma resposta à altura...

Criar um projeto minimamente conjunto imediatamente. Questão de urgência, não podemos perder mais, devemos buscar os pontos que ainda temos em comum e que nos fortaleçam.

Lucas – E se identificar com o povo.

Isso, profundamente. Essa questão também é fundamental. Como afirmam muitos ativistas, é preciso “retornar ao território”, no sentido das práticas efetivamente vividas na periferia, nos espaços subalternizados.

Se não nos aproximarmos e dialogarmos, o que chamamos de povo irá encontrar outros interlocutores, como muitas igrejas pentecostais e as milícias. E essas pessoas precisam de respostas concretas, não é possível ficar filosofando ou teorizando demais. Vivemos um capitalismo de emergências onde, como diz Naomi Klein, ele próprio produz suas emergências e catástrofes. Assim, temos de conquistar a base da população, a mais sofrida e explorada, a partir de reflexões sérias, mas ao mesmo tempo, também, de ações muito concretas, de fato mobilizadoras, nas quais elas acreditem, se identifiquem e confiem.

Igor – Rogério, voltando um pouco à relação com os colegas, o comportamento ao longo da sua trajetória na universidade. Você chegou a sentir que existiam

comportamentos geracionais? Vamos dizer que as pessoas ficavam mais tempo no departamento e acumulavam mais tensões, essas coisas...

Sem dúvida, essa é outra divisão que pode acontecer, e frequentemente acontece: geracional – a dimensão também temporal no âmbito das relações intra-universitárias – e não só na universidade, é claro, desde o interior de uma família são muitos os atritos geracionais. E aí testa-se a capacidade dos mais velhos de tentar assimilar o novo que está brotando com a chegada, o ímpeto e muitas vezes a maior ousadia dos mais jovens. Há vários exemplos disso, da incapacidade de diálogo, porque você se agarra, meio como se fosse um feudo, às ideias e mesmo aos espaços antigos. Mas há também, não esqueçamos, a dificuldade dos mais jovens e precipitados a reconhecer o ritmo e o legado acumulado pelos mais velhos. Os dois lados na verdade têm que ceder para que a mudança para melhor se faça – neste caso, também, pelo debate aberto e a boa argumentação.

Igor – Sim. E como é que você lidou?

Creio que nisso sou bastante tranquilo. Basta ver minhas amizades, transito com relativa facilidade por vários grupos. Claro que devemos saber separar relação afetiva e relação intelectual. Às vezes é preciso abrir mão de uma para manter a outra. Toda pessoa carrega limitações, e é preciso compreendê-las. Na verdade, eu nunca fui de feudo. Realmente, nunca fui de me fechar num grupo, de defender um grupo a qualquer custo, como fazem muitos, que chegam ao extremo até de interferir em concurso para que vençam “os seus” – ou para que não vençam os “dos outros”. Uma qualidade que acho que cultivei é a capacidade de diálogo e a defesa da justiça, legado – em parte, pois era uma justiça distinta dentro e fora de casa – de meu pai. E também de aprender com o outro, ter abertura para aprender com o diferente. Isso eu aprendi desde os problemas da adolescência. Aprender a escutar também. Em determinadas situações, não tem outra saída. Se queremos mesmo mudar, mudança somente se dá nesse confronto com o diferente, senão você vai falar somente entre iguais, sempre pra sua bolha, o que hoje é cada vez mais comum. A própria universidade em seu conjunto tem que ter muito cuidado com isso, hoje, para não se transformar num casulo, que só fala em sua língua, para seus semelhantes. E, pior, um discurso hermético, que a maioria da população não alcança.

Lucas – Sem abertura a uma discussão social mais ampla.

Tem muito a ver com esse debate que eu faço sobre o vínculo entre o território como categoria da prática e categoria de análise. A categoria analítica deve levar em conta a força do que vem de baixo, do cotidiano, mas não podemos nos contentar com isso. É preciso reproblematicar e, depois de formulada a análise e seus conceitos, retornar ao vivido, ao concreto das lutas. Cada vez mais a universidade é cobrada por seu papel social, e com razão. Precisamos pensar com e para além das práticas concretas, propondo juntos outras formas de sociedade ou, mais amplamente, “outros mundos possíveis”.

Igor – Eu tenho uma pergunta que não está no roteiro. Você estava falando muito da prática, e tem um autor que falava muito disso, da prática, da práxis, no campo educacional, que é o Paulo Freire. Eu nunca vi você trabalhar com ele.

É verdade, eu trabalhei muito pouco com Paulo Freire, quase sem referência a ele, mas porque eu não tive leitura dele na minha formação. Nunca me levaram a ler Paulo Freire. A maioria de minhas disciplinas na área de educação na graduação foram terríveis, basicamente decorando leis e normas. Mas eu considero que tive muita influência indireta do Paulo Freire, através da valorização da prática social, das experiências pessoais na construção de um conhecimento comprometido e definido sempre por uma práxis. E depois das últimas duas décadas, também tive influência direta, principalmente através do convívio com duas educadoras que passaram a fazer parte de nosso grupo de pesquisa, Maria Lúcia de Oliveira, da Educação-UFF, e Ana Angelita, da Educação-UFRJ. Elas são profundamente freireanas em suas posições político-pedagógicas.

Agora, falando em termos mais gerais, acredito que a dimensão pedagógica, didática, do meu trabalho, é muito forte. Sempre tive muita preocupação com a comunicação com os alunos. E sempre gostei muito de preparar e dar aulas. Isso é algo que vou sentir falta agora, com minha aposentadoria da graduação.

Lucas – Tanto na graduação quanto na pós-graduação?

Formalmente nas duas, mas na prática continuarei como professor da pós-graduação, “voluntário”, dizem, e com meu grupo de pesquisa.

No fundo eu acho que eu gostava ainda mais da graduação, por isso quero manter o contato com os alunos de diversos níveis através do grupo de pesquisa. Lembro que criei o PET [Programa Especial de Treinamento, à época, hoje Programa de Educação Tutorial] de Geografia na UFF, em 1996, e fiquei quatro anos na tutoria, com até 12 bolsistas. Foi um trabalho que me empolgou muito, integrando ensino, pesquisa e extensão.

Aqui na UFF, eu tive, desde que entrei – voltando à questão do intercâmbio com outras disciplinas – um contato muito forte com a História. Sempre dei aula para a História – Geo-história, disciplina obrigatória para os alunos do curso de História. Dei aula de Geo-história praticamente em todos os anos em que eu trabalhei na UFF. E com turmas muito boas. O curso de História da UFF é um dos melhores do Brasil. Inclusive, agora, estamos com um projeto de internacionalização (PRINT) sobre desigualdades globais junto com a História. Então essa é outra área com a qual o diálogo é muito forte. Embora os alunos fossem do segundo semestre do curso, boa parte já tinha um grande acúmulo de leitura. Houve até quem participasse como bolsista de iniciação científica comigo. O vínculo com a História me levou a participar de eventos a convite do historiador Durval Albuquerque Júnior, autor de *A invenção do Nordeste* ⁴¹, que tem uma grande sensibilidade para com a dimensão geográfica da história.

⁴¹ Albuquerque Jr., Durval. 1999. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez.

PARTE 6 : SOBRE A PRODUÇÃO SENSÍVEL E CRIATIVA NO ESPAÇO ACADÊMICO

Lucas – Acho que o Igor vai querer fazer algumas considerações também. Mas eu me lembro de que, quando eu comecei a estudar música na Geografia, eu ainda estava, nessa época, ou no final da graduação ou no início do mestrado. E aí eu entrei em contato com aquele seu livro, *Territórios alternativos*, onde eram tratados vários temas. E um dos textos se chamava *Poesia e identidade*, se não me engano.

*Território, poesia e identidade*⁴². Tem várias músicas gaúchas.

Lucas – Exato. É, eu entrei muito em contato, refleti muito sobre uma Geografia da Música que escapasse um pouco desse viés fenomenológico, humanista, um pouco a partir da leitura que eu tinha feito da Lily Kong, que era uma geógrafa crítica. E resolvemos explorar também um pouco essa dimensão da produção sensível e criativa. Como é que é essa relação com a poesia, com a literatura ou com as artes em geral? O pessoal lá no NUREG até brinca que você gosta de dançar na Feira de São Cristóvão. Ou seja, uma relação que você tem, de alguma maneira, com as artes, com a poesia, com a literatura, que ressalta mais em alguns momentos da sua produção. Como é a relação que você tem com tudo isso?

O que eu diria é que essa relação, subjetivamente, é extremamente forte. E ela – agora eu estou refletindo um pouco sobre isso – deveria estar mais presente no meu trabalho. É um pouco frustrante para mim, agora, olhar para essa trajetória toda e perceber que eu não investi tanto nisso. No fundo, eu acho que eu sou um poeta meio frustrado. [risos]

Igor – Talvez não seja...

Talvez não seja. Virei até cronista [risos]. Eu fiz algumas poesias bastante ingênuas na adolescência. Publiquei até no *Correio do Povo*⁴³, como já falei, uma se chamava *Isso é mundo?*, em que eu estava me inserindo nas questões ecológicas já no final dos anos 1970. Mande a poesia pelo correio, eles publicaram. Aquele artigo do livro de 2002 na verdade foi escrito para um Boletim de Geografia Fluminense, em 1993. Mas não avancei.

⁴² In: Haesbaert, Rogério. 2003. *Territórios Alternativos*. Campinas: Contexto e Niterói: EdUFF.

⁴³ “Correio do Povo” era o principal jornal diário de Porto Alegre nos anos 1970.

Apesar da vontade de superar a dicotomia entre sensível e racional, acabei dando muito mais ênfase ao pensamento racional dentro da academia. Não faltaram, é claro, epígrafes poéticas, desde o livro do meu mestrado, com a “Geografía Infructuosa” de Pablo Neruda, até *Viver no limite*, por exemplo, que eu fecho com uma expressão poética do Manoel de Barros, um de meus poetas preferidos, que prestigiamos muito no nosso grupo de pesquisa.

Senti muito prazer escrevendo esse livro de crônicas, já citado, *Por amor aos lugares*. Foi muito prazeroso organizar aquelas crônicas; algumas mais antigas, outras mais recentes. E acho que esse é um caminho em que ainda vou investir mais. Eu tenho praticamente pronto um segundo livro, somente de crônicas geográficas⁴⁴. E fotografia também, que eu gosto muito. Nunca investi em nada mais profissional, nunca fiz um curso de fotografia, por exemplo, é sempre algo muito intuitivo. Mas sempre gostei muito de fotografia. Tem um trabalho muito bonito de geógrafos portugueses, em que participei com textos e fotos. Chama-se *Transversalidades*. Muito bem feito, com concurso de fotografias, inclusive. Um dos organizadores é o geógrafo Rui Jacinto [da Universidade de Coimbra]. Rui Jacinto sempre trabalhou nessa linha entre Literatura e Geografia. Fez trabalhos muitos bonitos sobre escritores portugueses, relatando suas geografias vividas também. Ele é um de meus amigos entre geógrafos portugueses que admiro e estimo, como João Ferrão, Francisco Roque de Oliveira – que tem um acervo fantástico de fotografias antigas de geógrafos – e José Alberto Rio Fernandes.

Lucas - Mas você continua lendo? Você lê poemas? Você consome essas coisas?

Eu leio. Tenho uma seção razoável na minha estante. Estava lendo há pouco o [Thomas] Elliot, em edição bilíngue – aproveitando para aprimorar o inglês – mas não faz muito o meu estilo. Prefiro o Walt Whitman, também pela geografia com a qual se envolve. Volta e meia tenho como livro de cabeceira um livro de poesia ou de crônicas. Agora estou lendo crônicas da Clarice Lispector, *A descoberta do mundo*. Fernando Pessoa, de quem tenho as obras completas, há muito tempo, vai e volta pra minha cabeceira. Sempre gostei do Fernando Pessoa, um pouco, influenciado pela minha irmã, que é da área de

⁴⁴ Publicado no ano seguinte à realização da entrevista: Haesbaert, Rogério. 2020. *Travessias*. Rio de Janeiro: Consequência.

literatura e sempre gostou muito dele. De Jorge Luis Borges também tenho a obra completa, e admiro muito seus contos.

Além da literatura, eu sempre gostei de desenhar. Essa é outra frustração, pois reconheço que deveria ter investido mais. Alguns desenhos aparecem, por exemplo, no livro *Des-territorialização e Identidade*, que resultou da tese de doutorado. A amiga Lia Machado uma vez me cobrou: “Você tem que desenhar mais”. E eu nunca investi nisso.

Igor – Mas agora que está aposentado, não é? Não é uma questão de frustração. Fizemos um monte de coisa... Não fez o que não fez porque fez o que fez, não é?

É por aí. Temos que fazer opções e nos contentar com o resultado. Já dizia um psicólogo que maturidade tem a ver com saber perder, pois toda decisão implica perdas e ganhos, e é nesse balanço que avançamos.

Outra coisa que eu gostei muito foi escrever o meu memorial para o concurso de professor titular; contar um pouco nossa história, encontrar elos que não víamos antes, relembrar parceiros, influências, passar do individual ao coletivo. Tudo bem que isso não tem nada de ficção, mas o simples fato de contar uma história, compor um enredo ... A academia muitas vezes é tão racionalista que somente quando escrevemos um memorial é que ela dá espaço para integrar a vida e o pensamento, emoção vivida e razão. E isso lá no final da carreira, você vai falar um pouco da sua vida pessoal – ou então numa entrevista como esta.

Isso é triste, cá para nós. A universidade, a academia, não costuma dar esse espaço. O mundo está um pouco como está por essa falta de uma pedagogia da sensibilidade – ensinar as pessoas a sentir, a expressar sentimentos, emoções. E pra vocês, então, que estão envolvidos com a Geografia da música, aí não tem como dissociar ... Felizmente a Geografia está criando esses espaços, e os estudantes, os mais jovens, como vocês, acabam também se encarregando de reverter isso. Me deu muita satisfação, um dos cursos que eu mais gostei, e que, infelizmente, pude oferecer poucas vezes, foi uma disciplina optativa que criei, denominada *Abordagens culturais em Geografia*. A turma era muito boa também. Até hoje eles lembram desse curso. Aliamos teoria e prática de modo direto. Eles trouxeram até grupo de jongo. Alguns dos alunos eram músicos e puderam se expressar, fazendo pontes com a discussão conceitual. Ajudou a mudar um pouco a nossa própria concepção de universidade. E trazem para dentro da sala todo o

seu afeto no sentido mais amplo. Criou-se uma relação muito mais íntima e coparticipativa entre todos.

Lucas – Eu lembro que eu tive tanta dificuldade de lidar com essas coisas, que, na época da tese, eu tive que criar a entre-tese, que eram as páginas azuis, porque eu não conseguia botar no meio do texto.

Porque a academia vai te cobrar sua formatação, sua linguagem, aquela estrutura mais ou menos padrão.

Lucas – É. Eu não conseguia lidar. Eu disse: “Como é que eu vou lidar com isso?” Eu fico pensando muito nas coisas que você fala a partir disso.

Igor – É, e, às vezes, essas coisas que estão constituindo a historicidade do pesquisador, aquilo que o está influenciando, mas que não tem como colocar nas referências finais; mas elas acabam aparecendo no único espaço que talvez possa tentar captar isso, que são os agradecimentos do trabalho.

Lucas – E nas epígrafes.

Outro problema também do trabalho intelectual que nós temos é o individualismo. Um dia deveríamos fazer uma revolução, porque não é possível você dizer “este trabalho, de Rogério Haesbaert”, escrito ali como de um único autor. E o trabalho está repleto de influências que você teve em toda a sua vida, de múltiplas pessoas, de tantas ideias de outros, de sugestões ... Mas nada disso está expresso ali. É como se o trabalho fosse só seu, individual, um trabalho que apenas você fez, você escreveu e assinou, mas que na verdade é fruto de todo um intercâmbio e de múltiplas influências. Isso gera também todo um dilema sobre a “posse” desse trabalho, zelo ou inveja e a disputa com outros “autores”, como se no âmbito intelectual o coletivo praticamente não existisse, e muito menos uma descoberta estar ocorrendo em locais distintos praticamente ao mesmo tempo.

Voltando a uma pergunta anterior, sobre as questões do futuro: eu acho que essa dimensão afetiva da Geografia, a Geografia emocional, afetiva, sensível e do próprio corpo, isso ainda tem muito para ser expandido, explorado, com certeza. Aliás, afeto já há um bom tempo está na ordem do dia. Na própria Geografia anglo-saxônica eles têm explorado muito essa dimensão. Fica claro também no diálogo com filósofos como Gilles

Deleuze. E, através desse autor, a questão do desejo também, que Foucault deixou meio de lado – eu deixei de lado [risos].

Igor – Nesse bloco, tinha uma passagem do Milton que foi resgatada, depois, por algumas abordagens com os autores da Geografia Cultural, mas acho que até num sentido mais amplo, em que o Milton diz que um dos erros, ou frustrações, da Geografia foi deixar de ser arte e querer ser somente ciência. E você já mencionou isso, de alguma maneira. Como se a Geografia pudesse voltar a ser algo como uma ciência-arte. Algumas áreas também se colocam um pouco nesse campo – arquitetura e urbanismo, por exemplo, que têm toda uma preocupação estética também com aquilo que estão produzindo. Quando Milton está falando que um dos problemas da Geografia foi deixar de ser arte quer dizer que um dia ela foi. Pelo menos, é uma interpretação que podemos fazer...

Sim, basta lembrar a forma de escrita, tão rica e literária, de muitos de nossos clássicos, de Humboldt a Vidal, de Ritter a Dardel. Mas, por outro lado, Milton falou que a Geografia era a *filosofia das técnicas*.

Igor – É, aí é o desdobramento da obra dele.

Costumo brincar dizendo que Milton trouxe razão e emoção no subtítulo do livro *A Natureza do Espaço*, mas a emoção ficou pra depois, apareceu mais no final da vida dele, foi muito pouco desdobrada, ficou muito mais a dimensão racional, teórica – apesar das apropriações artísticas feitas no final, como as de Denise Stoklos. Numa entrevista com ela ele afirma que sua educação artística “foi muito pobre”⁴⁵.

Igor – Mas como você acha que isso pode se desdobrar?

O grande problema é a dicotomia que nós construímos, especialmente após o Renascimento: arte de um lado e ciência do outro. E essa é uma das dicotomias que temos menos discutido. Temos discutido várias outras – subjetivo e objetivo, individual e coletivo, natureza e sociedade –, mas temos de investir mais nisso. Eu acho que esse campo que está crescendo, de uma Geografia dos afetos, vai ajudar um pouco a fazer

⁴⁵ Entrevista disponível em: <http://www.geocrocetti.com/msantos/stoklosmilton.htm>.

essa superação, com o cuidado para não firmar outra simplificação, caindo no subjetivismo acrítico. Mas eu diria que depende do conceito de arte. Também tem isso. Dizer que Geografia é uma arte, mas tentar ver que conceito é esse que estamos tratando. Ao contrário do que aconteceu com o artesão, cujo trabalho juntava funcionalidade e arte, expressividade, o capitalismo foi cada vez mais fragmentando o processo de trabalho e acabou não só criando a extrema especialização funcional que tudo contabiliza e mercantiliza, como instituiu, numa determinada modernidade, a máxima da forma igual à função – como na arquitetura de Le Corbusier. Como eu lembrava naquele texto *Território, poesia e identidade*, arte vem do latim *ars* que está ligado a talento, saber fazer, e que antes ainda estava associado à técnica, ao que é feito pelo homem, ao *artificial*. Nesse sentido de técnica não dissociada da arte é que releio a expressão de Milton, da Geografia como filosofia das técnicas. E aí chegamos à ideia de artifício ...

Lucas – O artefacto. Arte e fato, *facto*.

Sim, acabei de lembrar, com hífen. Como eu propus para o entendimento da região no livro *Regional-Global*. Foi uma intuição que eu tive a partir de muitas análises, propor a região como *arte-fato*, artifício e fato ao mesmo tempo, um pouco um misto de realidade e ficção, eu diria hoje. Porque nós somente trabalhamos com os ditos fatos, durante muito tempo tomamos a região e, por extensão, o próprio espaço, apenas como um dado da realidade a ser re-conhecido (com hífen). Mas no âmbito humano, bem sabemos, o ato de fazer, concretamente, e pensar, imaginar, criar, vêm sempre juntos. Às vezes até a imaginação precede a produção efetiva, e não é redutível a ela. Por isso nossa dificuldade de ter um trabalho estritamente objetivo. É como se, desde Descartes, tentássemos reduzir a concepção de humano ao ser pensante, racional. Mas ser “humano” é também usar a imaginação, a criação, totalmente impregnada de sentimento, de emoção e, sem dicotomizar, de arte.

Lucas – Sim, porque também cria uma dicotomia: a ciência apenas racional e, a arte, emoção.

Apenas emocional ou subjetiva.

Igor – É, a arte também tem as suas racionalidades.

E o quanto inspira, impregna a nossa razão. Percebi claramente isso ao participar de eventos ligados às artes, especialmente em Minas, no Museu da Pampulha e no Festival de Ouro Preto. Eles queriam discutir território e multiterritorialidade, e eu aprendi muito com eles também. A abertura do nosso imaginário instigado pelo campo artístico é ilimitada. Daí sua importância para a criação, a invenção de outros mundos, de outros territórios.

Igor – Seguimos para a última parte, com as questões finais. E também, se quiser falar qualquer coisa que nós não tenhamos contemplado, Rogério, fique à vontade.

PARTE 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Igor – A penúltima pergunta é para os geógrafos que estão ingressando na Geografia. Se você pudesse apontar alguns conselhos, algumas sugestões. No que você poderia contribuir?

Dar conselhos sempre é complicado, especialmente com a diferença geracional que temos hoje.

Igor – Porque dá uma responsabilidade...

Acredito que cada um, na riqueza de sua individualidade e de seu compromisso coletivo, se conhecendo e dando de si o melhor, pode “aconselhar” (entre aspas) pelo exemplo. Ter paixão pelo que faz já é um bom começo. Uma marca do que eu faço, apesar de tudo que falamos aqui das racionalidades geográficas, é estar apaixonado por aquilo com que me envolvo. Podem achar isso piegas ou exagerado, mas pra mim não há dúvida. Eu acho que eu nunca deixei de estar apaixonado pela Geografia, pelo espaço, pela diferenciação do espaço, pela abertura pra outros horizontes possíveis – inclusive viajando – mas também, é claro, na leitura crítica e na luta contra a desigualdade desse espaço. Um pouco como na interpretação de Doreen Massey, o espaço como campo ou dimensão da multiplicidade, ao mesmo tempo diferente e desigual – as “geometrias do poder” no espaço-tempo. Eu acrescentaria aí o espaço como esfera da mudança de perspectiva, essa busca permanente, que eu alimentei desde pequeno, de, mesmo em meio a tantas adversidades, lutar por abrir horizontes, por conhecer e aprender com o Outro e, assim, transformar seu espaço, contra explorações, dominações e opressões de várias ordens. Nunca perder a fé nessa luta.

É “jogando-se” no espaço, na vivência das diferenças no e do espaço que você percebe e pode compreender o outro. E percebe e constrói a sua própria diferença. Aí inseridas, é claro, também, as diferenças de grau, as desigualdades. Então eu acho que é nesse jogo que temos de estar mergulhados. Sempre desenvolvendo também, como pudermos, a nossa sensibilidade, a nossa percepção e vivência de mundo; nos jogarmos de fato naquilo que fazemos. E entrar nesse jogo acreditando na transformação mútua, sua e do mundo. Acho que isso é fundamental, mais do que nunca, porque muitas vezes parece que as coisas estão indo todas para trás. O que não deixa de ser uma transformação, mas

uma transformação em retrocesso. Claro que precisamos sempre aprender com o passado, e muitas vezes colocar limites e aceitar alguns retrocessos – aparentes, pois sempre vêm com outra roupagem, como na leitura que fazemos hoje da ancestralidade dos povos originários. Há, assim, é claro, o bom e o mau “voltar atrás”. O que estamos vendo é um voltar atrás para pior, mas isso não pode desmobilizar os mais jovens, ao contrário, é por outro futuro, um outro espaço-tempo, mais do que nunca, que eles têm que lutar.

Sei que não é fácil falar aos geógrafos que estão iniciando, mas creio firmemente que a Geografia, e uma Geografia “integral-integrada”, crítica, mas também prática, desde o nível das relações cotidianas, por mais difícil que pareça, nunca foi tão importante como agora. Nunca um pensamento que integre cultura(s) e natureza(s), reflexão, sentimento e ação – um “sentirpensarfazer”, para além de Fals Borda, foi tão necessário.

Lucas – Uma reafirmação da utopia...

Sim, mas tem que ter muito cuidado porque, além de ter ficado meio fora de moda, utopia é uma palavra que, no senso comum, poucos acreditam que seja mobilizadora. “Utopia” parece algo muito distante do cotidiano, das práticas e lutas efetivas. Tem até um sentido negativo amplamente difundido: “essa ideia é utópica”, como se fosse completamente idealizada, que nunca irá se concretizar. Precisamos de outra concepção de utopia, e alguns colegas geógrafos têm pensando nisso. Uma utopia que incorpore também o tempo, topos e cronos – lembrei agora do cronotopo de Bakhtin, que justamente propõe reunir espaço e tempo. Precisamos recuperar a ideia de um outro mundo que tenha raízes firmes no aqui e agora – que é também, claro, acúmulo de espaços passados. Transformar, criar um novo espaço-tempo a partir do que aí está – e do que acumulamos. Às vezes, não percebemos ou menosprezamos coisas pequenas do nosso cotidiano que são transformadoras, que podem representar o embrião de um mundo diferente. E tudo começa na nossa relação e no nosso afeto com os que caminham do nosso lado. Eu acho que uma revolução do e pelo afeto também está faltando. Até parece que estamos tendo, mas totalmente enviesada, através de um afeto muito nefasto, o ódio. “Amor” é uma palavra também fora de moda, menosprezada e é uma palavra que eu acho que tem que ser relida, ampliada e revivida. Porque, no momento em que aprendemos a amar, as coisas obrigatoriamente mudam, nossa “utopia” se torna menos utópica [risos]. Não tem

como mudar sem amar minimamente aquilo que se está fazendo, engajar-se em todas as dimensões, descobrir ou criar vínculos; e amar a diferença do outro, inclusive. É muito difícil, eu sei, pode soar idealista, até porque para que isso de fato se efetive é preciso primeiro destruir muita coisa, incluindo a tremenda brutalidade, a opressão, a violência, o ódio. Com eles regendo as nossas relações parece impossível promover vínculos, nos inserir no mundo dos outros, aprender e transformar. E mudança efetiva só se dá quando conjugada, coletivizada, constantemente ampliada, pois lá na ponta está o grande capital, especialmente o financeiro, como regente maior, com seu individualismo e sua mercantilização generalizada. Enfim, um jogo de escalas desafiador, mas que é preciso, de múltiplas formas, encarar.

Igor – E aí a última pergunta. Você falou de várias frustrações. E aí, quais são?

As frustrações? No coletivo, são muitas, sobretudo quando a sociedade, como já foi comentado, parece estar retrocedendo. Em um nível pessoal, já falei de algumas, como as do lado artístico – poeta, desenhista... – mas isso é relativo, também, porque, caramba, eu já fiz tantas coisas, algumas que nem imaginava que um dia iria fazer. E sempre batalhei muito, trabalhei duro, pelo que eu queria – talvez até, às vezes, com excesso de disciplina. Isso também dá um valor redobrado. Mas é claro que há frustrações, sempre vai haver. A vida é assim, um jogo de perdas e ganhos. Como já foi dito, perdemos ou deixamos de ganhar algo em determinado momento para poder ganhar algo mais relevante mais à frente. Precisamos avaliar bem o quanto iremos ou estamos dispostos a perder frente ao que iremos efetivamente ganhar. E em termos de significado, de busca de sentido para nossa vida, como nunca explicamos o que é de fato esta vida, ou para que estamos aqui – e de repente vamos embora, sem volta – pode ficar sempre um vazio. Alguns buscam a fé religiosa como fuga ou fortalecimento, eu respeito muito, mas não é o meu caso. O que importa é não deixar que essa falta de sentido, ou a incerteza em sentido mais amplo, tome conta da nossa vida, e encontrar um propósito firme pelo qual lutar, aqui e agora, sempre que possível unindo os planos individual e coletivo.

Igor – Mudando de assunto, e voltando à aposentadoria...

Lucas – O ritmo de trabalho e as demandas são diferentes de quando você estava dando aula também para a graduação, não é?

Sim, alguns compromissos são distintos, mas você corre o risco de assumir mais compromissos que você não assumiria antes, pensando no compromisso com a graduação. Eu não fiz ainda bem o balanço, mas vou ter que ter muito cuidado, porque a vida também tem a dimensão corpórea, vai diminuindo nossa capacitação física. O intelectual muitas vezes menospreza ou mesmo esquece sua dimensão biológica. Só lembra quando adoecer. É quase inevitável. Você também tem que diminuir seu ritmo de trabalho. Por isso que inventaram a aposentadoria. [risos] Só que, no meu caso, eu não queria, falava até que nunca iria me aposentar. Primeiro, não pensava no meu corpo, desde o fato simples das viagens de ônibus mais caminhada ou de dois ônibus e barca até Niterói, durando de uma a duas horas, dependendo do trânsito, o quanto se tornariam tão cansativas. Segundo, as consequências da ascensão deste governo ultradireitista para as universidades e, ao mesmo tempo, a oportunidade de, com a minha saída, a entrada, ainda, de novos colegas muito bons, que já estavam aprovados em concurso. Agora é diminuir o ritmo, mas isso não é nada fácil. Estou agora como professor em três cursos de pós-graduação: UFF, Buenos Aires e Tucumán, além dos frequentes convites para cursos concentrados em outras instituições. Continuam muitos, também, os convites para conferências, bancas, artigos e pareceres. E tem talvez o principal, e que tanto me envolve, intelectual e afetivamente, o meu grupo de pesquisa, o NUREG, com pessoas de vários níveis e origens acadêmicas, com quem sempre aprendo – e vivo – muito.



Figura 14: Rogério em seu laboratório NUREG, com colegas da Educação e da Geografia, pós-graduandos e graduandos, em 2007, 2014 e 2019, respectivamente

Lucas – E em termos de produção, Rogério, o que você vem preparando?

Bem, agora, com a aposentadoria, eu estou pensando: “Poxa, vou conseguir terminar livros que eu tinha planejado, mas que nunca conseguia escrever”. Se você olhar no meu computador, tem várias propostas que eu tentei levar em frente e não avancei. E tem coisas que eu já produzi que eu poderia reunir, aprofundar e dar certa coesão, como eu fiz com *Viver no limite*. Então tenho vários projetos pela frente.

Tem o novo livro das crônicas de viagem. Tem um mais vinculado com a dimensão cultural do espaço – desde aquele texto das identidades territoriais, que eu escrevi em 1999, percebi que poderia reunir esse material, rever numa estrutura ampla, aprofundar alguns pontos e publicar. Outro projeto tem relação com a atual pesquisa do CNPq, sobre o território como categoria da prática numa perspectiva latino-americana. Tenho muito material que poderia trabalhar na forma de livro, discutindo a relação entre o território e a descolonialidade⁴⁶.

Igor – Mas, agora, o poder da escolha, do que fazer, é um pouco maior do que quando tinha trabalho na graduação ...

Pra falar a verdade, eu somente percebi que estava aposentado, somente agora, pois a aposentadoria coincidiu com o período do acidente⁴⁷. Eu não estava dando aula porque estava afastado pelo acidente. E agora, no segundo semestre, já vou entrar no curso da pós, então eu não vou sentir tanta diferença. Talvez no primeiro semestre do ano que vem é que eu vá perceber. Mas uma coisa que eu já estou notando – pelo menos em período como junho-julho, que era a época de corrigir trabalhos e provas – é o tempo que tenho para ler sobre o mesmo assunto no qual estou trabalhando. Antes acumulava uma grande quantidade de textos que queria ler, e, por falta de tempo, não conseguia, não dava conta, faltava continuidade. Agora a leitura tem outro ritmo, é mais tranquilo.

Igor – Um trabalho intermitente: começa, para; começa, para...

Isso, exatamente, vocês devem conhecer bem. É complicado.

Agora em agosto, iniciando o curso na pós, essa tranquilidade já acabou.

⁴⁶ Este projeto resultou no livro, já citado em outra nota, “Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”, publicado em 2021 pela Clacso e PosGeo UFF e disponível on line: <https://www.clacso.org/territorio-e-descolonialidade/>

⁴⁷ Atingido por um carro em dezembro de 2018, resultando na fratura e cirurgia de uma perna.

Sobre o “poder de escolha”, ele é sempre relativo, no jogo entre o que queremos, o que é possível individualmente, os nossos compromissos coletivos e a expectativa dos outros sobre nós. Nesse sentido, temos de cuidar para não nos transformarmos naquilo que é mais a expectativa dos outros do que de nós mesmos, o que os outros esperam de você. Durante um tempo eu fui um pouco assim: vivia mais em função do que os outros estavam esperando que eu fosse do que o que eu efetivamente era, no embate entre o que gostaria e o que podia efetivamente ser. É um jogo difícil. Ainda mais quando também temos consciência de nossa responsabilidade social, até pelo passado que tivemos e pelas interações que construímos, pela posição política que assumimos. Eu, além da posição política crítica, à esquerda, ainda carrego muito da influência do cristianismo franciscano da infância e adolescência, o pensar constantemente na solidariedade com os mais fracos, na justiça social. Assim, não é fácil, em certos momentos, como já falamos, priorizar o individual frente ao coletivo. É um compromisso social que você tem e que te realiza também. No meu caso acho que, minimamente, consegui nesses sessenta anos de vida um equilíbrio na conjunção entre a realização de certa felicidade individual e de um propósito social mais amplo. Apesar de todos os constrangimentos, ainda temos alguma opção para escolher e batalhar por um propósito de autonomia individual conjugado com a luta coletiva por um mundo mais justo, solidário e promotor do comum. E, como já falei, sendo assim coerentes entre o exemplo de nossa vida pessoal e o que almejamos de modo mais amplo em termos de transformação social. Uma geografia crítica e autonomista, mas também solidária, é construída sempre na interseção de múltiplas escalas, e nenhuma delas pode, a priori ou fora de um contexto espaço-temporal, ser considerada como mais relevante.

Igor – Agora são 18h15. Chegamos aqui às 14h. Quatro horas, uma conversa longa...

Realmente foi longa, mas nem vimos o tempo passar. Foi muito bom conversar com vocês. Muito obrigado pela oportunidade.

CRONOLOGIA

FORMAÇÃO

Nascimento: 31 de março de 1958

Ensino fundamental: **Grupo Escolar de Mata** (1º e 2º anos do “Primário”): 1965-1966; **Escola Estadual Borges de Medeiros, São Vicente do Sul** (3º e 4º anos do “Primário”, “Exame de Admissão” e 1ª série do “Ginásio”): 1967-1969; **Colégio Estadual Coronel Pilar, Santa Maria** (2ª e 3ª séries do “Ginásio”): 1970-1971; **Colégio Estadual Profa. Maria Rocha, Santa Maria** (4ª série “Ginásio” e 3 anos do “Científico”, com ensino profissionalizante em “Tradutor e Intérprete”): 1972-1975

Graduação na UFSM (licenciatura): 1/1976 – 1/1980

Graduação na UFSM (bacharelado): 1/1977 – 2/1980

Mestrado na UFRJ (orientação: Bertha Becker): 1982 – 1986

Doutorado na USP (orientação: Heinz Dieter Heidemann, orientador no estágio doutoral na França: Jacques Lévy): 1990 – 1995

Pós-Doutorado na Open University, Inglaterra (supervisão: Doreen Massey): 2002 – 2003

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Professor Curso Pré-Vestibular Hugo Taylor, Santa Maria: 1977

Professor FIC (Fac. Filosofia, Cs. e Letras Imac. Conceição), S. Maria: 1980-1982

Professor Colégio Bahiense, Rio de Janeiro (1º. Grau): 1983-1985

Professor Colégio Andrews, Rio de Janeiro (1º Grau): 1984

Professor Concursado da Rede Estadual do Rio de Janeiro: 1985

Professor Concursado do Colégio Newton Braga (Min. Aeronáutica-RJ): 1985-1987

Professor da PUC-Rio de Janeiro: 1985-1987

Professor da Universidade Federal Fluminense, Graduação: 1986-2019

(Coord. do NUREG: 1994-atual, Tutor do PET-Geografia: 1996-2000, Pesquisador CNPq: 1998-atual; Professor Titular: 2016)

Professor da Universidade Federal Fluminense, Pós-Graduação: 1999-atual

Professor da UBA (Buenos Aires), Pós-Graduação: 2010, 2013, 2017-atual

EVENTOS A PARTIR DA ENTREVISTA

1958: nascido e registrado em São Pedro do Sul, muda meses depois para zona rural de Mata.

Primeira infância (1958-1964): São José do louro, zona rural de Mata (então distrito de São Vicente do Sul) – interesse precoce por mapas e pelo Rio de Janeiro (improvisava discursos).

1964 (aos 6 anos): mudança para a vila de Mata, que então se emancipava. Primeira viagem de trem, com o pai, até São Pedro do Sul (retorno antecipado por temor da mobilização militar [golpe] nos quartéis de Santa Maria).

1964-1966, em Mata: solicitava cadernos de presente para desenhar mapas; trabalho diário: buscar o “terneiro” (bezerro) no campo.

1967-1969, em São Vicente do Sul: escrita de um almanaque geográfico para a escola; participação em concurso de geografia na praça; primeiro trabalho remunerado: vendedor de revistas na rua.

1970 (12 anos): muda para Santa Maria; funda o “Clube Amigos da Quadra”, com jornalzinho mimeografado.

1971 (13 anos): viagem (sozinho) a Santa Catarina, presente de uma prima; conhece o mar na Praia do Rincão.

1972 (14 anos): primeiro emprego formal, como “aprendiz de empacotador” nas lojas Riachuelo.

1972-1973: participação e vitória em concursos de Geografia no programa “Música e Cultura”, da rádio Imembuy, em Santa Maria.

1975 (17 anos): anúncio numa revista do Rio de Janeiro para “troca de selos, postais e mapas”, início dos “correspondentes” de todo o Brasil e exterior (Chile, México, Canadá e Alemanha).

1976: aprovado em 1º lugar no vestibular para Geografia na UFSM (pensou também em cursar Comunicação Social, mas no ano seguinte faz novo vestibular para Bacharelado, criado na época como curso distinto). Monitor de Mineralogia, que depois proporcionou trabalho de campo por todo o planalto catarinense, coletando amostras de rocha com o geólogo Pedro Sartori.

1977: faz treinamento em Porto Alegre para trabalhar como atendente do crédito educativo pela Caixa Econômica Federal na UFSM. Após 8 anos morando em casas alugadas em 4 bairros, pai e irmão adquirem casa no Campestre do Menino Deus, periferia de Santa Maria. Primeiro emprego como docente em curso Pré-Vestibular.

1978: participação do III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) em Fortaleza - CE. Visita pela primeira vez a Bahia, atravessando o oeste, que será sua principal área de estudo no doutorado.

1979: publicação de pequenos artigos (“Pela unidade da Geografia” e “Uma Geografia para o desenvolvimento”) no jornal Correio do Povo, Porto Alegre.

1980: em julho, forma-se como professor de Geografia. No Encontro da AGB-Porto Alegre em Caxias do Sul conhece Bertha Becker. Realiza estágio em Fotogrametria na Divisão de Serviço Geográfico, em Porto Alegre. Publica crônicas geográficas no diário A Razão, de Santa Maria. Conhece Alvaro Heidrich e é aluno de Dirce Suertegaray, então professora da UFSM.

1980-1982: primeiro emprego no ensino superior, na FIC (hoje Unifra) em Santa Maria, ensinando Mineralogia, Biogeografia, Geografia do Rio Grande do Sul e Geografia do Brasil.

1981: em janeiro, forma-se como geógrafo pela UFSM, com trabalho de conclusão orientado pelo geógrafo Aluizio Duarte, do IBGE-RJ. Convidado para ministrar curso intensivo de Geografia Urbana e Geografia Agrária pela UFSM no “Projeto Santa Rosa”, em Santiago-RS.

1982: aprovado em 1º lugar no mestrado em Geografia da UFRJ, sob orientação da Profa. Bertha Becker. Muda para o Rio de Janeiro, residindo nos bairros de Santa Tereza e Lapa. Publica seu primeiro livro, “Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul”, em coautoria com Igor Moreira.

1982: apresenta trabalho a partir do TCC no encontro da AGB em Porto Alegre - RS, onde, via Milton Santos, seu professor no mestrado, conhece Jacques Lévy, futuro orientador na França.

1983: início da docência na educação básica no Colégio Bahiense em Jacarepaguá no Rio de Janeiro. A convite do prof. Milton Santos, realiza pesquisa na Vila do João/Maré, Rio de Janeiro.

1983: organiza, com Bertha Becker e Carmen Silveira, o livro “Abordagens Políticas da Espacialidade”, a partir do Simpósio sobre Uso Político do Território, da UGI, em Belo Horizonte.

1984: professor no Colégio Andrews, Botafogo, Rio de Janeiro. Apresenta pesquisa sobre a Vila do João no congresso da AGB em São Paulo, com a presença do orientador, Milton Santos. Aprovado em concurso para professor da rede estadual do Rio de Janeiro (atua por pouco tempo em escola do Sambódromo).

1985: aprovado em 1º lugar em concurso para prof. do Ministério da Aeronáutica (Colégio Newton Braga) e da Universidade Federal Fluminense.

1987: publica o artigo “Territórios Alternativos” no Jornal do Brasil.

1988: publica o livro “RS: Latifúndio e identidade regional”, pela editora Mercado Aberto, Porto Alegre, fruto da dissertação de mestrado defendida na UFRJ em 1986.

1990: inicia o doutorado na USP sob orientação do Prof. Heinz Dieter Heidemann, com viagens semanais Rio-São Paulo, onde cursa disciplina com Milton Santos.

1992: estágio doutoral no Instituto de Estudos Políticos (Paris, França) sob orientação de Jacques Lévy. Primeira viagem à China, que resulta no livro “China: entre o Oriente e o Ocidente”.

1994: funda o “Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização” (NUREG), atualmente, após a entrada de Timo Bartholl, denominado “Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização”, com a mesma sigla.

1995: defende tese de doutorado na USP. Participa da Conferência da UGI “Global Changes and Geography” na Universidade de Moscou, com trabalho de campo no lago Baikal, na Sibéria.

1996: funda o PET – Programa de Educação Tutorial de Geografia na UFF (tutor até o ano 2000).

1997: publica o livro “Des-territorialização e identidade: a ‘rede gaúcha’ no Nordeste”, a partir da tese de doutorado, prefaciado por Milton Santos.

1998: bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq, com a pesquisa “A região frente aos processos de globalização/fragmentação e a formação de uma região transfronteiriça entre países do Mercosul”. Realiza trabalhos de campo com bolsistas IC no Paraguai, Argentina e Uruguai. Organiza a coletânea “Globalização e fragmentação no

mundo contemporâneo”, a partir do trabalho na área de Geografia Regional, com colegas da UFF e João Rua, da PUC-RJ.

1999: criado o curso de mestrado em Geografia da UFF, do qual participa ativamente desde o projeto. Funda, com outras/os colegas, a revista GEOgraphia, onde é responsável pela seção Nossos Clássicos, traduzindo vários artigos e propondo a seção Conceitos Fundamentais da Geografia.

2002: publica o livro “Territórios Alternativos” pelas editoras Contexto e EdUFF.

2002 - 2003: estágio pós-doutoral na Open University, sob orientação de Doreen Massey, residindo um ano em Londres. Participação de Colóquio em Cérisy, França, a convite de Jacques Lévy.

2004: publica o livro “O Mito da Desterritorialização” pela editora Bertrand Brasil, fruto de sua pesquisa de pós-doutorado.

2005: organiza a visita de Doreen Massey ao Brasil (UFF e ANPEGE-Fortaleza).

2006: publica o livro “A nova des-ordem mundial”, com Carlos Walter Porto-Gonçalves. Como pesquisador convidado pela profa. Lia Machado participa no Projeto Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional, com trabalho de campo ao longo da fronteira Brasil-Paraguai.

2007: publica “Identidades e territórios: questões e desafios contemporâneos”, organizado com Frederico de Araújo (IPPUR-UFRJ).

2008: traduz para o português, juntamente com Hilda Pareto Maciel, o livro “Pelo Espaço”, de Doreen Massey.

2009: professor visitante na Universidade de Toulouse II - Le Mirail, UTM, França.

2010: publica o livro “Regional-Global”, editado também em espanhol em 2019.

2011: professor visitante na UNAM - Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, México. Lança “El mito de la desterritorialización” em espanhol, pela ed. Siglo XXI, México. Publica “Geografías Culturales: aproximaciones, intersecciones y desafíos”, organizado com Perla Zusman, ambos representantes da Comissão de Geografia Cultural da UGI na América Latina.

2012: publica o livro “Vidal, Vidais”, organizado com Sergio Nunes e Guilherme Ribeiro, coletânea de artigos traduzidos de Paul Vidal de la Blache.

2013: publica o capítulo “A global sense of place and multi-territoriality” no livro “Spatial Politics” em homenagem a Doreen Massey. Organiza,, com Carlos Vainer, Carlos Walter

Porto-Gonçalves e Valter Cruz, do IV Encontro da Cátedra América Latina e Colonialidade do Poder, que trouxe ao Rio de Janeiro intelectuais como Aníbal Quijano, Edgardo Lander e Catherine Walsh.

2014: publica o livro “Viver no Limite”, editado também em espanhol em 2019.

2016: realiza concurso para Professor Titular da UFF. Professor visitante no Colegio de Michoacan, México, com trabalho de campo no município autônomo de Cherán.

2017: publica o livro de crônicas de viagens “Por Amor aos Lugares”, editora Bertrand Brasil. Recebe o prêmio Manuel Correia de Andrade - Geógrafo Destaque, da ANPEGE. Professor visitante na Universidade Politécnica Salesiana, Equador, com trabalho de campo na comunidade quíchua de Cayambe. Evento e trabalho de campo junto aos mapuche no sul do Chile.

2018: professor visitante na Universidade de Antioquia, Medellín, Colômbia.

2019: aposenta-se na UFF, continuando como professor do Programa de Pós-Graduação e pesquisador CNPq pelo NUREG.

2020: publica o livro de crônicas geográficas "Travessias", editora Consequência. Publica, em coautoria com Ana Angelita Rocha, biografia de Doreen Massey em “Geographers: bibliographical studies”.

2021: publica o livro “Território e Descolonialidade”, pela CLACSO e PosGeo UFF.

2023: recebe o prêmio Milton Santos do Mérito Científico durante o “XIX Encuentro de Geografías de América Latina y el Caribe (EGALC)”. Publica o livro “I-mobilidades globais e dispositivos de contenção territorial na metrópole”.

Nota: Enquanto concluímos a edição deste livro, no início de 2024, o Prof. Rogério mantém seu envolvimento em diversas frentes de atuação, incluindo pesquisas, participação no NUREG, orientações a estudantes, participação em bancas, eventos, consultorias, autoria de livros e artigos, cursos em outras universidades, entre outras atividades acadêmicas.

NORMAS DE FORMATAÇÃO PARA SUBMISSÕES

DIRETRIZES

Todo o trabalho deve estar em fonte Aptos.

Os artigos devem ter, no máximo três autores. Entre 15 e 25 páginas. Página A4, margem esquerda e superior 3cm e direita e inferior 2cm.

Título: maiúsculo, negrito, tamanho 16, centralizado.

Títulos de seções: maiúsculas e minúsculas, numerado, tamanho 14, alinhamento à esquerda, espaço 1,5 do corpo do texto.

Subtítulos de seções: maiúsculas e minúsculas, alinhamento à esquerda, espaço simples.

Nomes dos autores: não devem constar na submissão, nem nas propriedades do documento.

Resumo: tamanho 10, espaço simples, justificado, até 200 palavras.

Palavras-chave: tamanho 10, iniciada em maiúscula, separadas por ponto e vírgula, entre três e cinco palavras.

Corpo do texto: tamanho 12, espaço 1,5, justificado, primeira linha recuo de 2cm.

Citações: conforme ABNT NBR 10520:2023

Nota ao texto: rodapé, tamanho 10, justificada, sem recuo.

Ilustrações (Figuras, tabelas, quadros, etc.): ABNT 14724: 2024. Alinhamento centralizado, tamanho 11 da fonte. Qualquer tipo de ilustração deve ser precedido por sua palavra designativa (desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa, organograma, planta, quadro, retrato, figura, imagem, entre outros), seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, de travessão e do respectivo título.

Imediatamente após a ilustração, deve ser indicada a fonte consultada, conforme a ABNT NBR 10520, legenda, notas e, se houver, outras informações necessárias à sua compreensão. A ilustração produzida pelo autor, para o trabalho apresentado, deve conter na fonte esta informação: elaborado pelo próprio autor ou elaboração própria ou o próprio autor, entre outros. Os arquivos devem ser submetidos individualmente, como documentação complementar, com resolução mínima de 300 dpi.

Referências: conforme ABNT NBR 6023, espaço automático entre cada referência.

Títulos, resumos e palavras-chave em inglês e espanhol (ou inglês e português, no caso de artigos escritos em espanhol) devem seguir ao fim do texto, após a bibliografia.